



CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

MISSÃO E MINISTÉRIOS DOS CRISTÃOS LEIGOS E LEIGAS

Edição aprovada na 37ª Assembléia Geral da CNBB

Itaici – SP, 22 de abril de 1999

APRESENTAÇÃO

Extraordinário florescimento

A renovação eclesial, após o Concílio Vaticano II, trouxe, no campo do laicato católico, notável florescimento de novas formas de associação e de apostolado. Notava-o o Santo Padre, quando após o Sínodo de 1987 escrevia: “Nestes tempos mais recentes, o fenômeno da agregação dos leigos entre si assumiu formas de particular variedade e vivacidade... Pode-se falar de uma nova era agregativa dos fiéis leigos” (CfL 29)¹. No meio da variedade ou diversidade, o Santo Padre descobria também uma “profunda convergência” na finalidade das mesmas agregações: “a de participar responsavelmente da missão da Igreja de levar o Evangelho de Cristo, qual fonte de esperança para o homem e de renovação para a sociedade”.

As novidades, porém, trouxeram algumas dúvidas que se manifestaram no Sínodo de 1987, particularmente acerca de dois aspectos: 1) o reconhecimento de novos movimentos, para os quais o Papa indicava os critérios de eclesialidade (CfL 30)² e pedia ao Pontifício Conselho dos Leigos que elaborasse o elenco das associações aprovadas oficialmente pela Santa Sé (CfL 31)³; 2) uma melhor definição dos ministérios confiados aos leigos e uma possível revisão do “Motu Proprio” *Ministeria Quaedam* (CfL 23)⁴.

Tema vasto e complexo

Recentemente ainda, na Exortação *Ecclesia in America*, o Santo Padre afirma que o tema dos ministérios laicais é “vasto e complexo”, que seu estudo prossegue e que os organismos da Santa Sé “vêm aos poucos oferecendo algumas diretrizes” sobre o assunto. Ao mesmo tempo, o Papa deixa claro que esse âmbito “intra-eclesial” do apostolado leigo não deve diminuir o empenho naquele que considera o campo “primeiro e mais condizente com o seu estado laical, o das realidades temporais, que [os leigos] são chamados a ordenar conforme a vontade de Deus” (EA 44)⁵. Esse campo é descrito com as palavras da *Evangelii Nuntiandi* como: “o mundo vasto e complicado da política, da realidade social e da economia, como também o da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos “mass media” e, ainda, outras realidades abertas para a evangelização, como sejam, o amor, a família, a educação das crianças e dos adolescentes, o trabalho profissional e o sofrimento” (EN 70, citado por CfL 23)⁶.

Realidade brasileira

Também na realidade brasileira, nos anos recentes, tivemos um extraordinário florescimento de novos ministérios a serviço das comunidades eclesiais, de novos movimentos animados por um ideal de evangelização da sociedade e de renovação da espiritualidade cristã, de novas formas de atuação laical no campo da política, da promoção dos direitos humanos e da solidariedade com pobres, excluídos e sofredores.

As novas formas de atuação de leigos e leigas católicos vieram acrescentar-se às mais antigas, muitas das quais ainda vivas e vigorosas, mas geralmente se orientaram no sentido da distinção, e até da separação, entre os dois campos tradicionais do apostolado leigo: as atividades “ad extra” de presença na sociedade, nas “realidades temporais”, e as atividades “ad intra”, de serviço às comunidades eclesiais, numa multiplicidade de ministérios reconhecidos e de prestações espontâneas. A própria organização da CNBB estruturou-se segundo esse dualismo e manteve, até hoje, um Setor Leigos e um Setor Vocações e Ministérios. Pareceu oportuno aos responsáveis por esses setores unir seus esforços com os de seus assessores e, principalmente, dos representantes de organismos pastorais, movimentos eclesiais e comunidades, para aprofundar a reflexão sobre a missão dos leigos, nos seus dois aspectos, procurando promover o melhor entendimento de todos os que estavam envolvidos e uma valorização ainda mais clara da vocação de leigos e leigas cristãos no mundo de hoje.

Tendências diversas

Com efeito, um excessivo afastamento entre os dois âmbitos da ação evangelizadora dos leigos tinha levado, às vezes, a criar também distância e incompreensão entre os leigos empenhados exclusivamente num dos dois campos. Além disso, a novidade e variedade das novas formas de apostolado levaram a um grande dinamismo apostólico, mas também – em alguns casos – a tendências menos felizes, que tinham dificuldade de conviver e cooperar na desejável comunhão eclesial. Certos grupos pareciam respeitar pouco a autonomia do compromisso cristão nas realidades temporais. Outros pareciam clericalizar a prática dos ministérios laicais, até confundi-los, às vezes, indevidamente, com os ministérios ordenados. Outros ainda queixavam-se do escasso apoio das comunidades eclesiais aos leigos empenhados no campo social, político e cultural. Outros, ao contrário, queixavam-se do escasso empenho dos leigos católicos na transformação da sociedade. Outros, por fim, pediam mais formação doutrinal e orientação cristã para os leigos empenhados num ambiente secularizado.

Diante de tal situação – ao mesmo tempo carregada de promessas e esperanças, mas também de lacunas e dificuldades – parecia conveniente elaborar, de forma clara e sistemática, orientações práticas com uma boa fundamentação teológica.

Objetivos de um novo documento

No décimo aniversário da *Christifideles Laici*, os bispos D. Marcelo Carvalheira e D. Angélico Bernardino solicitaram que o tema fosse estudado na Assembléia Geral da CNBB para que um documento oficial do episcopado contribuísse para:

1º. um claro reconhecimento da dignidade dos leigos na Igreja, retomando as fortes expressões do capítulo primeiro da *Christifideles Laici* (cf. especialmente o n. 17)² e avivando a consciência, ainda adormecida, dos muitos católicos praticantes ou tradicionais, que interpretam apenas passivamente sua pertença à Igreja, mais como objeto do que como sujeitos da evangelização, não apenas individualmente, mas de forma associada (cf. CfL, 29)³;

2º. uma explicitação da eclesiologia conciliar, como base segura para entender e harmonizar as diversas formas de apostolado leigo e a relação entre ministérios confiados aos leigos, em virtude do seu Batismo, e ministérios conferidos pelo sacramento da Ordem;

3º. um esclarecimento das dúvidas particulares, muitas vezes de ordem prática, que a multiplicidade das experiências, a mudança do contexto sócio-cultural e a própria novidade dos desafios emergentes trouxeram ao laicato católico e aos pastores no Brasil assim como ao conjunto da Igreja e do episcopado (veja o Sínodo de 1987).

Processo de elaboração

O primeiro ante-projeto de documento, elaborado pelos responsáveis dos mencionados setores da CNBB, apresentado na Assembléia de 1998, dedicava – na reflexão sobre os ministérios – também um amplo espaço aos ministérios ordenados, o que foi julgado excessivo num documento dirigido prioritariamente aos leigos. A reformulação do ante-projeto, na própria Assembléia, levou a dar mais unidade ao documento, centrando-o mais especificamente ao redor da vocação fundamental do leigo, enquanto membro do povo de Deus e co-responsável pela missão da Igreja. Retomando a eclesiologia do Vaticano II e procurando oferecer uma interpretação rigorosa e coerente dos textos do Concílio, à luz da Constituição *Lumen Gentium*, o ante-projeto do documento consegue mostrar a conexão e necessária complementaridade da missão de cristãos leigos no mundo – campo próprio de sua atividade evangelizadora, com os serviços e ministérios que os fiéis leigos e leigas, em virtude do seu Batismo, podem e devem assumir na Igreja.

Buscando uma visão mais completa e harmoniosa da missão dos leigos

O documento retoma uma preocupação presente na *Christifideles Laici*, que deseja, na vida do leigo cristão, unidade e comunicação entre a inserção nas realidades temporais e a vida no Espírito, que brota da comunhão com Cristo fundada no Batismo, a fim de que leigos e leigas possam santificar-se no mundo (cf. CfL 17, que cita AA 4)².

Essa mesma unidade é desejável também no nível das associações e organizações católicas do laicato. Elas também devem favorecer a articulação e comunicação eficaz entre as atividades dos cristãos que estão voltadas para ordenar o mundo segundo a vontade de Deus e aquelas atividades que estão voltadas para a edificação da comunidade eclesial.

Por isso, o documento, nas suas orientações práticas, em lugar de opor – com o risco de separar (!) – empenho dos leigos no mundo e serviço na Igreja (atividades “ad extra” e atividades “ad intra”), traça diretrizes para que os leigos participem, com autêntica inspiração cristã, de toda a missão da Igreja, ou seja, de toda a ação evangelizadora. Esta exige “serviço, diálogo, anúncio e comunhão”, sem jamais descuidar da presença no mundo, no coração dos dramas humanos, e sem nunca deixar de haurir o espírito de Cristo na palavra do Evangelho, na celebração da Liturgia e no encontro com as pessoas humanas, especialmente dos pobres e sofredores.

D. Eduardo Koalk
Bispo de Piracicaba
Responsável pelo Setor Leigos

D. Angélico Sândalo Bernardino
Bispo Auxiliar de São Paulo
Responsável pelo Setor Vocações e Ministérios

Itaici-SP, 22.4.1999

INTRODUÇÃO

1. Os homens e as mulheres de hoje se parecem com os caminhantes que iam, na tarde da Páscoa, para Emaús¹⁰. Decepcionados, conversavam entre si sobre seus desenganos, sobre as esperanças frustradas. É a mesma conversa do povo hoje: espera por um progresso econômico e vê a situação pessoal piorar; espera por saúde e vê voltarem antigas doenças – dadas como debeladas para sempre; espera por paz e convivência fraterna e é atingido pela violência que não escolhe suas vítimas e torna todos inseguros; espera por administradores públicos eficientes e honestos, atentos às necessidades do povo, como lhe foi prometido, e desconfia de que na política prevaleçam os interesses de poucos, dos que querem aumentar ainda mais seu patrimônio, a preço da exclusão de muitos; espera por cristãos mais fiéis ao Evangelho, mais empenhados no serviço aos irmãos, mais abertos ao diálogo, e encontra frieza e pouca fé... Desconfiam, às vezes,

até de Deus, como o salmista: “Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?”¹¹
Como pode Deus permitir a crucifixão de tantos irmãos?

2. Não faltam esperanças ou ao menos expectativas, por exemplo, nos avanços da ciência e da tecnologia. Mas estes avanços também parecem ser de proveito para poucos. E tornam ainda mais absurdo que continue a haver fome, doenças, miséria, desemprego, que uma melhor distribuição dos recursos poderia eliminar – no Brasil e no mundo.

3. O povo itinerante procura muitas vezes esquecer seus dramas na diversão, no entretenimento oferecido pela mídia eletrônica, no jogo, no álcool, nas drogas... Mas também a experiência humana está afetada por perguntas fortes acerca de sua identidade, de sua origem, de seu percurso e de seu destino. Por isso, com maior empenho nos últimos anos, as pessoas procuram resposta e caminho na filosofia, nas religiões, em diversas formas de espiritualidade. Nós, cristãos, redescobrimos, de maneira nova, a Palavra de Deus e a presença viva de Cristo. Percebemos que as muitas ideologias alternativas ao cristianismo, que inspiraram projetos nobres, mas também conduziram às piores tragédias da história em nosso século, deixaram ainda mais claro que Cristo continua sendo para a humanidade o Caminho, a Verdade e a Vida¹².

4. O cristianismo não propõe uma verdade abstrata nem apenas uma doutrina, mas acredita na presença de Alguém que caminha conosco, mesmo que, às vezes, nossos olhos não o reconheçam. Nossos olhos se abrem, quando o reconhecemos no “menor dos irmãos” que nos pede pão, água, roupa, casa, assistência médica, justiça ou, simplesmente, uma atenção, uma visita. É quando os caminantes de Emaús convidam o desconhecido a sentar-se à mesa com eles, a partilhar a ceia, que seus olhos se abrem. O mesmo acontece hoje, quando esta ceia é celebrada como Eucaristia, agradecendo ao Pai pela entrega do próprio Cristo Jesus, que se oferece por nós e nos alimenta, na jornada, com o dom do Pão e do Vinho.

5. Quando a humanidade descobre e pratica a solidariedade e a partilha, já está sendo movida pelo Espírito de Jesus. Já reencontrou a esperança. Já está acolhendo o “reino de Deus” e começando a superar as decepções e suas causas.

6. No meio da humanidade, solidários com ela, estão os discípulos e as discípulas de Cristo. São aqueles que, tendo reconhecido o Cristo caminhando ao seu lado, correm para anunciar aos irmãos e irmãs que o Cristo ressuscitado está vivo no meio de nós.

7. Os cristãos, portanto, são no mundo portadores da esperança: de que a morte do Justo não é a última palavra da história, pois o amor do Pai o ressuscitou; de que Deus há de ressuscitar “nossos pobres corpos mortais”; de que o nosso futuro está no reino de Deus, na afirmação do seu governo na história do mundo, enfim purificada de todo o mal. Esperança que o livro do Apocalipse descreve com as imagens da *maravilhosa cidade*, que não precisa de sol ou lua, porque “é a glória de Deus que a ilumina”¹³, e da *renovação total*, de “novos céus e nova terra”:

“Deus habitará com eles;
eles serão o seu povo,
e ele, Deus-com-eles, será o seu Deus.
Ele enxugará toda lágrima dos seus olhos,
pois nunca mais haverá morte,
nem luto, nem clamor, nem dor...
Sim! As coisas antigas se foram!”¹⁴.

8. A esperança, porém, não afasta os cristãos dos outros homens e mulheres. Ao contrário, torna-os ainda mais *solidários*. “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo. Não se encontra nada verdadeiramente humano que não lhes ressoe no coração”¹⁵. “A

esperança de uma nova terra, longe de atenuar, antes deve impulsionar a solicitude pelo aperfeiçoamento desta terra. O progresso terreno... é de grande interesse para o Reino de Deus"¹⁶.

9. Por isso, o cristão "levanta a cabeça"¹⁷ e olha para a libertação que se aproxima, mas não deixa de "pôr as mãos no arado"¹⁸ ou na enxada, não pára de trabalhar para alimentar a família humana nem deixa de ser o "administrador fiel"¹⁹ dos bens que Deus lhe confiou, a serviço de irmãos e irmãs. O cristão eleva seu coração a Deus na oração, de onde recebe luz para discernir os caminhos da justiça e da paz no mundo humano.

I. DESAFIOS E SINAIS DOS TEMPOS

10. O cristão olha para o mundo com realismo e com esperança. Procura reconhecer nele os sinais da vontade de Deus e os caminhos que apontam para o Reino, assim como distinguir os obstáculos e as forças do mal que impedem a sociedade humana de avançar na direção da justiça, da paz e da fraternidade.

11. Neste momento histórico, estamos diante de uma realidade particularmente complexa e, ao mesmo tempo, contraditória e fragmentada. Torna-se, portanto, difícil – mas não impossível! – compreender os rumos da história atual ou fazer julgamentos corretos. Nasce, em muitos, a sensação de incerteza, muitas vezes de desorientação, da qual procuram fugir, "simplificando" a realidade, considerando apenas alguns aspectos dela, criando esquemas ou imagens simplistas do que está acontecendo. Mesmo assim, é necessário esforço para situar nosso contexto, dentro de um quadro mais amplo, visto que a "globalização" aumenta sempre mais as influências externas sobre a realidade em que vivemos.

12. Cientes dessas dificuldades, queremos aqui apenas salientar, rapidamente, alguns traços da situação atual, que são relevantes para a consciência cristã e constituem verdadeiros desafios para a missão do evangelizador. Cabe a cada cristão – dentro de sua comunidade, organização ou movimento – discernir com mais profundidade esses desafios, percebendo as luzes e as sombras, os sinais da graça e as seqüelas do pecado. Todos temos o dever de nos esforçar, iluminados pela fé, para compreender a realidade e buscar caminhos.

1. DESAFIOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E POLÍTICOS

13. A economia exerce grande influência sobre a nossa sociedade. As mudanças no mercado são mais rápidas do que no passado, conseqüência dos avanços da tecnologia e de maior interdependência das economias nacionais (fenômeno da "globalização"). Ao lado de alguns aspectos positivos – intercâmbio de informações, produtos, serviços e relacionamentos em escala global – a globalização tem acarretado graves preocupações, porque orientada, de fato, pela ideologia do mercado, que tem diminuído a autonomia dos Estados nacionais e concentrado ulteriormente a renda. Este fenômeno cria novas e imprevisíveis situações de desespero, aumenta a pobreza e o desemprego, força a migração em busca de trabalho mal remunerado, enfraquece a política social, causa a exclusão de multidões. Isto acontece sobretudo onde tem sido adotada, sem restrições, a política econômica "neoliberal". Essa política poderá favorecer apenas pequena parcela da humanidade, excluindo, de fato, a maioria da população dos benefícios conseguidos.

– Na encíclica para "O Centenário da *Rerum novarum*" (1991), o papa João Paulo II reconhecia que "o livre mercado parece ser o instrumento mais eficaz para dinamizar os recursos e corresponder eficazmente às necessidades". Mas acrescentava: "Existem numerosas carências humanas sem acesso ao mercado. É estrito dever de justiça e verdade impedir que as necessidades humanas fundamentais permaneçam insatisfeitas e pereçam os homens por elas oprimidos... Abre-se aqui um grande e fecundo campo de empenho e de luta, em nome da justiça... É correto falar de luta contra um sistema econômico, visto como instrumento que assegura a prevalência absoluta do capital, da posse dos meios de produção e da terra"²⁰.

15. Nesse contexto, tem crescido a **dívida externa** dos Países em desenvolvimento e a dívida social para com a maioria dos seus próprios cidadãos, cujo trabalho é mal remunerado. Assim se lhes negam as condições básicas de alimentação, moradia, educação e saúde e se enfraquece ou **se esvazia a própria democracia**, pois as pessoas se sentem desmotivadas a exercer sua cidadania, enquanto os grandes interesses financeiros condicionam unilateralmente o Estado, impedindo-o de cuidar do bem comum dos cidadãos.

16. O Brasil depende hoje, fortemente, do sistema financeiro internacional. Seus problemas são agravados pela **desigualdade social muito acentuada**, entre as maiores do mundo, que atinge imensa massa de deserdados e sofredores, além do mais, provados pela **crescente onda de desemprego**²¹ e **a lentidão da Reforma Agrária**²².

17. Nisso tudo se manifesta a tendência geral da sociedade moderna, que **nos campos da política e da economia não leva em conta os valores éticos**, tais como o respeito dos direitos básicos de toda pessoa humana, a primazia do trabalho, a solidariedade. Como cristãos, devemos avaliar em profundidade as conseqüências dessa inversão de valores, principalmente no que diz respeito ao grave problema da deformação das consciências. Nossa sociedade vai habituando-se a conviver com contravalores e perdendo a capacidade de distinguir o justo do injusto, o verdadeiro do falso. Aquilo que é desprovido de todo e qualquer caráter ético, começa a impor-se como legítimo. A conseqüência é o crescimento descontrolado da corrupção, do abuso do poder, da exploração institucionalizada, favorecidos pela impunidade.

18. A camada social que, certamente, sai mais prejudicada por tal deformação das consciências é a **juventude**, exigindo um trabalho mais intensivo na formação do senso crítico. A juventude sofre diversas agressões, entre elas o desemprego e a violência. Deixa-se seduzir pelas drogas e torna-se presa fácil da organização criminal do narcotráfico. O futuro torna-se muito incerto e a juventude torna-se a maior vítima da crise das relações sociais e familiares. A nova geração vive o momento presente numa visão imediatista, pois a sociedade a priva do passado e do futuro. A sociedade exalta a juventude e oferece-lhe muitas ilusões de consumo e de realização pessoal. Parece apresentar muitas oportunidades, mas efetivamente oferece poucos empregos e remuneração injusta. Força muitos jovens a se refugiarem numa vida sem maiores perspectivas. Por outro lado, os jovens, mesmo se confiam pouco em partidos, sindicatos, associações, escolas, procuram espaços oferecidos pelas Igrejas cristãs e particularmente pela Pastoral da Juventude, onde encontram oportunidades de oração, de formação, de exercício da cidadania, de serviço voluntário. Constata-se busca da mística e uma crescente preocupação pela espiritualidade.

19. Por outro lado, diante dos efeitos perversos da globalização, surgem **sinais nítidos e claros de reação** da parte de indivíduos, grupos e povos. Aumentam as dúvidas sobre a viabilidade, a médio e longo prazo, do atual modelo capitalista e temem-se suas desastrosas conseqüências para o meio-ambiente. Em vários Países, adotam-se medidas econômicas e sociais alternativas ao neo-liberalismo, visando à preservação do Estado nacional e dos direitos dos trabalhadores, ameaçados pela “desregulação” da economia. Multiplicam-se também as iniciativas em defesa da própria tradição cultural, étnica ou nacional em face do nivelamento provocado pela globalização. Em nosso País, os que não têm terra, casa, emprego e alimento organizam-se para garantir sua sobrevivência e contestar as leis que favorecem, ainda mais, os poderosos. Mulheres, índios, negros e grupos marginalizados reivindicam seus direitos ao pleno exercício da cidadania e à expressão das diferenças.

20. A consciência de que o homem destruiu muitos recursos naturais não renováveis e coloca em perigo o futuro da própria humanidade, com a poluição do meio-ambiente, tem crescido. Muitos percebem mais claramente que não é lícito prejudicar o futuro das novas gerações tornando inabitável a Mãe-Terra. Muitos percebem também que, na origem dos excessos humanos, está uma mentalidade “prometéica”, de domínio do

homem sobre o mundo, de consumismo desenfreado e desmedido, sobretudo por parte dos mais ricos. Tal mentalidade deve ser superada através da reconciliação da humanidade com a natureza e através de melhor distribuição dos bens. Para os cristãos, tudo isso significa reconhecimento e respeito para com a obra do Criador.

21. Diante do modelo social, que incentiva o egoísmo e reduz a pessoa a mero consumidor, impõe-se o **revigoramento da solidariedade** entre todos os cidadãos. Ela deve sustentar iniciativas voluntárias de ajuda aos mais carentes e exigir decisões políticas e medidas legislativas em prol de autêntica justiça social, garantindo a igualdade de oportunidades. A Igreja não pode deixar de exercer uma **crítica rigorosa às ideologias** que desprezam os valores éticos fundamentais e de apoiar, com todos os meios ao seu alcance, a construção de uma sociedade solidária. Ao mesmo tempo precisa fazer um exame de consciência, “interrogando-se sobre as responsabilidades que lhe cabem nos males do nosso tempo”²³, particularmente diante das graves injustiças e da marginalização social, para discernir o que pode fazer.

2. DESAFIOS CULTURAIS, ÉTICOS E RELIGIOSOS

22. O predomínio da economia na sociedade atual está vinculado a opções éticas e culturais. É impossível compreender o comportamento de pessoas e grupos, sem levar em conta as motivações culturais que o impulsionam. Análises das estruturas econômicas e políticas são necessárias, mas insuficientes para compreender as tendências da sociedade atual, particularmente complexa.

23. Recentemente, em lugar da cultura tradicional, difundiu-se a cultura da *modernidade*, caracterizada pela crítica do passado e a oferta de diferentes modelos de vida. Em outras palavras, no Brasil como nas sociedades modernas, predomina hoje o **pluralismo cultural**, que, a partir dos centros urbanos, se alastra por todo o território nacional. O pluralismo é, em si, fator positivo, quando proporciona diálogo e respeito mútuo entre as diversas culturas. Mas, de fato, ele é limitado e ameaçado pela poderosa influência dos meios de comunicação de massa, transmissores da “**cultura global**”, regida pelas leis do mercado, desprovida de preocupações éticas, manipuladora das consciências. Os meios de comunicação de massa podem contribuir para aumentar enormemente a difusão da informação e do conhecimento, mas de fato o seu uso sofre graves distorções. Eles agem muitas vezes no sentido da “homogeneização” da cultura, difundindo no mundo inteiro os mesmos produtos culturais e os mesmos modelos de comportamento. A essa “**cultura de massa**” resistem, com dificuldades, a **cultura popular**, com sólidas raízes no mundo rural, e a **cultura erudita e científica**.

24. Na sociedade tradicional, era a cultura que determinava, em grande parte, a identidade de cada indivíduo e lhe atribuía um papel específico na sociedade. Na sociedade “moderna”, o indivíduo tende a considerar a cultura como supermercado, onde pode escolher e adquirir elementos para construir a própria visão do mundo e suas relações. Dentro dessa cultura e do seu pluralismo, **o indivíduo muda sua atitude perante a questão da sua identidade**. Simplificando, pode-se dizer que a questão da identidade (quem sou eu? qual é o meu papel na sociedade?) se tornou uma questão privada, pessoal. Tudo isso contribui para enfraquecer os laços comunitários, que pressupõem uma tradição ou cultura comum, e substituí-los por relações criadas a partir das escolhas pessoais. Esse fato, em si, pode ser positivo. O cristianismo contribuiu para acelerar o processo de valorização da pessoa. Mas, atualmente, em muitos casos, sobretudo no mundo urbano, as antigas relações comunitárias não foram ainda substituídas por novas relações sociais adequadas, capazes de garantir a liberdade e segurança das pessoas. Resultam daí efeitos negativos, como o aumento da violência e a extremada concepção da liberdade individual.

25. A **concepção relativista da verdade e extremamente individualista da liberdade** leva à aceitação de práticas – como aborto, eutanásia, uso das drogas, busca desenfreada por bens materiais e a negação da solidariedade – que desprezam o valor da vida humana. Na encíclica “*Evangelium Vitae*”, João Paulo II fala de “um combate

gigantesco e dramático entre o mal e o bem, a morte e a vida, a “cultura da morte” e a “cultura da vida”. Encontramo-nos não só “diante”, mas necessariamente “no meio” de tal conflito: todos estamos implicados e tomamos parte nele, com a responsabilidade irrenunciável de *decidir incondicionalmente a favor da vida*²⁴.

26. A mudança da identidade individual, decisiva na configuração da modernidade, gera **conseqüências explosivas** em todos os campos, inclusive **no campo religioso**. É importante observar que essa situação tem provocado **novo interesse pela religião**, que foi chamado – de forma pouco apropriada – a “revanche de Deus”. Outros falam de “sedução do sagrado” ou de “retorno do religioso”. Na realidade, não se trata de um retorno, porque muitos são os aspectos novos, que não figuravam na religião tradicional. Em linhas gerais, as novas atitudes religiosas – mais que se voltar para a revelação de Deus – buscam a solução de problemas pessoais. As estruturas pastorais da Igreja Católica, especialmente no meio urbano, ainda não conseguiram adaptar-se adequadamente à nova situação que exige um atendimento mais diversificado e personalizado. A religião é hoje muito procurada, porque consola, cura e ajuda a dar sentido à própria existência.

27. Tendência evidente no Brasil dos anos recentes é **reconsiderar a própria escolha religiosa**. Conseqüentemente temos assistido à passagem de muitas pessoas de uma religião (ou Igreja) a outra. A falta de uma adesão pessoal e viva a Jesus Cristo e de ligação maior com a comunidade eclesial coloca-se entre as causas que explicam o fato de muitos católicos terem mudado de religião. Outros católicos não conseguem fazer uma experiência religiosa emocionalmente envolvente em sua comunidade de origem e saem em busca de outras experiências. Não se trata, geralmente, de uma “conversão” no sentido forte da palavra, que implique decidida mudança ou ruptura. Predomina a concepção de que as várias Igrejas ou religiões são igualmente boas. “Experimenta-se” outra religião, às vezes por breve período, em busca daquela que satisfaça o gosto de cada um. Esses fenômenos se tornam mais freqüentes no Brasil, quer porque aqui elementos das religiões indígenas e africanas se misturaram com elementos da religião católica, quer pela rápida urbanização, que pôs em contato populações de origem rural com um ambiente “pós-moderno”, dinâmico, com referências múltiplas, que é a cidade. Há também casos em que a pessoa justapõe práticas de diversas religiões, e casos de adesão a uma religiosidade de contornos indefinidos, sincretista, como a da “Nova Era”.

28. A religião, como **questão de escolha**, é fato julgado positivamente pela nossa sociedade. Também o cristianismo assume esta condição como uma oportunidade de liberdade e a julga melhor do que aquelas situações em que a religião era imposta pelo Estado como religião oficial. Essa nova situação, porém, exige que cada pessoa faça sua opção, dentro de um conjunto de possibilidades diversas que lhe são oferecidas.

29. Alguns optam por uma **religião individual, interior**, tão pessoal que abandona as práticas comunitárias e se torna uma “religião invisível”, feita apenas de algumas crenças. Em casos extremos, chega-se a dizer “minha religião sou eu” ou a conceber a Deus como a realidade que cada um encontra no mais íntimo de si mesmo. Em geral, como já vimos, a religião é concebida como busca de felicidade imediata, próxima do hedonismo, e não mais como consciente adesão à vontade do Senhor e Criador.

30. Outros, ao contrário, recusam o individualismo e o subjetivismo. Preferem, talvez com certa nostalgia, tentar reencontrar a situação tradicional, em que havia uma só religião e todos acreditavam nela. Aderem, por isso, a **Igrejas ou Movimentos “fundamentalistas”**, que têm a pretensão de apresentar **a verdade em seus fundamentos ou origens**. Trata-se geralmente de grupos fechados e autoritários, que não admitem discussões sobre sua doutrina e disciplina interna, mas, em troca, oferecem certeza, segurança e apoio a seus membros.

31. Outros ainda se voltam para formas espontâneas de busca e manifestação do sagrado ou para o esoterismo, o ocultismo, a magia, a crença na reencarnação. Rejeitam não somente as formas institucionalizadas das grandes religiões, como também a

racionalidade científica. Tal fenômeno não acontece apenas nas populações com pouca ou nenhuma instrução escolar. Atinge até mesmo cientistas e pessoas de formação universitária.

32. Finalmente, **a maioria continua ainda aderindo à religião tradicional** (no Brasil, ao catolicismo). Esta adesão, porém, não é total, por haver restrições subjetivas (“aceito isso, mas não aceito aquilo”): é o caso das chamadas “adesões parciais”. Pode até assumir traços do fundamentalismo: sou católico, mas segundo uma interpretação literal da Bíblia e da doutrina.

33. Para o católico, a melhor resposta a esta situação não é simplesmente **conservar a religião tradicional, mas renovar sua adesão ao Cristo na Igreja católica**, tornando-a mais consciente e responsável, enraizada na profunda experiência de Deus, iluminada por sua Palavra e partilhada na vivência comunitária e sacramental, atenta ao magistério da Igreja. Isto, de fato, já acontece em grande escala em paróquias, comunidades de base e movimentos. Mas é necessário tomar consciência de que – na sociedade atual e sempre mais no futuro – a fé católica será profundamente personalizada, assumida, enraizada na experiência de Deus, ou não... será.

3. FORÇA E FRAQUEZAS DOS CRISTÃOS

34. Nos últimos anos, após a publicação da Exortação do Papa João Paulo II sobre “Vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo”²⁵, que concluiu o Sínodo dos Bispos de 1987, alguns fatos têm marcado a situação dos cristãos entre nós, e especificamente dos católicos. Antes de tudo, constatamos uma **intensa busca de espiritualidade**, mesmo se algumas de suas expressões pareçam mais reação de desencanto com a sociedade e procura de consolo do que experiências religiosas profundas. Esta busca manifesta-se tanto no mundo católico como fora dele. É caracterizada, como já notamos, por evidente pluralismo e subjetivismo. O resultado é que o próprio mundo católico se tem diferenciado ainda mais. Multiplicaram-se os novos movimentos e retomaram vigor as antigas associações e as tradições religiosas populares. Surgiram muitas iniciativas pastorais inéditas, solicitadas pela diferenciação da sociedade brasileira e o aparecimento de múltiplas carências e aspirações. Também aumentou significativamente a busca de formação teológica, até de nível superior, por parte de leigos e leigas.

35. Cresce igualmente um **clima favorável ao ecumenismo e ao diálogo entre as religiões**, apesar de resistências de grupos radicais, por um lado, e apesar das tendências de nivelar e confundir toda e qualquer experiência religiosa, por outro lado. Os não-católicos representam hoje, no meio urbano, 20%, ou mais, da população, o que significa também que nossos fiéis freqüentemente se encontram e dialogam com pessoas de outros credos, sendo muitas vezes questionados em sua própria fé. O diálogo ecumênico e inter-religioso deixa de ser um assunto de poucos, para tornar-se uma experiência cotidiana e permanente de muitos.

36. A **presença dos católicos militantes na sociedade** passou também por transformações significativas, sobretudo depois de 1985, com a redemocratização do País, e da Constituição Federal de 1988. Houve opções diferentes. Alguns deixaram comunidades eclesiais e organizações pastorais para ingressar nos partidos, levando no coração a inspiração cristã para a luta política. Outros permaneceram nas CEBs, nas pastorais sociais e nos movimentos populares, procurando promover formas alternativas de organização do povo, em favor de seus direitos, sua saúde, educação e sobrevivência. Outros participam ativamente da construção da cidadania, atuando nos Conselhos Municipais, tutelando crianças e adolescentes e promovendo os direitos humanos. Numa sociedade em que as estruturas econômicas e políticas estão perdendo suas referências éticas, os cristãos empenhados nela estão exigindo apoio e acompanhamento espiritual e solidariedade mais efetiva por parte dos pastores e da comunidade eclesial.

37. Fenômeno importante é o **crescimento dos movimentos eclesiais**, uns são originários de outros Países, outros são nascidos entre nós. Eles trouxeram muitas

peças à experiência de Deus, ao encontro pessoal com Cristo, à opção de fé e à volta à Igreja. Conseguem ter uma grande força convocatória e aglutinadora. E muitas pessoas, a partir dessa experiência de conversão, reencontram o amor à Igreja e o engajamento nas pastorais. O entusiasmo da descoberta faz que muitos vejam a Igreja sob o prisma do movimento e tenham dificuldade de integrar-se nas comunidades eclesiais. Há casos de tensões e até conflitos. O Papa e os Bispos desejam que os movimentos possam, no diálogo e na caridade, dar testemunho de uma comunhão "sólida e convicta" com a caminhada pastoral da Igreja Particular e crescer na estima recíproca com todas as formas de apostolado²⁶.

38. **As paróquias**, especialmente no meio urbano, **viram, nos últimos anos, multiplicar-se suas atividades**, para atender ao crescente número de fiéis e, sobretudo, à demanda mais exigente tanto de orientação espiritual como de serviços de obras sociais. Daí resulta a sobrecarga dos párocos, especialmente quando não há por parte deles a disposição de delegar responsabilidades e descentralizar serviços. A multiplicidade de expressões comunitárias e de grupos, associações, movimentos e pastorais expressa a vitalidade de muitas paróquias, mas também provoca certa fragmentação da pastoral e falta de harmonia. Diante desta tendência, procura-se intensificar o planejamento participativo e revalorizar os Conselhos Pastorais. O esforço de descentralizar a paróquia, para torná-la uma "rede de comunidades e movimentos"²⁷, está presente em várias dioceses. Em geral, continuam numerosas e ativas as CEBs, que estão procurando com mais empenho compreender e valorizar a religiosidade popular e abrir-se mais intensamente à dimensão missionária e ao diálogo com os Movimentos Eclesiais.

39. Na ausência de estatística mais completa, é difícil dizer se **o número dos agentes de pastoral aumentou na última década**. O número das paróquias é superior a 8000 (oito mil)²⁸. Pode-se estimar em 70 000 (setenta mil) o número das comunidades que realizam aos domingos a celebração da Palavra, na ausência do padre, que aí celebra a Eucaristia somente algumas vezes por ano. O número dos e das catequistas se situa entre 300.000 e 350.000. Um contingente ainda maior de leigos e leigas assume outros ministérios, como a animação da comunidade e da liturgia, as pastorais sociais, o ministério extraordinário do Batismo e da distribuição da Comunhão Eucarística, da Palavra, das Exéquias e a função de Assistentes Leigos do Matrimônio. Em média, atualmente, para cada presbítero, as comunidades dispõem de mais de 50 (cinquenta) leigos, exercendo tarefas ou ministérios pastorais²⁹.

40. Entre os agentes de pastoral, **destaca-se a presença e atuação das mulheres**, que constituem o contingente maior. Elas participam em todos os setores da vida e da missão da Igreja e estão esboçando um traço novo no rosto eclesial através da maneira generosa e entusiasmada com que vivem a fé e o amor, buscando transmitir os valores cristãos. As mulheres constituem a grande maioria dos catequistas; assumem responsabilidades nas comunidades, na animação, coordenação e entre-ajuda; coordenam setores pastorais; estão presentes nos conselhos e nos movimentos, participando ativamente das decisões³⁰. Nos últimos anos, elas começaram a exercer o aconselhamento espiritual, bem como o ensino da teologia.

41. Quanto ao número de presbíteros, os últimos tempos foram marcados pelo **aumento do clero diocesano que teve** cerca de 4 500 ordenações nos últimos quinze anos³¹. Atualmente temos um total de cerca de 16.000 padres: um para cada 10 000 habitantes. Esta relação se mantém estável nos anos '90. Mas ela é consideravelmente mais grave que a relação padre/habitantes de 1960 (1 padre para 6 284 habitantes). O número dos presbíteros não acompanhou o aumento da população nas décadas de '60, '70 e '80, também em decorrência da diminuição do número de missionários, que em 1960 representavam 42% do clero e hoje, apenas 22%³². Assim, em geral, o presbítero se acha, por um lado, solicitado a assumir novas tarefas; por outro, é mais sobrecarregado em seu dia-a-dia e tem menos tempo para dedicar às pessoas. É urgente repensar as prioridades do ministério presbiteral, bem como buscar novos modelos, tendo em vista a

co-responsabilidade de todos os cristãos na ação evangelizadora e uma melhor adequação do padre às exigências da comunidade eclesial e da sociedade.

42. Finalmente, alegremo-nos porque o **Projeto de Evangelização “Rumo ao Novo Milênio”**, com que procuramos responder ao apelo da Carta apostólica de João Paulo II sobre *Tertio Millennio Adveniente* e preparar o Grande Jubileu do Ano 2000 e a celebração dos 500 anos da Evangelização do Brasil, tem encontrado adesão pronta e generosa tanto do clero quanto do laicato, revelando novas possibilidades de ação pastoral e grande criatividade na evangelização.

43. Todas essas situações, ricas de promessas e potencialidades, mas também necessitadas de discernimento melhor e de novas orientações, solicitam-nos recordar alguns **fundamentos teológicos**, especialmente a partir do Concílio Vaticano II³³, e traçar algumas **diretrizes práticas**. É o que desejamos oferecer às comunidades eclesiais e aos cristãos e cristãs, para que, em espírito de diálogo com os pastores, continuemos juntos a procurar respostas corajosas, livres e criativas aos apelos de Deus e dos irmãos.

II. A MISSÃO DO POVO DE DEUS: FUNDAMENTOS TEOLÓGICOS

1. A MISSÃO

44. A Igreja é chamada por Deus a realizar uma **missão** no mundo. Tal missão, prosseguimento da prática de Jesus Cristo, que “não veio para ser servido, mas para servir e dar a vida em resgate de todos”³⁴, é o serviço que ela deve prestar. A **compreensão da missão da Igreja** vai aprofundando-se na medida em que a Igreja presta atenção aos “sinais dos tempos” e às mudanças na história humana. Podemos medir os passos dados pela Igreja na compreensão de si mesma e da sua missão, se considerarmos os avanços do Magistério e da reflexão eclesial desde o Concílio Vaticano II até hoje.

A missão, obra de Deus

45. O Concílio Vaticano II proferiu diversas afirmações importantes sobre a missão da Igreja. A constituição *Lumen Gentium* declara: **“a Igreja é, em Cristo, como que sacramento, isto é, sinal e instrumento, da união íntima com Deus e da unidade de todo o gênero humano”**³⁵. A constituição *Gaudium et Spes* acrescenta que “a Igreja é ‘o sacramento universal da salvação’, manifestando e atuando simultaneamente o mistério do amor de Deus pelos homens”; ou seja, não é apenas **sinal**, mas já, de algum modo, **realização** do Reino de Deus³⁶.

46. Para explicar a identidade da Igreja, a *Lumen Gentium*, no capítulo I, mostra a Igreja como **fruto da missão do Filho e do Espírito Santo, enviados pelo Pai**.³⁷ Está aí um elemento fundamental da **teologia da missão!** A missão não é, antes de tudo, obra da Igreja, mas ação de Deus. O Pai é fonte da missão e atua no mundo através do Filho e do Espírito Santo. Neste tempo, que intercorre entre a primeira vinda de Cristo e seu retorno glorioso, **o protagonista da missão é o Espírito Santo**³⁸.

A missão, serviço do Reino

47. Em relação à missão, outra afirmação importante do Concílio Vaticano II é que **“toda a Igreja é missionária e a obra da evangelização é um dever fundamental do povo de Deus”**³⁹. Mas o próprio Concílio, sob a influência da teologia que o precedeu, acentuou a concepção da missão como **“implantação da Igreja”**⁴⁰. Ora, exatamente naqueles anos, a realidade das “missões”, especialmente nos Países do chamado “Terceiro Mundo”, e a reflexão teológica passavam por mudanças rápidas e profundas. Após o Concílio, a teologia cristã insistiu de forma enfática sobre a necessidade de assumir a missão não só como “implantação da Igreja”, mas também como **“serviço ao mundo”**, ou, mais propriamente, ao Reino de Deus e à “Paz” (*shalom*) que este traz à

humanidade. Tal concepção encontrou ampla receptividade também na América Latina, onde foi destacado o empenho dos cristãos na luta pela justiça e pela libertação humana, o que aliás tinha sido reconhecido pelos Sínodos de 1971 e 1974⁴¹.

Missão e diálogo

48. Outro aspecto que, a partir do Sínodo de 1974, teve ampla repercussão na reflexão sobre a missão foi o **diálogo inter-religioso**⁴². O Concílio Vaticano II e o Papa Paulo VI⁴³ já haviam insistido sobre a necessidade do diálogo com a sociedade contemporânea e com as outras Igrejas cristãs⁴⁴. Em particular, no contexto do tema da liberdade religiosa, o Concílio afirma: “A verdade deve ser buscada pelo modo que convém à dignidade da pessoa humana e da sua natureza social, isto é, por meio de uma busca livre, com a ajuda do magistério ou do ensino, da comunicação e do diálogo, com os quais os homens dão a conhecer uns aos outros a verdade que encontraram ou julgam ter encontrado, a fim de se ajudarem mutuamente”⁴⁵. “O diálogo não nasce de táticos interesses, mas é uma atividade que apresenta motivações, exigências, dignidade própria: é exigido pelo profundo respeito por tudo o que o Espírito, que sopra onde quer, operou em cada homem. Por ele, a Igreja pretende descobrir as sementes do Verbo”, os “fulgores daquela realidade que ilumina todos os homens” – sementes e fulgores que se abrigam nas pessoas e nas tradições religiosas da humanidade”⁴⁶.

Missão é evangelização

49. O progresso da reflexão no Magistério e na consciência da Igreja levou a destacar o tema da **evangelização**, como o que melhor exprime a própria missão da Igreja, mas ao mesmo tempo a sublinhar como ela é “realidade rica, complexa e dinâmica”⁴⁷, que não pode ser definida apenas a partir de um ou outro de seus aspectos, sem correr o risco de a empobrecer e, até mesmo, de a mutilar. A *Evangelii Nuntiandi* procura exatamente expor os aspectos essenciais da evangelização, em continuidade ao Vaticano II.

50. Após a *Evangelii Nuntiandi*, a reflexão prosseguiu nas Conferências Episcopais Latino-Americanas de Puebla (1979) e Santo Domingo (1992), na Encíclica *Redemptoris Missio* (1990), sobre a validade permanente do mandato missionário, e em outros eventos e documentos. Não deve surpreender que **esta reflexão possa e deva prosseguir, descobrindo novos aspectos da missão da Igreja**. Pois esta não consiste apenas em anunciar uma mensagem do passado, mas em reconhecer os “sinais dos tempos” e em “interpretá-los à luz do Evangelho; para que assim (a Igreja) possa responder, de modo adaptado a cada geração, às eternas perguntas dos homens acerca do sentido da vida presente e da futura, e da relação entre ambas. É, por isso, necessário conhecer e compreender o mundo em que vivemos, as suas esperanças e aspirações, e o seu caráter tantas vezes dramático”⁴⁸. O que o Vaticano II procurou fazer em seu tempo, a Igreja deve realizá-lo permanentemente, atenta aos novos problemas e anseios da humanidade.

A Nova Evangelização

51. Alguns problemas suscitados pela teologia da missão após o Concílio são examinados criticamente pelo Papa João Paulo II na encíclica *Redemptoris Missio* sobre a validade permanente do Mandato missionário⁴⁹. Desta Encíclica, é particularmente importante para nós destacar o que ela diz sobre a **“nova evangelização”**⁵⁰. Já Paulo VI considerava necessário retomar a evangelização para superar a ruptura entre o evangelho e a cultura, a fé e a vida⁵¹. O Papa julga-a necessária nos Países “onde grupos inteiros de batizados perderam o sentido vivo da fé, não se reconhecendo já como membros da Igreja e conduzindo uma vida distante de Cristo e de seu Evangelho”. Em nosso País, como em geral na América Latina, embora haja situações muito diversificadas, não há dúvida de que uma “nova evangelização” é imprescindível. Ela será inspirada pela consciência das exigências da evangelização que a Igreja adquiriu nas últimas décadas, mas deverá também prestar contínua atenção às mudanças que vão acontecendo e aos novos desafios que surgem.

A evangelização nas Diretrizes da Igreja no Brasil

52. Como referência, no Brasil, temos a visão da evangelização amplamente desenvolvida nas “Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora”, fruto da Assembléia da CNBB de 1995. Salientam-se nelas quatro aspectos essenciais para a evangelização inculturada: **serviço, diálogo, anúncio e testemunho de comunhão**, que têm fundamento no Novo Testamento⁵².

53. Esta opção das Diretrizes foi justificada no próprio texto⁵³ e se fundamenta principalmente em duas razões: o seu **caráter prático**, que provém da experiência da própria Igreja antiga e se presta a descrever eficazmente as grandes tarefas da Igreja no mundo de hoje; a sua **capacidade de expressar**, melhor do que outras formulações, **a novidade da prática inaugurada por Jesus**, confiada a seus discípulos.

54. Outra forma de descrever a missão de Cristo e da Igreja prevaleceu na teologia moderna e foi assumida pelo Vaticano II. Ela nasceu da vontade de ressaltar a continuidade do plano de Deus, relacionando a figura de Cristo com o primeiro – ou “antigo” – Testamento. Naquele contexto, o povo de Deus foi guiado por profetas, sacerdotes e reis. Na nova Aliança, tudo converge para Cristo que é, ao mesmo tempo, profeta, sacerdote e rei. Todo o povo de Deus se torna profético, sacerdotal e real. Daí, os teólogos modernos deduziram uma descrição da ação pastoral da Igreja, que distingue o múnus **profético** como ministério da Palavra de Deus, o múnus **sacerdotal** como ministério litúrgico ou do culto, o múnus **real** (régio) como ministério do governo ou pastoreio do Povo do Deus.

55. Nesta segunda parte do nosso documento, baseada sobre a doutrina do Concílio Vaticano II e voltada para a exposição dos fundamentos teológicos, conservamos a descrição da missão da Igreja como tríplice múnus: profético, sacerdotal e real. Desta maneira se acentua mais a **constituição do povo de Deus**. Na terceira parte, voltada para as orientações práticas, retomaremos a descrição das exigências da evangelização, conforme as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora, acentuando principalmente a **missão confiada à Igreja**.

56. Nessa visão, a Igreja é chamada a **anunciar** a salvação em Cristo e o Reino de Deus, mas só pode fazê-lo demonstrando sua solidariedade e sua disposição de **serviço** para com toda a humanidade, sua atitude de diálogo na busca da verdade e sua capacidade de gerar comunidades onde já se vive de algum modo aquela **comunhão** com Deus e com os irmãos, que é realização germinal do Reino de Deus.

57. Urge compreender e frisar como **essas diversas exigências se interligam e são expressões necessárias da única missão**. Não seria autêntica uma evangelização que se limitasse a promover a libertação humana, sem anunciar o Reino de Deus e a salvação em Cristo. E, vice-versa, não seria legítimo um anúncio do Reino que não mostrasse de algum modo os sinais da libertação do ser humano face aos males que o oprimem⁵⁴.

Anúncio do Evangelho e sinais de solidariedade

58. A Igreja deve, como Jesus, **anunciar o Reino de Deus** e chamar para a conversão⁵⁵, mas deve também, como Jesus, **realizar aquelas obras ou “sinais”**, que revelam o amor de Deus pela humanidade através do poder do Espírito⁵⁶. Outra formulação, muito densa e bela, da missão da Igreja foi-nos oferecida pelo Papa João Paulo II na Encíclica *Evangelium Vitae*, sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana. Dizendo “o Evangelho do amor de Deus pelo homem, o Evangelho da dignidade da pessoa e o Evangelho da vida são um único e indivisível Evangelho”⁵⁷, **o Papa une o anúncio de Cristo (o amor de Deus pelo homem) com o empenho da Igreja pela vida humana em todas as suas dimensões**. Cristo, nossa esperança, é a vida em plenitude: este é o coração da mensagem evangélica e o conteúdo fundamental da missão da Igreja, do serviço que ela presta à humanidade.

59. As mesmas preocupações estão evidentes no tema escolhido pelo Papa e na Exortação pós-sinodal do Sínodo dos Bispos para a América, *Ecclesia in America*⁵⁸. O Sínodo, por um lado, convoca os povos da América para o **encontro com Jesus Cristo vivo**. Por outro, demonstra a **solidariedade** dos cristãos com todos os cidadãos, particularmente com os mais sofridos. Condição para realizar esta missão da Igreja é a **comunhão eclesial**, testemunho de unidade dos cristãos entre si e com o próprio Cristo.

60. Especialmente diante do “mundo” e diante dos que estão distantes de Cristo e do seu Evangelho, **a solidariedade da Igreja com todos os seres humanos, sem discriminação, e os serviços que ela presta são os “sinais” hoje indispensáveis**. A Igreja confia essas tarefas a todos os seus membros. A presença animadora e esclarecedora dos presbíteros é fundamental para superar a dificuldade de reconhecer a dimensão da fé e da caridade no social, no político e na luta pela justiça. A própria Santa Sé, através dos Conselhos “Justitia et Pax” (Justiça e Paz), “Cor Unum” (Um só coração) e da Fundação Populorum Progressio, busca promover o diálogo entre povos em conflito, a reconciliação entre nações e etnias divididas por antigos rancores, promover o desenvolvimento social, defender os direitos dos mais fracos, socorrer as populações em perigo⁵⁹. O Santo Padre pessoalmente, com suas homilias e suas viagens, tem procurado levar, junto com a palavra do Evangelho, forte apelo à justiça e à paz.

A competência dos leigos

61. Não há dúvida de que a tarefa de promover a justiça e a paz, de efetivamente prestar solidariedade e serviço aos irmãos, especialmente aos mais necessitados, é em primeiro lugar responsabilidade dos cristãos que têm competência na economia, na política, nas relações internacionais, no sindicato, nas organizações assistenciais, nos movimentos populares, nas pastorais sociais. O Concílio tinha consciência disso. Na Constituição *Lumen Gentium* afirma que na tarefa de impregnar o mundo do espírito de Cristo e fazer que “atinja mais eficazmente o seu fim na justiça, na caridade e na paz, [...] **compete aos leigos a principal responsabilidade**”. E reconhece que “os leigos são chamados de modo especial a tornar presente e operante a Igreja naqueles lugares e circunstâncias, onde ela **só por meio deles** pode vir a ser sal da terra”⁶⁰. O que significa que os leigos devem agir especialmente lá onde têm competência e preparo específico.

62. Em nosso País, muitas vezes de forma humilde e escondida, outras vezes através de uma atuação pública e destemida, muitos leigos e leigas cristãos lutaram e lutam pela justiça e a paz, dando corajoso testemunho evangélico e contribuindo para o serviço do mundo, cuja responsabilidade última cabe a todo o povo de Deus. Ao mesmo tempo, leigos e leigas contribuem para a edificação da comunidade eclesial, à qual prestam muitos serviços ou ministérios com generosidade e competência. Dessa forma, **a missão evangelizadora da Igreja é realizada por todo o povo de Deus, com sua variedade de vocações e ministérios** – ministros ordenados, consagrados e consagradas, leigos e leigas – que se harmonizam, sem confundir-se, na realização da tarefa comum.

2. O POVO DE DEUS

2.1. Igreja da Trindade Santa

63. A Igreja tem consciência de ser **uma presença diferente no mundo**. Ela sabe que está no mundo, mas não é do mundo⁶¹. Sua raiz última é o mistério insondável do Pai, que, por Cristo e no Espírito, quer que todos os homens e mulheres participem de sua vida de infinita e eterna comunhão, na liberdade e no amor, vivendo como filhos e filhas, irmãos e irmãs⁶². Por isso, o Concílio nos ensina que a Igreja não é simplesmente uma “sociedade” ao lado de outras, mas um *mistério de comunhão*: “Este é o sagrado mistério da unidade da Igreja, em Cristo e por meio de Cristo, enquanto o Espírito Santo opera a variedade dos dons. O supremo modelo e princípio deste mistério é a unidade na

Trindade das pessoas de um só Deus Pai e Filho no Espírito Santo⁶³. A Igreja toda aparece como **“o povo reunido na unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo”**⁶⁴.

Mistério de Comunhão

64. Nunca é demais, portanto, recordar e insistir que a Igreja é, em primeiro lugar, **um mistério de comunhão**, que reflete, com as limitações de seus membros e os limites do tempo e do espaço, o mistério da comunhão trinitária. A comunhão trinitária torna-se, então, fonte da vida e da missão da Igreja, modelo de suas relações e meta última de sua peregrinação.

2.2. Povo de Deus

65. Logo após ter apresentado a Igreja como “mistério” (cap. 1º da *Lumen gentium*), **o Vaticano II apresenta a Igreja como “Povo de Deus”** (cap. 2º da *Lumen gentium*). Estas duas noções não estão justapostas nem sobrepostas, mas intimamente relacionadas: se a primeira “fala da Igreja em toda a sua amplitude, desde o início da criação no desígnio de Deus, até à consumação celeste..., a outra trata do mesmo mistério, enquanto, no tempo intermédio entre a Ascensão do Senhor e a sua Parusia gloriosa, caminha para a meta bem-aventurada”⁶⁵. O mistério de comunhão exprime-se no tempo – que está entre o primeiro e o segundo Advento do Filho – na comunhão articulada do Povo de Deus. Esta expressão evoca diferentes aspectos da complexa realidade que é a Igreja.

a. Povo livre e fraterno

66. Antes de tudo, a expressão Povo de Deus faz-nos remontar a um momento decisivo das buscas religiosas da humanidade, quando o anseio humano do Absoluto se vê inesperadamente surpreendido e superado pelo advento gratuito da divina revelação: a revelação do nome de Javé a Moisés e **a experiência do êxodo**, cujo resultado é, através da **celebração da Aliança, a constituição de Israel em povo de Deus**. À exigência de uma adesão incondicional e exclusiva a Javé – “não terás outro deus além de mim”⁶⁶ – corresponde o amor ao próximo⁶⁷. A expressão concreta deste preceito central é a solidariedade com o pobre⁶⁸. Com efeito, Javé, como não se cansarão de repetir os profetas, é Deus dos pobres! Justamente por isso, o significado do êxodo e da Aliança é ao mesmo tempo religioso (revela o rosto de Deus como sumamente próximo e soberanamente transcendente) e social (revela e tutela a dignidade de todo ser humano, sobretudo dos pobres, propondo o estatuto ideal de um povo livre e solidário). A posse da terra – dom de Deus a seus filhos – deve ser o “sacramento” a garantir a liberdade, a dignidade e a segurança conquistadas através do êxodo. O êxodo tinha por meta a liberdade e a fraternidade perfeitas entre os israelitas, filhos e filhas de Deus, que é Deus da vida! **A nova e perfeita Aliança, porém, só se dará em Cristo**: “Foi Cristo quem instituiu a nova Aliança (...) no seu sangue”⁶⁹, chamando um povo que junto crescesse para a unidade, não segundo a carne, mas no Espírito, e fosse o novo Povo de Deus (...) Este povo messiânico tem por cabeça Cristo (...). Tem por condição a dignidade e a liberdade dos filhos de Deus, em cujos corações habita o Espírito Santo como num templo. Sua lei é o mandamento novo de amar (...). Sua meta é o Reino de Deus”.⁷⁰

b. Povo que abre caminho para o serviço

67. Em segundo lugar, a expressão Povo de Deus recorda que a Igreja **é uma realidade histórica**, fruto da livre iniciativa de Deus e da livre resposta dos seres humanos. Por isso, ela não pode furtar-se, em nenhuma circunstância, sobretudo nas grandes crises históricas – aquelas que marcam as viradas de civilização e de cultura, como a que estamos vivendo hoje – ao dever de fazer escolhas e de abrir caminhos.

68. Situada, na verdade, **entre a primeira vinda do Senhor Jesus em nossa carne mortal e sua segunda vinda em sua glória imortal**, a Igreja participa, de um lado,

da transitoriedade deste mundo, cuja “figura passa”⁷¹, e, de outro lado, da definitividade de Deus, que um dia será “tudo em todos”⁷². Os discípulos, que outrora o acolheram na carne humilde e pobre de Jesus de Nazaré através da fé, precisam agora acolhê-lo através do **amor** na carne desprezada e descartada dos famintos, sedentos, migrantes, despojados, doentes e encarcerados,⁷³ “esperando contra toda **esperança**”⁷⁴. O peregrinar da Igreja entre a Ascensão e a Parusia percorre, na força do Espírito, os passos de Jesus, que foi ungido pelo Espírito para “evangelizar os pobres, proclamar a remissão aos presos e aos cegos a recuperação da vista, para restituir a liberdade aos oprimidos e para proclamar um ano de graça do Senhor”⁷⁵. A Igreja não pode perder de vista o serviço à vida e à esperança, no amor e na liberdade, que é, neste mundo, seu horizonte maior!

c. Mais importante é o que nos une: a condição cristã

69. A expressão Povo de Deus indica, em seguida, a Igreja “**em sua totalidade**”, ou seja, **naquilo que é comum a todos os seus membros**. Esta foi, sem dúvida, uma das maiores aquisições do Vaticano II e deve fazer valer todo o seu peso quando se trata de refletir sobre missão da Igreja e ministérios dos cristãos e cristãs leigos. Ao colocar, na *Lumen Gentium*, antes dos capítulos sobre a hierarquia (cap. III) e o laicato (cap. IV), o capítulo sobre o Povo de Deus (cap. II) – onde se sublinha tudo o que é comum a todos os membros da Igreja – o Vaticano II superou a concepção de Igreja como “**sociedade desigual**”⁷⁶, que favorecia aquela distância entre hierarquia e laicato, que o Novo Testamento não conhecia e que se revelou prejudicial para o testemunho cristão no mundo.

70. A noção de Povo de Deus, com efeito, exprime a **profunda unidade, a comum dignidade e a fundamental habilitação de todos os membros da Igreja à participação na vida da Igreja e à corresponsabilidade na missão**. Antes e além de toda e qualquer diferenciação carismática e ministerial, está a **condição cristã**, que é comum a todos os membros da Igreja. O texto conciliar que exprime com maior eficácia esta profunda unidade e comum dignidade de todos os membros do Povo de Deus está situado justamente no capítulo da *Lumen gentium* dedicado aos leigos: “Um é pois o povo eleito de Deus: 'um só Senhor, uma só fé, um só batismo’⁷⁷. Comum a dignidade dos membros pela regeneração em Cristo. Comum a graça de filhos. Comum a vocação à perfeição. Uma só a salvação, uma só a esperança e indivisa a caridade. Não há, pois, em Cristo e na Igreja, nenhuma desigualdade em vista de raça ou nação, condição social ou sexo, porquanto 'não há judeu ou grego, não há servo ou livre, não há varão ou mulher, porque todos vós sois um em Cristo Jesus’ ”⁷⁸.

71. Faz parte desta condição comum – dada pela fé, esperança e caridade e pelos sacramentos do batismo, da crisma e da eucaristia – a participação de todo o Povo de Deus nas funções profética, sacerdotal e real de Cristo.

Participação na função profética

72. O Povo de Deus participa da **função profética** de Cristo “pela difusão de seu testemunho vivo, sobretudo através de uma vida de fé e caridade, e pelo oferecimento a Deus do sacrifício de louvor, fruto de lábios que confessam o seu nome”⁷⁹. Além disso, graças à unção do Espírito Santo⁸⁰, “o conjunto dos fiéis (...) não pode enganar-se no ato de fé e manifesta esta sua peculiar propriedade mediante o senso sobrenatural da fé de todo o povo quando, “desde os Bispos até os últimos fiéis leigos”, apresenta um consenso universal sobre questões de fé e costumes. Por este senso da fé, suscitado e sustentado pelo Espírito da verdade, o Povo de Deus – sob a direção do sagrado Magistério, a quem fielmente respeita – não já recebe a palavra de homens, mas verdadeiramente a palavra de Deus⁸¹; apegando-se indefectivelmente à fé uma vez para sempre transmitida aos santos⁸²; e, com reto juízo, penetra-a mais profundamente e mais plenamente a aplica à vida”⁸³. A função profética pertencem **as várias modalidades de relação entre a comunidade dos fiéis e a palavra de Deus**: sua acolhida na fé, sua vivência no amor, seu testemunho exterior, seu aprofundamento pela

catequese e pela reflexão teológica, a denúncia em seu nome, o anúncio pela pregação, sua meditação na oração pessoal, sua celebração na liturgia comunitária. A pregação da palavra não foi confiada somente a alguns, mas a todos⁸⁴. A palavra cria e reúne constantemente a Igreja, despertando nela a fé e a obediência; e é da Igreja que a palavra deve sempre de novo sair para que ela ressoe em toda a terra⁸⁵. Aqueles que foram 'chamados' pela palavra⁸⁶ devem não só testemunhá-la, mas pregá-la, segundo o carisma próprio a cada um⁸⁷. Com efeito, "todos ficaram repletos do Espírito Santo, e proclamavam com firmeza a palavra de Deus"⁸⁸, realizando, assim, o desejo de Moisés e as promessas dos profetas: "Oxalá todo o povo de Deus fosse profeta, dando-lhe Javé o seu Espírito!"⁸⁹

Participação na função sacerdotal

73. A participação no **sacerdócio de Cristo** faz da Igreja um **povo sacerdotal**. Há, com efeito, um único e indivisível sacerdócio: o de Jesus Cristo. Seu sacerdócio não é um sacerdócio ritual, nos moldes do Antigo Testamento. Jesus não pertencia à tribo sacerdotal de Levi, mas à de Judá: "É bem conhecido, de fato, que nosso Senhor surgiu de Judá, tribo a respeito da qual Moisés nada diz quando trata dos sacerdotes"⁹⁰; sua atividade se assemelhava mais à dos antigos profetas que à dos sacerdotes judeus; as esperanças messiânicas suscitadas por Sua pessoa e atividade são interpretadas mais na linha de um messianismo real do que de um messianismo sacerdotal; Ele morre fora do espaço sagrado da Cidade e do Templo... Seu sacerdócio – segundo a Carta aos Hebreus – é um *sacerdócio existencial* e consiste, fundamentalmente, na entrega de todo o seu ser e existência ao Pai, no Espírito, e aos irmãos e às irmãs, reconciliando-os com o Pai e entre si, realizando, assim, uma vez por todas, a perfeita e insuperável mediação entre Deus e os homens.

74. "Aderindo a Cristo sacerdote por meio da fé, deixando-se purificar por seu sangue e santificar pela oferta do seu corpo, entrando no movimento do seu sacrifício"⁹¹, os cristãos se tornam capazes de dar a Deus um culto autêntico, que consiste na *transformação de sua existência pela caridade divina*"⁹². Por sua participação no único sacerdócio de Cristo, o Povo de Deus da Nova Aliança é **conjuntamente sacerdotal**⁹³. Com efeito, todos os cristãos são chamados a "oferecer sacrifícios espirituais agradáveis a Deus por meio de Jesus Cristo", a "elevar incessantemente a Deus, por meio de Jesus Cristo, um sacrifício de louvor"⁹⁴ e a "não se esquecer de fazer o bem e de praticar a mútua ajuda comunitária, pois estes são os sacrifícios que agradam a Deus"⁹⁵; por isso, devem "eles próprios apresentar-se a Deus em sacrifício vivo e santo que lhe seja agradável"⁹⁶. A vocação dos cristãos não os leva "a pôr sua confiança em ritos exteriores, mas a passar pelo **sacrifício existencial de Cristo** e valer-se, assim, de sua mediação sacerdotal"⁹⁷. O Catecismo Tridentino explica esta realidade do sacerdócio comum dos fiéis num texto particularmente iluminante: "No que diz respeito ao sacerdócio interior, todos os fiéis, após terem sido purificados pela água salutar, são chamados sacerdotes; sobretudo, porém, os justos, que têm o Espírito de Deus e que, pelo dom da graça de Deus, foram feitos membros vivos de Jesus Cristo Sumo Sacerdote. Estes, de fato, graças à fé, que se faz ardente pela caridade, imolam a Deus vítimas espirituais no altar do próprio coração; neste gênero, devem ser consideradas todas as ações boas e honestas, que se endereçam à glória de Deus"⁹⁸. O sacerdócio comum é, pois, um sacerdócio comum a todos os fiéis, isto é, a todos os batizados enquanto professam e vivem a fé. Neste sentido, não é nenhum ministério, mas "**o culto cristão existencial**, que consiste na transformação da totalidade da vida por meio da caridade divina"⁹⁹. É, portanto, a própria vida cristã, feita de fé, de esperança e de caridade. É a vivência, suscitada e sustentada pelo Espírito, da vocação universal à santidade, colocando-se a serviço de Deus e de seu Reino, como prosseguimento, na força do Espírito, da prática de Jesus!

Participação na função real

75. A função real é a expressão mais densa das múltiplas e complexas relações que se dão **entre a Igreja e o Reino de Deus**¹⁰⁰. Além de centro e resumo¹⁰¹, "a proclamação

e a instauração do Reino de Deus são o objetivo da missão de Jesus: 'pois foi para isso que fui enviado'¹⁰². Em Jesus, o Reino de Deus está próximo¹⁰³ e é já realidade presente¹⁰⁴. O Reino de Deus, na verdade, é um acontecimento que coincide com a pregação e o ministério de Jesus, sendo ele mesmo a Boa Notícia¹⁰⁵: através do anúncio e da prática de Jesus, Deus mesmo intervém de maneira decisiva e definitiva na história humana¹⁰⁶. A vinda do Reino é reconhecível pela fé¹⁰⁷ nos sinais que Jesus realiza¹⁰⁸: no sentar-se à mesa com os pecadores¹⁰⁹, nos milagres¹¹⁰, nos exorcismos¹¹¹, na escolha dos Doze¹¹², no anúncio da Boa Nova aos pobres¹¹³, no reconhecimento e valorização da dignidade das mulheres, nos gestos de salvação e libertação em favor dos pobres, humildes e pecadores¹¹⁴. O Reino de Deus é, sem dúvida, um acontecimento que se manifesta no coração humano – pois é interior a relação com Deus pela fé e pela conversão¹¹⁵ – mas também se manifesta nas relações entre as pessoas e nas estruturas que lhes correspondem. No centro do acontecimento do Reino, está, de um lado, a autocomunicação de Deus que é Pai – com o qual Jesus vive intimidade única, a ponto de chamá-lo Abbá-papai¹¹⁶ – e, de outro, a sua predileção pelos pobres, pelos últimos, pelos pecadores¹¹⁷. Esta experiência de Jesus tem conseqüências seja para a atitude religiosa do ser humano – uma atitude filial de confiança, de simplicidade, de abandono total¹¹⁸ – seja para a sua prática social, que descobre o outro – sobretudo o último, o pequeno, o pobre, o inimigo, o estrangeiro – como irmão¹¹⁹. Por isso, “o Reino diz respeito a todos: às pessoas, à sociedade, ao mundo inteiro; trabalhar pelo Reino significa reconhecer e favorecer o dinamismo divino que está presente na história humana e a transforma; construir o Reino quer dizer trabalhar para a libertação do mal, sob todas as formas; em resumo, o Reino de Deus é a manifestação e a atuação de seu desígnio de salvação, em toda a plenitude”¹²⁰.

76. O próprio Jesus – tanto em seu ministério terreno¹²¹ como em sua condição de ressuscitado¹²² – **enviou os discípulos a proclamarem o Reino de Deus**. A Igreja – que tem o Cristo morto e ressuscitado, por cabeça, a dignidade e a liberdade dos filhos de Deus por condição, o mandamento novo de amar como o próprio Cristo nos amou por lei – tem por meta o Reino de Deus. Este Reino, iniciado pelo próprio Deus na terra, deve estender-se mais e mais até que no fim dos tempos seja consumado por Ele próprio, quando aparecer Cristo, nossa vida¹²³. Então “a própria criatura será libertada do cativeiro da corrupção para a gloriosa liberdade dos filhos de Deus”¹²⁴. Neste sentido, a Igreja, embora conheça “o segredo do Reino”¹²⁵ e seja na terra seu germe e início¹²⁶, “não é fim em si mesma; pelo contrário, deseja intensamente ser toda de Cristo, em Cristo e para Cristo, e toda dos seres humanos, entre os seres humanos e para os seres humanos”¹²⁷. O Reino de Deus, na verdade, é maior que a Igreja e que o mundo; está, todavia, presente e atuante tanto na Igreja como no mundo, embora de forma diferente: na Igreja, de modo sacramental e consciente; no mundo, de modo oculto e inconsciente. A Igreja, na verdade, não é o Reino, mas o seu sacramento, o “Reino em mistério”¹²⁸. Enquanto sinal e instrumento do agir salvífico de Cristo no Espírito, a Igreja não é apenas caminho, mas a primeira beneficiária da salvação, o primeiro fruto da salvação já realizada em Cristo e – justamente por isto – a sua serva humilde e pobre, sempre necessitada de conversão e de renovação¹²⁹. **Para isto existe a Igreja: para o Reino de Deus**, que o Cristo glorificado, na força do Espírito, continua a realizar na história humana, onde a Igreja “vive entre as criaturas que gemem e sofrem como que dores de parto até o presente e aguardam a manifestação dos filhos de Deus”¹³⁰. Existindo em si mesma, mas não para si mesma – pois é sacramento, isto é, sinal e instrumento de salvação e libertação¹³¹ – “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e angústias dos discípulos de Cristo”¹³². Assim como o Filho do Homem “veio, não para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por todos”¹³³, a Igreja toda deve – cada vez mais – colocar-se “efetiva e concretamente a serviço do Reino”¹³⁴, para que “todos tenham vida e vida em plenitude”¹³⁵. A função real – que tanto no Concílio como depois dele foi também apresentada como ‘caridade’, ‘serviço’ e ‘liberdade’ – exprime a liberdade dos filhos de Deus em relação a si mesmos, aos outros e aos bens deste mundo, o que os torna capazes de amar e servir, sobretudo aos pobres e pequenos, colocando-se a serviço de Deus e de seu Reino¹³⁶.

d. Uma só missão assumida por todos

77. A expressão Povo de Deus é também apropriada para ressaltar que a **missão da Igreja não é responsabilidade de alguns, mas de todos**. Nascendo das divinas missões do Filho e do Espírito, a Igreja é missionária: “A Igreja peregrina é por sua natureza missionária. Pois ela se origina da missão do Filho e do Espírito Santo, segundo o desígnio de Deus Pai. Este desígnio provém do “amor fontal” ou da caridade de Deus Pai, que é o Princípio sem Princípio e do qual é gerado o Filho e pelo Filho procede o Espírito Santo”¹³⁷. Todo o Povo de Deus não só é responsável pela vida, mas também pela missão da Igreja, na Igreja e no mundo. A *Lumen Gentium* o diz claramente: “Os sagrados pastores conhecem, com efeito, perfeitamente quanto os leigos contribuem para o bem de toda a Igreja. Pois eles próprios sabem que Jesus Cristo não os instituiu para se encarregarem sozinhos de toda a missão salvadora da Igreja para com o mundo, mas que o seu cargo sublime consiste em pastorear de tal modo os fiéis e de tal modo reconhecer os seus serviços e carismas, que todos, cada um segundo o seu modo próprio, cooperem na obra comum”¹³⁸. É neste sentido que se pode falar de “Igreja toda ministerial”, de “corresponsabilidade diferenciada”, de “todos responsáveis na Igreja”, de “Igreja de responsabilidades apostólicas compartilhadas”, de “Igreja toda em serviço”, de “comunidade enviada de serviço”, de “comunhão e participação” (Puebla) ou de “comunhão e missão” (CNBB).

e. Unidade na diversidade

78. A expressão Povo de Deus, finalmente, ilumina a **unidade da Igreja** na variedade católica dos carismas, das funções, das Igrejas Particulares, das tradições, das culturas, que, longe de destruir a unidade da Igreja, a aperfeiçoam¹³⁹. Com efeito, a plenitude da unidade – suscitada e vivificada pelo Espírito – é o fundamento de toda possível distinção na Igreja: “Por instituição divina, a Santa Igreja é estruturada e regida com admirável variedade. Pois como em um só corpo temos muitos membros, mas todos os membros não têm a mesma função, assim nós, embora sejamos muitos, somos um só corpo em Cristo, e somos membros uns dos outros”¹⁴⁰.

f. Carismas, serviços e ministérios vários

79. Convém, na verdade, ressaltar que, de uma maneira muito apropriada, a expressão Povo de Deus evoca a **variedade de carismas, serviços e ministérios** que o Senhor reparte entre os fiéis em vista da vida e da missão da Igreja. Com efeito, a comum incorporação a Cristo e à Igreja – realizada pelos sacramentos de iniciação – é constantemente enriquecida por inesgotável pluralidade de carismas, serviços e ministérios. Esta é a perspectiva do Vaticano II, quando ensina: “Não é apenas através dos sacramentos e dos ministérios que o Espírito Santo santifica e conduz o Povo de Deus e o orna de virtudes, mas, repartindo seus dons “a cada um como lhe apraz”¹⁴¹, distribui entre os fiéis de qualquer classe mesmo graças especiais. **Por elas os torna aptos e prontos a tomarem sobre si os vários trabalhos e ofícios**, que contribuem para a renovação e maior incremento da Igreja, segundo estas palavras: “A cada um é dada a manifestação do Espírito para utilidade comum”¹⁴². Estes carismas, quer eminentes, quer mais simples e mais amplamente difundidos, devem ser recebidos com gratidão e consolação, pois são perfeitamente adequados e úteis às necessidades da Igreja. Os dons extraordinários, todavia, não devem ser temerariamente pedidos nem deles devem presunçosamente ser esperados frutos de obras apostólicas. O juízo sobre sua autenticidade e seu ordenado exercício compete aos que governam a Igreja. A eles, em especial, cabe não extinguir o Espírito, mas provar as coisas e ficar com o que é bom”¹⁴³.

Dom de Deus e busca humana

80. Na verdade – **no tocante aos ministérios eclesiais – a Igreja, atenta às indicações do Espírito Santo**, em função de suas necessidades internas e dos desafios

da missão no mundo, **vai se estruturando e organizando**. O Novo Testamento nos mostra este processo em curso. Ele não oferece um modelo único do modo de se estruturar a Igreja. Mostra, isso sim, diversos exemplos, respondendo às demandas dos diferentes contextos históricos e culturais. Também encontramos no Novo Testamento informações referentes a épocas distintas. Estes testemunhos são diversificados: nenhum deles pode ser considerado exclusivo e excludente dos demais. Por isso, a Igreja, fiel a Cristo e guiada pelo Espírito Santo, não deveria ter medo de aceitar e de criar novos modelos, satisfazendo assim às exigências de sua vida e missão nos diversificados contextos em que atua.

Carisma e ministério: distinguindo e unindo

81. Dois elementos interrelacionados estão subjacentes a todo este processo: **a atuação do Espírito Santo na comunidade dos fiéis (= dimensão do dom transcendente) e a busca humana das melhores opções (= dimensão do empenho humano)** “para aperfeiçoar os santos em vista do ministério, para a edificação do Corpo de Cristo, até que alcancemos todos a unidade da fé e do conhecimento do Filho de Deus, o estado de homem perfeito à medida da estatura da plenitude de Cristo”¹⁴⁴. O exemplo mais claro desta busca ativa e criativa no Espírito está documentado em At 6,1-6: quando surge o primeiro conflito na comunidade de Jerusalém (6,1), são os Apóstolos que “convocam a assembléia dos discípulos” (6,2), conduzem o discernimento e indicam uma solução (6,2-3), mas é a assembléia que aprova a proposta dos apóstolos e escolhe os ministros (6,4-5), que, uma vez apresentados aos apóstolos, recebem deles a imposição das mãos (6,6).

82. Alguns textos do Novo Testamento apontam para **uma íntima relação entre carisma e serviço/ministério**. Os mais conhecidos são 1Cor 12,4-11.28-30; Rm 12,4-8; Ef 4,10-13; 1Pd 4,10; 2Tm 1,6. Mais especificamente: “Há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo; diversidade de ministérios, mas o Senhor é o mesmo; diversos modos de ação, mas é o mesmo Deus que realiza tudo em todos. Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito para a utilidade de todos. A um o Espírito dá...”¹⁴⁵. “Tendo, porém, dons diferentes, segundo a graça que nos foi dada, (...)”¹⁴⁶. “É ele que concedeu a uns ser apóstolos, a outros profetas, a outros evangelistas, a outros pastores e mestres...”¹⁴⁷. “Todos vós, conforme o dom que cada um recebeu, consagrai-vos ao serviço uns dos outros, como bons dispenseiros da multiforme graça de Deus”¹⁴⁸. “Eu te exorto a reavivar o dom de Deus, que há em ti pela imposição das minhas mãos. Pois Deus não nos deu um espírito de medo, mas espírito de força, de amor e de sobriedade!”¹⁴⁹

Que se entende por ministério?

83. Há forte tendência, hoje, na teologia e na prática pastoral, de considerar ministério, fundamentalmente, **o carisma que assume a forma de serviço à comunidade e à sua missão no mundo e na Igreja e que, por esta, é como tal acolhido e reconhecido**.

84. Ministério é, antes de tudo, **um carisma**, ou seja, um **dom do Alto, do Pai, pelo Filho, no Espírito, que torna seu portador apto a desempenhar determinadas atividades, serviços e ministérios em ordem à salvação**¹⁵⁰. Numa perspectiva trinitária, é preciso ressaltar aqui a unidade na variedade e a variedade na unidade¹⁵¹. Ao falar-se de carismas, não se deveria privilegiar os mais extraordinários e espetaculares, mas os que sustentam a fé e ajudam-na a encarnar-se. Ao lado da capacidade de operar milagres, Paulo recorda o carisma da assistência e do governo da comunidade¹⁵². Diante da tentação de excluir da lista dos carismas os serviços mais humildes e estáveis, Paulo afirma o valor destes serviços, como no corpo humano, onde os membros menos nobres são os que cercamos de maior honra¹⁵³. Não se pode esquecer que a função de Apóstolos – aos quais, de alguma forma, sucedem, na Igreja, os ministros ordenados – situa-se também no conjunto dos carismas¹⁵⁴ e, em Paulo, vem em primeiro lugar¹⁵⁵. Na verdade, todos os carismas, serviços e ministérios de que a

Igreja é dotada pelo Espírito para cumprir a sua missão se complementam, cooperam uns com os outros e se integram, como os membros de um corpo¹⁵⁶; no respeito ao princípio de subsidiariedade¹⁵⁷.

85. Nem todo carisma, porém, é ministério. Certamente, a dimensão do serviço deve caracterizar todo carisma,¹⁵⁸ e seu portador deve aspirar ao dom maior, que é o amor¹⁵⁹. **Mas só pode ser considerado ministério o carisma que, na comunidade e em vista da missão na Igreja e no mundo, assume a forma de serviço bem determinado, envolvendo um conjunto mais ou menos amplo de funções, que responda a exigências permanentes da comunidade e da missão, seja assumido com estabilidade, comporte verdadeira responsabilidade e seja acolhido e reconhecido pela comunidade eclesial.**

86. **A recepção ou reconhecimento do ministério pela comunidade eclesial** é essencial ao ministério, porque o ministério é uma atuação pública e oficial da Igreja, tornando seu portador, num nível maior ou menor, seu **representante**. Esta “recepção” ou “reconhecimento” dos ministérios **tem modalidades e graus diversos**, dependendo da natureza da função, ou seja, da sua relação com a identidade e a missão da Igreja¹⁶⁰.

Tipologia dos ministérios

87. Na reflexão teológica e pastoral, têm-se distinguido os seguintes **grupos de ministérios**: a) ministérios simplesmente “**reconhecidos**” (às vezes, impropriamente, chamados ministérios “de fato”), quando ligados a um serviço significativo para a comunidade, mas considerado não tão permanente, podendo vir a desaparecer, quando variarem as circunstâncias;¹⁶¹ b) ministérios “**confiados**”, quando conferidos ao seu portador por algum gesto litúrgico simples ou alguma forma canônica¹⁶²; c) ministérios “**instituídos**”, quando a função é conferida pela Igreja através de um rito litúrgico chamado “instituição”; d) ministérios “**ordenados**” (também chamados **apostólicos** ou **pastorais**), quando o carisma é, ao mesmo tempo, reconhecido e conferido ao seu portador através de um sacramento específico, o sacramento da Ordem, que visa a constituir os ministros da unidade da Igreja na fé e na caridade, de modo que a Igreja se mantenha na tradição dos Apóstolos e, através deles, fiel a Jesus, ao seu Evangelho e à sua missão. O ministério ordenado, numa eclesiologia de totalidade e numa Igreja toda ministerial, não detém o monopólio da ministerialidade da Igreja. **Não é, pode-se dizer, a “síntese dos ministérios”, mas o “ministério da síntese”**. Seu carisma específico é o da **presidência da comunidade** e, portanto, da animação, coordenação e – com a indispensável participação ativa e adulta de toda a comunidade – do discernimento final dos carismas¹⁶³. Fruto de um dom do Espírito¹⁶⁴ – o protagonista da missão – que se reconhece e se comunica poderosamente no ato sacramental da ordenação, o ministro ordenado está a serviço do Espírito, que deve ser sempre de novo reconhecido e acolhido, na Igreja e no mundo, e a serviço de Cristo, Servo e Cabeça da Igreja. Os ministérios “reconhecidos”, “confiados” e “instituídos” – tomados em conjunto – formam os *ministérios não-ordenados*, isto é, que não exigem a ordenação.

88. Na Igreja latina, por enquanto, os ministérios instituídos são apenas os ministérios de Leitor e Acólito, criados pelo Papa Paulo VI, no Motu proprio *Ministeria quaedam*, de 15 de agosto de 1972. O “modelo” para a criação de outros ministérios instituídos foi dado, mas a Igreja tem preferido limitar-se a formas menos institucionalizadas de ministérios, como são os “reconhecidos” e os “confiados”. Algumas Dioceses têm desenvolvido um trabalho orgânico no sentido de, a partir das necessidades das comunidades e dos carismas de seus membros, desenvolver ministérios que são conferidos, através de um rito litúrgico presidido pelo Bispo, a pessoas escolhidas pelas próprias comunidades, numa espécie de “instituição” sob a responsabilidade da Igreja Particular. **A instituição oficial de ministros leigos numa comunidade, seguindo um ritual litúrgico próprio**, previsto para esta circunstância, **pode assumir um significado muito grande para o fortalecimento da dimensão eclesial dos ministérios leigos**, contanto que faça parte de um projeto diocesano e seja a culminância de um processo de valorização dos leigos nas comunidades.

São diversos os valores eclesiais que podem ser fortalecidos com este processo:

- o envolvimento da comunidade na indicação de seus ministros recupera a dinâmica da Igreja Primitiva, de participação da comunidade nas responsabilidades do ministério apostólico;
- a indicação clara de leigos para assumirem responsabilidades eclesiais ajuda a superar uma mentalidade longamente implantada, de centralização do ministério nas mãos das pessoas ordenadas, como se só elas pudessem exercer ministérios na Igreja;
- a instituição de ministros faz que a comunidade reconheça que eles são parte de sua vida, favorecendo uma melhor compreensão de que todos os cristãos participam da missão da Igreja;
- a instituição de ministros possibilita ainda uma distribuição de tarefas que libera o ministro ordenado para tarefas mais específicas de seu ministério e fortalece a identificação do povo com a Igreja, que passa a contar com pessoas que assumiram claramente responsabilidades pela vida e missão eclesiais;
- a instituição de ministros leigos, a partir de um ato que conta com a presença do Bispo Diocesano, torna mais visível a unidade de atuação de todos os ministérios na Diocese, ao mesmo tempo que se abre caminho para a salutar diversidade e descentralização, que vai ao encontro das necessidades próprias de cada comunidade.

89. Alguns dos ministérios que os leigos e as leigas exercem são chamados de ministérios de **“suplência”**¹⁶⁵, porque, embora seu exercício não dependa da ordenação, as funções neles implicadas são historicamente consideradas próprias e típicas do ministério ordenado. Portanto, quando os leigos ou leigas as assumem, estão suprindo a falta ou impossibilidade de ministros ordenados. A questão de fundo que se poderia colocar em relação a esta situação é a seguinte: se estas funções, embora próprias e típicas do ministério ordenado, podem, em determinadas circunstâncias, ser assumidas por leigos e leigas, por que não se pensar numa reorganização mais ousada dos ministérios eclesiais, criando verdadeiros e próprios “ofícios” a serem conferidos a leigos e leigas estavelmente e com responsabilidade própria e não simplesmente como “suplência”? Do ponto de vista teológico, se um leigo ou leiga pode suprir o ministro ordenado em determinadas ações, significa que está habilitado para tanto, em virtude dos sacramentos de iniciação. Por outro lado, nas atuais circunstâncias, em muitos lugares, a suplência não tem o caráter de eventualidade ou de provisoriedade, mas de situação pastoral normal e habitual, sem previsão razoável de mudança desse quadro.

90. Também a **distinção entre ministérios “ad intra” e ministérios “ad extra”** merece uma reflexão mais aprofundada. Que, de um lado, existam funções voltadas mais para a edificação e a manutenção da comunidade eclesial e, de outro, funções marcadamente destinadas à atuação da Igreja na sociedade, é um dado de fato. Aliás, salta à vista também que, nas atuais circunstâncias, na maioria de nossas Igrejas Particulares, temos um número muito maior de leigos e leigas engajadas em tarefas catequéticas e litúrgicas do que, por exemplo, nas pastorais sociais ou nas atividades missionárias. A distinção entre ministérios “ad intra” e ministérios “ad extra” baseia-se numa visão teológica que separa rigidamente e inadequadamente “Igreja” e “mundo” e, conseqüentemente, “vida” da Igreja e “missão” da Igreja, “vida interna da Igreja” e “missão da Igreja no mundo”. Na verdade, a expressão “missão da Igreja” ou “ministério da Igreja” engloba num único dinamismo, embora complexo e articulado, a vida interna da Igreja e sua atuação no mundo. Se entendermos que a Igreja é aquela porção da humanidade que professa, proclama, vive, celebra e serve ao mistério da salvação que Deus opera no mundo e na história, **tudo na Igreja e todos na Igreja estão a serviço** desse mesmo designio de salvação e libertação. Não é preciso “sair” da Igreja para “ir” ao mundo, como não é preciso “sair” do mundo para “entrar” e “viver” na Igreja. A **palavra** será sempre palavra da Igreja sacramento, serva da obra de salvação de Deus na história e no mundo.

A **liturgia** – que é “o cume para o qual tende a ação da Igreja e a fonte de onde emana toda a sua força”¹⁶⁶ – cantará as maravilhas que Deus opera nos seres humanos com

todas as suas relações, mais ainda, na sua história e em todo o universo. O **serviço** não será visto como a presença da Igreja no mundo através de alguns de seus membros ou de seus organismos, mas a face mais concreta da missão da Igreja no mundo. E estas três dimensões – palavra, liturgia, serviço – não são elementos estanques e incomunicáveis, mas intimamente entretecidos na unidade do mesmo desígnio salvífico. Por isso, não é adequado pensar a repartição das tarefas e ministérios, como se alguns devessem dedicar-se exclusivamente à “vida interna” da Igreja e outros se encarregassem da “presença no mundo”, reproduzindo, numa forma nova, o velho esquema dos “dois gêneros de cristãos”. A compreensão da Igreja como “sacramento de salvação” exige a superação entre um “ad intra” (em que a Igreja existiria e funcionaria em si e para si) e um “ad extra” (em que a Igreja ou parte dela agiria a serviço do mundo). Por isso, não há ministérios na e para a vida interna da Igreja e ministérios para o exterior da Igreja. Os ministérios são sempre ministérios na Igreja e para a Igreja, mas sempre Igreja sacramento de salvação e libertação do homem todo e de todos os homens na única história da salvação.

91. A esta altura, é também importante lembrar que **os ministérios não se limitam a determinadas áreas da missão da Igreja, como, por exemplo, o âmbito do culto, da palavra ou da coordenação eclesial**. Podem desenvolver-se – e, de fato, se desenvolvem – verdadeiros ministérios tanto na função profética, quanto na função sacerdotal, quanto na função real. Os ministros da sagrada comunhão, por exemplo, não são mais ministros que os catequistas ou que os agentes da pastoral da criança ou de outra pastoral social. Por que, por exemplo, as pastorais sociais podem ser consideradas verdadeiros ministérios? Porque as pastorais sociais, por exemplo, não são atuações de pessoas ou grupos de pessoas em nome próprio, mas atuações da Igreja em determinado campo da vida humana. Os seus agentes são verdadeiros ministros. Por isto se deverá falar de “ministério e não simplesmente de serviço cristão para todas as funções importantes exercidas em nome da Igreja, que respondam a uma necessidade permanente.

A diferença entre serviço cristão e ministério (...) deve-se ao fato que o ministério implica sempre maior ou menor representatividade da Igreja e compromisso das autoridades eclesiais correspondentes em relação à pessoa que o exerce”.¹⁶⁷ Por outro lado – e exatamente por isso – não é toda atuação cristã no social e no político que, “ipso facto”, possa ser considerada ministério. Além de respeitar a autonomia das realidades terrestres e da atuação dos cristãos nestas realidades, é preciso lembrar aquela distinção que a “teologia do laicato” fazia entre agir “como” cristão e agir “enquanto cristão” ou, então, entre agir “cristão” e agir “eclesial”. O ministério é um agir “eclesial”, que representa e empenha publicamente e oficialmente a Igreja. Os **“serviços”** cristãos não devem chamar-se ministérios, porque “não se necessita designação ou reconhecimento algum para testemunhar a fé no mundo, para estar a serviço uns dos outros na Igreja, ou para um grande número de tarefas que contribuem para o anúncio do Evangelho e para a construção do Corpo de Cristo”¹⁶⁸. Dizer que o exercício cristão de uma profissão civil ou de alguma atividade política não é ministério não é desmerecer nem diminuir seu valor – que é da ordem do testemunho – mas, simplesmente, respeitar a natureza das coisas e, neste campo, a legítima autonomia das realidades terrestres e do cristão nelas envolvido. O que é necessário, na verdade, nesta questão, é superar o mau uso das palavras, como o que só considera ministério a função que tenha esta designação ou, vice-versa, aquele que não quer reconhecer caráter ministerial a funções que têm todas as características exigidas de um ministério.

92. Por último, é importante lembrar que, assumindo ministérios “reconhecidos” ou “confiados” ou “instituídos”, **os cristãos leigos permanecem leigos** e, por isso, devem vivê-los e exercê-los na plena consciência de sua condição laical, que os coloca não só em relação característica com Cristo e com a Igreja, mas, de maneira toda particular, em relação com o mundo¹⁶⁹.

93. “Os leigos derivam o dever e o direito do apostolado de sua união com Cristo-Cabeça. Pois, inseridos pelo batismo no Corpo Místico de Cristo, pela Confirmação

robustecidos na força do Espírito Santo, recebem do próprio Senhor a delegação ao apostolado” (AA 3). É importante que os leigos, vivendo sua vida familiar ou profissional normal, ou engajados em alguma forma de apostolado ou ministério, com ou sem mandato canônico, estejam plenamente convencidos de que o fundamento estatutário e sacramental de sua participação na missão da Igreja se encontra no Batismo, enquanto sacramento de pertença, e na Confirmação, enquanto sacramento da Missão na força do Espírito de Pentecostes. Na verdade, “com a efusão batismal e crismal o batizado torna-se participante na mesma missão de Jesus Cristo, o Messias Salvador” (CfL 13c). “É, pois, necessário... que os pastores, ao reconhecer e ao conferir aos fiéis leigos os vários ministérios, ofícios e funções, tenham o máximo cuidado em instruí-los sobre a raiz batismal destas tarefas” (CfL 23,h).

g. Identidade teológica dos leigos e leigas

94. Por isso, em nossa reflexão sobre “Missão da Igreja e ministérios dos cristãos leigos e leigas”, não podemos deixar de aprofundar – ainda que muito brevemente – o estatuto teológico dos cristãos leigos e leigas. Valemo-nos, nesta reflexão, mais uma vez, dos ensinamentos do Concílio Vaticano II, que, ao ser o “Concílio da Igreja”, foi, pela primeira vez na história, também o “Concílio dos leigos e leigas”. **O Concílio Vaticano II pensou a estrutura social da Igreja em termos de hierarquia (realizando a missão do povo cristão basicamente na Igreja) e laicato (realizando a missão do povo cristão basicamente no mundo)**. É, com efeito, herdeiro da situação eclesial e da teologia que o precederam e prepararam. Tanto uma como outra se esforçaram por resgatar, na prática e na teoria, a dignidade e a missão dos leigos e leigas.

De forma densa, *Lumen Gentium* – não faz uma definição – descreve o leigo no n. 31, ressaltando sua condição cristã e eclesial, sua diferença em relação à hierarquia e aos religiosos, e enfatizando sua “índole secular”. Assim se expressa o Concílio: **“Pelo nome de leigos aqui são compreendidos todos os cristãos, exceto os membros de ordem sacra e do estado religioso aprovado na Igreja. Estes fiéis pelo batismo foram incorporados a Cristo, constituídos no povo de Deus e, a seu modo, feitos partícipes do múnus sacerdotal, profético e régio de Cristo, pelo que exercem sua parte na missão de todo o povo cristão na Igreja e no mundo. A índole secular é própria e peculiar aos leigos. (...)** Aos leigos compete, por sua vocação própria, buscar o Reino de Deus, exercendo funções temporais e ordenando-as segundo Deus. **Vivem no século**, isto é, em todos e em cada um dos ofícios e trabalhos do mundo. Vivem nas condições ordinárias da vida familiar e social, pelas quais sua existência é como que tecida. **Lá são chamados por Deus** para que, exercendo seu próprio ofício, guiados pelo espírito evangélico, a modo de fermento, de dentro, contribuam para a santificação do mundo. E assim manifestam Cristo aos outros, especialmente pelo testemunho de sua vida resplandecente em fé, esperança e caridade. A eles, portanto, cabe de maneira especial iluminar e ordenar de tal modo as coisas temporais, às quais estão intimamente unidos, que elas continuamente se façam e cresçam segundo Cristo, para louvor do Criador e Redentor”.

95. Convém deter-nos – ainda que brevemente – nos vários elementos que compõem esta “descrição tipológica”¹⁷⁰.

A novidade cristã

96. **Os leigos são, antes de tudo, “cristãos”**. A Nova Aliança, prometida por Javé – da qual deve nascer um povo novo, santo e universal pela efusão do Espírito – consumou-se no sangue de Jesus, o Cristo¹⁷¹. Aqueles que nele creem, regenerados pela Palavra¹⁷², pela água e pelo Espírito¹⁷³, são transformados em “cristãos”. Graças ao Espírito, eles pertencem a Cristo, o Ungido por excelência¹⁷⁴, tornam-se filhos de Deus¹⁷⁵ e irmãos entre si, na Igreja. O leigo é, portanto, antes de tudo, o “homo christianus”: “Reconhece, ó cristão, a tua dignidade!”¹⁷⁶. Esta é a condição cristã comum a todos os batizados. Esta é a novidade cristã, que define sua identidade e os diferencia dialeticamente do mundo. A consciência da “novidade cristã” era tão forte que, mais do que ressaltar as diferenças

internas, o Novo Testamento insiste em acentuar esta condição, comum a todos os renascidos. Internamente, eles se chamam de “discípulos”¹⁷⁷, “crentes” (ou “fiéis”)¹⁷⁸, “irmãos”¹⁷⁹, “santos”¹⁸⁰ e “eleitos”¹⁸¹; os “de fora” os chamam de “cristãos”¹⁸² ou “nazoreus”¹⁸³. **O leigo é, portanto, antes de tudo, a cristã ou o cristão típico. Esta sua identidade, porém, é a condição cristã “comum” a todos os batizados.**

Que distingue os leigos dos demais?

97. O que distingue os leigos dos demais fiéis é, em primeiro lugar, a chamada “definição negativa”, pela qual o termo leigo, pelo menos desde Tertuliano, adquiriu o sentido técnico de cristão **“não pertencente ao clero”**. É por isso que, após estabelecer sua identidade cristã (“todos os cristãos”), o Concílio acrescenta: “exceto os membros de ordem sacra e do estado religioso aprovado na Igreja”.

Suas múltiplas relações

98. O Concílio, porém, está interessado em **descrever positivamente** o leigo. Por isso, na seqüência, vai afirmar – partindo da ênfase sobre o batismo – a sua **“incorporação a Cristo”**, a sua **“constituição no Povo de Deus”**, a sua **participação na tríplice função de Cristo** e, conseqüentemente, **sua participação na missão comum a todo o povo cristão**, tanto na Igreja como no mundo. Estes elementos, porém, são comuns a todos os membros da Igreja; por isso, ao afirmá-los, o Concílio acrescenta – sem ainda explicitá-los – dois elementos de caráter distintivo: **“a seu modo”**, quanto à participação na tríplice função, e **“pela sua parte”**, quanto ao exercício da missão comum¹⁸⁴. Não deve passar despercebida a afirmação de que o leigo exerce, pela sua parte, a missão do povo cristão **“na Igreja e no mundo”**. O Concílio supera, desta maneira, a repartição “a Igreja aos clérigos” e o “mundo aos leigos”¹⁸⁵.

A “índole secular”

99. Tendo deixado claro que os leigos são cristãos e, portanto, que participam a pleno título da missão da Igreja, era necessário esclarecer a característica própria deles. O 2º parágrafo de *Lumen Gentium* 31 procura descrever **a peculiaridade dos leigos**, usando um termo que, na reflexão e na prática sucessivas, terá franca aceitação, embora sujeito a equívocos: a **“índole secular”**. Os leigos são chamados a evidenciar a missão da Igreja **“no mundo”**. Mas, mesmo aqui, o Concílio deve fazer algumas precisões. E as faz a partir das ‘relações’ dos leigos com os clérigos e com os religiosos, de um lado, e com a própria realidade do mundo, de outro. A primeira: convém que os “clérigos” se dediquem com maior evidência ao ministério. A segunda: os “religiosos”, por vocação e opção, acentuam a “transfiguração-oblação” do mundo pelo espírito das bem-aventuranças. A terceira: os leigos têm a “vocação” de “procurar o Reino de Deus exercendo funções temporais e ordenando-as segundo Deus” e, assim, possam “contribuir, a modo de fermento, por dentro, para a santificação do mundo”.

“Mundo” é sua vocação primeira

100. Convém colher – na concisão do texto conciliar – a densidade de elementos aí implicados. **Em relação aos clérigos e ao religiosos, o leigo é o cristão que vive no mundo**. A descrição pode parecer equívoca, pois também o ministro ordenado e o religioso vivem no mundo. O que é, porém, diferente é o ‘modo’ de o leigo estar presente no mundo: “Lá são chamados por Deus para que, exercendo seu próprio ofício guiados pelo espírito evangélico, **a modo de fermento**, contribuam para a santificação do mundo. E assim manifestam Cristo aos outros, especialmente pelo testemunho de sua vida resplandecente em fé, esperança e caridade. A eles, portanto, cabe de maneira especial ordenar de tal modo as coisas temporais, às quais estão intimamente unidos, que elas continuamente se façam e cresçam segundo Cristo, para louvor do Criador e Redentor”¹⁸⁶.

A condição de vida do leigo é lida teologicamente como vocação. A sua existência – pautada pelo Evangelho, na vivência da fé, da esperança e da caridade – é, por si mesma, antes mesmo de qualquer ação, possuidora de valor evangélico. É vivendo a sua própria vida “segundo Deus” que o leigo procura o Reino. Esta é a sua vocação primeira e os compromissos que ela comporta são vontade de Deus. Nesta linha, o ensinamento da *Gaudium et spes* é enfático: “O Concílio exorta os cristãos (...) a procurarem desempenhar fielmente suas tarefas terrestres, guiados pelo espírito do Evangelho. Afastam-se da verdade os que, sabendo não termos aqui cidade permanente, mas buscamos a futura, julgam, por conseguinte, poderem negligenciar os seus deveres terrestres, sem perceberem que estão mais obrigados a cumpri-los, por causa da própria fé, de acordo com a vocação à qual cada um foi chamado. Não erram menos aqueles que, ao contrário, pensam que podem entregar-se de tal maneira às atividades terrestres, como se elas fossem absolutamente alheias à vida religiosa, julgando que esta consiste somente nos atos de culto e no cumprimento de alguns deveres morais. Este **divórcio entre a fé professada e a vida cotidiana** de muitos deve ser enumerado entre os erros mais graves do nosso tempo (...) Portanto, não se crie oposição artificial entre as atividades profissionais e sociais de uma parte e, de outra, a vida religiosa. Ao negligenciar os seus deveres temporais, o cristão negligencia os seus deveres para com o próximo e o próprio Deus e coloca em perigo a sua salvação eterna”¹⁸⁷.

Sem exclusividade

101. A diversidade de condição vital do leigo – e, conseqüentemente, de vocação e função – não significa exclusividade. Por isso, *Lumen gentium* 31b¹⁸⁸ tem o cuidado de dizer que “a índole secular é **própria e peculiar** aos leigos”, não, portanto, exclusiva. Também mais adiante, quando diz que cabe aos leigos “tratar as coisas temporais e ordená-las segundo Deus”, não diz que isto “é porém específico dos leigos, por sua própria vocação” (como uma tradução incorreta faz crer), mas que “**por própria vocação, é próprio dos leigos...**” ou “**por sua vocação, é próprio dos leigos...**”. Nesta mesma linha, *Gaudium et spes* confirma: “As profissões e atividades seculares competem propriamente aos leigos, ainda que não de modo exclusivo”¹⁸⁹.

Na Igreja e no mundo

102. Superado todo separatismo, descortinam-se, assim, diante dos leigos não só **várias daquelas atividades que, durante muito tempo, foram atribuídas aos ministros ordenados – exceção feita àquelas funções e ações que dependem necessariamente do sacramento da ordem – mas, sobretudo, o vasto campo das realidades terrestres.** Em relação às primeiras, além de várias afirmações disseminadas por diversos documentos, o Concílio é explícito: “Além deste apostolado que atinge todos os cristãos sem exceção, os leigos podem, de diversos modos, ser chamados a uma **cooperação** mais imediata com o apostolado da hierarquia, à semelhança daqueles homens e mulheres que ajudavam o apóstolo Paulo no Evangelho, trabalhando muito no Senhor”¹⁹⁰. Além disso gozam da **aptidão de serem designados pela hierarquia para alguns ofícios eclesiásticos a serem exercidos para um fim espiritual**”¹⁹¹. Aqui o Concílio fala de ‘**cooperação**’.

103. No vasto campo das realidades terrestres, os leigos agem com responsabilidade própria, iluminados pela fé e respeitando a própria estrutura das coisas, sem esperar que os pastores da Igreja tenham – ou devam ter – uma doutrina ou uma solução concreta para todas as situações: “Não julguem (os leigos) serem os seus pastores sempre e tão competentes que possam ter uma solução concreta e imediata para toda questão que surja, mesmo grave, ou que seja esta a missão deles. Os leigos, ao contrário, esclarecidos pela sabedoria cristã e prestando atenção cuidadosa à doutrina do Magistério, assumam suas responsabilidades”¹⁹². Aqui o Concílio fala de ‘**autonomia**’, ainda que esta seja relativa, pois todos – pastores e leigos – estamos debaixo da Palavra de Deus e daquela lei que o Criador gravou nos próprios seres e em nossos corações”¹⁹³.

2.3. Hierarquia e laicato

104. Embora o Concílio Vaticano tenha lançado as bases para uma compreensão da estrutura social da Igreja como comunhão, **essa estrutura continua ainda sendo pensada dentro do binômio clássico “hierarquia e laicato”**. É sabido, porém, que esse binômio – que condiciona fortemente o nosso modo de entender e de viver a realidade eclesial e a missão – não é suficiente. De um lado, distingue muito; de outro lado, distingue muito pouco! Expliquemo-nos. **O binômio distingue muito a hierarquia e o laicato** porque não realça suficientemente a unidade batismal, crismal e eucarística que liga no mesmo e único Espírito os leigos e os ministros ordenados. Deixa na sombra a condição cristã e a missão, que são comuns aos leigos e à hierarquia, e que os distinguem em relação ao mundo¹⁹⁴. Ao distinguir tão claramente hierarquia e laicato, dá-se a impressão que hierarquia e laicato não pertençam à mesma comunhão eclesial, que é toda ela “sacramento de salvação” no mundo e para o mundo. **De outro lado, o binômio distingue muito pouco**, porque, no interior da comunhão eclesial, destaca apenas estas duas realidades – a hierarquia e o laicato – **deixando na sombra a imensa variedade de carismas, serviços e ministérios** que o único Espírito suscita para a vida e a missão da Igreja.¹⁹⁵

Ou comunidade - carismas e ministérios?

105. Por isso, desenvolvendo perspectivas já presentes no Concílio, mas ainda não explicitadas, vários teólogos – a começar por Congar – têm proposto pensar a estrutura social da Igreja em termos de **“comunidade – carismas e ministérios”**. O primeiro termo, “comunidade” (ou o teologicamente mais denso “comunhão”), inclui tudo o que há de comum a todos os membros da Igreja; e a dupla “carismas e ministérios” inclui tudo o que positivamente os distingue. É esta, aliás, **a perspectiva do Novo Testamento**, onde nunca aparece o termo “leigo” ou “leiga”, mas sublinham-se os elementos comuns a todos os cristãos e, ao mesmo tempo, valorizam-se as diferenças carismáticas, ministeriais e de serviço. Neste sentido, os termos que designam os membros do Povo de Deus acentuam a condição comum a todos os renascidos pela água e pelo Espírito: “santos”, “eleitos”, “discípulos”, “irmãos”¹⁹⁶.

106. O binômio “comunidade – carismas e ministérios” deve, porém, ser completado pela perspectiva da **missão** que a Igreja é chamada a desempenhar **no mundo**. A partir de uma eclesiologia de totalidade, a Igreja toda – portanto, pastores e leigos, consagrados e não consagrados – está no mundo e é sacramento de salvação no mundo. Cada um, porém, realiza a missão do povo cristão na Igreja e no mundo a partir do(s) carisma(s) recebido(s) e, eventualmente, do(s) serviço(s) ou ministério(s) que exerce. Como entender – na ótica de uma eclesiologia de totalidade – a “índole secular”, que é “própria e peculiar”, embora não exclusiva, dos leigos e leigas?

107. A **“índole secular”** (ou **secularidade** ou **laicidade**, como alguns preferem) pode ser considerada em quatro sentidos. Há, em primeiro lugar, uma **“laicidade” do próprio mundo**. É a sua consistência própria, a sua autonomia em relação à Igreja, a sua busca de formas de organizar a convivência humana – com critérios e por caminhos que a sociedade civil vai elaborando e compondo em consensos mais ou menos parciais: “as coisas criadas e as mesmas sociedades gozam de leis e valores próprios, a serem conhecidos, usados e ordenados gradativamente pelo homem”¹⁹⁷. Há, em segundo lugar, uma **“laicidade” da própria Igreja**. Afinal, a Igreja toda – e não só os leigos e leigas – está no mundo e participa de suas atividades em todos os campos, embora sejam bastante diversificadas as relações dos membros da Igreja com as atividades familiares, econômicas, sociais, políticas, culturais e religiosas que tecem a sociedade humana. Evidentemente, há uma **“índole secular” própria e peculiar dos leigos e leigas**, como *Lumen Gentium* 31 descreve com propriedade. É neste sentido que, com muito realismo, o Concílio liga a vocação dos cristãos **“especialmente”** com o mundo: “Os leigos, porém, são especialmente chamados para tornarem a Igreja presente e operosa naqueles lugares e circunstâncias onde, apenas através deles, ela pode chegar como sal

da terra. Assim, todo leigo, em virtude dos próprios dons que lhe foram conferidos, é, ao mesmo tempo, testemunha e instrumento vivo da própria missão da Igreja"¹⁹⁸.

A Exortação *Evangelii Nuntiandi* é mais pormenorizada ao apresentar a missão do leigo no mundo: **"O campo próprio de sua atividade evangelizadora é o mesmo mundo vasto e complicado** da política, da realidade social e da economia, como também o da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos "mass media" e, ainda, outras realidades abertas para a evangelização, como sejam o amor, a família, a educação das crianças e dos adolescentes, o trabalho profissional e o sofrimento"¹⁹⁹. E deve haver – se quisermos ser coerentes com a mensagem cristã e dignos de crédito na sociedade moderna e pluralista – uma **"laicidade na Igreja"**, que consiste em viver na Igreja aqueles valores (chamados de "laicos" no Ocidente, mas que na verdade têm origens cristãs) que são a referência ideal da convivência na sociedade civil (liberdade, fraternidade, solidariedade, igualdade) e que são pregados pela Igreja, mas nem sempre têm plena cidadania na vida e nas relações intraeclesiais.

108. Os dois enfoques acima descritos – o binômio hierarquia-laicato e o binômio comunidade-carismas e ministérios – **fazem-nos perceber a realidade eclesial a partir de ângulos diferentes**, que podem complementar-se, cuidando-se de evitar compreensões parciais de ambas.

109. No uso do termo "leigo", **não se deve esquecer que leigo e leiga são, antes de tudo, cristãos e membros da Igreja, a pleno título**, mesmo não fazendo parte da hierarquia. Será que, sobretudo em nossas relações com a sociedade civil, não poderíamos evitar o termo "leigo" – que, no decorrer da história, infelizmente adquiriu um sentido negativo – e ter a coragem de usar o termo "cristão" ou "católico", sem o excesso de zelo de afirmar sempre e em todo lugar a diferença em relação à hierarquia?

110. Assumindo o binômio "comunidade – carismas e ministérios", não se poderia esquecer a laicidade do mundo, a laicidade da e na Igreja e a índole secular própria e peculiar dos leigos e leigas, nos sentidos explicados acima. É claro, neste nível, que a grande maioria do laicato e a grande maioria do clero – sociologicamente falando – se enquadram na descrição de *Lumen Gentium* 31.

III. COMUNIDADE EM MISSÃO: DIRETRIZES PARA A EVANGELIZAÇÃO

111. **A participação diversificada na única missão do Povo de Deus** – que tem como fim a expansão do Reino, servindo neste tempo de peregrinação à construção da sociedade justa e fraterna e à edificação da Igreja – **une a todos os cristãos**. Na perspectiva da solidariedade e da complementaridade, eles se reforçam mutuamente e descobrem sua missão e seus carismas, que põem a serviço da comunidade e do mundo como frutos da multiforme graça de Deus recebida no Batismo, enriquecida e fortalecida na Crisma e alimentada na Eucaristia, em vista da missão testemunhal.

112. Nesta terceira parte, apontaremos **algumas diretrizes práticas**, que deverão ser aplicadas às situações específicas com criatividade e enriquecidas em cada Igreja Particular, paróquia, comunidade, movimento ou pastoral.

113. Partimos da concepção de que toda a Igreja é missionária e ministerial e que **a base sobre a qual se fundamentam todos os ministérios é a comunidade evangelizadora**. Sob o impulso do Espírito Santo, protagonista da missão, a comunidade, enriquecida pela variedade de carismas que o mesmo Espírito confere a todos os cristãos, forma seus ministros e lhes confia a missão. Esta missão tem a finalidade de, em nome do Espírito, anunciar a Boa Nova de Jesus através do serviço e participação na transformação da sociedade pelo bem dos pobres, do diálogo com as culturas e outras religiões, do anúncio do Evangelho e da vivência e testemunho da comunhão eclesial.

1. POR UMA COMUNIDADE PROFÉTICA, MISSIONÁRIA, ACOLHEDORA, PARTICIPATIVA E MISERICORDIOSA

114. “Aprouve, no entanto, a Deus santificar e salvar os homens, não individualmente, excluindo toda a relação entre os mesmos, mas formando com eles um povo, que o conhecesse na verdade e o servisse em santidade”²⁰⁰. “Os missionários suscitem comunidades de fiéis que exerçam as funções sacerdotal, profética e régia... Dessa forma, a comunidade cristã se torna sinal da presença de Deus no mundo”²⁰¹. “O múnus de Pastor não se limita ao cuidado singular dos fiéis, mas estende-se propriamente à formação da genuína comunidade cristã”²⁰². Essas declarações do Concílio lembram o que o Novo Testamento afirma com insistência. O apostolado individual é importante para a evangelização, mas ele deve estar integrado na **comunidade cristã**, que, por sua vez, é **missionária e ativa** no serviço do Reino de Deus.

115. Para que possam ser aquele sinal de unidade e paz que o mundo procura, **as comunidades precisam cultivar as atitudes da acolhida, da misericórdia, da profecia e da solidariedade**. Numa sociedade em que cresce o número dos excluídos e descartáveis; onde a concorrência desenfreada e anti-ética dificulta a fraternidade e a paz; onde a injustiça e a corrupção chegam a impor-se como normais, as comunidades deverão destacar-se como referencial de vida e esperança, sobretudo para os mais pobres.

116. As comunidades devem ser **realmente fraternas**, de tal forma que a igual dignidade de todos os fiéis seja evidenciada e seja estimulada a participação ativa de todos. As celebrações litúrgicas, respeitada a diversidade de funções, coloquem em relevo a comunhão fraterna entre todos, de tal forma que aquele que se aproximar da comunidade cristã possa reconhecer nela um sinal da presença de Deus²⁰³.

117. As paróquias, capelas, CEBs, pastorais, grupos cultivem particular solicitude para receber e introduzir na vida comunitária as pessoas que chegam de outros lugares ou que se reaproximam da vida eclesial. Sejam **realmente acolhedoras, mais semelhantes a uma família** do que a um aparato burocrático. Afastem formas de autoritarismo e mecanismos de exclusão.²⁰⁴ É importante recordar que a acolhida se deve fazer presente em todos os momentos da vida comunitária. Portanto, ela exige de cada um de nós uma atitude permanente de abertura ao outro e de conversão.

118. Mais cuidado ainda exige o **acolhimento daqueles que são “diferentes”** e procedem de outra comunidade cristã, de outra religião ou de uma situação de vida e de cultura estranhas às comunidades eclesiais. Nesses casos, lembre-se a atitude das primeiras comunidades cristãs, que não discriminavam raça ou povo, gênero ou classe²⁰⁵.

119. As comunidades **acolham, com amor fraterno, os cristãos que não são membros da Igreja Católica**. “Justificados pela fé no batismo, eles são incorporados a Cristo e, por isso, com razão, honrados com o nome Cristãos e merecidamente reconhecidos pelos filhos da Igreja Católica como irmãos no Senhor”²⁰⁶. Herdeiros das divisões do passado e igualmente responsáveis pela atual fragmentação do Povo de Deus, todos os discípulos de Cristo devem superar pela caridade os obstáculos que os separam, “exprimindo ao mesmo tempo o sinal da comunhão e da unidade da Igreja em Cristo”²⁰⁷. Cientes de que a solicitude de instaurar a união se impõe a toda a Igreja, tanto aos fiéis como aos pastores²⁰⁸, os fiéis católicos solicitamente participem pela oração, pela palavra e pela ação, do movimento ecumênico.

120. **Merecem particular atenção aquelas pessoas que estavam afastadas da Igreja ou até vivem em situação canônica irregular**, mas manifestam o desejo de reaproximação. É preciso seguir o exemplo de Jesus: acolhimento, compreensão e respeito.

121. Muitas vezes, nossas comunidades mal merecem esse nome, porque são demasiadamente grandes, massificadas, impessoais. Devemos continuar o nosso esforço de **estimular a formação de comunidades menores ou de grupos**, que facilitem um relacionamento direto e pessoal. No ambiente urbano, será mais difícil estabelecer comunidades e grupos com a mesma estabilidade e de maneira homogênea como na sociedade tradicional. Porém, grupos ou comunidades ambientais (trabalhadores de uma empresa, profissionais da saúde, professores...) podem constituir válida experiência eclesial e contribuir para a transformação das estruturas sociais. Em todo caso, é importante multiplicar diversas formas de relacionamento, aproveitando as múltiplas possibilidades da comunicação de hoje. **Pessoas, grupos e comunidades podem permanecer em comunicação entre si**, como numa “rede” de troca de informações e experiências, que se lhes permita alimentar da riqueza da vida cristã de outros grupos ou movimentos, da paróquia, da diocese, da Igreja que atua em nível regional, nacional e mundial.

122. É preciso dar continuidade e novo vigor à nossa orientação de 1981, que pedia: **“fazer com que todos os fiéis**, diretamente ou através de representantes eleitos, participem, quanto possível, não só da execução, mas também **do planejamento e das decisões** relativas à vida eclesial e à ação pastoral; para isso podem promover-se periodicamente assembléias e sínodos do povo de Deus, **devendo-se manter, em todos os níveis, conselhos pastorais**, como recomenda o Concílio²⁰⁹ e Puebla²¹⁰ o reafirma”²¹¹. Haja o cuidado, nos Conselhos, de não buscar simplesmente a vontade da maioria, mas, quando possível, o consenso de todos ou soluções que conciliem direitos e interesses da maioria e dos grupos minoritários. Diante do consenso do Conselho, o Pároco assumo sem hesitar a decisão, a não ser que motivos de consciência lhe imponham um momento de reflexão ou consulta ao Bispo diocesano, para voltar novamente a dialogar com o Conselho.

123. Para que a participação possa ser efetiva, tenham os fiéis **oportunidades reais tanto de informação sobre a vida eclesial quanto de formação cristã**, sem o que dificilmente poderão participar consciente e responsavelmente da missão. Com o Projeto “Rumo ao Novo Milênio”, a Conferência Episcopal está incentivando um **esforço amplo e constante de formação** de jovens e adultos, que necessitará de maior apoio e continuidade. Esse esforço abre ao povo cristão as riquezas da Palavra de Deus e contribui para formar um espírito crítico diante da cultura de massa, pobre de valores éticos, individualista e consumista.

124. Num País profundamente marcado por formas graves de injustiça e de marginalização social, nossas comunidades precisam aprofundar **o conhecimento e a prática da doutrina social da Igreja** e, a exemplo de Jesus e dos profetas, denunciar com firmeza tudo aquilo que se opõe ao Evangelho e contraria os princípios éticos de uma sadia convivência humana. Atentas aos sinais dos tempos, as comunidades tenham os olhos voltados para o futuro, confiantes que o Senhor nos precede na história e na missão, sustentando-nos na caminhada. As comunidades cristãs, em parceria com outros construtores da sociedade pluralista, esforcem-se para ser portadoras da memória e profecia do Espírito.

125. O pluralismo cultural e religioso da sociedade moderna se manifesta, antes de tudo, nas **grandes cidades**²¹². O recente Sínodo para a América reconhece a presença de “dificuldades tão grandes que as estruturas pastorais normais se tornam inadequadas”. Incentiva, por isso, a continuar “na procura dos meios com os quais a paróquia e as suas estruturas pastorais se tornem mais eficazes nas zonas urbanas” e sugere, como meio de renovação paroquial, a perspectiva da “paróquia comunidade de comunidades e de movimentos”. Julga “oportuna a formação de comunidades e grupos eclesiais de tal dimensão que permitam estabelecer verdadeiras relações humanas”²¹³. Nessa perspectiva, já existem **experiências de comunidades e grupos** que se especializaram no acolhimento de um público determinado – desde a pastoral dos condomínios ou dos arranha-céus até os grupos de rua – ou prestam serviços específicos como centro de formação teológica e pastoral, cursos de formação política, experiências de catecumenato

para jovens e adultos, centros de espiritualidade. Por outro lado, parte da população urbana não se liga mais à paróquia em que reside, mas **escolhe** a comunidade eclesial que quer frequentar ou se integra em movimentos eclesiais onde se sente bem acolhida. Muitos fatores da vida urbana ultrapassam a paróquia e se situam no nível da cidade inteira ou de regiões metropolitanas, abrangendo vários municípios. Tudo isso exige no plano pastoral ações de nível regional ou diocesano, como, por exemplo, no uso dos Meios de comunicação social, na pastoral da saúde, da pastoral universitária ou na presença cultural. O **desafio da pastoral urbana** não é constituído, porém, apenas pela organização de novas formas de comunidade eclesial ou de serviços pastorais. Ainda mais forte é o desafio das **modalidades da experiência religiosa, da espiritualidade e da linguagem que as novas gerações urbanas esperam** de uma comunidade cristã criativa, fiel ao Evangelho e, ao mesmo tempo, atenta às mudanças da cultura e das formas de vida.

2. SERVIÇO E PARTICIPAÇÃO NA TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE PELO BEM DOS POBRES

126. Aos cristãos leigos compete uma **atuação insubstituível na construção da sociedade justa e fraterna**, a partir de sua condição e ambiente próprios. Nessa atuação são prioritárias: a luta contra a miséria e tudo o que degrada a vida humana; a defesa intransigente da ética pública. O Concílio exorta os leigos a que se empenhem generosamente no desempenho do seu papel: “O apostolado no meio social, a saber, o esforço de dar, pelo espírito cristão, nova forma à mentalidade e aos costumes, às leis e às estruturas da comunidade em que vivem, a tal ponto é dever dos leigos, que por outros nunca poderiam ser devidamente realizados”²¹⁴.

127. Após o Concílio, a reflexão desenvolvida pelos Sínodos e Episcopados destacou a **conexão entre evangelização e animação cristã das realidades terrestres**, ou, em outras palavras, entre **evangelização e libertação, promoção humana, desenvolvimento**²¹⁵. Apareceu mais claro que a “animação cristã das realidades terrestres” exigia profunda transformação da sociedade e implicava uma luta difícil contra estruturas injustas, contra um verdadeiro “pecado social”²¹⁶. O Papa João Paulo II, na Exortação após o Sínodo de 1987, descrevendo a missão dos leigos, articula estreitamente o anúncio do Evangelho²¹⁷ e o serviço da pessoa e da sociedade²¹⁸.

128. A Exortação *Christifideles Laici* propõe aos leigos e leigas uma visão muito ampla de como eles podem participar da nova evangelização, ao **“viver o Evangelho servindo a pessoa e a sociedade”** e praticando “a caridade, alma e sustentáculo da solidariedade”. O serviço da pessoa e da sociedade inclui principalmente: promover a dignidade da pessoa; venerar o inviolável direito à vida; invocar o nome do Senhor com liberdade; promover a família como primeiro espaço para o empenho social²¹⁹. A prática da caridade e da solidariedade exige de todos a participação política e o reconhecimento de que a vida econômico-social deve estar a serviço da pessoa humana. Exige ainda a evangelização da cultura e das culturas²²⁰. Esse programa abre à missão dos leigos um **horizonte amplíssimo**. Dentro desse horizonte, que desejamos manter presente e vivo diante de nossos olhos, situamos algumas orientações que querem responder aos questionamentos na atual conjuntura.

129. Na ação solidária para a promoção humana, a justiça e a paz e a conservação da criação, **“a cooperação de todos os cristãos** exprime, de modo vivo, os laços que já os unem entre si e faz resplandecer mais plenamente a face de Cristo Servo”²²¹. “Tal cooperação baseada na fé comum – comenta o Papa João Paulo II – não só aparece densa de comunhão fraterna, mas é uma epifania do próprio Cristo”²²². Deve ser estimulado todo o esforço realizado neste sentido, em todas as situações em que nos encontramos junto com nossos irmãos cristãos que não são membros da Igreja Católica e também com seguidores de outras religiões. “O desejo dos cristãos de realizarem juntos tudo o que a sua fé lhes permite é limitado neste momento pelas divergências que ainda existem. A cooperação pode ajudá-los a ultrapassar tudo o que é obstáculo à plena comunhão”²²³.

130. Vemos com alegria e esperança **a atuação de inúmeros leigos** que, com consciência crítica, testemunham o Evangelho no ambiente familiar, no trabalho, na política e na participação firme e eficaz nos mais diversos setores da sociedade civil. Persistem, porém, parcelas significativas do Povo de Deus marcadas, ainda, pela dicotomia entre fé e vida e que se deixam facilmente influenciar pelo ambiente e cultura dominantes.

131. **A experiência no mundo da política** tem-se revelado difícil aos leigos cristãos. Devido ao preconceito, muito comum, que considera a política como algo sujo, as comunidades cristãs nem sempre confiam naqueles que, mesmo saindo de seu meio, assumem esta tarefa na sociedade civil. Muitos se queixam de que ao assumirem uma opção político-partidária, se sentem abandonados pela comunidade cristã de origem. No entanto, **há os que assumem esta tarefa conscientes de que são portadores de uma radicalidade evangélica** que não pode ser instrumentalizada, submetida, anulada. Cabe às comunidades cultivarem atitudes concretas de apoio, acompanhamento e formação permanente aos que despertam para essa vocação. Convém destacar aqui algumas iniciativas já bem sucedidas, tais como Comissão de Justiça e Paz, Centros de Defesa de Direitos Humanos, Escolas de Fé e Política, Comissões de acompanhamento das sessões das Câmaras Municipais, participação em Conselhos paritários, e outras.

132. **A transformação da sociedade não será possível sem as transformações das estruturas de poder** hoje existentes. Por isso, além da **saudável e necessária participação de cristãos na política partidária**, é necessário incrementar os grupos de reflexão e de acompanhamento das atividades políticas, exercendo cada vez mais a aproximação entre o compromisso de fé e o exercício da justiça por meio dos organismos de representação popular. Os **grupos de Fé e Política** devem ser incentivados e preparados para, entre outras atividades, acompanhar criticamente os trabalhos do legislativo local, fiscalizar a execução do orçamento público, elaborar projetos de lei de iniciativa popular, sensibilizar a opinião pública, divulgar relatórios sobre as atividades de vereadores e deputados, bem como dos responsáveis pelo Executivo²²⁴.

133. A exigência da solidariedade e do serviço aos mais pobres tem levado a renovar as **práticas de caridade e assistência social**. Novas situações de pobreza e de sofrimento solicitam novas atitudes por parte dos cristãos, empenhados numa ação social, que procura ir além da mera assistência, para criar iniciativas de economia solidária, de auto-ajuda, de promoção e transformação social. Formas novas de atuação têm suscitado extraordinário número de agentes voluntários como, por exemplo, pastoral da criança, pastoral do menor, pastoral da saúde, pastoral carcerária, recuperação de dependentes químicos e marginalizados. Frequentemente também são promovidas campanhas de solidariedade, que mobilizam jovens e adultos. Além disso, continua a generosa dedicação das muitas pessoas, homens e mulheres, que cuidam das obras sociais. Toda comunidade se empenhe para que não haja nela nenhum necessitado²²⁵.

134. O agravamento da miséria em nossa sociedade gera a necessidade de **maior agilização das iniciativas comunitárias com o objetivo de levar solidariedade e esperança** aos irmãos menos favorecidos. Deve-se buscar maior coesão e organização entre os muitos esforços que se fazem partindo das comunidades cristãs, para melhor fruto. Deve ser procurado intercâmbio entre as comunidades, comunicando experiências que estão dando bons resultados e que possam ser implantadas em outros locais. Promova-se a divulgação de tais experiências pela mídia, buscando sensibilizar a população. Interessante seria um projeto do tipo "Paróquias Irmãs", onde uma paróquia em melhores condições colaboraria com outra em situação de maior dificuldade.

135. A missão do leigo na sociedade apresenta-se hoje à consciência cristã como uma forma de evangelização, em que **aspectos diversos podem ser acentuados, conforme o apelo das circunstâncias e a vocação pessoal de cada um**: quer na transformação das realidades terrestres, pela ação social e política, quer no anúncio da

mensagem evangélica pela palavra, pelo testemunho de vida e pelo diálogo, sempre em atitude de serviço inspirada pelo Cristo, que veio para servir.

3. DIÁLOGO COM AS CULTURAS E OUTRAS RELIGIÕES

136. A certeza de que o Espírito Santo está presente nas mais diversas Igrejas, religiões e culturas leva a comunidade eclesial a **buscar no diálogo com elas o conhecimento mútuo, o aprofundamento da verdade e a parceria na construção de uma nova sociedade**, que supere todas as discriminações e dominações. Ressalta-se aqui a grande responsabilidade do cristão leigo, por estar em permanente relação com pessoas de diferentes religiões e culturas. Constata-se, porém, que no campo do diálogo com a cultura moderna e com as outras religiões, estamos apenas começando e temos longo caminho a percorrer. O leigo cristão deve ter iniciativa própria e postura pessoal de abertura, diálogo, cooperação e valorização do diferente.

137. Por outro lado, evidencia-se para todos a existência de uma sociedade profundamente marcada pelo **pluralismo cultural e religioso**. Esse fenômeno pode ser localizado, com frequência, até mesmo no seio das famílias católicas, onde os costumes e a religião dos pais já não são transmitidos tranquilamente para os filhos. Desse contexto emerge o imperativo do diálogo como condição para o anúncio autêntico e eficaz do Evangelho.

138. Cresce, por isso, a consciência da necessidade de acompanhamento sério dos cristãos, no sentido de ajudá-los a **desenvolver aquelas disposições que tornam o diálogo autêntico e proveitoso**: “equilíbrio, que une abertura e realismo; convicção, que permite expressar com sinceridade e integridade a própria fé; busca do aprofundamento da verdade, inclusive da compreensão mais completa da própria fé; disposição para acolher com gratidão os dons de Deus e os frutos do próprio diálogo”.²²⁶ Não deve faltar também justa disposição para reconhecer os próprios erros.

139. No diálogo com os homens e mulheres de boa vontade, o leigo católico esforçar-se-á por perceber, compreender ou interpretar **as interrogações e os anseios dos que buscam a Verdade e o encontro com Deus**. Aqui também os caminhos ou as mediações são importantes, num mundo em que às vezes a pessoa do Cristo vivo e a mensagem cristã estão obscurecidas pelos pecados dos próprios cristãos, por suas violências e crimes cometidos ao longo da história.²²⁷

140. Ganham corpo também junto aos leigos algumas **experiências concretas de ecumenismo** em cursos, seminários e sobretudo na atuação em áreas de necessidades fundamentais para o resgate da cidadania. Crescente adesão tem recebido a “Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos”.

141. O Papa João Paulo II é grande promotor da aproximação dos cristãos e dos povos, no afã de favorecer, em nível mundial, a superação definitiva do espírito bélico e a vivência efetiva da paz. Na *Tertio Millennio Adveniente*, o Santo Padre propõe como **meta do Grande Jubileu a união dos cristãos** ou, pelo menos, maior aproximação entre eles.²²⁸ Esta é também a intenção da Igreja no Brasil, ao propor para o ano dois mil a Campanha da Fraternidade ecumênica, com o tema “Dignidade Humana e Paz” e com o lema “Um novo Milênio sem Exclusões”.

142. Nessas e noutras iniciativas procuraremos agir, não sozinhos, mas sempre em diálogo e comunhão com os irmãos de outras Igrejas. Já nos valemos da **experiência do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC)** para ampliar a consciência e o movimento ecumênico em nosso País.

143. Tudo isso torna cada vez mais urgente **a boa formação de cristãos leigos aptos para o diálogo com a cultura moderna** e para o testemunho da fé numa sociedade que se apresenta sempre mais pluralista e, em muitos casos, indiferente ao Evangelho.

4. ANÚNCIO DO EVANGELHO

144. O maior desafio missionário, no Brasil hoje é a **nova evangelização**. A grande maioria dos brasileiros recebeu o batismo e um anúncio, pelo menos elementar, do Evangelho. Apesar disso, percebe-se que não está vivendo a fé com tal convicção que influencie seu modo de vida. Com acerto, as **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora** afirmam que “os católicos não-praticantes constituem o maior desafio missionário... ao menos do ponto de vista quantitativo”²²⁹. Essa situação origina-se principalmente do fato de as famílias e o ambiente sócio-cultural já não conseguirem comunicar a fé às novas gerações, que portanto **precisam ser novamente evangelizadas**, a partir agora do contexto moderno e urbano, diferente do contexto rural e tradicional, que antigamente conservava a religiosidade.

145. Tempos atrás, as missões se impuseram, em todo o País, como necessárias para avivar a fé do povo, que vivia isolado, e para renovar as convicções que davam sentido à sua vida e orientavam a sua caminhada. Hoje porém, **a situação mudou**. As pessoas não vivem isoladas, mas no meio da multidão, na cidade, ou em contato com o mundo inteiro, através da televisão. O que escutam e vêem, o mais das vezes, é incentivo a pensar em si mesmas, a desejar um pouco de tudo – principalmente os bens materiais, o bem-estar, “a felicidade de ter” isto ou aquilo – e a esquecer-se dos outros, talvez até de Deus. Nunca houve tanta informação como hoje e tão pouca comunicação entre as pessoas. Essa situação provoca a busca de novos métodos na evangelização que ajudem o povo a resgatar o sentido mais profundo de sua vida e a razão de sua fé.

146. A consciência da necessidade de uma nova evangelização mais ardorosa e mais inculturada, sustentada pelo Projeto *Rumo ao Novo Milênio*, tem suscitado **significativo movimento missionário**, que vai desde a realização de missões em áreas pouco atendidas pastoralmente até à difusão de experiências comunitárias, à pregação itinerante, à fundação de círculos bíblicos ou de “grupos de rua”, às missões populares de avivamento da fé no meio da massa dos fiéis.

147. Por todo o País multiplicam-se as experiências das missões populares. Através delas, tem-se buscado revalorizar e purificar a religiosidade popular e, ao mesmo tempo, articular melhor fé e vida. O Projeto *Rumo ao Novo Milênio*, em comunhão com organismos missionários, desenvolvem novas práticas no âmbito da **formação de evangelizadores** e incentiva as Igrejas Particulares a exercitarem a criatividade na implantação das mais diversas formas de missão, tanto na zona rural quanto nas áreas urbanas.

148. A exigência do anúncio da Boa Nova tem encontrado, nas comunidades, movimentos e pastorais, significativa e crescente receptividade. Papel significativo têm desempenhado os **santuários**, que reforçam a fé e a esperança dos romeiros, ajudando-os a articular fé e vida e remetendo-os ao engajamento nas comunidades de origem. Destacam-se ainda os eventos promovidos pelas CEBs e pelos diversos movimentos eclesiais, que avivam o fervor de muitos fiéis.

149. O **ministério da visitação** está produzindo muitos frutos nas comunidades. Os agentes de pastoral visitam as famílias, especialmente em ocasiões como nascimentos, doenças, mortes, e encontram as pessoas onde elas vivem, trabalham, mesmo aquelas que não procuram espontaneamente a comunidade eclesial.

150. Esse ministério é completado pela **prática do aconselhamento**. Pessoas com habilidade e preparo procuram escutar, compreender, apoiar, orientar e consolar as pessoas que se encontram na dúvida ou em dificuldades afetivas, espirituais e materiais. Algumas dessas práticas foram realizadas pioneiramente por movimentos que hoje apontam para todos este caminho, por certo essencial para tornar a nossa Igreja acolhedora e misericordiosa.

151. Têm também um papel missionário marcante as iniciativas comunitárias e os movimentos que **possibilitam autêntica experiência religiosa**, de encontro com o Cristo Vivo, às pessoas que estão afastadas das comunidades eclesiais. Toda comunidade deve hoje cuidar, de modo muito particular, de que suas celebrações e reuniões se constituam em lugar da experiência de Deus, como Paulo pedia aos Coríntios²³⁰.

152. Junto com o testemunho dado pelas comunidades, é importante frisar o **papel do apostolado individual e do testemunho de cada cristão** no coração do mundo, em sua inserção nas atividades “temporais” ou “seculares”, como “o mundo vasto e complicado da política, da realidade social e da economia, como também o da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos meios de comunicação e, ainda, outras realidades abertas para a evangelização, como o amor, a família, a educação das crianças e dos adolescentes, o trabalho profissional e o sofrimento. Quanto mais leigos houver impregnados do Evangelho, responsáveis em relação a tais realidades, [...] tanto mais essas realidades, sem nada perder ou sacrificar do próprio coeficiente humano, mas patenteando uma dimensão transcendente para o além, não raro desconhecida, se virão a encontrar a serviço da edificação do reino de Deus e, por conseguinte, da salvação em Jesus Cristo”²³¹. “A síntese vital, que os fiéis leigos souberem fazer entre o Evangelho e os deveres cotidianos da vida, será o testemunho evangelizador mais maravilhoso e convincente”²³². “Com esta forma de apostolado (individual), a irradiação do Evangelho pode tornar-se mais *capilar*, chegando a tantos lugares e ambientes quanto os que estão ligados à vida cotidiana e concreta dos leigos. Trata-se, além disso, de uma irradiação *constante*, estando ligada à contínua coerência de vida pessoal com a fé; e também uma irradiação particularmente *incisiva*, porque, na total partilha das condições de vida, do trabalho, das dificuldades e esperanças dos irmãos, os fiéis leigos podem atingir o coração dos seus vizinhos, amigos ou colegas, abrindo ao horizonte total, ao sentido pleno da existência: a comunhão com Deus e entre os homens”²³³. **Assim, os leigos serão “sal da terra” e “fermento na massa”**²³⁴.

153. Constata-se também que há um número sempre crescente de leigos e leigas assumindo **missões em áreas longínquas e até mesmo além das fronteiras** do nosso País. No espírito do Jubileu, que nos convida a cancelar as dívidas, as comunidades eclesiais no Brasil são chamadas a repartir melhor seus recursos humanos e materiais com as comunidades mais carentes, em particular, partilhando o esforço missionário com a Igreja da Amazônia. Nesta partilha entre irmãos, tanto se beneficia quem recebe quanto aquele que dá²³⁵.

154. A divisão entre os cristãos “contradiz abertamente a vontade de Cristo e se constitui em escândalo para o mundo, como também prejudica a santíssima causa da pregação do Evangelho a toda criatura”²³⁶. **Os desafios missionários do mundo contemporâneo exigem dos cristãos o testemunho de uma fé amadurecida**, que os torna capazes de se reencontrar para além dos conflitos e tensões. O **testemunho ecumênico** pode ser dado na própria atividade missionária. Ultimamente as experiências das missões populares e do ministério da visitação têm mostrado a urgência de desse testemunho. “O missionários católicos deverão respeitar com todo cuidado a fé viva das outras Igrejas e Comunidades Eclesiais que pregam o Evangelho e deverão alegrar-se de que a graça de Deus frutifique entre seus membros”²³⁷. Os católicos podem agregar-se também a organizações e programas que dêem um apoio comum às atividades missionárias de todas as Igrejas participantes²³⁸.

155. Permanecem, porém, **desafios missionários mais amplos e árduos**. No momento atual, a grande procura de religiosidade não pode esconder o fato que ela, em grande parte, não ultrapassa a esfera da vida privada. Os meios econômico, político, científico, profissional são, ao contrário, fortemente secularizados. Eles prescindem da dimensão religiosa da vida, pois a consideram irrelevante para suas finalidades. Os cristãos que atuam nesses meios vivem o drama do conflito de consciência entre as exigências do sistema econômico, político e profissional, e as convicções éticas de inspiração cristã. Por outro lado, o sistema econômico-político exerce poderosa influência, através dos meios de comunicação de massa, sobre a cultura e a mentalidade

do povo. Eles constituem um “moderno areópago”, onde é urgente a presença de apóstolos competentes e corajosos²³⁹.

5. VIVÊNCIA E TESTEMUNHO DA COMUNHÃO ECLESIAL

156. A comunidade eclesial é missionária, pela sua própria existência. Ela deve dar **testemunho de comunhão fraterna** e daquela unidade com o Pai, pelo Filho e no Espírito, que é necessária “para que o mundo creia”²⁴⁰. Para isso, ela se alimenta permanentemente da **Palavra de Deus** e da **Liturgia**. O Concílio Vaticano II reconheceu o valor central dessas duas fontes de vida cristã e a elas dedicou as constituições *Dei Verbum* e *Sacrosanctum Concilium*. Contribuiu assim para a profunda renovação da liturgia e a ampla divulgação e leitura da Bíblia entre os católicos. Aspecto importante dessa renovação foi a revalorização dos carismas e a nova repartição das tarefas e ministérios destinados a tornar mais acessíveis à comunidade as riquezas da Palavra e da Liturgia.

157. O Concílio Vaticano II ajudou a Igreja latina a redescobrir a presença do **Espírito Santo**, quer valorizando os **carismas**²⁴¹, quer ressaltando-lhe a atuação na origem e na missão da Igreja.²⁴² O sacramento da **Confirmação** é como que o “pentecostes” do cristão batizado que o consagra permanentemente para a missão no seio do povo de Deus. “Pelo sacramento da Confirmação são vinculados mais perfeitamente à Igreja, enriquecidos de especial força do Espírito Santo e assim mais estreitamente obrigados à fé que, como verdadeiras testemunhas de Cristo, devem difundir e defender tanto por palavras como por obras”²⁴³. Para um laicato consciente é de capital importância a convicção de ter sido marcado, com um caráter indelével, pelo selo do Espírito, enviado por Cristo de junto do Pai, e derramado sobre a sua Igreja, para permanecer com ela até o fim dos séculos. Sem essa **mística**, torna-se difícil para os leigos dar à ação pastoral “um novo impulso, capaz de suscitar, numa Igreja ainda mais arraigada na força e na potência imorredouras de Pentecostes, tempos novos de evangelização”²⁴⁴.

158. Desde o Concílio Vaticano II aconteceu na Igreja amplo florescimento de **ministérios**, assumidos pelos leigos em virtude dos sacramentos do Batismo e da Crisma e da variedade de carismas. Esse florescimento de novos ministérios foi aprovado e encorajado pelo papa Paulo VI na *Evangelii Nuntiandi* (1975) e pelo papa João Paulo II, particularmente na *Christifideles Laici*.²⁴⁵ Desde então, a Igreja tem regulado o exercício de alguns dos novos ministérios, como veremos a seguir.

159. O Código de Direito Canônico prevê, no cânon 517, § 2, em casos excepcionais, a nomeação de leigos para **participar do cuidado pastoral de uma paróquia**, que porém continua confiada ao governo de um presbítero como pároco. Leigos e leigas integrem uma equipe pastoral que ajude o pároco no desempenho de suas responsabilidades. Entre nós, leigos e leigas assumem, em grande escala, o serviço de animação das pequenas comunidades ou comunidades eclesiais de base, em que se articulam muitas das paróquias, especialmente nas regiões rurais e nas periferias urbanas.

160. Na tradição cristã, o **ministério da Palavra** é o primeiro ministério, pois é chamado a suscitar a fé e a educá-la²⁴⁶. Em nosso País, são particularmente numerosas as **celebrações dominicais da Palavra**, presididas por leigos e leigas, que se esforçam por desempenhar esta função na fidelidade ao Evangelho e atendendo às orientações da Igreja e do bispo diocesano.²⁴⁷

161. Muitos outros leigos e leigas, especialmente os catequistas, cuidam da educação da fé de crianças, jovens e adultos, desempenhando o ministério da **catequese**, com o apoio da paróquia e da diocese. Hoje, a catequese supre muitas vezes a falta de educação da fé por parte da família. A catequese já não conta com o apoio de um ambiente cristão e se vê desafiada pela cultura atual. Por isso, é tanto mais necessária uma boa formação dos catequistas. Em muitos lugares desenvolve-se a catequese de adultos, para os quais é necessário oferecer um itinerário de fé adequado às

circunstâncias atuais. Não esqueçam, porém, os leigos que, acima de tudo, podem e devem exercer a vocação profética recebida no batismo, pelo exemplo e a palavra, em sua vida cotidiana e onde o Espírito os chamar.

162. Os leigos participem dos **conselhos pastorais e econômicos**, em nível diocesano, paroquial e comunitário. Reiteramos o convite a dioceses e paróquias, que ainda não tenham instituído esses conselhos, para que os promovam como eficiente instrumento de participação do povo de Deus. Cuide-se, outrossim, que eles sejam realmente representativos da comunidade²⁴⁸.

163. Continue-se a experiência já bastante difundida e proveitosa em nosso País dos **ministros extraordinários da Sagrada Comunhão**. No exercício deste ministério, prestem preciosa colaboração na **assistência espiritual aos enfermos e idosos**. Esse serviço laical torna-se ainda mais necessário e urgente, se considerarmos que uma parcela significativa do povo morre sem o conforto do sacramento da Unção dos Enfermos. Cuide-se também de oferecer a esses ministros formação e acompanhamento adequados.

164. A prática, em muitos lugares, de se confiar a fiéis leigos o **ministério do Batismo** tem-se revelado pastoralmente valiosa. Ela poderia ser estendida a outras comunidades, com autorização do bispo diocesano. Incentivamos as comunidades a cuidar com particular zelo da pastoral do batismo, sacramento que todos os pais católicos procuram para seus filhos e que é, portanto, ocasião preciosa de contato com todas as famílias, mesmo aquelas que não freqüentam assiduamente a Eucaristia ou outros sacramentos.²⁴⁹

165. Em algumas regiões do País, verifica-se a atuação de fiéis como testemunhas qualificadas do Sacramento do Matrimônio, isto é, **Assistentes Leigos do Matrimônio**. Esse ministério pode ser pastoralmente mais proveitoso quando inserido num processo de pastoral familiar, que prepare e acompanhe os casais. E é tanto mais necessário quanto mais difícil for a situação pastoral.

166. As **exéquias** constituem-se num momento pastoral privilegiado, porque todos estão, nesta hora, mais abertos à mensagem da fé. Sua celebração pode ser confiada a ministros não ordenados que, em nome da Igreja, nessa ocasião dão testemunho de esperança, de solidariedade e de conforto.

167. Os ministérios até aqui citados estão regulados por normas da Igreja universal e possuem muitas vezes longa tradição. Mas as mudanças recentes nas situações sociais e culturais de nosso País, além de situações particulares ou regionais, têm favorecido a criação e ainda poderão suscitar **outros tipos de serviços pastorais**, que respondam às necessidades das pessoas e comunidades.

168. A grande mobilidade de pessoas e famílias e, por outro lado, a solidão e o isolamento de que sofrem muitas pessoas no meio urbano têm incentivado recentemente as comunidades a criar e valorizar o **ministério da acolhida**, que visa a receber pessoas novas na comunidade ou a oferecer oportunidades de escuta e de aconselhamento para as pessoas que se sentem sozinhas ou desorientadas.

169. A crescente busca de espiritualidade e de oportunidades de oração comunitária suscita a procura e a formação de **animadores de grupos** de oração, de retiros, de círculos bíblicos e de grupos de reflexão, de celebrações de louvor ou penitenciais (não sacramentais), de reza do terço, de animação da música e do canto religioso. Além dos ministérios litúrgicos já citados acima, é notável a difusão das equipes que cuidam da preparação da missa dominical e da celebração dos diversos sacramentos, favorecendo uma participação viva do povo e celebrações de cunho mais pastoral e catequético.

170. Constata-se, com alegria, que cresce na Igreja do Brasil o número de **teólogas e teólogos leigos** que assumem a missão da assessoria teológica junto às comunidades,

da reflexão sistemática da fé e do ensino nas mais diversas escolas teológicas do País. Multiplicam-se os cursos de teologia para leigos, distintos na duração e no nível, mas todos procurando dar uma formação mais aperfeiçoada e sistemática da fé. É necessário, portanto, investir mais recursos na formação dos leigos, seja através de bolsas de estudo, seja remunerando convenientemente as atividades de ensino e pesquisa.

171. As difíceis condições econômicas do povo têm gerado uma preocupação de administrar com eficiência os escassos recursos das comunidades, para assegurar, da melhor forma possível, a construção de Igrejas, capelas e centros comunitários, a sustentação dos ministros, a dignidade do culto e assistência aos pobres. Neste **serviço de administração**, destacam-se muitos leigos e leigas que zelam pelo bem da comunidade. Outros profissionais prestam, gratuitamente, serviços de assessoria administrativa e jurídica ou no campo da comunicação social, auxiliando pastorais e organismos eclesiais, paroquiais ou diocesanos. Todos esses serviços merecem apoio para o seu desenvolvimento.

172. Outra prática que se vem tornando comum em nossas comunidades é a de substituir as espórtulas pela **pastoral do Dízimo**, que organiza a sustentação financeira dos ministros e das atividades pastorais, desvincilhando-a de uma vinculação demasiadamente estreita com os sacramentos. Recomenda-se fundamentar bíblicamente a prática do dízimo e destinar sua arrecadação prioritariamente às pessoas e atividades pastorais, prestando contas à comunidade das entradas e das despesas.

173. É importante que jovens e adultos continuem a assumir a iniciativa de reunir **grupos de jovens** e de lhes proporcionar oportunidades de formação, crescimento, opção vocacional e engajamento. Incentive-se, ainda, a criação de grupos de adolescência e infância missionárias. Esta tarefa exige paciência e perseverança, porque os grupos se renovam e mudam muito rapidamente. Outros devem dedicar-se a tarefas mais especializadas no campo da educação ou do ensino religioso.

174. Finalmente, leigos e leigas assumem **funções de coordenação pastoral**, a pedido das comunidades ou dos respectivos organismos pastorais. Os conselhos ou coordenações comunitárias, paroquiais e diocesanas são espaço para o exercício desse ministério. Cabe-lhes zelar para que os diversos serviços trabalhem em harmonia e não falte à comunidade ou organização nada daquilo de que precisa. Funções de coordenação em nível paroquial, de setor e de diocese, podem exigir dedicação maior, até, às vezes, tempo integral. A criação de coordenadores pastorais, em diversos níveis, tem sido uma condição imprescindível de êxito do planejamento que caracteriza a ação pastoral no Brasil desde a década de sessenta.

6. FORMAÇÃO, ESPIRITUALIDADE E ORGANIZAÇÃO

175. A eficaz atuação dos leigos na evangelização exige profunda e séria preparação, com a finalidade de favorecer o amadurecimento e o exercício da liberdade e dos carismas. O leigo necessita, igualmente, de vida interior e espírito de responsabilidade. Isso supõe **formação espiritual** adequada, tanto mais que o ambiente cultural da sociedade atual freqüentemente é orientado em sentido contrário aos valores cristãos. É portanto necessário criar condições para que os leigos católicos encontrem mais facilmente os caminhos da descoberta e do aprofundamento de uma **espiritualidade cristã**, baseada na oração pessoal e comunitária, na leitura da Bíblia e na vida sacramental, capaz de sustentá-los em sua atuação no mundo – na realidade da família, da educação, do trabalho, da ciência, da cultura, da política, dos compromissos sociais e civis – para testemunhar o Evangelho e transformar a sociedade.

Espiritualidade do cristão

176. A espiritualidade de leigos e leigas é, antes de tudo, **o caminhar nas estradas da vida, com Cristo**, no vigor do Espírito Santo, ao encontro do Pai, construindo seu Reino. Os discípulos e discípulas de Jesus hoje são como os discípulos de Emaús: pessoas a

caminho, desalentadas, mas que encontraram um desconhecido que as acompanha e faz arder-lhes o coração, enquanto lhes fala das Escrituras. Quando solicitam que permaneça com eles, finalmente o reconhecem no gesto de partir o pão²⁵⁰. Depois deste reconhecimento, voltam para anunciar aos outros: "Aquele que morreu está vivo!".

177. Hoje, como naquele tempo, as pessoas que se sentem chamadas, "vacionadas" ao seguimento de Jesus, desinstalam-se, entram na caminhada, para fazer a experiência de sua presença e permanecer unidas a Ele, à sua palavra, ao seu amor²⁵¹ e, então, partir para anunciá-lo ao mundo. Por isso, **a espiritualidade do seguimento é fundamental** para a vivência cristã. O Espírito ensina-nos o verdadeiro seguimento de Jesus e suscita hoje uma espiritualidade mais integrada, onde todas as dimensões humanas são contempladas: a corporeidade, a afetividade, a emoção, a racionalidade, a criatividade e a sociabilidade.

178. Os discípulos de Emaús caminharam junto com Jesus, experimentaram sua presença, acolheram o sentido da cruz e regressaram à comunidade, animados e encorajados. Esse encontro com Jesus é **experiência do Mistério** que nos circunda e envolve, que aquece os corações, que seduz as pessoas, proporcionando um sentido novo às nossas vidas. A paixão por Jesus nos leva a viver a compaixão, a solidariedade e a fazer da partilha fraterna nosso estilo de vida.

179. A espiritualidade não é "uma parte da vida, mas **a vida inteira guiada pelo Espírito**" de Jesus. "Entre os elementos de espiritualidade que todo cristão deve assumir como próprios, destaca-se a oração. A oração o levará, aos poucos, a ver a realidade com um olhar contemplativo, que lhe permitirá reconhecer a Deus em cada instante e em todas as coisas; de contemplá-lo em cada pessoa; de procurar cumprir sua vontade nos acontecimentos"²⁵².

180. **A espiritualidade não afasta da vida cotidiana.** Especialmente leigos e leigas devem buscar a santidade dentro de suas próprias condições de vida. É o que ensina o Concílio Vaticano II. Após ter afirmado com vigor a vocação de todos os fiéis à santidade,²⁵³ a Constituição *Lumen Gentium* propõe alguns itinerários espirituais não apenas a ministros e consagrados, mas também aos esposos e pais, aos trabalhadores, aos pobres, aos sofredores, aos perseguidos pela justiça, concluindo: "Todos os fiéis santificar-se-ão dia a dia, sempre mais, nas diversas condições da sua vida, nas suas ocupações e circunstâncias, e precisamente através de todas essas coisas, desde que as recebam com fé das mãos do Pai celeste, e cooperem com a vontade divina, manifestando a todos, no próprio serviço temporal, a caridade com que Deus amou o mundo"²⁵⁴.

181. A convivência cotidiana em **família** é o **espaço primeiro** para viver esta espiritualidade, procurando confrontar a própria vida com a vida e as opções de Jesus de Nazaré, que "passou fazendo o bem"²⁵⁵, numa atitude de total abertura ao Pai e aos irmãos. Certamente, a experiência da família embebida desta espiritualidade será diferente. A vivência de relações igualitárias, promotoras de respeito à dignidade e às diferenças, possibilitará um real diálogo e participação de todos os membros, criando desta forma possibilidades para uma inserção criativa e crítica na sociedade.

182. O Papa Paulo VI denuncia a gravidade da ruptura entre fé e vida, entre evangelho e cultura²⁵⁶. João Paulo II convida os leigos e leigas a **estabelecerem a unidade de vida** sustentada pela espiritualidade. "Não pode haver na sua existência duas vidas paralelas: por um lado, a vida chamada 'espiritual', com seus valores e exigências; e, por outro, a chamada vida 'secular', ou seja, a vida da família, do trabalho, das relações sociais, do empenho político e da cultura. [...] Toda atividade, toda situação, todo compromisso – como, por exemplo, a competência e a solidariedade no trabalho, o amor e a dedicação na família e na educação dos filhos, o serviço social e político, a proposta da verdade na esfera da cultura – são ocasiões providenciais de um contínuo exercício da fé, da esperança e da caridade".²⁵⁷ Leigos e leigas fazem do fogão, do torno, da cátedra, da enxada, do bisturi... verdadeiro altar. Imersos no mundo do trabalho, encontram

inspiração no testemunho de Jesus de Nazaré, o filho do carpinteiro e em Maria servindo a prima Isabel.

183. **Maria**, “a primeira entre os humildes e os pobres do Senhor”²⁵⁸, **a primeira discípula de Jesus**, nos orienta no seguimento de seu Filho, integrando a docilidade ao Espírito²⁵⁹ e o serviço generoso às irmãs e irmãos²⁶⁰. Os acontecimentos eram, por ela, considerados à luz da própria experiência, da Palavra de Deus, da atenção à vida e à história. Exemplo disso é o Magnificat onde louva e bendiz a Deus pelas maravilhas que Ele realizou na sua vida, na vida do seu Filho e na vida do seu povo²⁶¹. Discípulos e discípulas hoje reconhecerão que Maria é modelo de reflexão sobre a vida à luz da fé. Mulher corajosa, que disse sim a Deus e não às injustiças, ao proclamar que Deus é vingador dos humildes e dos oprimidos e derruba do trono os poderosos. Mulher forte, “que conheceu de perto a pobreza, o sofrimento, a fuga e o exílio – situações estas, que não podem escapar à atenção de quem quiser secundar, com espírito evangélico, as energias libertadoras do homem e da sociedade”²⁶².

184. A espiritualidade do seguimento de Jesus, vivida por suas **testemunhas** – mártires, místicos e simples fiéis²⁶³ – impressiona e inspira a vida e a prática de muitos cristãos e cristãs, que buscam ser presença solidária com a dor dos mais sofridos e procuram estar atentos aos sinais dos tempos, que desafiam a uma presença qualitativamente distinta na sociedade.

185. Nessa perspectiva, valorizem-se as **experiências já adquiridas**, promova-se o intercâmbio entre pessoas e grupos que estão em busca de uma nova espiritualidade, facilite-se **o acesso às fontes da grande tradição espiritual cristã**, criem-se ou reorganizem-se centros de estudo e de vivência espiritual.

Formação e organização

186. A formação de que o leigo católico precisa para atuar conforme sua vocação, desenvolvendo a riqueza dos dons e talentos recebidos, não é apenas uma formação espiritual. É **formação integral**, que ajuda a desenvolver a dimensão humano-afetiva, a capacidade de comunicação e relacionamento com os outros, a capacidade de compreender, discernir e avaliar, a perseverança no compromisso e a fidelidade aos valores.

187. As “Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora” de 1999-2002 traçam as seguintes orientações para a **formação dos leigos**:

- a) seja programada e sistemática, não apenas ocasional;
- b) ligue o aspecto antropológico e o teológico, não sendo apenas uma reprodução empobrecida da teologia dos seminários;
- c) seja integrada e tenha como ponto de partida os problemas e perguntas dos leigos, oferecendo-lhes respostas para uma presença cristã no mundo;
- d) seja orientada predominantemente para a atuação nas transformações sociais, onde o testemunho dos leigos é especialmente qualificado;
- e) desenvolva especialmente a capacidade de comunicação e diálogo, aprimorando o relacionamento humano;
- f) seja diversificada e, nos seus métodos, tempos e conteúdos, seja adaptada à diversidade de situações e tarefas dos cristãos leigos. Especial atenção merece a formação dos cristãos que atuam no campo da vida pública e política.

188. Na formação e nas atividades permanentes dos leigos merece destaque a dimensão ética. Recordamos como atual a indicação de *Puebla*, que solicita a participação dos leigos “construtores da sociedade pluralista” na **elaboração de uma ética social à altura das questões contemporâneas**: “A comunidade cristã conduzida pelo bispo estabelecerá a ponte de contato e diálogo com os construtores da sociedade temporal, a fim de iluminá-los com a visão cristã, estimulará-los com gestos significativos e acompanhá-los com atuações eficazes”²⁶⁴. “Neste contato e diálogo deve circular, numa

atitude de escuta sincera e acolhedora, a problemática trazida por eles do seu próprio ambiente. Assim poderemos descobrir os critérios, normas e caminhos por onde aprofundar e atualizar a Doutrina Social da Igreja, no sentido da elaboração duma ética social capaz de formular as respostas cristãs aos grandes problemas da cultura contemporânea”²⁶⁵.

189. Da parte da hierarquia e particularmente dos presbíteros, espera-se efetiva **disposição de acompanhar** os leigos e leigas que atuam nos diferentes campos de evangelização. Muitas vezes os leigos reclamam apoio espiritual e orientação, que lhes faltam. Os Bispos, presbíteros e diáconos sintam-se convocados pela Igreja a acolher a participação dos leigos/as em toda a vida de comunidade, respeitando sua missão própria, incentivando sua formação integral e apoiando seu crescimento. Além disso, cabe de modo especial aos Bispos a escolha de assessores eclesiais e diretores espirituais para os movimentos e organizações laicais, que sejam realmente idôneos e bem formados, para manterem os fiéis na sã doutrina, alimentando sua espiritualidade, aconselhando, estimulando, dialogando e promovendo a unidade eclesial²⁶⁶. Por outro lado, como lembramos citando o Concílio, os leigos “não pensem que seus pastores estão sempre de tal modo preparados que tenham uma solução pronta para qualquer questão”²⁶⁷. Em todo caso, leigos e pastores procurem sempre o diálogo sincero e a complementação de suas vocações e ações a serviço da evangelização.

190. “O protagonismo do cristão leigo requer profundas **mudanças no estilo do governo e no exercício da autoridade** por parte da hierarquia, para permitir e encorajar comunhão, a participação e a co-responsabilidade dos leigos na tomada de decisões pastorais, valorizando o voto dos conselhos pastorais e a presença ativa dos fiéis em Sínodos e Concílios particulares, conforme está previsto por documentos oficiais da Igreja”²⁶⁸. A *Christifideles laici* encoraja e afirma que “a participação dos fiéis leigos nesses conselhos (pastorais diocesanos) poderia aumentar o recurso à consulta, e o princípio de colaboração – que em determinados casos também é de decisão – e encontrará uma aplicação mais vasta e mais incisiva”.²⁶⁹

191. É desejável que em sua missão os cristãos leigos, superando eventuais divisões e preconceitos, busquem **valorizar suas diversas formas de organização, em especial os Conselhos de Leigos** em todos os níveis. Eles sejam lugar de encontro, serviço, troca de experiências e articulação das iniciativas pastorais, organismos e movimentos, na busca constante de diálogo, comunhão e unidade na diversidade de dons e carismas²⁷⁰.

192. Desde 1976, por iniciativa da CNBB, a organização dos leigos é promovida pelo **Conselho Nacional de leigos e leigas católicos do Brasil (CNL)**, que atualmente articula 12 Conselhos Regionais, 80 Conselhos Diocesanos e 30 Movimentos e Pastorais organizados no plano nacional. O CNL se propõe principalmente:

- articular e integrar as organizações e os leigos e leigas católicos entre si, e representá-los junto aos organismos eclesiais e da sociedade civil;
- incentivar, ainda mais, a organização dos leigos e leigas católicos nos diferentes níveis da Igreja no Brasil e, assim, estimular a sua atuação;
- despertar nos leigos católicos a consciência crítica, à luz da evangélica opção pelos pobres, dando ênfase, em seu trabalho, à dignificação da pessoa humana e da família;
- incentivar a participação dos leigos e leigas católicos nos processos de planejamento, decisão, execução e avaliação da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, fortalecendo a consciência da Igreja-Povo de Deus;
- criar e apoiar estruturas de formação e capacitação, que ajudem os leigos e leigas católicos a descobrirem sua identidade e missão com vista à construção de uma sociedade justa e fraterna;
- ser presença nos espaços sociais, políticos e culturais do País;
- ser presença na caminhada ecumênica, incentivando a ligação e comunhão entre leigos e leigas católicos e de outras Igrejas cristãs, bem como estimular o diálogo inter-religioso com as demais tradições.

193. Finalmente, dioceses e paróquias favoreçam a **organização dos leigos** não somente dos que atuam em tarefas intra-ecliais, mas também dos que se dedicam à transformação da sociedade. Criem espaços onde os leigos, com a necessária autonomia, possam realizar o intercâmbio de reflexão e de experiências e planejar ações comuns.

CONCLUSÃO

194. Temos a firme convicção que este documento, ao valorizar a missão e os ministérios dos cristãos leigos e leigas e ao conclamar toda a Igreja a acolher os dons do Espírito a serviço de sua vida e missão, muito contribuirá para a obra que Cristo nos confia: confessar, anunciar, servir e celebrar seu Nome, caminho de vida e esperança para todos.

195. Nele, procuramos contemplar a Igreja dos nossos melhores sonhos: Igreja fiel à Trindade, Igreja servidora do Evangelho, Igreja companheira de caminhada da humanidade, Igreja missionária, dialógica e ministerial.

196. É com este espírito e com este programa que queremos ingressar no terceiro milênio da história cristã e fazer memória dos quinhentos anos de nossa primeira evangelização.

197. Que o Espírito Santo infunda a sua força no coração de todos aqueles que abraçaram a missão de evangelizar e multiplique neles os seus dons. E que Maria Santíssima, modelo de fé, esperança e amor, mantenha viva em nós a disponibilidade ao Espírito e nos ajude a discernir os sinais da presença do Deus que “está realmente no meio de nós”²⁷¹.

Nota:1

CfL 29: “A comunhão eclesial, já presente e operante na ação do indivíduo, encontra uma expressão específica no operar associado dos fiéis leigos, isto é, na ação solidária que eles desenvolvem ao participar responsabilmente da vida e da missão da Igreja.

Nestes tempos mais recentes, o fenômeno da agregação dos leigos entre si assumiu formas de particular variedade e vivacidade. Se na história da Igreja tal fenômeno representou sempre uma linha constante, como o provam até aos nossos dias as várias confrarias, as ordens terceiras e os diversos sodalícios, ele recebeu, todavia, um notável impulso nos tempos modernos que têm visto o nascer e o irradiar de múltiplas formas agregativas: associações, grupos, comunidades, movimentos. Pode falar-se de uma nova era agregativa dos fiéis leigos. Com efeito, ao lado do associativismo tradicional e, por vezes, nas suas próprias raízes, brotaram movimentos e sodalícios novos, com fisionomia e finalidade específicas: tão grande é a riqueza e a versatilidade de recursos que o Espírito infunde no tecido eclesial e tamanha é a capacidade de iniciativa e a generosidade do nosso laicato.

Estas agregações de leigos aparecem muitas vezes bastante diferentes uma das outras em vários aspectos, como a configuração exterior, os caminhos e métodos educativos e os campos operativos. Encontram, porém, as linhas de uma vasta e profunda convergência na finalidade que as anima: a de participar responsabilmente da missão da Igreja de levar o Evangelho de Cristo, qual fonte de esperança para o homem e de renovação para a sociedade.

A agregação dos fiéis leigos por motivos espirituais e apostólicos brota de várias fontes e vai ao encontro de diversas exigências: exprime, de fato, a natureza social da pessoa e obedece ao imperativo de uma mais vasta e incisiva eficácia operativa. Na verdade, a incidência cultural fonte e estímulo e, simultaneamente, fruto e sinal de todas as demais transformações do ambiente e da sociedade, só se pode alcançar com a ação, não tanto dos indivíduos, mas de um sujeito social, isto é, com a ação de um grupo, de uma comunidade, de uma associação, de um movimento. E isso é particularmente verdade no contexto de uma sociedade pluralista e fragmentada como é, em tantas partes do mundo, a atual e perante os problemas tornados enormemente complexos e difíceis. Por outro lado, sobretudo num mundo secularizado, as várias formas agregativas podem representar para muitos uma ajuda preciosa em favor de uma vida cristã coerente, com as exigências do Evangelho e de um empenho missionário e apostólico.

Além destes motivos, a razão profunda que justifica e exige o agregar-se dos fiéis leigos é de ordem teológica: uma razão eclesiológica, como abertamente reconhece o Concílio Vaticano II, ao apontar o apostolado associado como um sinal da comunhão e da unidade da Igreja em Cristo.

É um sinal que deve manifestar-se nas relações de comunhão, tanto no interior como no exterior das várias formas agregativas, no mais vasto contexto da comunidade cristã. É a própria razão eclesiológica apontada que explica, por um lado, o direito de agregação próprio dos fiéis leigos e, por outro, a necessidade de critérios de discernimento sobre a autenticidade eclesial das suas formas agregativas.

Antes de mais, é necessário reconhecer-se a liberdade associativa dos fiéis leigos na Igreja. Essa liberdade constitui um verdadeiro e próprio direito que não deriva de uma espécie de concessão da autoridade, mas que promana do Batismo, qual sacramento que chama os fiéis leigos para participarem ativamente da comunhão e

da missão da Igreja. O Concílio é muito explícito a este propósito: Respeitada a devida relação com a autoridade eclesiástica, os leigos têm o direito de fundar associações, dirigi-las e dar nome às já existentes. E o recente Código textualmente diz: Os fiéis podem livremente fundar e dirigir associações para fins de caridade ou de piedade, ou para fomentar a vocação cristã no mundo, e reunir-se para alcançar em comum esses mesmos fins.

Trata-se de uma liberdade reconhecida e garantida pela autoridade eclesiástica e que deve ser exercida sempre e só na comunhão da Igreja: nesse sentido o direito dos fiéis leigos em agregar-se é essencialmente relativo à vida de comunhão e à missão da própria Igreja”.

Nota:2

CfL 30: “É sempre na perspectiva da comunhão e da missão da Igreja e não, portanto, em contraste com a liberdade associativa, que se compreende a necessidade de claros e precisos critérios de discernimento e de reconhecimento das agregações laicais, também chamados critérios de eclesialidade.

Como critérios fundamentais para o discernimento de toda e qualquer agregação dos fiéis leigos na Igreja, podem considerar-se de forma unitária os seguintes:

- O primado dado à vocação de cada cristão à santidade, manifestado nos frutos da graça que o Espírito produz nos fiéis como crescimento para a plenitude da vida cristã e para a perfeição da caridade.

Nesse sentido, toda e qualquer agregação de fiéis leigos é chamada a ser sempre e cada vez mais instrumento de santidade na Igreja, favorecendo e encorajando uma unidade mais íntima entre a vida prática dos membros e a própria fé.

- A responsabilidade em professar a fé católica, acolhendo e proclamando a verdade sobre Cristo, sobre a Igreja e sobre o homem, em obediência ao Magistério da Igreja, que autenticamente a interpreta. Por isso, toda agregação de fiéis leigos deve ser lugar de anúncio e de proposta da fé e de educação na mesma, no respeito pelo seu conteúdo integral.

- O testemunho de uma comunhão sólida e convicta, em relação filial com o Papa, centro perpétuo e visível da unidade da Igreja universal, e com o bispo, princípio visível e fundamento da unidade da Igreja particular, e na estima recíproca entre todas as formas de apostolado na Igreja.

A comunhão com o Papa e com o bispo é chamada a exprimir-se na disponibilidade leal em aceitar os seus ensinamentos doutrinários e orientações pastorais. A comunhão eclesial exige, além disso, que se reconheça a legítima pluralidade das formas agregativas dos fiéis leigos na Igreja e, simultaneamente, a disponibilidade para a sua recíproca colaboração.

- A conformidade e a participação na finalidade apostólica da Igreja, que é a evangelização e a santificação dos homens e a formação cristã das suas consciências, de modo a conseguir permear de espírito evangélico as várias comunidades e os vários ambientes.

Nesta linha, exige-se de todas as formas agregativas de fiéis leigos, e de cada uma delas, um entusiasmo missionário que as torne, sempre e cada vez mais, sujeitos de uma nova evangelização.

- O empenho de uma presença na sociedade humana que, à luz da doutrina social da Igreja, se coloque a serviço da dignidade integral do homem.

Assim, as agregações dos fiéis leigos devem converter-se em correntes vivas de participação e de solidariedade para construir condições mais justas e fraternas no seio da sociedade.

Os critérios fundamentais acima expostos encontram a sua verificação nos frutos concretos que acompanham a vida e as obras das diversas formas associativas, tais como: o gosto renovado pela oração, a contemplação, a vida litúrgica e sacramental; a animação pelo florescimento de vocações ao matrimônio cristão, ao sacerdócio ministerial, à vida consagrada; a disponibilidade em participar dos programas e das atividades da Igreja, tanto em nível local como nacional ou internacional; o empenho catequético e a capacidade pedagógica de formar os cristãos; o impulso em ordem a uma presença cristã nos vários ambientes da vida social e a criação e animação de obras caritativas, culturais e espirituais; o espírito de desapego e de pobreza evangélica em ordem a uma caridade mais generosa para com todos; as conversões à vida cristã ou o regresso à comunhão por parte de batizados afastados”.

Nota:3

CfL 31: “Os pastores na Igreja, mesmo perante possíveis e compreensíveis dificuldades de algumas formas agregativas e perante novas formas que se vão impondo, não podem abdicar do serviço da sua autoridade, não apenas pelo bem da Igreja, mas até pelo bem dessas mesmas agregações laicais. Nesse sentido, eles devem acompanhar a sua ação de discernimento com a orientação e, sobretudo, com o encorajamento em ordem a um crescimento das agregações dos fiéis leigos na comunhão e na missão da Igreja.

É sem dúvida oportuno que algumas novas associações e alguns novos movimentos pela sua difusão, muitas vezes nacional e até internacional, venham a receber um reconhecimento oficial, uma aprovação explícita da competente autoridade eclesiástica. Nesse sentido, já dizia o Concílio: O apostolado dos leigos admite diversos modos de relação com a Hierarquia, segundo as suas várias formas e seus objetivos... Certas formas de apostolado dos leigos são, de diversos modos, expressamente reconhecidas pela Hierarquia. Além disso, a autoridade eclesiástica, tendo em conta as exigências do bem da Igreja, pode escolher de entre as várias associações e iniciativas apostólicas com um fim diretamente espiritual, algumas em particular, e promovê-las de um modo especial, assumindo sobre elas uma maior responsabilidade.

Entre as várias formas de apostolado dos leigos, que têm particular relação com a Hierarquia, os padres sinodais expressamente mencionaram vários movimentos e associações de Ação Católica, onde os leigos se associam livremente de forma orgânica e estável, sob o impulso do Espírito Santo, na comunhão com o bispo e com os sacerdotes, de forma a poderem servir, no estilo próprio da sua vocação, com um método particular, o crescimento de toda a comunidade cristã, os projetos pastorais e a animação evangélica de todos os âmbitos da vida, com fidelidade e operosidade.

Foi confiado ao Pontifício Conselho dos Leigos o encargo de elaborar um elenco das associações que recebem a aprovação oficial da Santa Sé e de definir, em colaboração com o Secretariado da Unidade dos Cristãos, as condições segundo as quais se pode aprovar uma associação ecumênica, onde a maioria seja católica ao lado de uma minoria não católica, estabelecendo também em que casos se não pode dar parecer positivo.

Todos, pastores e fiéis, temos a obrigação de favorecer e de alimentar constantemente os vínculos e as relações fraternas de estima, cordialidade e colaboração entre as várias formas agregativas de leigos. Só assim

a riqueza dos dons e dos carismas que o Senhor nos dá pode dar o seu contributo fecundo e ordenado para a edificação da casa comum: Para se edificar solidariamente a casa comum, é preciso, além do mais, depor todo o espírito de antagonismo e de disputa, e que a competição se faça, antes, na estima mútua (cf. Rm 12,10), na recíproca antecipação do afeto e na vontade de colaboração, com a paciência, a abertura de visão, a disponibilidade para o sacrifício, que isso, por vezes, pode comportar.

Voltamos de novo às palavras de Jesus: Eu sou a videira e vós as vides (Jo 15,5), para darmos graças a Deus pelo grande dom da comunhão eclesial, que reflete no tempo a comunhão eterna e inefável do amor de Deus Uno e Trino. A consciência do dom deve ser acompanhada de um grande sentido de responsabilidade: trata-se, com efeito, de um dom que, à semelhança do talento evangélico, deve ser posto a render numa vida de crescente comunhão.

Ser responsáveis pelo dom da comunhão significa, antes de mais, empenharmo-nos na vitória sobre toda a tentação de divisão e de contraposição que ameaça a vida e o empenho apostólico dos cristãos. O grito de dor e de estranheza do apóstolo Paulo: Refiro-me ao fato de cada um de vós dizer: Eu sou de Paulo, Eu, porém, sou de Apolo, E eu sou de Cefas, E eu de Cristo! Foi Cristo porventura dividido? (1Cor 1,12-13) continua a ecoar como repreensão pelas feridas feitas ao Corpo de Cristo. Ressoem, antes, como apelo persuasivo estas outras palavras do apóstolo: Exorto-vos, irmãos, no nome de nosso Senhor Jesus Cristo, a serdes unânimes no falar, para que não haja divisões entre vós, mas vivais em perfeita união de pensamento e de propósitos (1Cor 1,10).

Assim, a vida de comunhão eclesial torna-se um sinal para o mundo e uma força de atração que leva à fé em Cristo: Como tu, ó Pai, estás em mim e eu em ti, que também eles estejam em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste (Jo 17,21). Dessa maneira, a comunhão abre-se para a missão e converte-se ela própria em missão”.

Nota:4

CfL 23: “A missão salvífica da Igreja no mundo realiza-se não só pelos ministros, que o são em virtude do sacramento da Ordem, mas também por todos os fiéis leigos: estes, com efeito, por força da sua condição batismal e da sua vocação específica, na medida própria de cada um, participam do múnus sacerdotal, profético e real de Cristo.

Por isso, os pastores devem reconhecer e promover os ofícios e as funções dos fiéis leigos, que têm o seu fundamento sacramental no Batismo e na Confirmação, bem como, para muitos deles, no Matrimônio.

E, quando a necessidade ou a utilidade da Igreja o pedir, os pastores podem, segundo as normas estabelecidas pelo direito universal, confiar aos fiéis leigos certos ofícios e certas funções que, embora ligadas ao seu próprio ministério de pastores, não exigem, contudo, o caráter da Ordem. O Código de Direito Canônico escreve: Onde as necessidades da Igreja o aconselharem, por falta de ministros, os leigos, mesmo que não sejam leitores ou acólitos, podem suprir alguns ofícios, como os de exercer o ministério da palavra, presidir às orações litúrgicas, conferir o Batismo e distribuir a Sagrada Comunhão, segundo as prescrições do direito. Todavia, o exercício de semelhante tarefa não transforma o fiel leigo em pastor: na realidade, o que constitui o ministério não é a tarefa, mas a ordenação sacramental. Só o sacramento da Ordem confere ao ministro ordenado uma peculiar participação no ofício de Cristo, Chefe e Pastor, e no seu sacerdócio eterno. A tarefa que se exerce como suplente recebe a sua legitimidade, formal e imediatamente, da delegação oficial que lhe dão os pastores e, no seu exercício concreto, submete-se à direção da autoridade eclesiástica.

A recente assembléia sinodal perspectivou um vasto e significativo panorama da situação eclesial acerca dos ministérios, ofícios e funções dos batizados. Os padres manifestaram vivo apreço pelo notável contributo apostólico dos fiéis leigos, homens e mulheres, pelos seus carismas e por toda a sua ação em favor da evangelização, da santificação e da animação cristã das realidades temporais. Ao mesmo tempo, foi muito apreciado o seu serviço ordinário nas comunidades eclesiais e a sua generosa disponibilidade para a suplência em situações de emergência e de necessidades crônicas.

Na seqüência da renovação litúrgica promovida pelo Concílio, os próprios fiéis leigos, tomando mais viva consciência das tarefas que lhes pertencem na assembléia litúrgica e na sua preparação, tornaram-se largamente disponíveis no seu desempenho: a celebração litúrgica, com efeito, é uma ação sagrada, não só do clero, mas de toda a assembléia. É, portanto, natural que as tarefas que não são exclusivas dos ministros ordenados sejam desempenhadas pelos fiéis leigos. Torna-se assim espontânea a passagem de um efetivo envolvimento dos fiéis leigos na ação litúrgica para o anúncio da Palavra de Deus e para a cura pastoral.

Na mesma assembléia sinodal, porém, não faltaram, ao lado dos positivos, pareceres críticos sobre o uso indiscriminado do termo ministério, a confusão e o nivelamento entre sacerdócio comum e sacerdócio ministerial, a pouca observância de leis e normas eclesiásticas, a interpretação arbitrária do conceito de suplência, uma certa tolerância por parte da própria autoridade legítima, a clericalização dos fiéis leigos e o risco de se criar de fato uma estrutura eclesial de serviço, paralela à fundada no sacramento da Ordem.

Precisamente para obviar tais perigos, os padres sinodais insistiram na necessidade de serem expressas com clareza, até na própria terminologia, quer a unidade de missão da Igreja, de que participam todos os batizados, quer a diversidade substancial do ministério dos pastores, radicado no sacramento da Ordem, em relação com ou outros ofícios e as outras funções eclesiais, radicados nos sacramentos do Batismo e da Confirmação.

É, pois, necessário, em primeiro lugar, que os pastores, ao reconhecer e ao conferir aos fiéis leigos os vários ministérios, ofícios e funções, tenham o máximo cuidado em instruí-los sobre a raiz batismal destas tarefas. Igualmente, os pastores deverão zelar para que se evite um recurso fácil e abusivo a presumíveis situações de emergência ou de necessária suplência, onde objetivamente não existam ou onde é possível remediar com uma programação pastoral mais racional.

Os vários ofícios e funções que os fiéis leigos podem legitimamente desempenhar na liturgia, na transmissão da fé e nas estruturas pastorais da Igreja deverão ser exercidos em conformidade com a sua específica vocação laical, diferente da dos ministros sagrados. Nesse sentido, a Exortação Evangelii nuntiandi, que teve tanto e tão benéfico mérito em estimular a diversificada colaboração dos fiéis leigos na vida e na missão evangelizadora da Igreja, lembra que o campo próprio da sua atividade evangelizadora é o mesmo mundo vasto e complicado da política, da realidade social e da economia, como também o da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos mass-media e, ainda, outras realidades abertas para a evangelização, como sejam, o amor, a família, a educação das crianças e dos adolescentes, o trabalho profissional e o sofrimento. Quantos mais leigos

houver impregnados do Evangelho, responsáveis em relação a tais realidades e comprometidos claramente com as mesmas, competentes para as promover e conscientes de que é necessário fazer desabrochar a sua capacidade cristã, muitas vezes escondida e asfixiada, tanto mais essas realidades, sem nada perderem ou sacrificarem do próprio coeficiente humano, mas patenteando uma dimensão transcendente para o além, não raro desconhecida, se virão a encontrar a serviço da edificação do Reino de Deus e, por conseguinte, da salvação em Jesus Cristo.

Durante os trabalhos do Sínodo, os padres dedicaram bastante atenção ao leitorado e ao acolitado. Enquanto, no passado, eles existiam na Igreja Latina apenas como etapas espirituais do itinerário para os ministérios ordenados, com o Motu Próprio de Paulo VI, Ministeria quaedam (15 de agosto de 1972), eles adquiriram uma própria autonomia e estabilidade, bem como uma sua possível destinação aos próprios fiéis leigos, se bem que exclusivamente para os homens. No mesmo sentido se expressou o novo Código de Direito Canônico. Agora, os padres sinodais manifestaram o desejo de que o Motu Próprio Ministeria quaedam fosse revisto, tendo em conta o uso das Igrejas locais e sobretudo indicando os critérios segundo os quais se devam escolher os destinatários de cada ministério.

Em tal sentido foi constituída expressamente uma comissão, não só para responder a este desejo manifestado pelos padres sinodais, mas também e ainda mais para estudar de modo aprofundado os diversos problemas teológicos, litúrgicos, jurídicos e pastorais levantados pelo atual grande florescimento de ministérios confiados aos fiéis leigos.

Esperando que a Comissão conclua o seu estudo, para que a praxe eclesial dos ministérios confiados aos fiéis leigos resulte ordenada e frutuosa, deverão ser fielmente respeitados por todas as Igrejas particulares os princípios teológicos atrás recordados, em particular a diversidade essencial entre o sacerdócio ministerial e o sacerdócio comum e, conseqüentemente, a diversidade entre os ministérios derivados do sacramento da Ordem e os ministérios derivados dos sacramentos do Batismo e da Confirmação".

Nota:5

EA 44: "A doutrina do Concílio Vaticano II sobre a unidade da Igreja, como Povo de Deus reunido na unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo, destaca que são comuns à dignidade de todos os batizados a imitação e o seguimento de Cristo, a comunhão recíproca e o mandato missionário". É necessário, portanto, que os fiéis leigos se conscientizem de sua dignidade de batizados. Por seu lado, os pastores tenham profunda estima "do testemunho e da ação evangelizadora dos leigos que, inseridos no Povo de Deus com espiritualidade de comunhão, conduzem os irmãos ao encontro com Jesus Cristo vivo. A renovação da Igreja na América não será possível sem a presença ativa dos leigos. Por isso, lhes compete, em grande parte, a responsabilidade do futuro da Igreja".

Duplo é o âmbito em que se realiza a vocação dos fiéis leigos. O primeiro, e mais condizente com o seu estado laical, é o das realidades temporais, que são chamados a ordenar conforme a vontade de Deus. "De fato, com seu peculiar modo de agir, o Evangelho é levado dentro das estruturas do mundo e, agindo em toda parte santamente, consagram a Deus o próprio mundo". Graças aos fiéis leigos, "a presença e a missão da Igreja no mundo se realiza, de modo especial, na variedade dos carismas e ministérios que possui o laicato. A secularidade é a nota característica e própria do leigo e da sua espiritualidade, que o leva a agir nos vários âmbitos da vida familiar, social, profissional, cultural e política, em vista da sua evangelização. Num Continente em que convivem a competição e a agressividade, o consumo desenfreado e a corrupção, os leigos são chamados a encarnar valores profundamente evangélicos como a misericórdia, o perdão, a honestidade, a transparência de coração e a paciência nas situações difíceis. Dos leigos espera-se uma grande força criadora em gestos e obras que manifestem uma vida coerente com o Evangelho".

A América necessita de cristãos leigos em grau de assumir cargos de dirigentes na sociedade. É urgente formar homens e mulheres capazes de influir, segundo a própria vocação, na vida pública, orientando-a para o bem comum. No exercício da política, considerada no seu sentido mais nobre e autêntico de administração do bem comum, aqueles podem encontrar o caminho da própria santificação. Em vista disso, é necessário que sejam formados quer nos princípios e nos valores da doutrina social da Igreja, quer nas noções fundamentais da teologia do laicato. O conhecimento mais profundo dos princípios éticos e dos valores morais cristãos lhes permitirá tornar-se paladinos no seu ambiente, proclamando-os inclusive em relação à assim chamada "neutralidade do Estado".

Um segundo âmbito no qual muitos fiéis leigos são chamados a trabalhar é aquele que se poderia definir "intra-eclesial". São muitos os leigos na América que nutrem a legítima aspiração de contribuir com os seus talentos e carismas "na construção da comunidade eclesial, como delegados da Palavra, catequistas, visitantes de enfermos ou de detentos, animadores de grupos etc.". Os Padres Sinodais fizeram votos de que a Igreja reconheça algumas dessas tarefas como ministérios laicais, baseados nos sacramentos do Batismo e da Confirmação, ressalvada, porém, a especificidade própria dos ministérios do Sacramento da Ordem. Trata-se de um tema vasto e complexo para cujo estudo, já há algum tempo, constitui uma específica Comissão, e sobre o qual os Organismos da Santa Sé têm vindo aos poucos oferecendo algumas diretrizes. É necessário promover a profícua colaboração dos fiéis leigos, homens e mulheres, bem preparados nas diversas atividades dentro da Igreja, evitando, contudo, que haja confusão com os ministérios ordenados e com as ações próprias do sacramento da Ordem, para distinguir claramente o sacerdócio comum dos fiéis daquele ministerial.

A esse propósito, os Padres Sinodais sugeriram que as tarefas confiadas aos leigos sejam bem "diferenciadas das que constituem etapas em direção ao ministério ordenado", e que os candidatos ao sacerdócio recebem antes do Presbiterado. Foi também observado que tais tarefas laicais "não devem ser conferidas a não ser a pessoas, homens ou mulheres, que receberam a formação requerida, segundo critérios precisos: uma certa constância, uma disponibilidade real em relação a um determinado grupo de pessoas, a obrigação de prestar contas ao próprio Pastor". De qualquer forma, mesmo devendo-se estimular o apostolado intra-eclesial, é preciso que este coexista com a atividade própria dos leigos, em que eles não podem ser substituídos pelos sacerdotes, isto é, o campo das realidades temporais".

Nota:6

EN 70: "Os leigos, a quem a sua vocação específica coloca no meio do mundo e à frente das mais variadas tarefas na ordem temporal, devem também eles, através disso mesmo, atuar uma singular forma de evangelização.

A sua primeira e imediata tarefa não é a instituição e o desenvolvimento da comunidade eclesial - esse é o papel específico dos pastores - mas sim, pôr em prática todas as possibilidades cristãs e evangélicas escondidas, mas já presentes e operantes, nas coisas do mundo. O campo próprio da sua atividade evangelizadora é o mesmo mundo vasto e complicado da política, da realidade social e da economia, como também o da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos meios de comunicação e, ainda, outras realidades abertas para a evangelização, como seja, o amor, a família, a educação das crianças e dos adolescentes, o trabalho profissional e o sofrimento. Quanto mais leigos houver impregnados do Evangelho, responsáveis em relação a tais realidades e comprometidos claramente nas mesmas, competentes para as promover e conscientes de que é necessário fazer desabrochar a sua capacidade cristã muitas vezes escondida e asfíxiada, tanto mais essas realidades, sem nada perder ou sacrificar do próprio coeficiente humano, mas patenteando uma dimensão transcendente para o além, não raro desconhecida, se virão a encontrar a serviço da edificação do reino de Deus e, por conseguinte, da salvação em Jesus Cristo”.

Cfl 23: “A missão salvífica da Igreja no mundo realiza-se não só pelos ministros, que o são em virtude do sacramento da Ordem, mas também por todos os fiéis leigos: estes, com efeito, por força da sua condição batismal e da sua vocação específica, na medida própria de cada um, participam do múnus sacerdotal, profético e real de Cristo.

Por isso, os pastores devem reconhecer e promover os ofícios e as funções dos fiéis leigos, que têm o seu fundamento sacramental no Batismo e na Confirmação, bem como, para muitos deles, no Matrimônio.

E, quando a necessidade ou a utilidade da Igreja o pedir, os pastores podem, segundo as normas estabelecidas pelo direito universal, confiar aos fiéis leigos certos ofícios e certas funções que, embora ligadas ao seu próprio ministério de pastor, não exigem, contudo, o caráter da Ordem. O Código de Direito Canônico escreve: Onde as necessidades da Igreja o aconselharem, por falta de ministros, os leigos, mesmo que não sejam leitores ou acólitos, podem suprir alguns ofícios, como os de exercer o ministério da palavra, presidir às orações litúrgicas, conferir o Batismo e distribuir a Sagrada Comunhão, segundo as prescrições do direito. Todavia, o exercício de semelhante tarefa não transforma o fiel leigo em pastor: na realidade, o que constitui o ministério não é a tarefa, mas a ordenação sacramental. Só o sacramento da Ordem confere ao ministro ordenado uma peculiar participação no ofício de Cristo, Chefe e Pastor, e no seu sacerdócio eterno. A tarefa que se exerce como suplente recebe a sua legitimidade, formal e imediatamente, da delegação oficial que lhe dão os pastores e, no seu exercício concreto, submete-se à direção da autoridade eclesial.

A recente assembléia sinodal perspectivou um vasto e significativo panorama da situação eclesial acerca dos ministérios, ofícios e funções dos batizados. Os padres manifestaram vivo apreço pelo notável contributo apostólico dos fiéis leigos, homens e mulheres, pelos seus carismas e por toda a sua ação em favor da evangelização, da santificação e da animação cristã das realidades temporais. Ao mesmo tempo, foi muito apreciado o seu serviço ordinário nas comunidades eclesiais e a sua generosa disponibilidade para a suplência em situações de emergência e de necessidades crônicas.

Na seqüência da renovação litúrgica promovida pelo Concílio, os próprios fiéis leigos, tomando mais viva consciência das tarefas que lhes pertencem na assembléia litúrgica e na sua preparação, tornaram-se largamente disponíveis no seu desempenho: a celebração litúrgica, com efeito, é uma ação sagrada, não só do clero, mas de toda a assembléia. É, portanto, natural que as tarefas que não são exclusivas dos ministros ordenados sejam desempenhadas pelos fiéis leigos. Torna-se assim espontânea a passagem de um efetivo envolvimento dos fiéis leigos na ação litúrgica para o anúncio da Palavra de Deus e para a cura pastoral.

Na mesma assembléia sinodal, porém, não faltaram, ao lado dos positivos, pareceres críticos sobre o uso indiscriminado do termo ministério, a confusão e o nivelamento entre sacerdócio comum e sacerdócio ministerial, a pouca observância de leis e normas eclesiais, a interpretação arbitrária do conceito de suplência, uma certa tolerância por parte da própria autoridade legítima, a clericalização dos fiéis leigos e o risco de se criar de fato uma estrutura eclesial de serviço, paralela à fundada no sacramento da Ordem.

Precisamente para obviar tais perigos, os padres sinodais insistiram na necessidade de serem expressas com clareza, até na própria terminologia, quer a unidade de missão da Igreja, de que participam todos os batizados, quer a diversidade substancial do ministério dos pastores, radicado no sacramento da Ordem, em relação com ou outros ofícios e as outras funções eclesiais, radicados nos sacramentos do Batismo e da Confirmação.

É, pois, necessário, em primeiro lugar, que os pastores, ao reconhecer e ao conferir aos fiéis leigos os vários ministérios, ofícios e funções, tenham o máximo cuidado em instruí-los sobre a raiz batismal destas tarefas. Igualmente, os pastores deverão zelar para que se evite um recurso fácil e abusivo a presumíveis situações de emergência ou de necessária suplência, onde objetivamente não existam ou onde é possível remediar com uma programação pastoral mais racional.

Os vários ofícios e funções que os fiéis leigos podem legitimamente desempenhar na liturgia, na transmissão da fé e nas estruturas pastorais da Igreja deverão ser exercidos em conformidade com a sua específica vocação laical, diferente da dos ministros sagrados. Nesse sentido, a Exortação Evangelii nuntiandi, que teve tanto e tão benéfico mérito em estimular a diversificada colaboração dos fiéis leigos na vida e na missão evangelizadora da Igreja, lembra que o campo próprio da sua atividade evangelizadora é o mesmo mundo vasto e complicado da política, da realidade social e da economia, como também o da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos mass-media e, ainda, outras realidades abertas para a evangelização, como sejam, o amor, a família, a educação das crianças e dos adolescentes, o trabalho profissional e o sofrimento. Quanto mais leigos houver impregnados do Evangelho, responsáveis em relação a tais realidades e comprometidos claramente com as mesmas, competentes para as promover e conscientes de que é necessário fazer desabrochar a sua capacidade cristã, muitas vezes escondida e asfíxiada, tanto mais essas realidades, sem nada perderem ou sacrificarem do próprio coeficiente humano, mas patenteando uma dimensão transcendente para o além, não raro desconhecida, se virão a encontrar a serviço da edificação do Reino de Deus e, por conseguinte, da salvação em Jesus Cristo.

Durante os trabalhos do Sínodo, os padres dedicaram bastante atenção ao leitorado e ao acolitado. Enquanto, no passado, eles existiam na Igreja Latina apenas como etapas espirituais do itinerário para os ministérios ordenados, com o Motu Próprio de Paulo VI, *Ministeria quaedam* (15 de agosto de 1972), eles adquiriram uma própria autonomia e estabilidade, bem como uma sua possível destinação aos próprios fiéis leigos, se bem que exclusivamente para os homens. No mesmo sentido se expressou o novo Código de Direito Canônico. Agora, os

padres sinodais manifestaram o desejo de que o Motu Próprio *Ministeria quaedam* fosse revisto, tendo em conta o uso das Igrejas locais e sobretudo indicando os critérios segundo os quais se devam escolher os destinatários de cada ministério.

Em tal sentido foi constituída expressamente uma comissão, não só para responder a este desejo manifestado pelos padres sinodais, mas também e ainda mais para estudar de modo aprofundado os diversos problemas teológicos, litúrgicos, jurídicos e pastorais levantados pelo atual grande florescimento de ministérios confiados aos fiéis leigos.

Esperando que a Comissão conclua o seu estudo, para que a praxe eclesial dos ministérios confiados aos fiéis leigos resulte ordenada e frutuosa, deverão ser fielmente respeitados por todas as Igrejas particulares os princípios teológicos atrás recordados, em particular a diversidade essencial entre o sacerdócio ministerial e o sacerdócio comum e, conseqüentemente, a diversidade entre os ministérios derivados do sacramento da Ordem e os ministérios derivados dos sacramentos do Batismo e da Confirmação".

Nota:7

CfL 17: "A vocação dos fiéis leigos à santidade comporta que a vida segundo o Espírito se exprima de forma peculiar na sua inserção nas realidades temporais e na sua participação nas atividades terrenas. É ainda o apóstolo quem adverte: Tudo quanto fizerdes por palavras e obras, fazei tudo no nome do Senhor Jesus, dando, por meio dele, graças a Deus Pai (Cl 3,17). Aplicando as palavras do apóstolo aos fiéis leigos, o Concílio afirma categoricamente: Nem os cuidados familiares nem outras ocupações profanas devem ser alheias à vida espiritual. Por sua vez, os padres sinodais afirmaram: A unidade de vida dos fiéis leigos é de enorme importância, pois eles têm que se santificar na normal vida profissional e social. Assim, para que possam responder à sua vocação, os fiéis leigos devem olhar para as atividades da vida quotidiana como uma ocasião de união com Deus e de cumprimento da sua vontade, e também como serviço aos demais homens, levando-os à comunhão com Deus em Cristo.

A vocação à santidade deverá ser compreendida e vivida pelos fiéis leigos, antes de mais, como sendo uma obrigação exigente a que não se pode renunciar, como um sinal luminoso do infinito amor do Pai que os regenerou para a sua vida de santidade. Tal vocação aparece então como componente essencial e inseparável de nova vida batismal e, por conseguinte, elemento constitutivo da sua dignidade. Ao mesmo tempo, a vocação à santidade anda intimamente ligada à missão e à responsabilidade confiadas aos fiéis leigos na Igreja e no mundo. Com efeito, a própria santidade já vivida, que deriva da participação na vida de santidade da Igreja, representa o primeiro e fundamental contributo para a edificação da própria Igreja, como Comunhão dos Santos. Um cenário maravilhoso se abre aos olhos iluminados pela fé: o de inúmeros fiéis leigos, homens e mulheres, que, precisamente na vida e nas ocupações do dia a dia, muitas vezes inobservados ou até incompreendidos e ignorados pelos grandes da terra, mas vistos com amor pelo Pai, são obreiros incansáveis que trabalham na vinha do Senhor, artífices humildes e grandes certamente pelo poder da graça de Deus do crescimento do Reino de Deus na história.

A santidade é, portanto, um pressuposto fundamental e uma condição totalmente insubstituível da realização da missão de salvação na Igreja. A santidade da Igreja é a fonte secreta e a medida infalível da sua operosidade apostólica e do seu dinamismo missionário. Só na medida em que a Igreja, Esposa de Cristo, se deixa amar por ele e o ama, é que ela se torna Mãe fecunda no Espírito.

Retomemos mais uma vez a imagem bíblica: o rebentar e o alastrar das vides dependem da sua inserção na videira. Como a vide não pode dar fruto por si mesma se não estiver na videira, assim acontecerá convosco se não estiverdes em mim. Eu sou a videira, vós as vides. Quem permanece em mim e eu nele, esse dá muito fruto; porque sem mim nada podeis fazer (Jo 15,4-5).

É natural recordar aqui a solene proclamação de fiéis leigos, homens e mulheres, como beatos e santos, feita durante o mês do Sinodo. Todo o povo de Deus, e os fiéis leigos em particular, podem ter agora novos modelos de santidade e novos testemunhos de virtudes heróicas vividos nas condições comuns e ordinárias da existência humana. Como disseram os padres sinodais: As Igrejas locais e, sobretudo, as chamadas Igrejas mais jovens deverão procurar diligentemente entre os próprios membros aqueles homens e mulheres que prestaram nessas condições (as condições quotidianas do mundo e o estado conjugal) o testemunho da santidade e que podem servir de exemplo aos demais, a fim de, se for o caso, os proporem para a beatificação e canonização.

Ao concluir estas reflexões, destinadas a definir a condição eclesial do fiel leigo, vem-me à mente a célebre recomendação de São Leão Magno: Agnosce, o Christiane, dignitatem tuam!. É a mesma advertência de São Máximo, bispo de Turim: Considerai a honra que vos foi feita neste mistério!. Todos os batizados são convidados a ouvir de novo as palavras de Santo Agostinho: Alegremo-nos e agradeçamos: tornamo-nos não só cristãos, mas Cristo...! Maravilhai-vos e alegrai-vos: Cristo nos tornamos.

A dignidade cristã, fonte da igualdade de todos os membros da Igreja, garante e promove o espírito de comunhão e de fraternidade e, ao mesmo tempo, torna-se o segredo e a força do dinamismo apostólico e missionário dos fiéis leigos. É uma dignidade exigente, a dignidade dos trabalhadores que o Senhor chamou para a sua vinha: Incumbe a todos os leigos Iemos no Concílio a magnífica tarefa de trabalhar para que o designio de salvação atinja cada vez mais os homens de todos os tempos e de toda a terra".

Nota:8

cf. **CfL, 29:** "A comunhão eclesial, já presente e operante na ação do indivíduo, encontra uma expressão específica no operar associado dos fiéis leigos, isto é, na ação solidária que eles desenvolvem ao participar responsabilmente da vida e da missão da Igreja.

Nestes tempos mais recentes, o fenómeno da agregação dos leigos entre si assumiu formas de particular variedade e vivacidade. Se na história da Igreja tal fenómeno representou sempre uma linha constante, como o provam até aos nossos dias as várias confrarias, as ordens terceiras e os diversos sodalícios, ele recebeu, todavia, um notável impulso nos tempos modernos que têm visto o nascer e o irradiar de múltiplas formas agregativas: associações, grupos, comunidades, movimentos. Pode falar-se de uma nova era agregativa dos fiéis leigos. Com efeito, ao lado do associativismo tradicional e, por vezes, nas suas próprias raízes, brotaram movimentos e sodalícios novos, com fisionomia e finalidade específicas: tão grande é a riqueza e a versatilidade de recursos que o Espírito infunde no tecido eclesial e tamanha é a capacidade de iniciativa e a generosidade do nosso laicato.

Estas agregações de leigos aparecem muitas vezes bastante diferentes uma das outras em vários aspectos, como a configuração exterior, os caminhos e métodos educativos e os campos operativos. Encontram, porém, as linhas de uma vasta e profunda convergência na finalidade que as anima: a de participar responsabilmente da missão da Igreja de levar o Evangelho de Cristo, qual fonte de esperança para o homem e de renovação para a sociedade.

A agregação dos fiéis leigos por motivos espirituais e apostólicos brota de várias fontes e vai ao encontro de diversas exigências: exprime, de fato, a natureza social da pessoa e obedece ao imperativo de uma mais vasta e incisiva eficácia operativa. Na verdade, a incidência cultural fonte e estímulo e, simultaneamente, fruto e sinal de todas as demais transformações do ambiente e da sociedade, só se pode alcançar com a ação, não tanto dos indivíduos, mas de um sujeito social, isto é, com a ação de um grupo, de uma comunidade, de uma associação, de um movimento. E isso é particularmente verdade no contexto de uma sociedade pluralista e fragmentada como é, em tantas partes do mundo, a atual e perante os problemas tornados enormemente complexos e difíceis. Por outro lado, sobretudo num mundo secularizado, as várias formas agregativas podem representar para muitos uma ajuda preciosa em favor de uma vida cristã coerente, com as exigências do Evangelho e de um empenho missionário e apostólico.

Além destes motivos, a razão profunda que justifica e exige o agregar-se dos fiéis leigos é de ordem teológica: uma razão eclesiológica, como abertamente reconhece o Concílio Vaticano II, ao apontar o apostolado associado como um sinal da comunhão e da unidade da Igreja em Cristo.

É um sinal que deve manifestar-se nas relações de comunhão, tanto no interior como no exterior das várias formas agregativas, no mais vasto contexto da comunidade cristã. É a própria razão eclesiológica apontada que explica, por um lado, o direito de agregação próprio dos fiéis leigos e, por outro, a necessidade de critérios de discernimento sobre a autenticidade eclesial das suas formas agregativas.

Antes de mais, é necessário reconhecer-se a liberdade associativa dos fiéis leigos na Igreja. Essa liberdade constitui um verdadeiro e próprio direito que não deriva de uma espécie de concessão da autoridade, mas que promana do Batismo, qual sacramento que chama os fiéis leigos para participarem ativamente da comunhão e da missão da Igreja. O Concílio é muito explícito a este propósito: Respeitada a devida relação com a autoridade eclesiástica, os leigos têm o direito de fundar associações, dirigi-las e dar nome às já existentes. E o recente Código textualmente diz: Os fiéis podem livremente fundar e dirigir associações para fins de caridade ou de piedade, ou para fomentar a vocação cristã no mundo, e reunir-se para alcançar em comum esses mesmos fins.

Trata-se de uma liberdade reconhecida e garantida pela autoridade eclesiástica e que deve ser exercida sempre e só na comunhão da Igreja: nesse sentido o direito dos fiéis leigos em agregar-se é essencialmente relativo à vida de comunhão e à missão da própria Igreja”.

Nota:9

cf. **CfL 17**: “A vocação dos fiéis leigos à santidade comporta que a vida segundo o Espírito se exprima de forma peculiar na sua inserção nas realidades temporais e na sua participação nas atividades terrenas. É ainda o apóstolo quem adverte: Tudo quanto fizerdes por palavras e obras, fazei tudo no nome do Senhor Jesus, dando, por meio dele, graças a Deus Pai (Cl 3,17). Aplicando as palavras do apóstolo aos fiéis leigos, o Concílio afirma categoricamente: Nem os cuidados familiares nem outras ocupações profanas devem ser alheias à vida espiritual. Por sua vez, os padres sinodais afirmaram: A unidade de vida dos fiéis leigos é de enorme importância, pois eles têm que se santificar na normal vida profissional e social. Assim, para que possam responder à sua vocação, os fiéis leigos devem olhar para as atividades da vida quotidiana como uma ocasião de união com Deus e de cumprimento da sua vontade, e também como serviço aos demais homens, levando-os à comunhão com Deus em Cristo.

A vocação à santidade deverá ser compreendida e vivida pelos fiéis leigos, antes de mais, como sendo uma obrigação exigente a que não se pode renunciar, como um sinal luminoso do infinito amor do Pai que os regenerou para a sua vida de santidade. Tal vocação aparece então como componente essencial e inseparável de nova vida batismal e, por conseguinte, elemento constitutivo da sua dignidade. Ao mesmo tempo, a vocação à santidade anda intimamente ligada à missão e à responsabilidade confiadas aos fiéis leigos na Igreja e no mundo. Com efeito, a própria santidade já vivida, que deriva da participação na vida de santidade da Igreja, representa o primeiro e fundamental contributo para a edificação da própria Igreja, como Comunhão dos Santos. Um cenário maravilhoso se abre aos olhos iluminados pela fé: o de inúmeros fiéis leigos, homens e mulheres, que, precisamente na vida e nas ocupações do dia a dia, muitas vezes inobservados ou até incompreendidos e ignorados pelos grandes da terra, mas vistos com amor pelo Pai, são obreiros incansáveis que trabalham na vinha do Senhor, artífices humildes e grandes certamente pelo poder da graça de Deus do crescimento do Reino de Deus na história.

A santidade é, portanto, um pressuposto fundamental e uma condição totalmente insubstituível da realização da missão de salvação na Igreja. A santidade da Igreja é a fonte secreta e a medida infalível da sua operosidade apostólica e do seu dinamismo missionário. Só na medida em que a Igreja, Esposa de Cristo, se deixa amar por ele e o ama, é que ela se torna Mãe fecunda no Espírito.

Retomemos mais uma vez a imagem bíblica: o rebentar e o alastrar das vides dependem da sua inserção na videira. Como a vide não pode dar fruto por si mesma se não estiver na videira, assim acontecerá convosco se não estiverdes em mim. Eu sou a videira, vós as vides. Quem permanece em mim e eu nele, esse dá muito fruto; porque sem mim nada podeis fazer (Jo 15,4-5).

É natural recordar aqui a solene proclamação de fiéis leigos, homens e mulheres, como beatos e santos, feita durante o mês do Sinodo. Todo o povo de Deus, e os fiéis leigos em particular, podem ter agora novos modelos de santidade e novos testemunhos de virtudes heróicas vividos nas condições comuns e ordinárias da existência humana. Como disseram os padres sinodais: As Igrejas locais e, sobretudo, as chamadas Igrejas mais jovens deverão procurar diligentemente entre os próprios membros aqueles homens e mulheres que prestaram nessas condições (as condições quotidianas do mundo e o estado conjugal) o testemunho da santidade e que podem servir de exemplo aos demais, a fim de, se for o caso, os proporem para a beatificação e canonização.

Ao concluir estas reflexões, destinadas a definir a condição eclesial do fiel leigo, vem-me à mente a célebre recomendação de São Leão Magno: Agnosce, o Christiane, dignitatem tuam!. É a mesma advertência de São

Máximo, bispo de Turim: Considerai a honra que vos foi feita neste mistério!. Todos os batizados são convidados a ouvir de novo as palavras de Santo Agostinho: Alegremo-nos e agradeçamos: tornamo-nos não só cristãos, mas Cristo...! Maravilhai-vos e alegrai-vos: Cristo nos tornamos.

A dignidade cristã, fonte da igualdade de todos os membros da Igreja, garante e promove o espírito de comunhão e de fraternidade e, ao mesmo tempo, torna-se o segredo e a força do dinamismo apostólico e missionário dos fiéis leigos. É uma dignidade exigente, a dignidade dos trabalhadores que o Senhor chamou para a sua vinha: Incumbe a todos os leigos lermos no Concílio a magnífica tarefa de trabalhar para que o designio de salvação atinja cada vez mais os homens de todos os tempos e de toda a terra”.

AA 4: “Enviado pelo Pai, Cristo é a fonte e a origem de todo o apostolado da Igreja. Por conseguinte, a fecundidade do apostolado dos leigos depende de sua união vital com Cristo, como o próprio Senhor o declara: Quem permanece em mim e eu nele produz frutos abundantes, pois, sem mim, vocês nada podem fazer (Jo 15, 15). A vida de íntima união com Cristo, na Igreja, alimenta-se dos meios espirituais comuns a todos os fiéis, especialmente da participação ativa na liturgia. Os leigos os devem empregar sem fugir aos deveres temporais, impostos pela vida de todo dia, de sorte a não separar da vida a união com Cristo, pelo contrário, de modo a crescer cada vez mais nessa união, agindo segundo a vontade de Deus.

Os leigos são chamados a seguir este caminho com alegria e santidade, procurando superar as dificuldades com prudência e paciência. Nem as preocupações familiares nem os afazeres seculares devem ficar estranhos à vida espiritual, de acordo com o que diz o apóstolo: Tudo o que vocês fizerem por palavras ou ações, façam-no em nome do Senhor Jesus, dando graças a Deus Pai por seu intermédio (Cl 3, 17).

Uma vida assim requer o exercício contínuo da fé, da esperança e da caridade.

Somente na luz da fé e graças à meditação da Palavra de Deus, alguém pode reconhecer a Deus, em quem vivemos, nos movemos e existimos (At 17, 28), em todas as circunstâncias e lugares, buscar em tudo a sua vontade, ver Cristo em todos os seres humanos e avaliar devidamente a significação e o alcance das coisas temporais em si mesmas e em função das finalidades humanas.

Quem crê vive na recordação da cruz e da ressurreição do Senhor e na esperança da manifestação de que somos filhos de Deus.

Durante sua peregrinação terrestre, os fiéis, escondidos com Cristo em Deus, voltados para os bens que não passam e livres da escravidão das riquezas, são chamados a se empenhar inteira e generosamente no crescimento do reino de Deus, infundindo o espírito cristão na organização e no aperfeiçoamento das realidades temporais. As muitas dificuldades que encontram no desempenho dessa missão tornam-se ocasiões de fortalecer a esperança, pois se sabe que os sofrimentos do momento presente não se comparam com a glória futura, que se revelará em nós (Rm 8, 18).

Impelidos pelo amor que vem de Deus e os leva a fazer o bem em favor de todos, especialmente dos irmãos na fé (cf. Gl 6, 10), os fiéis são convidados a renunciar a toda maldade, toda mentira, todas as formas de hipocrisia e inveja e toda maledicência (1Pd 2, 1), atraindo assim os seres humanos para Cristo. O amor de Deus derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado (Rm 5, 5) proporciona aos leigos, em suas vidas, uma experiência autêntica das bem-aventuranças. Seguidores de Jesus, pobre, não se deixam abater com a falta dos bens materiais nem se orgulham com sua abundância. Imitadores de Cristo na humildade, em lugar de viver atrás da fama (cf. Gl 5, 26), procuram agradar a Deus mais do que aos homens. Mostram-se sempre prontos a tudo deixar em nome de Cristo (cf. Lc 14, 26) e a suportar perseguições por causa da justiça (Mt 5, 12), lembrados da palavra do Senhor: Se alguém quer me seguir, renuncie a si mesmo, tome sua cruz e siga-me (Mt 16, 24). Cultivando entre si a amizade cristã, os fiéis ajudem-se uns aos outros, em qualquer necessidade.

Este perfil da vida espiritual dos leigos assume traços particulares nas diversas condições em que são chamados a viver: no casamento e em família, no celibato e na viuvez, na doença, no trabalho ou em sociedade. Cultivem pois, como vindos do Espírito Santo, os dons que receberam para melhor viver em cada uma dessas situações.

Além disso, os leigos que se filiaram a qualquer associação ou instituição aprovada pela Igreja procurem imprimir em sua vida espiritual as características específicas desse grupo.

Dêem testemunho profissional de competência, consciência familiar e cívica e das virtudes necessárias ao convívio social, como a honestidade, o espírito de justiça, a sinceridade, a bondade e a coragem, sem o que não há vida cristã.

A virgem Maria, rainha dos apóstolos, é o exemplo perfeito desta vida espiritual-apostólica. Enquanto esteve na terra viveu uma vida como todos nós, dedicada ao trabalho e aos afazeres domésticos, mas sempre na intimidade de seu Filho, colaborando com ele de modo eminente no cumprimento da missão salvadora. Agora, no céu cuida com amor materno dos irmãos e irmãs de seu Filho, que ainda caminhamos entre os perigos e as dificuldades desta terra, até que alcancemos a felicidade da pátria. Por isso todos lhe prestamos um culto cheio de devoção e a ela confiamos nossa vida e nosso apostolado”.

Nota:10

Lc 24,13-35: “Nesse mesmo dia, dois discípulos iam para um povoado, chamado Emaús, distante onze quilômetros de Jerusalém. Conversavam a respeito de tudo o que tinha acontecido. Enquanto conversavam e discutiam, o próprio Jesus se aproximou, e começou a caminhar com eles. Os discípulos, porém, estavam como que cegos, e não o reconheceram. Então Jesus perguntou: O que é que vocês andam conversando pelo caminho? Eles pararam, com o rosto triste. Um deles, chamado Cléofas, disse: Tu és o único peregrino em Jerusalém que não sabe o que aí aconteceu nesses últimos dias? Jesus perguntou: O que foi? Os discípulos responderam: O que aconteceu a Jesus, o Nazareno, que foi um profeta poderoso em ação e palavras, diante de Deus e de todo o povo. Nossos chefes dos sacerdotes e nossos chefes o entregaram para ser condenado à morte, e o crucificaram. Nós esperávamos que fosse ele o libertador de Israel, mas, apesar de tudo isso, já faz três dias que tudo isso aconteceu! É verdade que algumas mulheres do nosso grupo nos deram um susto. Elas foram de madrugada ao túmulo, e não encontraram o corpo de Jesus. Então voltaram, dizendo que tinham visto anjos, e estes afirmaram que Jesus está vivo. Alguns dos nossos foram ao túmulo, e encontraram tudo como as mulheres tinham dito. Mas ninguém viu Jesus.

Então Jesus disse a eles: Como vocês custam para entender, e como demoram para acreditar em tudo o que os profetas falaram! Será que o Messias não devia sofrer tudo isso, para entrar na sua glória? Então, começando

por Moisés e continuando por todos os Profetas, Jesus explicava para os discípulos todas as passagens da Escritura que falavam a respeito dele.

Quando chegaram perto do povoado para onde iam, Jesus fez de conta que ia mais adiante. Eles, porém, insistiram com Jesus, dizendo: Fica conosco, pois já é tarde e a noite vem chegando. Então Jesus entrou para ficar com eles. Sentou-se à mesa com os dois, tomou o pão e abençoou, depois o partiu e deu a eles. Nisso os olhos dos discípulos se abriram, e eles reconheceram Jesus. Jesus, porém, desapareceu da frente deles.

Então um disse ao outro: Não estava o nosso coração ardendo quando ele nos falava pelo caminho, e nos explicava as Escrituras? Na mesma hora, eles se levantaram e voltaram para Jerusalém, onde encontraram os Onze, reunidos com os outros. E estes confirmaram: Realmente, o Senhor ressuscitou, e apareceu a Simão! Então os dois contaram o que tinha acontecido no caminho, e como tinham reconhecido Jesus quando ele partiu o pão”.

Nota:11

Sl 22,2: “Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste? Apesar de meus gritos, minha prece não te alcança!”.

Nota:12

Jo 14,6: “Jesus respondeu: Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida. Ninguém vai ao Pai senão por mim”.

Nota:13

Ap 21,23: “A Cidade não precisa do sol nem da lua para ficar iluminada, pois a glória de Deus a ilumina e sua lâmpada é o Cordeiro”.

Nota:14

cf. **Ap 21,3-4:** “Nisso, saiu do trono uma voz forte. E ouvi: Esta é a tenda de Deus com os homens. Ele vai morar com eles. Eles serão o seu povo e ele, o Deus-com-eles, será o seu Deus.

Ele vai enxugar toda lágrima dos olhos deles, pois nunca mais haverá morte, nem luto, nem grito, nem dor. Sim! As coisas antigas desapareceram!”

Is 25,8: “ele destruirá para sempre a morte. O Senhor Javé enxugará as lágrimas de todas as faces, e eliminará da terra inteira a vergonha do seu povo porque foi Javé quem falou”.

Nota:15

Concílio Vaticano II, Constituição **GS**, 1: “1. As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens e mulheres de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo. Não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração. A comunidade dos discípulos de Cristo é formada por homens e mulheres que, reunidos em Cristo e guiados pelo Espírito Santo em sua busca do reino de Deus, sentem-se real e intimamente unidos a todo o gênero humano e à sua história, por terem recebido a mensagem da salvação para comunicar a todos”.

Nota:16

Concílio Vaticano II, Constituição **GS**, **39b:** “Ouvimos que de nada adianta ganhar todo o universo e se perder. A expectativa da nova terra, longe de esvaziar, estimula o desejo de cuidar das coisas terrestres, em meio às quais cresce o corpo da nova família humana, oferecendo desde agora uma tênue imagem do que será no futuro.

Embora se deva distinguir o reino de Cristo do progresso humano, não resta dúvida de que, na medida em que se entende por progresso a organização mais perfeita da sociedade esta organização é da maior importância para o reino de Deus”.

Nota:17

Lc 21,28: “Quando essas coisas começarem a acontecer, levantem-se e ergam a cabeça, porque a libertação de vocês está próxima”.

Nota:18

Lc 9,62: “Mas Jesus lhe respondeu: Quem põe a mão no arado e olha para trás, não serve para o Reino de Deus”.

Nota:19

cf. **Mt 24,45-51:** “Qual é o empregado fiel e prudente? É aquele que o Senhor colocou como responsável pelos outros empregados, para dar comida a eles na hora certa. Feliz o empregado cujo senhor o encontrar fazendo assim quando voltar. Eu garanto a vocês: ele colocará esse empregado à frente de todos os seus bens. Mas, se for mau empregado, pensará: Meu senhor está demorando. Então começará a bater nos companheiros, a comer e a beber com os bêbados. O senhor desse empregado virá num dia em que ele não espera, e numa hora que ele não conhece. Então o senhor o cortará em pedaços, e o fará participar da mesma sorte dos hipócritas. Aí haverá choro e ranger de dentes”.

Lc 12,42-46: “E o Senhor respondeu: Quem é o administrador fiel e prudente, que o senhor coloca à frente do pessoal de sua casa, para dar a comida a todos na hora certa? Feliz o empregado que o senhor, ao chegar, encontra fazendo isso! Em verdade, eu digo a vocês: o senhor lhe confiará a administração de todos os seus bens. Mas, se esse empregado pensar: Meu patrão está demorando, e se puser a surrar os criados e criadas, a comer, beber, e embriagar-se, o senhor desse empregado chegará num dia inesperado e numa hora imprevista. O senhor o expulsará de casa, e o fará tomar parte do destino dos infiéis”.

Nota:20

cf. **João Paulo II**, Carta Encíclica *Centesimus annus*, **34-35:** “Tanto a nível da cada Nação, como no das relações internacionais, o livre mercado parece ser o instrumento mais eficaz para dinamizar os recursos e corresponder eficazmente às necessidades. Isto, contudo, vale apenas para as necessidades solvíveis, que gozam da possibilidade de aquisição, e para os recursos que são comercializáveis, isto é, capazes de obter um preço adequado. Mas existem numerosas carências humanas, sem acesso ao mercado. É estrito dever de justiça e verdade impedir que as necessidades humanas fundamentais permaneçam insatisfeitas e que pereçam os homens por elas oprimidos. Além disso, é necessário que estes homens carenciados sejam ajudados a adquirir os conhecimentos, a entrar no círculo de relações, a desenvolver as suas aptidões, para melhor valorizar as suas capacidades e recursos. Ainda antes da lógica da comercialização dos valores equivalentes e das formas de justiça, que lhe são próprias, existe algo que é devido ao homem porque é homem, com base na

sua eminente dignidade. Esse algo que é devido comporta inseparavelmente a possibilidade de sobreviver e de dar um contributo ativo para o bem comum da humanidade.

No contexto do Terceiro Mundo, conservam a sua validade, (em certos casos é ainda uma meta a ser alcançada) aqueles mesmos objetivos indicados pela *Rerum novarum* para evitar a redução do trabalho humano e do próprio homem ao nível de simples mercadoria: o salário suficiente para a vida da família, seguros sociais para a ancianidade e o desemprego, a tutela adequada das condições de trabalho.

35. Abre-se aqui um grande e fecundo campo de empenho e luta, em nome da justiça, para os sindicatos e outras organizações dos trabalhadores que defendem direitos e tutelam o indivíduo, realizando simultaneamente uma função essencial de caráter cultural, com a finalidade de os fazer participar de modo mais pleno e digno na vida da Nação, e de os ajudar ao longo do caminho do progresso.

Neste sentido, é correto falar de luta contra um sistema económico, visto como método que assegura a prevalência absoluta do capital, da posse dos meios de produção e da terra, relativamente à livre subjetividade do trabalho do homem. Nesta luta contra um tal sistema, não se veja, como modelo alternativo, o sistema socialista, que, de fato, não passa de um capitalismo de estado, mas uma sociedade do trabalho livre, da empresa e da participação. Esta não se contrapõe ao livre mercado, mas requer que ele seja oportunamente controlado pelas forças sociais e estatais, de modo a garantir a satisfação das exigências fundamentais de toda a sociedade.

A Igreja reconhece a justa função do lucro, como indicador do bom funcionamento da empresa: quando esta dá lucro, isso significa que os fatores produtivos foram adequadamente usados e as correlativas necessidades humanas devidamente satisfeitas. Todavia o lucro não é o único indicador das condições da empresa. Pode acontecer que a contabilidade esteja em ordem e simultaneamente os homens, que constituem o património mais precioso da empresa, sejam humilhados e ofendidos na sua dignidade. Além de ser moralmente inadmissível, isso não pode deixar de se refletir futuramente de modo negativo na própria eficiência económica da empresa. Com efeito, o objetivo desta não é simplesmente o lucro, mas sim a própria existência da empresa como comunidade de homens que, de diverso modo, procuram a satisfação das suas necessidades fundamentais e constituem um grupo especial ao serviço de toda a sociedade. O lucro é um regulador da vida da empresa, mas não o único; a ele se deve associar a consideração de outros fatores humanos e morais que, a longo prazo, são igualmente essenciais para a vida da empresa.

Como vimos lá atrás, é inaceitável a afirmação de que a derrocada do denominado socialismo real deixe o capitalismo como único modelo de organização económica. Torna-se necessário quebrar as barreiras e os monopólios que deixam tantos povos à margem do progresso, e garantir, a todos os indivíduos e Nações, as condições basilares que lhes permitam participar no desenvolvimento. Tal objetivo requer esforços programados e responsáveis por parte de toda a comunidade internacional. É necessário que as Nações mais fortes saibam oferecer às mais débeis, ocasiões de inserção na vida internacional e que as mais débeis saibam aproveitar essas ocasiões, realizando os esforços e sacrifícios necessários, assegurando a estabilidade do quadro político e económico, a certeza de perspectivas para o futuro, o crescimento da capacidade dos próprios trabalhadores, a formação de empresários eficientes e conscientes das suas responsabilidades.

Atualmente, sobre os esforços positivos realizados com tal finalidade, pesa o problema, em grande medida ainda por resolver, da dívida externa dos Países mais pobres. Com certeza que é justo o princípio de que as dívidas devem ser pagas; não é lícito, porém, pedir ou pretender um pagamento, quando esse levaria de fato a impor opções políticas tais que condenariam à fome e ao desespero populações inteiras. Não se pode pretender que as dívidas contraídas sejam pagas com sacrifícios insuportáveis. Nestes casos, é necessário como, de resto, está sucedendo em certa medida encontrar modalidades para mitigar, reescalonar ou até cancelar a dívida, compatíveis com o direito fundamental dos povos à subsistência e ao progresso”.

Nota:21

O problema, tão grave, foi o tema da Campanha da Fraternidade de 1999.

Nota:22

Fazemos nossas as exigências do recente documento da Comissão Pontifícia Justiça e Paz: *Por uma melhor distribuição da terra - O desafio da reforma agrária* (1997).

Nota:23

João Paulo II, TMA, 36: “Numerosos Cardeais e bispos desejaram se fizesse um sério exame de consciência, principalmente sobre a Igreja de hoje. No limiar do novo milénio, os cristãos devem pôr-se humildemente diante do Senhor, interrogando-se sobre as responsabilidades que lhes cabem também nos males do nosso tempo. Na verdade, a época atual, a par de muitas luzes, apresenta também tantas sombras.

Como calar, por exemplo, a indiferença religiosa, que leva tantos homens de hoje a viverem como se Deus não existisse ou a contentarem-se com uma religiosidade vaga, incapaz de se confrontar com o problema da verdade e com o dever da coerência? A isto, é preciso ligar também a difusa perda do sentido transcendente da existência humana e o extravio no campo ético, até mesmo em valores fundamentais como os da vida e da família. Impõe-se, pois, uma verificação aos filhos da Igreja: em que medida estão eles também tocados pela atmosfera de secularismo e relativismo ético? E que parte de responsabilidade devem eles reconhecer, quanto ao progressivo alastramento da irreligiosidade, por não terem manifestado o genuíno rosto de Deus, ‘pelas deficiências da sua vida religiosa, moral e social?’

Realmente não se pode negar que, em muitos cristãos, a vida espiritual atravessa um momento de incerteza que se repercute não só na vida moral, mas também na oração e na própria retidão teológica da fé. Esta, já posta à prova pelo confronto com o nosso tempo, vê-se às vezes ainda desorientada por posições teológicas errôneas, que se difundem também por causa da crise de obediência ao Magistério da Igreja.

E quanto ao testemunho da Igreja no nosso tempo, como não sentir pesar pela falta de discernimento, quando não se torna mesmo condescendência, de não poucos cristãos perante a violação de direitos humanos fundamentais por regimes totalitários? E não será porventura de lamentar, entre as sombras do presente, a corresponsabilidade de tantos cristãos em formas graves de injustiça e marginalização social? Seria de perguntar quantos deles conhecem a fundo e praticam coerentemente as diretrizes da doutrina social da Igreja.

O exame de consciência não pode deixar de incluir também a recepção do Concílio, este grande dom do Espírito feito à Igreja quase ao findar do segundo milénio. Em que medida a Palavra de Deus se tornou mais plenamente alma da teologia e inspiradora de toda a existência cristã, como pedia a *Dei Verbum*? É vivida a

liturgia como “fonte e cume” da vida eclesial, segundo o ensinamento da Sacrosanctum Concilium? Vai-se consolidando na Igreja universal e nas Igrejas particulares, a eclesiologia de comunhão da *Lumen gentium*, dando espaço aos carismas, aos ministérios, às várias formas de participação do Povo de Deus, embora sem descair para um democraticismo e sociologismo que não reflete a visão católica da Igreja e o autêntico espírito do Vaticano II? Uma pergunta vital deve contemplar também o estilo das relações da Igreja com o mundo. As diretrizes conciliares oferecidas na *Gaudium et spes* e em outros documentos de um diálogo aberto, respeitoso e cordial, acompanhado todavia por um atento discernimento e corajoso testemunho da verdade, permanecem válidas e chamam-nos a um maior empenho”.

Nota:24

cf. **João Paulo II, EV, 28**: “Este horizonte de luzes e sombras deve tornar-nos, a todos, plenamente conscientes de que nos encontramos perante um combate gigantesco e dramático entre o mal e o bem, a morte e a vida, a “cultura da morte” e a “cultura da vida”. Encontramo-nos não só “diante”, mas necessariamente “no meio” de tal conflito: todos estamos implicados e tomamos parte nele, com a responsabilidade iniludível de decidir incondicionalmente a favor da vida.

Também para nós, ressoa claro e forte o convite de Moisés: “Vê, ofereço-te hoje, de um lado, a vida e o bem; do outro, a morte e o mal. (...) Coloco diante de ti a vida e a morte, a felicidade e a maldição. Escolhe a vida, e então viverás com toda a tua posteridade” (Dt 30, 15-19). É um convite muito apropriado para nós, chamados cada dia a ter de escolher entre a “cultura da vida” e a “cultura da morte”. Mas o apelo do Deuteronômio é ainda mais profundo, porque nos chama a uma opção especificamente religiosa e moral. Trata-se de dar à própria existência uma orientação fundamental, vivendo com fidelidade e coerência a Lei do Senhor: “Recomendo-te hoje que ames o Senhor, teu Deus, que andes nos seus caminhos, que guardes os seus preceitos, suas leis e seus decretos. (...) Escolhe a vida, e então viverás com toda a tua posteridade. Ama o Senhor, teu Deus, escuta a sua voz e permanece-lhe fiel, porque é ele a tua vida e a longevidade dos teus dias” (30,16.19-20).

A decisão incondicional a favor da vida atinge em plenitude o seu significado religioso e moral, quando brota, é plasmada e alimentada pela fé em Cristo. Nada ajuda tanto a enfrentar positivamente o conflito entre a morte e a vida, no qual estamos imersos, como a fé no Filho de Deus que se fez homem e veio habitar entre os homens, “para que tenham vida, e a tenham em abundância” (Jo 10,10): é a fé no Ressuscitado, que venceu a morte, é a fé no sangue de Cristo “que fala melhor do que o de Abel” (Hb 12,24).

Assim, com a luz e a força desta fé, perante os desafios da situação atual, a Igreja toma consciência mais viva da graça e da responsabilidade, que lhe vêm do seu Senhor, de anunciar, celebrar e servir o Evangelho da vida”.

Nota:25

Titulo original: “**Christifideles Laici**”. Este documento permanece como referência fundamental para o tema adequado de que estamos tratando.

Nota:26

Confira os critérios da eclesialidade da *Christifideles Laici*, n. 30, as Conclusões de Santo Domingo, n.102, o Documento 53 da CNBB, Orientações Pastorais sobre a Renovação Carismática Católica e o discurso do papa João Paulo II aos movimentos eclesiais em Pentecostes de 1998.

CfL 30: “E sempre na perspectiva da comunhão e da missão da Igreja e não, portanto, em contraste com a liberdade associativa, que se compreende a necessidade de claros e precisos critérios de discernimento e de reconhecimento das agregações laicais, também chamados critérios de eclesialidade.

Como critérios fundamentais para o discernimento de toda e qualquer agregação dos fiéis leigos na Igreja, podem considerar-se de forma unitária os seguintes:

- O primado dado à vocação de cada cristão à santidade, manifestado nos frutos da graça que o Espírito produz nos fiéis como crescimento para a plenitude da vida cristã e para a perfeição da caridade.

Nesse sentido, toda e qualquer agregação de fiéis leigos é chamada a ser sempre e cada vez mais instrumento de santidade na Igreja, favorecendo e encorajando uma unidade mais íntima entre a vida prática dos membros e a própria fé.

- A responsabilidade em professar a fé católica, acolhendo e proclamando a verdade sobre Cristo, sobre a Igreja e sobre o homem, em obediência ao Magistério da Igreja, que autenticamente a interpreta. Por isso, toda agregação de fiéis leigos deve ser lugar de anúncio e de proposta da fé e de educação na mesma, no respeito pelo seu conteúdo integral.

O testemunho de uma comunhão sólida e convicta, em relação filial com o Papa, centro perpétuo e visível da unidade da Igreja universal e com o bispo, princípio visível e fundamento da unidade da Igreja particular, e na estima recíproca entre todas as formas de apostolado na Igreja.

A comunhão com o Papa e com o bispo é chamada a exprimir-se na disponibilidade leal em aceitar os seus ensinamentos doutrinários e orientações pastorais. A comunhão eclesial exige, além disso, que se reconheça a legítima pluralidade das formas agregativas dos fiéis leigos na Igreja e, simultaneamente, a disponibilidade para a sua recíproca colaboração.

A conformidade e a participação na finalidade apostólica da Igreja, que é a evangelização e a santificação dos homens e a formação cristã das suas consciências, de modo a conseguir permear de espírito evangélico as várias comunidades e os vários ambientes.

Nesta linha, exige-se de todas as formas agregativas de fiéis leigos, e de cada uma delas, um entusiasmo missionário que as torne, sempre e cada vez mais, sujeitos de uma nova evangelização.

O empenho de uma presença na sociedade humana que, à luz da doutrina social da Igreja, se coloque a serviço da dignidade integral do homem.

Assim, as agregações dos fiéis leigos devem converter-se em correntes vivas de participação e de solidariedade para construir condições mais justas e fraternas no seio da sociedade.

Os critérios fundamentais acima expostos encontram a sua verificação nos frutos concretos que acompanham a vida e as obras das diversas formas associativas, tais como: o gosto renovado pela oração, a contemplação, a vida litúrgica e sacramental; a animação pelo florescimento de vocações ao matrimônio cristão, ao sacerdócio ministerial, à vida consagrada; a disponibilidade em participar dos programas e das atividades da Igreja, tanto em nível local como nacional ou internacional; o empenho catequético e a capacidade pedagógica de formar os

cristãos; o impulso em ordem a uma presença cristã nos vários ambientes da vida social e a criação e animação de obras caritativas, culturais e espirituais; o espírito de desapego e de pobreza evangélica em ordem a uma caridade mais generosa para com todos; as conversões à vida cristã ou o regresso à comunhão por parte de batizados afastados.

DSD, n.102: “Como resposta às situações de secularismo, ateísmo e indiferença religiosa e como fruto da aspiração e necessidade do religioso (cf. CfL 4), o Espírito Santo tem impulsionado o nascimento de movimentos e associações de leigos que têm produzido muitos frutos em nossas Igrejas.

Os movimentos dão importância fundamental à Palavra de Deus, à oração em comum e atenção especial à ação do Espírito. Há casos também em que a experiência de uma fé compartilhada permanece como uma necessidade de comunicação cristã de bens, primeiro passo para uma economia de solidariedade.

As associações de apostolado são legítimas e necessárias (cf. AA 18); seguindo a orientação do Concílio, confere-se um lugar especial à Ação Católica por sua vinculação profunda à Igreja particular (cf. AA 20; CfL 31). Ante os riscos de alguns movimentos e associações que podem chegar a fechar-se sobre si mesmos, é particularmente urgente ter em conta os critérios de eclesialidade indicados na exortação pós-sinodal *Christifideles Laici* n. 30. É necessário acompanhar os movimentos em um processo de inculturação mais definido e estimular a formação de movimentos com perfil mais latino-americano.

A Igreja espera muito de todos os leigos que, com entusiasmo e eficácia evangélica, agem através dos novos movimentos apostólicos, que não de estar coordenados na pastoral de conjunto e que respondem à necessidade de uma maior presença da fé na vida social (João Paulo II, *Discurso Inaugural*, n. 27)”.
Nota:27

EA 41: “A paróquia é um lugar privilegiado onde os fiéis podem fazer a experiência concreta da Igreja. Hoje em dia, tanto na América como em outras partes do mundo, a paróquia atravessa por vezes algumas dificuldades no desempenho da própria missão. Ela precisa de uma contínua renovação a partir do princípio fundamental de que “a paróquia deve continuar a ser acima de tudo comunidade eucarística”. Esse princípio implica que “as paróquias são chamadas a ser acolhedoras e solidárias, lugar da iniciação cristã, da educação e da celebração da fé, abertas à variedade de carismas, serviços e ministérios, organizadas comunitária e responsabilmente, capazes de comprometer os movimentos de apostolado já atuantes, atentas às distintas culturas dos habitantes, abertas aos projetos pastorais e supraparociais e às realidades circunstantes”.

Merecem uma especial atenção, pela sua problemática específica, as paróquias nos grandes aglomerados urbanos, onde as dificuldades são tão grandes que as normais estruturas pastorais vem a ser inadequadas e as possibilidades de ação apostólica notavelmente reduzidas. Contudo, a instituição paroquial conserva a sua importância e deve ser mantida. Para alcançar este objetivo, ocorre “continuar na procura dos meios com os quais a paróquia e as suas estruturas pastorais se tornem mais eficazes nas zonas urbanas”. Um meio de renovação paroquial, particularmente urgente nas paróquias das grandes cidades, pode ser encontrado talvez considerando a paróquia como comunidade de comunidades e de movimentos. Por isso, é oportuno a formação de comunidades e de grupos eclesiais de tal dimensão, que permitam estabelecer verdadeiras relações humanas. Isso permitirá viver mais intensamente a comunhão, preocupando-se em cultivá-la não somente “ad intra”, mas também com a comunidade paroquial à qual pertencem tais grupos, e com toda a Igreja diocesana e universal. Dessa forma será mais fácil, no âmbito deste contexto humano, reunir-se na escuta da Palavra de Deus, para refletir, à sua luz, sobre os vários problemas humanos e concluir opções responsáveis inspiradas no amor universal de Cristo. A instituição paroquial assim renovada “pode suscitar uma grande esperança. Pode formar comunitariamente as pessoas, oferecer ajuda à vida familiar, superar a condição de anonimato, acolher as pessoas e ajudá-las a inserir-se no âmbito local e da sociedade”. Deste modo, hoje cada paróquia, especialmente as sediadas nas cidades, poderá promover uma evangelização mais pessoal, e, ao mesmo tempo, aumentar as relações positivas com os outros agentes sociais, educacionais e comunitários.

Além disso, ‘este tipo de paróquia renovada requer uma figura de pastor que, sobretudo, cultive uma profunda experiência de Cristo vivo, com espírito missionário, coração paterno, que seja animador da vida espiritual e evangelizador, capaz de promover a participação. A paróquia renovada necessita da colaboração dos leigos, de um animador da atividade pastoral e da capacidade do pastor de trabalhar com os demais. As paróquias na América se devem notar pelo espírito missionário, que as levem a estender a própria ação fora dos próprios limites”.

Nota:28

Em 1997, o número era de 8216 paróquias (Fonte: CERIS).

Nota:29

Esses dados resultam da pesquisa realizada em muitas paróquias e, de forma completa, em 37 dioceses, no início do Projeto Rumo ao Novo Milênio, no final do ano de 1996. Os dados sobre as celebrações da Palavra provêm da pesquisa do CERIS sobre Comunidades Eclesiais Católicas, publicada por R. VALLE e M. PITTA (ed. Vozes, 1994).

Nota:30

PRNM, n.89: “Muitas vezes, o mais generoso e eficaz trabalho de inculturação do Evangelho é feito pelas mulheres, através da educação dos filhos, da animação da vida comunitária, da participação eclesial e de muitas outras formas. Esta presença feminina, predominante nos trabalhos de base, deverá ter maior acesso às responsabilidades de direção e à participação nas decisões importantes da vida eclesial. Mais ainda: é preciso que a questão do reconhecimento da dignidade da mulher na Igreja e a busca de relações verdadeiramente humanas entre homens e mulheres seja objeto de reflexão teológica e de efetivo progresso na vida pastoral das comunidades”.

Nota:31

Segundo o CERIS, em 1997, os padres diocesanos eram então 8.263 e os padres religiosos eram 7.616, perfazendo um total de 15.879 padres.

Nota:32

Dados do CERIS.

Nota:33

O Papa João Paulo II nos exorta a acolher plena e efetivamente o Concílio, este grande Dom do Espírito, na Carta *Tertio millennio adveniente*, **TMA, 36:** “Numerosos Cardeais e bispos desejaram se fizesse um sério

exame de consciência, principalmente sobre a Igreja de hoje. No limiar do novo milênio, os cristãos devem pôr-se humildemente diante do Senhor, interrogando-se sobre as responsabilidades que lhes cabem também nos males do nosso tempo. Na verdade, a época atual, a par de muitas luzes, apresenta também tantas sombras. Como calar, por exemplo, a indiferença religiosa, que leva tantos homens de hoje a viverem como se Deus não existisse ou a contentarem-se com uma religiosidade vaga, incapaz de se confrontar com o problema da verdade e com o dever da coerência? A isto, é preciso ligar também a difusa perda do sentido transcendente da existência humana e o extravio no campo ético, até mesmo em valores fundamentais como os da vida e da família. Impõe-se, pois, uma verificação aos filhos da Igreja: em que medida estão eles também tocados pela atmosfera de secularismo e relativismo ético? E que parte de responsabilidade devem eles reconhecer, quanto ao progressivo alastramento da irreligiosidade, por não terem manifestado o genuíno rosto de Deus, “pelas deficiências da sua vida religiosa, moral e social”?

Realmente não se pode negar que, em muitos cristãos, a vida espiritual atravessa um momento de incerteza que se repercute não só na vida moral, mas também na oração e na própria retidão teológica da fé. Esta, já posta à prova pelo confronto com o nosso tempo, vê-se às vezes ainda desorientada por posições teológicas errôneas, que se difundem também por causa da crise de obediência ao Magistério da Igreja.

E quanto ao testemunho da Igreja no nosso tempo, como não sentir pesar pela falta de discernimento, quando não se torna mesmo condescendência, de não poucos cristãos perante a violação de direitos humanos fundamentais por regimes totalitários? E não será porventura de lamentar, entre as sombras do presente, a co-responsabilidade de tantos cristãos em formas graves de injustiça e marginalização social? Seria de perguntar quantos deles conhecem a fundo e praticam coerentemente as diretrizes da doutrina social da Igreja.

O exame de consciência não pode deixar de incluir também a recepção do Concílio, este grande dom do Espírito feito à Igreja quase ao findar do segundo milênio. Em que medida a Palavra de Deus se tornou mais plenamente alma da teologia e inspiradora de toda a existência cristã, como pedia a Dei Verbum? É vivida a liturgia como “fonte e cume” da vida eclesial, segundo o ensinamento da Sacrosanctum Concilium? Vai-se consolidando na Igreja universal e nas Igrejas particulares, a eclesiologia de comunhão da Lumen gentium, dando espaço aos carismas, aos ministérios, às várias formas de participação do Povo de Deus, embora sem descair para um democraticismo e sociologismo que não reflete a visão católica da Igreja e o autêntico espírito do Vaticano II? Uma pergunta vital deve contemplar também o estilo das relações da Igreja com o mundo. As diretrizes conciliares oferecidas na Gaudium et spes e em outros documentos de um diálogo aberto, respeitoso e cordial, acompanhado todavia por um atento discernimento e corajoso testemunho da verdade, permanecem válidas e chamam-nos a um maior empenho”.

Nota:34

Mc 10,45: “Porque o Filho do Homem não veio para ser servido. Ele veio para servir e para dar a sua vida como resgate em favor de muitos”.

Nota:35

LG 1: “O concílio deseja ardentemente iluminar todos os homens com a claridade de Cristo, luz dos povos, que brilha na Igreja, para que o Evangelho seja anunciado a todas as criaturas (cf. Mc 16, 15).

A Igreja é em Cristo como que o sacramento ou o sinal e instrumento da união com Deus e da unidade de todo o gênero humano.

Insistindo no tema dos concílios anteriores, ela quer manifestar, tanto aos fiéis como ao universo inteiro, com redobrado vigor, sua natureza e sua missão universal.

Nos dias de hoje, os homens estão profundamente ligados uns aos outros pelos laços sociais, pela interdependência técnica e pela cultura. Torna-se então mais urgente o dever que tem a Igreja de promover a unidade perfeita de todos, em Cristo”.

Nota:36

GS, 45a: “Ajudando o mundo e sendo por ele ajudada, a Igreja caminha para um único fim: a vinda do reino de Deus e a salvação de todo o gênero humano. Todo bem que o povo de Deus, em sua peregrinação terrestre, pode oferecer à família humana, vem da Igreja, como sacramento da salvação universal, mistério em se manifesta e se realiza o amor de Deus para com os seres humanos”.

Nota:37

LG, 2-4: “Por livre desígnio de sabedoria e bondade, o Pai eterno criou o mundo e chamou mulheres e homens a participarem da vida divina. Embora tenham pecado em Adão, Deus não os abandonou, proporcionando a todos o apoio indispensável à salvação, em vista do Cristo redentor, imagem do Deus invisível e primogênito de toda criatura (Cl 1, 15). De fato, desde sempre o Pai previu e predestinou todos os escolhidos a se tornarem conformes a imagem de seu Filho, primogênito entre muitos irmãos (Rm 8, 29).

Ao mesmo tempo, estabeleceu que todos os fiéis a Cristo se reunissem na santa Igreja. Diz-se, por isso, que a Igreja foi esboçada desde as origens do mundo, preparada de modo admirável pela aliança antiga, que está na base da história de Israel, constituída nesses últimos tempos, manifestada pelo dom do Espírito Santo, mas que só estará terminada no fim dos séculos.

É o que ensinam os santos padres quando dizem que todos os justos, do primeiro ao último, desde Abel ou mesmo desde Adão, estarão reunidos formando a Igreja, junto ao Pai.

3. Veio o Filho, enviado pelo Pai que, através dele, nos escolheu desde antes da criação e nos predestinou à adoção filial, pois havia decidido nele ordenar tudo a si (cf. Ef 1, 4-5, 10). Cristo cumpriu a vontade do Pai, inaugurou na terra o reino dos céus, revelou-nos o seu mistério pessoal e realizou a redenção pela obediência.

A Igreja, reino de Cristo, desde já misteriosamente presente no mundo, cresce pela força de Deus. Sua origem e desenvolvimento são simbolizados pelo sangue e pela água que jorraram do lado aberto de Jesus crucificado (cf. Jo 19, 34), como foi predito pela palavra do Senhor a respeito de sua morte na cruz: Levantado da terra, atrairei a mim todas as coisas (Jo 12, 32).

Todas as vezes que se celebra no altar o sacrifício da cruz, em que se imola Cristo, nossa Páscoa (1Cor 5, 7), realiza-se a obra da redenção. Representa-se ao mesmo tempo, e se realiza, pelo sacramento do pão eucarístico, a unidade dos fiéis, que constituem um só corpo em Cristo (cf. 1Cor 10, 17).

Todos os homens, aliás, são chamados a esta união com Cristo, que é a luz do mundo, de quem procedemos, por quem vivemos e para quem tendemos.

4. Depois que o Filho terminou a obra que o Pai lhe confiara (cf. Jo 17, 4), o Espírito Santo foi enviado, no dia de Pentecostes, como fonte perene de santificação da Igreja, dando assim, aos que crêem em Cristo, acesso ao Pai (cf. Ef 2, 18). É o Espírito da vida, fonte que jorra para a vida eterna (cf. Jo 4, 14; 7, 38-39), pois por ele o Pai dá vida aos homens mortos pelo pecado e, em Cristo, ressuscitará seus corpos mortais (cf. Rm 8, 10-11). O Espírito habita na Igreja e no coração dos fiéis como num templo (cf. 1Cor 3, 16; 6, 19), em que ora e dá testemunho de que são filhos adotivos (cf. Gl 4, 6; Rm 8, 15-16 e 26). Leva a Igreja à verdade plena (cf. Jo 16, 13) e a unifica na comunhão e no ministério. Com os diversos dons hierárquicos e carismáticos, a instrui, dirige e enriquece com seus frutos (cf. Ef 4, 11-12; 1Cor 12, 4; Gl 5, 22). Rejuvenesce a Igreja com a força do Evangelho, renova-a continuamente e a conduz à união consumada com seu esposo. Por isso o Espírito e a esposa dizem ao Senhor Jesus: Vem (cf. Ap 22, 17). A Igreja é pois o povo unido pela unidade mesma do Pai, do Filho e do Espírito Santo”.

Nota:38

O tema do protagonismo do Espírito Santo na missão foi enfatizado, mais recentemente, pelo Papa João Paulo II (*Redemptoris Missio*, 1990, cap. III, nn. 21-30). **RMI**: “21. No ápice da missão messiânica de Jesus, o Espírito Santo aparece-nos, no Mistério pascal, em toda a sua subjetividade divina, como aquele que deve continuar, agora, a obra salvífica, radicada no sacrifício da cruz. Esta obra, sem dúvida, foi confiada aos homens: aos apóstolos e à Igreja. No entanto, nestes homens e por meio deles, o Espírito Santo permanece o sujeito protagonista transcendente da realização dessa obra, no espírito do homem e na história do mundo”. Verdadeiramente, o Espírito Santo é o protagonista de toda a missão eclesial: sua obra brilha esplendorosamente na missão ad gentes, como se vê na Igreja primitiva, pela conversão de Cornélio (cf. At 10), pelas decisões acerca dos problemas surgidos (cf. At 15) e pela escolha dos territórios e povos (cf. At 16,6s). O Espírito Santo age por meio dos apóstolos, mas, ao mesmo tempo, opera nos ouvintes: “por sua ação a Boa Nova ganha corpo nas consciências e nos corações humanos, expandindo-se na história. Em tudo isso, é o Espírito Santo que dá a vida”.

22. Todos os evangelistas, ao narrarem o encontro de Cristo Ressuscitado com os apóstolos, concluem com o mandato missionário: “foi-me dado todo o poder no céu e na Terra. Ide, pois, ensinai todas as nações (...) Eu estarei convosco todos os dias, até o fim do mundo” (Mt 28,18-20; cf. Mc 16,15-18; Lc 24,46-49; Jo 20, 21-23).

Esta missão é envio no Espírito, como se vê claramente no texto de São João: Cristo envia os seus ao mundo, como o Pai o enviou; e, para isso, concede-lhes o Espírito. Lucas põe em estreita relação o testemunho que os apóstolos deverão prestar de Cristo, com a ação do Espírito que os capacitará para cumprir o mandato recebido.

23. As várias formas do “mandato missionário” contêm pontos em comum, mas também acentuações próprias de cada evangelista; dois elementos, de fato, encontram-se em todas as versões. Antes de mais nada, a dimensão universal da tarefa confiada aos apóstolos: “todas as nações” (Mt 28,19); “pelo mundo inteiro, a toda a criatura” (Mc 16,15); “todos os povos” (Lc 24,47); “até aos confins do mundo” (At 1,8). Em segundo lugar, a garantia, dada pelo Senhor, de que, nesta tarefa, não ficarão sozinhos, mas receberão a força e os meios para desenvolver a sua missão; estes são a presença e a potência do Espírito e a assistência de Jesus: “eles, partindo, foram pregar por toda a parte, e o Senhor cooperava com eles” (Mc 16,20).

Quanto às diferenças de acentuação no mandato, Marcos apresenta a missão como proclamação ou kerigma: “anunciai o Evangelho” (Mc 16,15). O seu evangelho tem como objetivo levar o leitor a repetir a confissão de Pedro: “Tu és o Cristo” (Mc 8,29) e a dizer como o centurião romano diante de Jesus morto na cruz: “verdadeiramente este homem era o Filho de Deus” (Mc 15,39). Em Mateus, o acento missionário situa-se na fundação da Igreja e no seu ensinamento (cf. Mt 28, 19-20; 16,18); nele, o mandato evidencia a proclamação do Evangelho, mas enquanto deve ser completada por uma específica catequese de ordem eclesial e sacramental. Em Lucas, a missão é apresentada como um testemunho (cf. Lc 24,48; At 1,8), principalmente da ressurreição (At 1,22); o missionário é convidado a crer na potência transformadora do Evangelho e a anunciar a conversão ao amor e à misericórdia de Deus que Lucas ilustra muito bem, a experiência de uma libertação integral até à raiz de todo o mal, o pecado.

João é o único que fala explicitamente de “mandato” palavra equivalente a “missão” e une diretamente a missão confiada por Jesus aos seus discípulos, com aquela que ele mesmo recebeu do Pai: “assim como o Pai me enviou, também eu vos envio” (Jo 20,21). Jesus, dirigindo-se ao Pai, diz: “assim como tu me enviaste ao mundo, também eu os envio ao mundo” (Jo 17,18). Todo o sentido missionário do Evangelho de São João se pode encontrar na “Oração Sacerdotal”: a vida eterna é “que te conheçam a ti, único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, a quem enviaste” (Jo 17,3). O fim último da missão é fazer participar na comunhão que existe entre o Pai e o Filho: os discípulos devem viver a unidade entre si, permanecendo no Pai e no Filho, para que o mundo conheça e creia (Jo 17,21.23). Trata-se de um texto de grande alcance missionário, fazendo-nos entender que somos missionários sobretudo por aquilo que se é, como Igreja que vive profundamente a unidade no amor, e não tanto por aquilo que se diz ou faz.

Portanto, os quatro evangelhos, na unidade fundamental da mesma missão, manifestam, todavia, um pluralismo que reflete as diversas experiências e situações das primeiras comunidades cristãs. Também esse pluralismo é fruto do impulso dinâmico do Espírito, convidando a prestar atenção aos vários carismas missionários e às múltiplas condições ambientais e humanas. No entanto, todos os evangelistas sublinham que a missão dos discípulos é colaboração com a de Cristo: “Eu estarei convosco todos os dias, até o fim do mundo” (Mt 28,20). Assim, a missão não se baseia na capacidade humana, mas na força de Cristo ressuscitado.

24. A missão da Igreja, tal como a de Jesus, é obra de Deus, ou, usando uma expressão frequente em São Lucas, é obra do Espírito Santo. Depois da ressurreição e ascensão de Jesus, os apóstolos viveram uma intensa experiência que os transformou: o Pentecostes. A vinda do Espírito Santo fez deles testemunhas e profetas (cf. At 1,8; 2,17-18), infundindo uma serena audácia que os leva a transmitir aos outros sua experiência de Jesus e a esperança que os anima. O Espírito deu-lhes a capacidade de testemunhar Jesus “sem medo”.

Quando os evangelizadores saem de Jerusalém, o Espírito assume ainda mais a função de “guia” na escolha tanto das pessoas como dos itinerários da missão. Sua ação manifesta-se especialmente no impulso dado à missão que, de fato, estende-se, segundo as palavras de Cristo, desde Jerusalém, por toda a Judéia e Samaria, e vai até aos confins do mundo.

Os Atos dos Apóstolos referem seis “discursos missionários”, em miniatura, que foram dirigidos aos judeus, nos primórdios da Igreja (cf. At 2,22-39; 3,12-26; 4,9-12; 5,29-32; 10,34-43; 13,16-41). Estes discursos-modelo, pronunciados por Pedro e por Paulo, anunciam Jesus, convidam a “converter-se”, isto é, a acolher Jesus na fé e a deixar-se transformar nele, pelo Espírito.

Paulo e Barnabé são impelidos pelo Espírito para a missão entre os pagãos (cf. At 13,46-48), mesmo no meio de tensões e problemas. Como devem viver os pagãos convertidos, sua fé em Jesus? Ficam eles vinculados à tradição do judaísmo e à lei da circuncisão? No primeiro Concílio, que reúne em Jerusalém, a volta dos apóstolos, os membros das diversas Igrejas, é tomada uma decisão considerada como emanada do Espírito Santo: não é necessário que o pagão se submeta à lei judaica para ser cristão (cf. At 15,5-11.28). A partir desse momento, a Igreja abre suas portas e torna-se a casa onde todos podem entrar e sentir-se à vontade, conservando as próprias tradições e cultura, desde que não estejam em contraste com o Evangelho.

25. Os missionários, seguindo esta linha de ação, tiveram presente os anseios e as esperanças, as aflições e os sofrimentos, a cultura do povo, para lhe anunciar a salvação em Cristo. Os discursos de Listra e de Atenas (cf. At 14,15-17; 17,22-31) são considerados modelo para a evangelização dos pagãos: neles, Paulo “dialoga” com os valores culturais e religiosos dos diferentes povos. Aos habitantes da Licaônia, que praticavam uma religião cósmica, Paulo lembra experiências religiosas que se referiam ao cosmos; com os gregos, discute sobre filosofia e cita os seus poetas (cf. At 17,18.26-28). O Deus que vem revelar, já está presente em suas vidas: de fato, foi ele quem os criou, e é ele que misteriosamente conduz os povos e a história. No entanto, para reconhecerem o verdadeiro Deus, é necessário que abandonem os falsos deuses que eles próprios fabricaram, e se abram àquele que Deus enviou para iluminar a sua ignorância e satisfazer os anseios de seus corações (cf. At 17,27-30). São discursos que oferecem exemplos de inculturação do Evangelho.

Sob o impulso do Espírito, a fé cristã abre-se, decididamente, às nações pagãs, e o testemunho de Cristo expande-se em direção aos centros mais importantes do Mediterrâneo oriental, para chegar, depois, a Roma e ao extremo ocidente. É o Espírito que impele a ir sempre mais além, não só em sentido geográfico, mas também ultrapassando barreiras étnicas e religiosas, até se chegar a uma missão verdadeiramente universal.

26. O Espírito impele o grupo dos crentes a “constituírem comunidades”, a serem Igreja. Depois do primeiro anúncio de Pedro, no dia de Pentecostes, e as conversões que se seguiram, forma-se a primeira comunidade (cf. At 2,42-47; 4,32-35).

Com efeito, uma das finalidades centrais da missão é reunir o povo de Deus na escuta do Evangelho, na comunhão fraterna, na oração e na Eucaristia. Viver a “comunhão fraterna” (koinonía) significa ter “um só coração e uma só alma” (At 4,32), instaurando uma comunhão sob os aspectos humano, espiritual e material. A verdadeira comunidade cristã sente necessidade de distribuir os próprios bens, para que não haja necessitados, e todos possam ter acesso a esses bens, “conforme as necessidades de cada um” (At 2,45; 4,35). As primeiras comunidades, onde reinava “a alegria e a simplicidade de coração” (At 2,46), eram dinamicamente abertas e missionárias: “gozavam da estima de todo o povo” (At 2,47). Antes ainda da ação, a missão é testemunho e irradiação.

27. Os Atos dos Apóstolos mostram que a missão dirigia-se, primeiramente, a Israel, e depois aos pagãos. Para a atuação dessa missão, aparece, antes de tudo, o grupo dos Doze que, como um corpo guiado por Pedro, proclama a Boa Nova. Depois, temos a comunidade dos crentes que, com o seu modo de viver e agir, dá testemunho do Senhor e converte os pagãos (cf. At 2,46-47). Existem também enviados especiais, destinados a anunciar o Evangelho. Assim, a comunidade cristã de Antioquia envia seus membros em missão: depois de ter jejuado, rezado e celebrado a Eucaristia, ela faz notar que o Espírito escolheu Paulo e Barnabé para serem enviados (cf. At 13,1-4). Logo, nas suas origens, a missão foi vista como um compromisso comunitário e uma responsabilidade da Igreja local, que necessita de “missionários” para se expandir em direção a novas fronteiras. Ao lado desses enviados, havia outros que testemunhavam, espontaneamente, a novidade que tinha transformado suas vidas e uniam, à Igreja apostólica, as comunidades em formação.

A leitura dos Atos mostra-nos que, no início da Igreja, a missão ad gentes, embora contando com missionários integralmente dedicados a ela por vocação especial, todavia era considerada como o fruto normal da vida cristã, graças ao compromisso de cada crente, atuado mediante testemunho pessoal e anúncio explícito, sempre que possível.

28. O Espírito manifesta-se particularmente na Igreja e em seus membros, mas sua presença e ação são universais, sem limites de espaço nem de tempo. O Concílio Vaticano II lembra a obra do Espírito no coração de cada homem, cuidando e fazendo germinar as “sementes do Verbo”, presentes nas iniciativas religiosas e nos esforços humanos à procura da verdade, do bem, e de Deus.

O Espírito oferece ao homem “luz e forças que lhe permitam corresponder à sua altíssima vocação”; graças a ele, “o homem chega, por meio da fé, a contemplar e saborear o mistério dos planos divinos”; mais ainda, “devemos acreditar que o Espírito Santo oferece a todos, de um modo que só Deus conhece, a possibilidade de serem associados ao Mistério pascal”. Seja como for, a Igreja sabe que o homem, solicitado incessantemente pelo Espírito de Deus, nunca poderá ser totalmente indiferente ao problema da religião, mantendo sempre o desejo de saber, mesmo se confusamente, qual o significado de sua vida, de sua atividade, e de sua morte. O Espírito está, portanto, na própria origem da questão existencial e religiosa do homem, que surge não só de situações contingentes, mas sobretudo da estrutura própria de seu ser.

A presença e ação do Espírito não atingem apenas os indivíduos, mas também a sociedade e a história, os povos, as culturas e as religiões. Com efeito, ele está na base dos ideais nobres e das iniciativas benfeitoras da humanidade peregrina: “com admirável providência, o Espírito dirige o curso dos tempos e renova a face da Terra”.

Cristo ressuscitado, “pela virtude de seu Espírito, atua já nos corações dos homens, não só despertando o desejo da vida futura, mas também alentando, purificando e robustecendo a família humana para tornar mais humana a sua própria vida e submeter a Terra inteira a este fim”. É ainda o Espírito que infunde as “sementes do Verbo”, presentes nos ritos e nas culturas, e as faz maturar em Cristo.

29. Assim, o Espírito que “sopra onde quer” (Jo 3,8) e que “já operava no mundo, antes da glorificação do Filho”, que “enche o universo, abrangendo tudo e de tudo tem conhecimento” (Sb 1,7), induz-nos a estender o olhar, para podermos melhor considerar sua ação, presente em todo o tempo e lugar. É uma referência que eu próprio sigo, muitas vezes, e que me guiou nos encontros com os mais diversos povos. As relações da Igreja

com as restantes religiões baseiam-se num duplo aspecto: “respeito pelo homem na sua busca de resposta às questões mais profundas da vida, e respeito pela ação do Espírito nesse mesmo homem”. O encontro inter-religioso de Assis, excluída toda e qualquer interpretação equivocada, reforçou minha convicção de que “toda a oração autêntica é suscitada pelo Espírito Santo, que está misteriosamente presente no coração dos homens”. Este Espírito é o mesmo que agiu na encarnação, vida, morte e ressurreição de Jesus, e atua na Igreja. Não é, de modo nenhum, uma alternativa para Cristo, nem vem preencher uma espécie de vazio, como algumas vezes se sugere existir, entre Cristo e o Logos. Tudo quanto o Espírito opera no coração dos homens e na história dos povos, nas culturas e religiões, assume um papel de preparação evangélica, e não pode deixar de se referir a Cristo, Verbo feito carne pela ação do Espírito, “a fim de, como homem perfeito, salvar todos os homens e recapitular em si todas as coisas”.

A ação universal do Espírito, portanto, não pode ser separada da obra peculiar que ele desenvolve no Corpo de Cristo, que é a Igreja. Sempre é o Espírito que atua, quer quando dá vida à Igreja, impelindo-a a anunciar Cristo, quer quando semeia e desenvolve seus dons em todos os homens e povos, conduzindo a Igreja à descoberta, promoção e acolhimento desses dons, por meio do diálogo. Qualquer presença do Espírito deve ser acolhida com estima e gratidão, mas compete à Igreja discerni-la. A ela, Cristo deu o seu Espírito para a guiar até à verdade total (cf. Jo 16,13).

30. O nosso tempo, com uma humanidade em movimento e insatisfeita, exige um renovado impulso na atividade missionária da Igreja. Os horizontes e as possibilidades da missão alargam-se, e é-nos pedida, a nós cristãos, a coragem apostólica, apoiada sobre a confiança no Espírito. Ele é o protagonista da missão!

Na história da humanidade, há numerosas viragens que estimulam o dinamismo missionário, e a Igreja, guiada pelo Espírito, sempre respondeu com generosidade e clarividência. Também não faltaram os frutos! Pouco tempo atrás, celebrou-se o milênio da evangelização da Rússia e dos povos eslavos, estando para se celebrar os 500 anos de evangelização das Américas. Foram, entretanto, comemorados, de forma solene, os centenários das primeiras missões em vários países da Ásia, da África e da Oceania. A Igreja deve, hoje, enfrentar outros desafios, lançando-se para novas fronteiras, quer na primeira missão ad gentes, quer na nova evangelização dos povos que já receberam o anúncio de Cristo: a todos os cristãos, às Igrejas particulares e à Igreja universal, pede-se a mesma coragem que moveu os missionários do passado, a mesma disponibilidade para escutar a voz do Espírito”.

Nota:39

cf. AG 35. A afirmação é retomada e desenvolvida pelo papa Paulo VI no n. 59 da *Evangelii Nuntiandi* (1975).

AG, 35: “Como toda a Igreja é missionária e o povo de Deus tem por função fundamental evangelizar, o concílio convida todos a uma profunda renovação interior, para que, tendo plena consciência das próprias responsabilidades no que diz respeito à difusão do Evangelho, assumam a parte que lhes cabe nas missões junto a todos os povos da terra”.

EN, 59: “Se há homens que proclamam no mundo o Evangelho da salvação, fazem-no por ordem, em nome e com a graça de Cristo Salvador. “E como hão de pregar, se não forem enviados? - escrevia aquele que foi, sem dúvida alguma, um dos maiores evangelizadores. Ninguém, pois, pode fazer isso se não for enviado.

Mas, então quem é que tem a missão de evangelizar? O II Concílio do Vaticano respondeu claramente a esta pergunta: “Por mandato divino, incumbe à Igreja o dever de ir por todo o mundo e pregar o Evangelho a toda criatura”. E em outro texto o mesmo Concílio diz ainda: “Toda a Igreja é missionária, a obra da evangelização é um dever fundamental do povo de Deus”.

Já recordamos esta ligação íntima entre a Igreja e a evangelização. Quando a Igreja anuncia o reino de Deus e o edifica, insere-se a si própria no âmago do mundo, como sinal e instrumento desse reino que já é e que já vem. O mesmo Concílio referiu com acerto, as palavras bem significativas de Santo Agostinho, sobre a ação missionária dos doze: ‘pregaram a palavra da verdade e geraram as Igrejas”’.

Nota:40

AG 6; 19: “6. Embora varie, de acordo com as circunstâncias e com o modo como é exercida, a ação missionária é a mesma e uma só, realizada em todas as partes do mundo e em todas as situações pelos bispos, sob a presidência do sucessor de Pedro, conjuntamente com a oração e a colaboração de toda a Igreja. Portanto, as diferenças que se observam na Igreja quanto ao exercício da atividade missionária, não provêm da natureza da missão, mas se devem às diferentes situações em que é exercida.

A diversidade de situações pode vir da própria Igreja, dos vários povos em sua grande multiplicidade, dos grupos humanos e das pessoas a que se dirige a missão.

Apesar de dispor da totalidade e da plenitude dos meios de salvação, a Igreja nem sempre nem simultaneamente recorre a todos. Sua ação é gradual e progressiva, num esforço de ir aos poucos realizando o designio divino. Acontece mesmo que às vezes, depois de brilhantes começos, experimenta dolorosos retrocessos ou passa por longos estágios de incompletude e de insuficiência.

Pessoas, grupos humanos e populações, por sua vez, não são senão progressiva e lentamente influenciados e compenetrados pela plenitude católica. Os instrumentos de ação devem levá-lo em conta e se adaptarem a essas diversas situações e condições.

Denominam-se habitualmente missões a atividade própria desenvolvida por aqueles que percorrem o mundo pregando o Evangelho e implantando a Igreja entre os povos ou grupos humanos que ainda não vivem segundo a fé em Cristo. A atividade missionária no sentido estrito é esse trabalho feito em determinados territórios designados pela santa sé. O objetivo primordial dessa atividade é a evangelização e a implantação da Igreja nos povos e grupos humanos em que ela ainda não tem raízes.

As Igrejas autóctones particulares, plantadas a partir da semente da palavra de Deus, crescem por sua própria força e alcançam a maturidade quando, dotadas de hierarquia própria, unidas ao povo fiel, e dos meios de salvação necessários ao desempenho de uma vida cristã plena, contribuem a seu modo para o bem da Igreja universal.

O principal instrumento desta implantação é a pregação do Evangelho de Jesus Cristo, para cujo anúncio o Senhor enviou os seus discípulos a todo o mundo com o objetivo de fazer com os seres humanos renascidos pela palavra de Deus, se incorporassem pelo batismo à Igreja que, como corpo do Verbo encarnado, alimenta-se e vive da palavra de Deus e do pão eucarístico.

Na atividade missionária da Igreja ocorrem às vezes situações mistas: o começo e a implantação se fazem sem maior novidade, nem nenhuma expressão de juventude. Uma vez porém implantada a Igreja, sua ação missionária não pode cessar. É dever das igrejas particulares prosseguir-la, pregando o Evangelho àqueles que ainda não o conhecem.

Por outro lado, os grupos humanos em que vive a Igreja estão habitualmente sujeitos a profundas modificações, que dão origem a situações inteiramente diversas. A Igreja deve estar atenta para ver se estas mudanças não requerem de sua parte novas ações missionárias.

As circunstâncias são às vezes de tal natureza que durante algum tempo tornam impossível anunciar o Evangelho diretamente. Os missionários podem então e até devem perseverar no testemunho de Cristo com paciência e prudência, grande confiança, caridade e amor. Preparam assim o caminho do Senhor e de certa maneira o mantêm presente nas circunstâncias adversas que a Igreja atravessa.

Vê-se claramente que a atividade missionária decorre da própria natureza da Igreja, cuja fé salvadora se propaga, torna aos poucos efetiva a unidade católica, sustenta a apostolicidade, desperta a hierarquia para o amor da colegialidade, dá testemunho, difunde e promove a santidade.

A atividade missionária entre os povos é distinta tanto da ação pastoral, que se exerce junto aos fiéis, como da ação que se empenha na restauração da unidade entre os cristãos. Ambas, porém, conservam estreitos laços com a atividade missionária, pois a divisão entre os cristãos prejudica a pregação do Evangelho a toda a criatura e fecha, para muitos, as vias de acesso à fé.

Todos os batizados estão convidados a se reunir num único rebanho, para dar unanimemente testemunho de Cristo Senhor. Não se pode ainda dar testemunho de uma só fé, que ao menos, porém, dê-se testemunho da estima e do amor recíproco que nos deve animar a todos.

19. A implantação da Igreja num determinado grupo humano alcança uma primeira etapa quando a comunidade dos fiéis, já minimamente entrosada com a vida social local, começa a desfrutar de uma certa estabilidade e de maior firmeza. Contando com sacerdotes, religiosos e leigos provenientes deste mesmo grupo humano, ainda que não em número suficiente, mostra-se capaz de desempenhar os ministérios e de dar continuidade às instituições indispensáveis à vida e ao crescimento do povo de Deus, sob a direção do bispo.

Nessas novas igrejas a vida do povo de Deus deve ir amadurecendo sob todos os aspectos, na linha da renovação proposta pelo concílio. Ao tomar consciência de sua fé, os grupos de fiéis, se tornam verdadeiras comunidades de fé e de culto, no amor fraterno. Os leigos, por sua atividade civil e apostólica, empenham-se, na sociedade, em favor da justiça e da prática da caridade. Os meios de comunicação passam a ser devidamente utilizados. A vida familiar, inspirada pelo Evangelho, torna-se foco de apostolado leigo e sementeira de vocações sacerdotais e religiosas. A prática da catequese educa a fé. A liturgia, celebrada de acordo com a maneira de sentir do povo e de acordo com a norma canônica, leva a se constituírem tradições e costumes locais.

Juntamente com seu presbitério, em comunhão com a Igreja universal, procurem os bispos desenvolver cada vez mais o espírito de Cristo e da Igreja. As novas igrejas, unindo-se ao resto da Igreja, contribuam para enriquecê-la e fazê-la crescer, proporcionando-lhe elementos de sua própria tradição e cultura que passam a fazer parte da corrente de vida que anima o corpo místico. Daí que é preciso valorizar os elementos teológicos, psicológicos e humanos que favoreçam e fortaleçam os vínculos com a Igreja universal.

Tais igrejas, situadas freqüentemente nas regiões mais pobres da terra, sofrem muito com a falta de sacerdotes e com a escassez de recursos materiais. Precisam pois de uma constante ação missionária da Igreja universal para poderem amadurecer mais rápido. Ação que se faz igualmente necessária junto a igrejas mais antigas, que se encontram em estado de regressão ou de grande debilidade.

No entanto estas igrejas devem organizar uma pastoral adequada para que as vocações tanto sacerdotais como religiosas aumentem em número e em qualidade e sejam melhor cultivadas de tal sorte que vão-se tornando auto-suficientes e capazes de ajudar a outras igrejas".

Nota:41

cf. **Paulo VI, EN, 29-37**: "29. Mas a evangelização não seria completa se ela não tomasse em consideração a interpelação recíproca que se faz constantemente o Evangelho e a vida concreta, pessoal e social, dos homens. É por isso que a evangelização comporta uma mensagem explícita, adaptada às diversas situações e continuamente atualizada: sobre os direitos e deveres de toda a pessoa humana e sobre a vida familiar, sem a qual o desabrochamento pessoal quase não é possível, sobre a vida em comum na sociedade; sobre a vida internacional, a paz, a justiça e o desenvolvimento; uma mensagem sobremaneira vigorosa nos nossos dias, ainda, sobre a libertação.

30. São conhecidos os termos em que falaram de tudo isto, no recente Sínodo, numerosos bispos de todas as partes da terra, sobretudo os do chamado "Terceiro Mundo", com uma acentuação pastoral em que repercutia a voz de milhões de filhos da Igreja que formam esses povos. Povos comprometidos, como bem sabemos, com toda a sua energia no esforço e na luta por superar tudo aquilo que os condena a ficarem à margem da vida: carestias, doenças crônicas e endêmicas, analfabetismo, pauperismo, injustiças nas relações internacionais e especialmente nos intercâmbios comerciais, situações de neo-colonialismo econômico e cultural, por vezes tão cruel como o velho colonialismo político. A Igreja, repetiram-no os bispos, tem o dever de anunciar a libertação de milhões de seres humanos, sendo muitos destes seus filhos espirituais; o dever de ajudar uma tal libertação nos seus começos, de dar testemunho em favor dela e de envidar esforços para que ela chegue a ser total. Isso não é alheio à evangelização.

31. Entre evangelização e promoção humana - desenvolvimento, libertação - existem de fato laços profundos: laços de ordem antropológica, dado que o homem que há de ser evangelizado não é um ser abstrato, mas é sim um ser condicionado pelo conjunto dos problemas sociais e econômicos; laços de ordem teológica, porque não se pode nunca dissociar o plano da criação do plano da redenção, um e outro a abrangerem as situações bem concretas da injustiça que há de ser combatida e da justiça a ser restaurada; laços daquela ordem eminentemente evangélica, qual é a ordem da caridade: como se poderia, realmente, proclamar o mandamento novo sem promover na justiça e na paz o verdadeiro e o autêntico progresso do homem? Nós próprios tivemos o cuidado de salientar isto mesmo, ao recordar que é impossível aceitar "que a obra da evangelização possa ou deva negligenciar os problemas extremamente graves, agitados sobremaneira hoje em dia, pelo que se refere à

justiça, à libertação, ao desenvolvimento e à paz no mundo. Se isso porventura acontecesse, seria ignorar a doutrina do Evangelho sobre o amor para com o próximo que sofre ou se encontra em necessidade”.

Pois bem: aquelas mesmas vozes que, com zelo, inteligência e coragem, ventilaram este tema candente, no decorrer do referido Sínodo, com grande alegria nossa forneceram os princípios iluminadores para bem se captar o alcance e o sentido profundo da libertação, conforme ela foi anunciada e realizada por Jesus de Nazaré e conforme a Igreja a apregoa.

32. Não devemos esconder, entretanto, que numerosos cristãos, generosos e sensíveis perante os problemas dramáticos que se apresentam quanto a este ponto da libertação, ao quererem atuar o empenho da Igreja no esforço de libertação, têm freqüentemente a tentação de reduzir a sua missão às dimensões de um projeto simplesmente temporal; os seus objetivos a uma visão antropocêntrica; a salvação, de que ela é mensageira e sacramento, a um bem-estar material; a sua atividade - esquecendo todas as preocupações espirituais e religiosas - a iniciativas de ordem política ou social. No entanto, se fosse assim, a Igreja perderia o seu significado próprio. A sua mensagem de libertação já não teria originalidade alguma e ficaria prestes a ser monopolizada e manipulada por sistemas ideológicos e por partidos políticos. Ela já não teria autoridade para anunciar a libertação, como sendo da parte de Deus. Foi por tudo isso que nós quisemos acentuar bem na mesma alocução, quando da abertura da terceira Assembléia Geral do Sínodo, “a necessidade de ser reafirmada claramente a finalidade especificamente religiosa da evangelização. Esta última perderia a sua razão de ser se se apartasse do eixo religioso que a rege: o reino de Deus, antes de toda e qualquer outra coisa, no seu sentido plenamente teológico”.

33. Acerca da libertação que a evangelização anuncia e se esforça por atuar, é necessário dizer antes o seguinte:

- ela não pode ser limitada à simples e restrita dimensão econômica, política, social e cultural; mas deve ter em vista o homem todo, integralmente, com todas as suas dimensões, incluindo a sua abertura para o absoluto, mesmo o absoluto de Deus;

- ela anda portanto coligada a uma determinada concepção do homem, a uma antropologia que ela jamais pode sacrificar às exigências de uma estratégia qualquer, ou de uma práxis ou, ainda, de uma eficácia a curto prazo.

34. Assim, ao pregar a libertação e ao associar-se àqueles que operam e sofrem com o sentido de a favorecer, a Igreja não admite circunscrever a sua missão apenas ao campo religioso, como se se desinteressasse dos problemas temporais do homem; mas reafirmando sempre o primado da sua vocação espiritual, ela recusa-se a substituir o anúncio do reino pela proclamação das libertações puramente humanas e afirma mesmo que a sua contribuição para a libertação ficaria incompleta se ela negligenciasse anunciar a salvação em Jesus Cristo.

35. A Igreja relaciona, mas nunca identifica a libertação humana com a salvação em Jesus Cristo, porque ela sabe por revelação, por experiência histórica e por reflexão de fé que nem todas as noções de libertação são forçosamente coerentes e compatíveis com uma visão evangélica do homem, das coisas e dos acontecimentos; e sabe que não basta instaurar a libertação, criar o bem-estar e impulsionar o desenvolvimento, para se poder dizer que o reino de Deus chegou.

Mais ainda: a Igreja tem a firme convicção de que toda a libertação temporal, toda a libertação política - mesmo que ela porventura se esforçasse por encontrar numa ou noutra página do Antigo ou do Novo Testamento a própria justificação, mesmo que ela reclamasse para os seus postulados ideológicos e para as suas normas de ação a autoridade dos dados e das conclusões teológicas e mesmo que ela pretendesse ser a teologia para os dias de hoje - encerra em si mesma o gérmen da sua própria negação e desvia-se do ideal que se propõe, por isso mesmo que as suas motivações profundas não são as da justiça na caridade, e porque o impulso que a arrasta não tem dimensão verdadeiramente espiritual e a sua última finalidade não é a salvação e a beatitude em Deus.

36. A Igreja tem certamente como algo importante e urgente que se construam estruturas mais humanas, mais justas, mais respeitadoras dos direitos da pessoa, menos opressivas e menos escravizadoras; mas ela continua consciente de que ainda as melhores estruturas, ou os sistemas melhor idealizados depressa se tornam desumanos, se as tendências inumanas do coração do homem não se acharem purificadas, se não houver uma conversão do coração e do modo de encarar as coisas naqueles que vivem em tais estruturas ou que as comandam.

37. A Igreja não pode aceitar a violência, sobretudo a força das armas - de que se perde o domínio, uma vez desencadeada - e a morte de pessoas sem discriminação, como caminho para a libertação; ela sabe, efetivamente, que a violência provoca sempre a violência e gera irresistivelmente novas formas de opressão e de escravização, não raro bem mais pesadas do que aquelas que ela pretendia eliminar. Dizíamos quando da nossa viagem à Colômbia: “Exorta-mo-vos a não pôr a vossa confiança na violência, nem na revolução; tal atitude é contrária ao espírito cristão e pode também retardar, ao invés de favorecer, a elevação social pela qual legitimamente aspirais”. E ainda: “Nós devemos reafirmar que a violência não é nem cristã nem evangélica e que as mudanças bruscas ou violentas das estruturas seriam falazes e ineficazes em si mesmas e, por certo, não conformes à dignidade dos povos”.

Nota:42

cf. os documentos da Santa Sé Diálogo e Missão (1984), obra do antigo Secretariado para o Diálogo com os Não-Cristãos, e Diálogo e Anúncio (1991), obra do Pontifício Conselho para o Diálogo Interreligioso e da Congregação para a Evangelização dos Povos. Cf. também *Redemptoris Missio*, n. 55-57. **RMI 55-57:** “O diálogo inter-religioso faz parte da missão evangelizadora da Igreja. Entendido como método e meio para um conhecimento e enriquecimento recíproco, ele não está em contraposição com a missão ad gentes; pelo contrário, tem laços especiais com ela, e constitui uma sua expressão. Na verdade, a missão tem por destinatários os homens que não conhecem Cristo e o seu Evangelho, e pertencem, em sua grande maioria, a outras religiões. Deus atrai a si todos os povos, em Cristo, desejando comunicar-lhes a plenitude de sua revelação e de seu amor. Ele não deixa de se tornar presente, de tantos modos, quer aos indivíduos quer aos povos, através das suas riquezas espirituais, cuja principal e essencial expressão são as religiões, mesmo se contêm também lacunas, insuficiências e erros. Tudo isto foi amplamente sublinhado pelo Concílio e pelo Magistério sucessivo, sem nunca deixar de afirmar que a salvação vem de Cristo, e o diálogo não dispensa a evangelização.

À luz do plano de salvação, a Igreja não vê contraste entre o anúncio de Cristo e o diálogo inter-religioso; sente necessidade, porém, de conjugá-los no âmbito da sua missão ad gentes. De fato, é necessário que esses dois elementos mantenham seu vínculo íntimo e, ao mesmo tempo, a sua distinção, para que não sejam confundidos, instrumentalizados, nem considerados equivalentes, a ponto de se puderem substituir entre si.

Recentemente, escrevi aos bispos da Ásia: mesmo reconhecendo a Igreja, de bom grado, o quanto há de verdadeiro e de santo nas tradições religiosas do Budismo, do Induísmo e do Islão reflexos daquela verdade que ilumina todos os homens, isso não diminui seu dever e sua determinação de proclamar, sem hesitações, Jesus Cristo que é o Caminho, a Verdade, e a Vida (...) O fato de os crentes de outras religiões poderem receber a graça de Deus e serem salvos por Cristo, independentemente dos meios normais por ele estabelecidos, não suprime, de fato, o apelo à fé e ao batismo que Deus dirige a todos os povos. Na verdade, o próprio Senhor, ao inculcar expressamente a necessidade da fé e do batismo, ao mesmo tempo corroborou a necessidade da Igreja, na qual os homens entram pela porta do batismo. O diálogo deve ser conduzido e realizado com a convicção de que a Igreja é o caminho normal de salvação e que só ela possui a plenitude dos meios de salvação.

56. O diálogo não nasce de táticas ou de interesses, mas é uma atividade que apresenta motivações, exigências, dignidade própria: é exigido pelo profundo respeito por tudo o que o Espírito, que sopra onde quer, operou em cada homem. Por ele, a Igreja pretende descobrir as sementes do Verbo, os fulgores daquela verdade que ilumina todos os homens sementes e fulgores que se abrigam nas pessoas e nas tradições religiosas da humanidade. O diálogo fundamenta-se sobre a esperança e a caridade, e produzirá frutos no Espírito. As outras religiões constituem um desafio positivo para a Igreja: estimulam-na, efetivamente, quer a descobrir e a reconhecer os sinais da presença de Cristo e da ação do Espírito, quer a aprofundar a própria identidade e a testemunhar a integridade da revelação, da qual é depositária para o bem de todos.

Daquí deriva o espírito que deve animar um tal diálogo, no contexto da missão. O interlocutor deve ser coerente com as próprias tradições e convicções religiosas, e disponível para compreender as do outro, sem dissimulações nem restrições, mas com verdade, humildade e lealdade, sabendo que o diálogo pode enriquecer a ambos. Não deve haver qualquer abdicação nem irenismo, mas o testemunho recíproco em ordem a um progresso comum, no caminho da procura e da experiência religiosa, e, simultaneamente, em vista do superamento de preconceitos, intolerâncias e mal-entendidos. O diálogo tende à purificação e conversão interior que, se for realizada na docilidade ao Espírito, será espiritualmente frutuosa.

57. Ao diálogo, abre-se um vasto campo, podendo ele assumir múltiplas formas e expressões: desde o intercâmbio entre os peritos de tradições religiosas ou com seus representantes oficiais, até à colaboração no desenvolvimento integral e na salvaguarda dos valores religiosos; desde a comunicação das respectivas experiências espirituais, até o denominado diálogo de vida, pelo qual os crentes das diversas religiões mutuamente testemunham, na existência cotidiana, os próprios valores humanos e espirituais, ajudando-se a vivê-los em ordem à edificação de uma sociedade mais justa e fraterna.

Todos os fiéis e comunidades cristãs são chamadas a praticar o diálogo, embora não no mesmo grau e forma. Para isso, é indispensável o contributo dos leigos, que com o exemplo de sua vida e com a própria ação podem favorecer a melhoria das relações entre os crentes das diversas religiões enquanto alguns deles poderão mesmo oferecer uma ajuda na pesquisa e no estudo.

Sabendo que muitos missionários e comunidades cristãs encontram, no caminho difícil e, por vezes, incompreendido do diálogo, a única maneira de prestar um sincero testemunho de Cristo e um generoso serviço ao homem, desejo encorajá-los a perseverar com fé e caridade, mesmo onde seus esforços não encontrem acolhimento nem resposta. O diálogo é um caminho que conduz ao Reino e, certamente, dará frutos, mesmo se os tempos e os momentos estão reservados ao Pai (cf. At 1,7).

Nota:43

Particularmente na primeira Encíclica, *Ecclesiam Suam*, de 1964.

Nota:44

cf. o decreto *Unitatis Redintegratio* sobre o ecumenismo cristão e GS 3.40.43.90 sobre o diálogo com o mundo.

GS 3, 40, 43, e 90: "3. Em nossos dias, o gênero humano, tocado pelas próprias descobertas e pelo poder que conquistou, levanta muitas vezes, com ansiedade, questões relativas ao destino do mundo, ao lugar e ao papel do ser humano, ao sentido que possam ter os esforços individual e coletivo e até mesmo, à própria finalidade do universo.

O concílio reunido por Cristo, dando testemunho e expondo a fé do povo de Deus, manifesta sua união, atenção e amor para com toda a família humana em que se acha inserido. A melhor maneira de fazê-lo é abrir um diálogo com todos os seres humanos a respeito de nossos problemas comuns, recorrendo à luz do Evangelho e se colocando a serviço do gênero humano, com as forças salutares que a Igreja, conduzida pelo Espírito Santo, recebeu de seu fundador.

A pessoa deve ser salva e a sociedade, consolidada. O eixo de nossa exposição será o ser humano na sua unidade e na sua totalidade, corpo e alma, coração e consciência, espírito e vontade.

Professando a sublimidade da vocação humana e reconhecendo no ser humano um sopro como que divino, a Igreja oferece à humanidade sua colaboração sincera para que alcance a fraternidade, que é a vocação de todos. A Igreja não é movida por nenhuma ambição terrena, mas visa unicamente, sob a conduta do Espírito Santo, continuar a obra de Cristo, que veio ao mundo para dar testemunho da verdade, salvar, e não julgar, servir, e não ser servido.

40. Tudo que até agora foi dito a respeito da dignidade humana, da comunidade existente entre os seres humanos e do sentido profundo de sua atividade constitui o fundamento da relação entre a Igreja e o mundo e a base de seu diálogo recíproco.

Depois de o concílio ter falado sobre o mistério da Igreja, convém que a considere agora enquanto existe e atua no mundo, em convívio com ele.

A Igreja procede do amor do Pai eterno, foi fundada na história pelo Cristo Redentor e é sustentada na unidade pelo Espírito Santo. Sua finalidade é salutar e escatológica e só se realizará plenamente no século futuro. Contudo, está presente aqui na terra, é feita de mulheres e homens que são membros da sociedade terrena, chamados desde agora a formar, na história, a família dos filhos de Deus, que deve ir aumentando até a vinda do Senhor.

Família, cuja união vem dos bens celestiais de que todos participam, foi *constituída e organizada* por Cristo *nesse mundo, como uma sociedade*, dotada dos meios adequados a toda sociedade visível. A Igreja é assim, ao mesmo tempo, *um grupo histórico e uma comunidade espiritual* em caminho, com toda a humanidade, participando, com o mundo, da condição terrena e agindo como fermento ou como alma da sociedade humana, a ser renovada em Cristo e transformada em família de Deus.

Só a fé percebe esta compenetração das sociedades terrena e celestial. O mistério da história humana, perturbada pelo pecado, permanecerá impenetrável até o fim dos séculos, quando se manifestará plenamente a glória dos filhos de Deus. A Igreja, fiel a seu próprio fim, comunica a todos a vida divina e ilumina com sua luz o mundo inteiro, contribuindo para restabelecer e elevar a dignidade humana e fortalecer os laços sociais, proporcionando uma significação nova e mais profunda a toda a atividade humana.

Através de cada um de seus membros e atuando em conjunto, a Igreja acredita poder contribuir para tornar mais humana a família dos humanos e sua história.

Além disso, a Igreja católica se alegra de poder assinalar a importância da contribuição que deram e ainda dão, no mesmo sentido, as outras igrejas cristãs e as diversas comunidades eclesiais.

Tem, além disso, a convicção de poder contar, sob inúmeros e variados aspectos, com o apoio e com a ajuda do mundo, das pessoas individualmente e da sociedade humana, com seus bens e com sua atividade, para abrir caminho ao Evangelho.

Para promover adequadamente esta colaboração, em que, reciprocamente, Igreja e mundo se ajudam, convém estabelecer aqui alguns princípios gerais.

43. O concílio exorta os fiéis, cidadãos de uma e de outra cidade a se deixarem conduzir pelo espírito do Evangelho e, ao mesmo tempo, a cumprir fielmente seus deveres terrestres.

Afastam-se da verdade todos aqueles que, sabendo que não temos aqui morada permanente, mas buscamos a futura, julgam poder negligenciar suas obrigações temporais, pensando não lhes estar sujeitos por causa da fé, segundo a vocação a que cada um foi chamado.

Não é menor o erro daqueles que, pelo contrário, julgam poder mergulhar nos negócios terrenos independentemente das exigências da religião, pensando que esta se limita a determinados atos de culto e ao fiel cumprimento de certos preceitos morais. Esta divisão entre a fé professada e a vida cotidiana de muitos é um dos mais graves erros do nosso tempo. Os profetas, no Antigo Testamento, já o condenavam como um escândalo e Jesus Cristo, no Novo Testamento, o ameaça com pesadas penas.

Evite-se a perniciosa oposição entre as atividades profissionais e sociais, de um lado, e as religiosas, de outro. O cristão que não cumpre suas obrigações temporais, falta a seus deveres para com o próximo e para com Deus e põe em risco a sua salvação eterna.

Alegrem-se, ao contrário, os cristãos que, seguindo o exemplo de Cristo, que trabalhou como operário, exercem todas as suas atividades unificando os esforços humanos, domésticos, profissionais, científicos e técnicos numa síntese vital com os bens religiosos, sob cuja direção tudo se orienta para a glória de Deus.

Competem aos leigos, embora sem exclusividade, os deveres e as atividades seculares. Agindo como cidadãos do mundo, individual ou coletivamente, observarão as normas de cada disciplina e procurarão adquirir verdadeira competência nos setores em que atuam. Trabalharão em cooperação com os demais, na busca dos mesmos objetivos. Imbuídos de fé e lhe reconhecendo claramente as exigências, tomarão e procurarão levar a bom termo as iniciativas que se fizerem necessárias. A lei divina se aplica às realidades temporais através dos leigos, agindo de acordo com sua consciência, devidamente formada. Mas os leigos devem contar com as luzes e a força espiritual dos sacerdotes. Não pensem, porém, que seus pastores sejam peritos ou tenham respostas prontas e soluções concretas para todas as questões que possam surgir. Não é esta a sua missão. Seu papel específico é contribuir com as luzes da sabedoria cristã, fiéis à doutrina do magistério.

Em geral, as soluções se apresentarão como decorrência da visão cristã em determinadas circunstâncias. Muitas vezes acontece que outros cristãos, igualmente sinceros, pensem de maneira diversa. Mesmo que a solução proposta por uma das partes decorra, aos olhos da maioria, dos mais autênticos princípios evangélicos, não pode pretender a exclusividade, em nome da autoridade da Igreja. Todos devem se empenhar num diálogo de esclarecimento recíproco, segundo as exigências da caridade e do bem comum.

Os leigos que têm responsabilidade na Igreja, estão obrigados a agir, no mundo, de acordo com o espírito cristão, sendo, entre os seres humanos, testemunhas de Cristo.

Bispos encarregados de governar a Igreja de Deus e sacerdotes, puguem de tal forma a mensagem de Cristo que todas as atividades temporais dos fiéis sejam iluminadas pelo Evangelho.

Os pastores devem estar conscientes de que seu modo de viver o dia-a-dia é responsável pela imagem que se tem da Igreja e da opinião que se forma a respeito da verdade e da força da mensagem cristã. Pela vida e pela palavra, juntamente com os religiosos e com os fiéis, mostrem que a Igreja, com todos os seus dons, pela sua simples presença, é fonte inexaurível das virtudes de que o mundo de hoje tanto precisa.

Dediquem-se aos estudos, para se tornarem capazes de dialogar com pessoas das mais variadas opiniões, tendo no coração o que diz o concílio: *A humanidade é hoje cada vez mais una, do ponto de vista civil, econômico e social. É preciso pois que os sacerdotes atuem em conjunto, sob a direção dos bispos e do papa, evitando toda a dispersão de forças, para conduzir a humanidade à unidade da família de Deus.*

Graças ao Espírito Santo a Igreja se manterá sempre como esposa fiel a seu Senhor e nunca deixará de ser, no mundo, sinal da salvação. Isto não quer dizer que entre os seus membros, não tenha havido muitos, através dos séculos, que foram infiéis ao Espírito de Deus, tanto clérigos como leigos. Ainda hoje a Igreja não ignora a distância que existe entre a mensagem que anuncia e a fraqueza humana daqueles a quem foi confiado o Evangelho. Devemos tomar conhecimento de tudo que a história registra a respeito dessas infidelidades e condená-las vigorosamente, para que não constituam obstáculo à difusão do Evangelho. Mas a Igreja tem consciência de quanto a experiência da história contribui para amadurecer suas relações com o mundo. Conduzida pelo Espírito Santo, a Igreja, como mãe, *exorta* seus filhos *a se purificarem e a se renovarem, para que o sinal de Cristo brilhe cada vez mais na face da Igreja.*

90. Uma das principais formas de colaboração dos cristãos na atividade internacional é sem dúvida sua participação, individualmente ou através de algum grupo, nas organizações internacionais já existentes ou a serem criadas.

Podem igualmente prestar serviço à comunidade dos povos nas diversas associações católicas internacionais, que devem ser apoiadas, crescer em número de associados bem formados, em recursos e organização. Em nossa época, a eficácia das iniciativas e a necessidade de diálogo exige trabalho em conjunto. Tais associações contribuem igualmente para desenvolver o senso universal, que convém aos católicos, e para formar a consciência de uma responsabilidade verdadeiramente universal e solidária.

Além disso, para cumprir devidamente o seu papel na comunidade internacional, os católicos devem procurar colaborar de maneira ativa e efetiva com os irmãos separados, que professam a mesma caridade evangélica e têm em comum com todos os homens o desejo da paz.

Tendo presente a deplorável situação em que se encontra a maioria dos homens, colocando-se a favor da justiça e inspirado no amor de Cristo pelos pobres, o concílio julga oportuna a criação de um organismo universal encarregado de despertar a comunidade católica para a promoção do desenvolvimento das regiões empobrecidas e da justiça entre as nações”.

Nota:45

DH, 3: “Para melhor compreendê-lo, considere-se que a norma suprema da vida humana é a lei divina, eterna, objetiva e universal pela qual Deus ordena, dirige e governa o mundo inteiro, segundo o conselho de sua sabedoria e de seu amor. Deus faz com que o ser humano participe dessa sua lei, a fim de que, por suave disposição da divina providência, possa ir reconhecendo aos poucos sua verdade imutável.

Todos têm o dever, e, por conseguinte o direito, de buscar a verdade na área da religião, empregando os meios mais apropriados para formar prudentemente a consciência, na retidão e na verdade.

Deve-se buscar a verdade por meios compatíveis com a dignidade humana da pessoa e com seu modo de ser social: liberdade de pesquisa, liberdade de ensino, extensiva às suas respectivas instituições, liberdade de intercomunicação e de diálogo, em que uns transmitem aos outros a verdade que encontraram ou julgam ter encontrado, a fim de se ajudarem mutuamente na busca da verdade, e, finalmente, disposição de aderir firme e pessoalmente à verdade conhecida.

É por sua consciência que o ser humano percebe e reconhece as determinações da lei divina. Deve, portanto segui-la em tudo que faz, para alcançar Deus, que é o seu fim. Não se pode obrigar ninguém a agir contra sua própria consciência. Também não se pode impedir que aja de acordo com sua consciência, especialmente em matéria religiosa. O exercício da religião, por sua própria índole, consiste principalmente em atos interiores, voluntários e livres, por intermédio dos quais o ser humano se refere diretamente a Deus. Tais atos escapam ao poder puramente humano, não podem ser nem comandados, nem proibidos.

A natureza social do ser humano exige, contudo, que os atos internos adquiram expressão externa, para que possa se comunicar religiosamente com os outros. Significa que deve professar a religião de modo comunitário.

Injúria-se pois a pessoa e a própria ordem estabelecida por Deus para os seres humanos quando, mantida a ordem pública, nega-se a liberdade de professar a religião em sociedade.

Além disso, os atos religiosos por intermédio dos quais os seres humanos se orientam para Deus por disposição interior do coração transcendem, até certo ponto, nossa condição terrestre e corporal. Como o poder civil tem por finalidade específica cuidar do bem comum temporal, deve favorecer a vida religiosa dos cidadãos, mas exceder os limites de sua competência se pretendesse se impor aos religiosos”.

Nota:46

RMi, 56: “O diálogo não nasce de táticas ou de interesses, mas é uma atividade que apresenta motivações, exigências, dignidade própria: é exigido pelo profundo respeito por tudo o que o Espírito, que sopra onde quer, operou em cada homem. Por ele, a Igreja pretende descobrir as sementes do Verbo, os fulgores daquela verdade que ilumina todos os homens sementes e fulgores que se abrigam nas pessoas e nas tradições religiosas da humanidade. O diálogo fundamenta-se sobre a esperança e a caridade, e produzirá frutos no Espírito. As outras religiões constituem um desafio positivo para a Igreja: estimulam-na, efetivamente, quer a descobrir e a reconhecer os sinais da presença de Cristo e da ação do Espírito, quer a aprofundar a própria identidade e a testemunhar a integridade da revelação, da qual é depositária para o bem de todos.

Daqui deriva o espírito que deve animar um tal diálogo, no contexto da missão. O interlocutor deve ser coerente com as próprias tradições e convicções religiosas, e disponível para compreender as do outro, sem dissimulações nem restrições, mas com verdade, humildade e lealdade, sabendo que o diálogo pode enriquecer a ambos. Não deve haver qualquer abdicação nem irenismo, mas o testemunho recíproco em ordem a um progresso comum, no caminho da procura e da experiência religiosa, e, simultaneamente, em vista do superamento de preconceitos, intolerâncias e mal-entendidos. O diálogo tende à purificação e conversão interior que, se for realizada na docilidade ao Espírito, será espiritualmente frutuosa”.

Nota:47

EN, 17: “Na ação evangelizadora da Igreja há certamente elementos e aspectos que se devem lembrar. Alguns deles são de tal maneira importantes que se verifica a tendência para os identificar simplesmente com a evangelização. Pode-se assim definir a evangelização em termos de anúncio de Cristo àqueles que o desconhecem, de pregação, de catequese, de batismo e de outros sacramentos que hão de ser conferidos.

Nenhuma definição parcial e fragmentária, porém, chegará a dar a razão da realidade rica, complexa e dinâmica que é a evangelização, a não ser com o risco de a empobrecer e até mesmo de a mutilar. É impossível captá-la se não se procurar abranger com uma visão de conjunto todos os seus elementos essenciais.

Tais elementos, acentuados com insistência no decorrer do mencionado Sinodo, são ainda agora aprofundados muitas vezes, sob a influência do trabalho sinodal. E nós regozijamo-nos pelo fato de eles se situarem, no fundo, na linha daqueles que o Concílio Vaticano II nos proporcionou, sobretudo nas Constituições *Lumen Gentium* e *Gaudium et Spes* e no Decreto *Ad Gentes*”.

Nota:48

GS 4, 11: “No exercício desta função, a Igreja deve, em todas as épocas, perscrutar os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho, para ser capaz de oferecer, de forma apropriada ao modo de ser de cada geração, respostas às grandes questões humanas a respeito do sentido da vida presente e futura.

É preciso conhecer e compreender o mundo em que se vive, sua índole, muitas vezes dramática, suas expectativas e seus desejos.

O gênero humano entrou numa nova era de sua história. Rápidas e profundas modificações se estendem paulatinamente a todo o mundo. Provocadas pela inteligência e pela criatividade humanas, recaem sobre o

próprio ser humano, influenciando seu julgamento e seus desejos, individuais e coletivos, sua maneira de pensar e de agir tanto em relação às coisas como aos outros. Podemos falar de uma verdadeira transformação social e cultural, que repercute também na vida religiosa.

Como acontece em toda crise de crescimento, estas transformações causam enormes dificuldades. O ser humano vê aumentado enormemente o seu poder, embora nem sempre consiga usá-lo em seu benefício. Procura penetrar a intimidade da mente, mas é assaltado pela dúvida e pela insegurança a respeito de si mesmo. Compreende melhor as leis da vida social, mas hesita no que diz respeito à orientação que lhes deve imprimir.

O gênero humano nunca foi tão rico nem dispôs de tantos recursos e tanto poder econômico, no entanto uma grande parte dos habitantes da terra passa fome, é atormentada pela pobreza e pelo analfabetismo.

Nunca se teve um senso tão aguçado da liberdade, mas, ao mesmo tempo, surgem novas formas de escravidão social e psíquica.

O mundo percebe intensamente sua unidade e a interdependência de uns para com os outros, exigindo ampla e universal solidariedade, mas, ao mesmo tempo, cava-se um abismo cada vez maior entre as forças que se combatem. Persistem as violentas oposições políticas, sociais, econômicas, raciais e ideológicas, e não está afastado o perigo de uma guerra, que destruiria o mundo.

A intercomunicação sempre crescente entre os seres humanos não elimina o fato de que as mesmas palavras, que exprimem conceitos fundamentais adquirem sentidos contrários nas diversas ideologias.

Busca-se, finalmente, a realização de uma ordem temporal, sem preocupação com o aperfeiçoamento espiritual.

Envolvidos em tais condicionamentos, muitos contemporâneos têm dificuldade para captar os valores perenes e compô-los adequadamente com as novas descobertas. Agitados pelas esperanças e pelas angústias do que está acontecendo, tornam-se inquietos com tantas interrogações. Mas, na realidade, é um desafio que requer e até mesmo exige resposta.

11. Acreditando, com certeza, que é conduzido pelo Espírito do Senhor, que enche o universo, o povo de Deus vê e procura discernir nos acontecimentos, nas exigências e nas aspirações do nosso tempo, de que, aliás, participa, verdadeiros sinais da presença de Deus e de seu desígnio. A fé ilumina com sua luz tudo que existe e manifesta o propósito divino a respeito da plena vocação humana, orientando assim o espírito para as verdadeiras soluções.

O concílio quer, inicialmente, focalizar os valores que se coloca hoje, acima de tudo, referindo-os à sua fonte divina. Enquanto procedem de Deus e são comunicados aos seres humanos, são verdadeiros valores, embora freqüentemente precisem ser purificados por estarem distorcidos pela corrupção do coração humano.

O que a Igreja pensa do ser humano? Que deve recomendar para a edificação da sociedade contemporânea? Qual a significação última da atividade humana no mundo? Espera-se resposta a todas essas questões. Buscando essas respostas, o povo de Deus e o gênero humano, em que, aliás, ele está inserido, prestar-se-ão mutuamente serviço e a Igreja cumprirá sua missão religiosa que é, por isso mesmo, profundamente humana".

UR 4: "No mundo de hoje, em várias partes da terra, sob o sopro da graça do Espírito Santo, muitos se esforçam pela oração, pela palavra e pela ação, para alcançar a plenitude da unidade almejada por Jesus Cristo. O concílio exorta os fiéis católicos a reconhecerem os sinais dos tempos e a participarem ativamente do trabalho ecumênico.

Por movimento ecumênico entendem-se as atividades e iniciativas, segundo as necessidades e as condições temporais da Igreja, que desperta e inspira, a busca da unidade entre os cristãos.

Em primeiro lugar, o esforço, tanto do ponto de vista da verdade como da equidade, para eliminar palavras, juízos e comportamentos que não correspondem à situação em que se encontram, de fato, os irmãos separados e que, portanto, dificultam ainda mais o relacionamento com eles.

Além disso, nas reuniões entre cristãos de diferentes igrejas ou denominações, realizadas com espírito religioso, estabeleça-se um diálogo entre especialistas realmente preparados, em que cada um procure manifestar de maneira mais profunda a doutrina de sua confissão, apresentando-a com toda clareza possível.

Esse diálogo permite a todos adquirir melhor conhecimento e formar uma opinião mais correta sobre os vários aspectos da doutrina e da vida das diversas denominações.

Favorece, igualmente, onde é possível, a reunião e maior colaboração entre as diversas denominações, nos deveres para com o bem comum, exigidos por toda consciência cristã, assim como na oração unânime.

Finalmente, ao examinar melhor sua fidelidade em relação à vontade de Cristo sobre a Igreja, todos se dispõem a prosseguir com maior afinco no trabalho de reforma ou de renovação de si mesmos.

Tudo isso, praticado com prudência e paciência pelos fiéis da Igreja católica, sob vigilância dos pastores, contribui enormemente para o bem da equidade e da verdade, da concórdia e da colaboração, da fraternidade e da união.

Dessa forma, os obstáculos que impedem a perfeita comunhão eclesial vão sendo aos poucos superados. Reunidos numa só celebração eucarística, na unidade de uma única e mesma Igreja, os cristãos todos viverão na unidade que Cristo nos proporcionou desde o princípio da Igreja, que acreditamos subsistir de maneira inadmissível na Igreja católica, e esperamos vá crescendo com o tempo, até a consumação dos séculos.

É claro que a preparação e a reconciliação daqueles que, pessoalmente, desejam a comunhão católica distingue-se, por natureza, do trabalho ecumênico, embora não haja entre ambos nenhuma oposição, pois são os caminhos que provêm das mesmas admiráveis disposições divinas.

Na ação ecumênica, os fiéis católicos devem se preocupar com os irmãos separados, orando por eles, falando com eles das coisas da Igreja, despertando-os para os primeiros passos. Mas, sobretudo, devem estar sobremaneira atentos ao que deve ser feito e renovado na família católica, para sua vida de testemunho mais fiel e mais transparente da doutrina e das instituições herdadas de Cristo por intermédio dos apóstolos.

Embora a Igreja católica seja dotada de toda a verdade revelada e de todos os meios de graça, seus membros nem sempre vivem como se deve. Assim sendo, a face da Igreja contemplada pelos irmãos separados e pelo mundo brilha muito pouco, chegando até a criar dificuldades para o avanço do reino de Deus.

Por isso, todos os católicos devem buscar a perfeição cristã e, de acordo com sua condição, esforçar-se para que a Igreja, acolhendo em seu corpo a humildade e a mortificação de Jesus, vá se purificando e renovando todos os dias, até que Cristo a possa exibir gloriosa, sem mancha nem ruga.

Conserve-se a unidade no que é necessário. Mas é indispensável que se conserve também a liberdade, de acordo com a função de cada um, nas várias formas de vida espiritual, de disciplina e até de elaborar teologicamente a verdade revelada. Mas, sobretudo e em tudo, cultive-se a caridade, pois só assim se manifestarão plenamente, em nossos dias, a catolicidade e a apostolicidade da Igreja.

Por outro lado, é necessário que os católicos reconheçam com alegria e com a devida estima os bens verdadeiramente cristãos provenientes do patrimônio comum existente entre os irmãos separados. Reconhecer as riquezas de Cristo e as obras virtuosas na vida de quem dá testemunho de Cristo até, às vezes, o derramamento do sangue, é justo e salutar: Deus é sempre admirável em suas obras.

Nem se deve desprezar a obra da graça do Espírito Santo nos irmãos separados, que pode contribuir muito para nossa edificação. Nada do que é verdadeiramente cristão se opõe à fé autêntica, pelo contrário, até ajuda a aprofundar o mistério de Cristo e da Igreja.

Isto não quer dizer que as divisões entre os cristãos não sejam, de fato, obstáculos ao bem da Igreja. Opõem-se, pelo menos, à realização da plenitude católica entre todos os seus filhos que, apesar de batizados, estão separados da comunhão plena. Além disso, tornam cada vez mais difícil, para a Igreja, exprimir a plenitude da catolicidade em todos os aspectos de sua vida.

O concílio se alegra com a crescente participação de fiéis católicos no movimento ecumênico e recomenda aos bispos do mundo inteiro que a estimule e oriente”.

PO 9: “Em virtude do sacramento da ordem, os sacerdotes do Novo Testamento exercem no povo e para o povo de Deus, as funções importantíssimas e indispensáveis de pais e mestres. Antes disso, porém, juntamente com todos os fiéis, são discípulos do Senhor, constituídos participantes do seu reino pela graça da vocação divina. Os padres são irmãos entre irmãos, no meio de todos os que foram regenerados pelo batismo, membros do mesmo corpo de Cristo cuja edificação depende de todos.

Os sacerdotes devem presidir buscando não o seu interesse, mas o de Jesus Cristo, unindo-se aos leigos no trabalho e vivendo no meio deles segundo o exemplo do mestre, que não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida pela redenção de muitos (Mt 20, 28).

Os padres devem reconhecer a dignidade dos leigos e deixá-los desempenhar o papel que lhes compete na missão da Igreja.

Apóiem e prestigiem as justas liberdades, a que todos têm direito na sociedade civil.

Escutem os leigos com atenção, acolhendo fraternalmente as suas considerações e lhes reconhecendo a experiência e a competência que têm, nos diversos setores da vida humana, para que possam todos juntos ser sensíveis aos sinais dos tempos.

Com discernimento dos espíritos, para ver se são de Deus, saibam reconhecer, na fé, os diversos carismas dos leigos, tanto os mais altos, como os mais humildes, favorecendo a todos.

Dentre os diversos dons de Deus, cuidem sobretudo dos inúmeros fiéis chamados a uma vida espiritual mais profunda.

Confiem também aos leigos diversos encargos a serviço da Igreja, dando-lhes liberdade e deixando-lhes o espaço necessário para agir, de tal modo que se sintam livres inclusive para tomar iniciativas quando as julgam oportunas.

Finalmente, no meio dos leigos, o papel dos padres é encaminhar todos para a união, na caridade, amando-se mutuamente com caridade e honrando uns aos outros (Rm 12, 10). Compete-lhes por isso harmonizar os espíritos e fazer com que ninguém se sinta estranho na comunidade.

Sejam promotores do bem comum em nome do bispo e defensores da verdade, para que nenhum fiel seja abalado por doutrinas vãs. Cuidem especialmente dos que se afastaram da prática sacramental, ou mesmo da fé, junto aos quais saibam desempenhar o papel do bom pastor.

Atentos às recomendações a respeito do ecumenismo, não esqueçam os irmãos que não vivem em plena comunhão conosco.

Pensem igualmente em todos que não reconhecem Cristo como salvador.

Os fiéis, por sua vez, sintam-se obrigados a acolher os seus padres com amor filial, como pastores e pais. Participem de suas preocupações e os auxiliem pela oração e pela ação, quanto possível, para que possam superar as dificuldades e cumprir cada vez melhor os seus deveres”.

Nota:49

cf. especialmente os capítulos 1 e 2 da *Redemptoris Missio*: “**Capítulo 1: Jesus Cristo, o único Salvador; Capítulo 2: O reino dos céus**”.

Nota:50

cf. *Redemptoris Missio*, 33. O tema já estava desenvolvido na Exortação *Vocação e Missão dos leigos (Christifideles Laici)* de 1988, especialmente no n. 34. **RMI, 33:** “As diferenças de atividade, no âmbito da única missão da Igreja, nascem não de motivações intrínsecas à própria missão, mas das diversas circunstâncias onde ela se exerce. Olhando o mundo de hoje, do ponto de vista da evangelização, podemos distinguir três situações distintas.

Antes de mais nada, temos aquela à qual se dirige a atividade missionária da Igreja: povos, grupos humanos, contextos socioculturais onde Cristo e o seu Evangelho não é conhecido, onde faltam comunidades cristãs suficientemente amadurecidas para poderem encarnar a fé no próprio ambiente e anunciá-la a outros grupos. Esta é propriamente a missão *ad gentes*.

Aparecem, depois, as comunidades cristãs que possuem sólidas e adequadas estruturas eclesiais, são fermento de fé e de vida, irradiando o testemunho do Evangelho no seu ambiente, e sentindo o compromisso da missão universal. Nelas se desenvolve a atividade ou cuidado pastoral da Igreja.

Finalmente, existe a situação intermédia, especialmente nos países de antiga tradição cristã, mas, por vezes, também nas Igrejas mais jovens, onde grupos inteiros de batizados perderam o sentido vivo da fé, não se reconhecendo já como membros da Igreja e conduzindo uma vida distante de Cristo e de seu Evangelho. Neste caso, torna-se necessária uma nova evangelização, ou re-evangelização”.

CfL 34: “Países inteiros e nações, onde a religião e a vida cristã foram em tempos tão prósperas e capazes de dar origem a comunidades de fé viva e operosa, encontram-se hoje sujeitos a dura prova, e, por vezes, até são radicalmente transformados pela contínua difusão do indiferentismo, do secularismo e do ateísmo. É o caso, em especial, dos países e das nações do chamado Primeiro Mundo, onde o bem-estar econômico e o consumismo,

embora misturados com tremendas situações de pobreza e de miséria, inspiram e permitem viver como se Deus não existisse. Ora, a indiferença religiosa e a total insignificância prática de Deus nos problemas, mesmo graves, da vida não são menos preocupantes e subversivos do que o ateísmo declarado. E também a fé cristã, mesmo sobrevivendo em algumas manifestações tradicionais e ritualistas, tende a desaparecer nos momentos mais significativos da existência, como os momentos do nascer, do sofrer e do morrer. Daí que se levantem interrogações e enigmas tremendos, que, ao ficarem sem resposta, expõem o homem contemporâneo a desilusão desconfortante e à tentação de eliminar a mesma vida humana que levanta esses problemas.

Noutras regiões ou nações, porém, conservam-se bem vivas ainda tradições de piedade e de religiosidade popular cristã; mas, esse patrimônio moral e espiritual corre hoje o risco de esbater-se sob o impacto de múltiplos processos, entre os quais sobressaem a secularização e a difusão das seitas. Só uma nova evangelização poderá garantir o crescimento de uma fé límpida e profunda, capaz de converter tais tradições numa força de liberdade autêntica.

É urgente, sem dúvida, refazer em toda parte o tecido cristão da sociedade humana. Mas, a condição é a de se refazer o tecido cristão das próprias comunidades eclesiais que vivem nesses países e nessas nações.

Ora, os fiéis leigos, por força da sua participação do múnus profético de Cristo, estão plenamente envolvidos nessa tarefa da Igreja. Pertence-lhes, em particular, dar testemunho de como a fé cristã, mais ou menos conscientemente ouvida e invocada por todos, seja a única resposta plenamente válida para os problemas e as esperanças que a vida põe a cada homem e a cada sociedade. Será isso possível se os fiéis leigos souberem ultrapassar em si mesmos a ruptura entre o Evangelho e a vida, refazendo na sua quotidiana atividade em família, no trabalho e na sociedade, a unidade de uma vida que no Evangelho encontra inspiração e força para se realizar em plenitude.

Repito mais uma vez a todos os homens contemporâneos o grito apaixonado com que iniciei o meu serviço pastoral: Não tenhais medo! Abri, ou antes, escancarai as portas a Cristo! Abri ao seu poder salvador os confins dos Estados, os sistemas econômicos assim como os políticos, os vastos campos da cultura, da civilização, do progresso. Não tenhais medo! Cristo sabe bem o que está dentro do homem. Só ele o sabe! Hoje em dia muito freqüentemente o homem não sabe o que traz no interior de si mesmo, no profundo do seu ânimo e do seu coração. Muito freqüentemente se encontra incerto acerca do sentido da sua vida sobre esta Terra. E sucede que é invadido pela dúvida que se transforma em desespero. Permiti, pois peço-vos e vo-lo imploro com humildade e confiança, deixai que Cristo fale ao homem. Só ele tem palavras de vida; sim, de vida eterna.

Escancarar a porta a Cristo, acolhê-lo no espaço da própria humanidade, não é, de modo algum, ameaça para o homem, mas antes, é a única estrada a percorrer, se quisermos reconhecer o homem na sua verdade total e exaltá-lo nos seus valores.

A síntese vital que os fiéis leigos souberem fazer entre o Evangelho e os deveres quotidianos da vida será o testemunho mais maravilhoso e convincente de que não é o medo, mas a procura e a adesão a Cristo que são o fator determinante para que o homem viva e cresça, e para que se alcancem novas formas de viver mais conformes com a dignidade humana.

O homem é amado por Deus! Este é o mais simples e o mais comovente anúncio de que a Igreja é devedora ao homem. A palavra e a vida de cada cristão podem e devem fazer ecoar este anúncio: Deus ama-te, Cristo veio por ti, para ti Cristo é Caminho, Verdade, Vida (Jo 14,6)!

Esta nova evangelização, dirigida não apenas aos indivíduos, mas a inteiras faixas de população, nas suas diversas situações, ambientes e culturas, tem por fim formar comunidades eclesiais maduras, onde a fé desabroche e realize todo o seu significado originário de adesão à pessoa de Cristo e ao seu Evangelho, de encontro e de comunhão sacramental com ele, de existência vivida na caridade e no serviço.

Os fiéis leigos têm a sua parte a desempenhar na formação de tais comunidades eclesiais, não só com uma participação ativa e responsável na vida comunitária e, portanto, com o seu insubstituível testemunho, mas também com o entusiasmo e com a ação missionária dirigida a quantos não crêem ainda ou já não vivem a fé recebida no Batismo.

Em relação às novas gerações, os fiéis leigos devem dar um precioso contributo, necessário como nunca, com uma obra sistemática de catequese: os padres sinodais acolheram com gratidão o trabalho dos catequistas, reconhecendo que eles têm uma tarefa de grande importância na animação das comunidades eclesiais. É verdade que os pais cristãos são os primeiros e insubstituíveis catequistas dos próprios filhos, habilitados que o foram para isso pelo sacramento do Matrimônio, mas, ao mesmo tempo, devemos todos ter consciência do direito que assiste a todo batizado de ser instruído, educado, acompanhado na fé e na vida cristã".

Nota:51

EN, 20: "Poder-se-ia exprimir tudo isto dizendo: importa evangelizar - não de maneira decorativa, como que aplicando um verniz superficial, mas de maneira vital, em profundidade e isto até às suas raízes - a cultura e as culturas do homem, no sentido pleno e amplo que estes termos têm na Constituição *Gaudium et Spes*, a partir sempre da pessoa e fazendo continuamente apelo para as relações das pessoas entre si e com Deus.

O Evangelho, e conseqüentemente a evangelização, não se identificam por certo com a cultura, e são independentes em relação a todas as culturas. E no entanto, o reino que o Evangelho anuncia é vivido por homens profundamente ligados a uma determinada cultura, e a edificação do reino não pode deixar de servir-se de elementos da cultura e das culturas humanas. O Evangelho e a evangelização independentes em relação às culturas, não são necessariamente incompatíveis com elas, mas suscetíveis de as impregnar a todas sem se escravizar a nenhuma delas.

A ruptura entre o Evangelho e a cultura é sem dúvida o drama da nossa época, como o foi também de outras épocas. Assim, importa envidar todos os esforços no sentido de uma generosa evangelização da cultura, ou mais exatamente das culturas. Estas devem ser regeneradas mediante o impacto da Boa Nova. Mas um tal encontro não virá a dar-se se a Boa Nova não for proclamada".

Nota:52

No Novo Testamento, termos como *diakonia*, *kerygma* e *koinonia* têm uso freqüente e grande valor teológico. O termo dialogar no NT significa pregar, mas o diálogo é usado como gênero literário, para transmitir o ensinamento de Jesus, sobretudo no Evangelho de João.

Nota:53

cf. **DGAE, 1995-1998, Documento da CNBB 54, n.86-96 e 173-177**: "Impulsionada pelo Concílio Vaticano II e pela experiência dos anos que se lhe seguiram, a Igreja se defronta mais lucidamente com novas situações e novos desafios para a evangelização. Ela toma consciência, de um lado, das exigências intrínsecas da evangelização; de outro, da unidade profunda que deve presidir a todo o processo de evangelização inculturada.

87. A primeira exigência da evangelização é, pois, o *serviço*, como testemunho do amor gratuito de Deus para com cada pessoa humana. Por ele se reconhece a dignidade fundamental do ser humano, criado à imagem e semelhança de Deus. Pelo serviço ao mundo, ela se solidariza com as aspirações e esperanças da humanidade, levada pela fome e sede de justiça, a colocar-se a serviço da causa dos direitos e da promoção da pessoa humana, especialmente dos mais pobres, em vista de uma sociedade justa e solidária.

88. A segunda exigência consiste em abrir-se ao *diálogo*, não como mera tática de conquista ou como jogo de interesses, mas como reconhecimento do real valor do outro como pessoa humana, querida e amada por Deus. O diálogo supõe reconhecer o outro como diferente de nós mesmos, como interlocutor, sujeito de valores que pertencem desde já ao Reino. O diálogo é exigido pelo profundo respeito por tudo o que o Espírito operou em cada homem. Assim, o reconhecimento da presença operante do Espírito de Deus nos fiéis de outras religiões constitui o fundamento teológico do diálogo inter-religioso.

89. O diálogo supõe maturidade na fé, pela qual, abrindo-se ao diferente a partir da própria identidade, o fiel possa oferecer ao interlocutor o testemunho de uma vida coerente com o Evangelho. Neste contexto, diálogo e missão não se excluem. Antes, exigem-se mutuamente, de tal forma que o diálogo deve ser considerado como constitutivo da própria missão. De fato, o evangelizador se encontra com pessoas humanas, ricas de experiência cultural e religiosa.

90. A terceira exigência é o *anúncio* explícito de Jesus Cristo e de seu Evangelho. A Igreja não pode esquivar-se ao mandato explícito de Cristo, não pode privar os homens da Boa Nova de que Deus os ama e salva. O centro e o ápice do dinamismo evangelizador da comunidade eclesial há de ser sempre uma proclamação clara que, em Jesus Cristo, Filho de Deus feito homem, morto e ressuscitado, a salvação é oferecida a todos os homens como dom da graça e da misericórdia do mesmo Deus. Deve-se notar que o anúncio é um acontecimento salvífico em que ouvintes já despertados para a esperança do Reino, são chamados a participar na comunhão visível com a Igreja.

91. A quarta exigência está na *vivência comunitária* da fé eclesial, de tal modo que as comunidades cristãs sejam sinal da presença divina no mundo. A comunidade cultiva sua ligação profunda com o mistério de Deus em Cristo, pela fé vivida no quotidiano de suas tarefas humanas; alimenta essa fé na celebração da Palavra e dos sacramentos; e se fortalece, desta forma, para o serviço ao mundo, articulando dons, carismas e ministérios para a plena realização de sua missão evangelizadora.

92. A comunidade cristã promove a educação pessoal e comunitária, progressiva e contínua, orgânica e sistemática do cristão na fé, na esperança e na caridade, pela constante interação entre Palavra de Deus, as formulações da fé cristã e as situações da vida. Ela interliga, desta forma, a experiência da fé com o crescimento da vivência eclesial, nos níveis pessoal, comunitário e social.

93. Como comunidade sacerdotal, organicamente estruturada pelos sacramentos, celebra os mistérios da fé. Colocando no seu centro a memória do Mistério pascal de Cristo e dos cristãos, que revela o amor do Pai para conosco e nos comunica o seu Espírito, a liturgia é fonte de comunhão com a Trindade e nos envia para a missão para proclamar o mistério de Cristo até que ele volte.

94. Por fim, a Igreja alimenta constantemente a consciência de que a unidade com Deus em Cristo, fundamento e alicerce da vida eclesial, há de ser vivida como comunhão entre irmãos na fé, entre comunidades vivas e apostólicas, entre Igrejas particulares que buscam alimentar constantemente a co-responsabilidade de todos os batizados no anúncio do Evangelho. Essa comunhão profunda se expressa nos diversos níveis de articulação eclesial, desde a colegialidade episcopal afetiva e efetiva para os bispos, à partilha de co-responsabilidade colegial no presbitério por parte dos presbíteros, aos diáconos em comunhão com as Igrejas locais e às mais diferenciadas comunidades eclesiais, grupos apostólicos ou movimentos eclesiais inseridos em seus variados contextos.

95. Essa unidade vivida na Igreja Católica não dispensa o esforço de buscar, com perseverança e confiança na graça de Deus, a comunhão com outras Igrejas e comunidades eclesiais. Inspirada pelo documento conciliar *Unitatis Redintegratio*, a Igreja sabe que esta unidade consiste na profissão de uma só fé, na celebração comum do culto divino, na concórdia fraterna da família de Deus. E mais, que essa unidade exige uma plena comunhão visível de todos os cristãos, sem sacrificar a rica diversidade de espiritualidade, de disciplina, de ritos litúrgicos e de elaboração da verdade revelada que se desenvolveram entre os cristãos, na medida em que essa diversidade se mantenha fiel à tradição apostólica.

A evangelização, como bem ressaltou a *Evangelii Nuntiandi*, é uma realidade rica, complexa e dinâmica, da qual nenhuma definição parcial chega a dar razão. A descrição que aqui fizemos da evangelização poderia ser completada a partir de outros pontos de vista. Vamos concluir citando mais uma exigência da evangelização, que textos do Magistério apontam como a primeira, mas que podemos considerar como um aspecto que se expressa através de todos os que já mencionamos: *serviço, diálogo, anúncio, vivência comunitária*. Queremos falar do *testemunho* de vida. Ele é insubstituível, pois não poderia convencer aos outros quem não vive a própria fé. Ele é eficaz, como já lembrava São Pedro, para que, se alguns não obedecem à Palavra, venham a ser conquistados, sem palavras, pelo comportamento.

173. As orientações pastorais deste capítulo têm como base a experiência pastoral da Igreja no Brasil (cap. I), a teologia da evangelização desenvolvida no âmbito de toda a Igreja (cap. II) e as recentes mudanças sócio-culturais (cap. III). Elas foram organizadas ao redor de cinco itens: o primeiro, a *inculturação*, representa um critério geral da ação evangelizadora, como mostra o documento de Santo Domingo; os outros quatro itens *serviço, diálogo, anúncio e testemunho da comunhão* são exigências ou aspectos distintos, mas complementares, da própria ação evangelizadora e pastoral.

174. A escolha dessas quatro exigências, embora não sendo a única possível, certamente tem fundamento no próprio Novo Testamento. Nele emergem como aspectos constitutivos da evangelização o *serviço* (diakonia), que a Igreja presta ao mundo e, especialmente, aos pobres; o *diálogo*, que ela mantém com os fiéis de outras religiões; o *anúncio* (kérygma) da morte salvífica e da ressurreição de Cristo; o testemunho (*martyria*) da

comunhão fraterna (koinonia), em que os primeiros cristãos repartem o pão e a palavra, os bens materiais e os bens espirituais.

175. Recentes documentos do Magistério, como aquele do Secretariado para os não-crentes de 10.6.1984, retomando uma intuição da Evangelii Nuntiandi, descrevem a missão da Igreja ou *evangelização* como uma *realidade complexa*, que inclui *vários elementos*. A missão apresenta-se, na consciência da Igreja, como uma realidade unitária, mas complexa e articulada. Podem ser indicados os seus elementos principais. A missão é constituída já pela simples presença e pelo *testemunho vivo da vida* cristã, mesmo se se deve reconhecer que levamos este tesouro em vasos de argila, e por isso a diferença entre o modo como o cristão aparece, existencialmente, e aquilo que afirma ser, nunca desaparece. Há, depois, o empenho concreto ao *serviço* dos homens e toda a atividade de promoção social e luta contra a pobreza e as estruturas que a provocam. Há a *vida litúrgica*, a oração e a contemplação, testemunhos eloqüentes de uma relação viva e libertadora dos membros da Igreja entre si, com o mundo e com o Deus vivo e verdadeiro, que nos chama ao seu Reino e à sua glória. Há o *diálogo*, no qual os cristãos encontram os que seguem outras tradições religiosas para caminhar juntos em direção à verdade e colaborar em ações de interesse comum. Há o *anúncio* e a catequese, quando se proclama a boa notícia do Evangelho e se aprofundam as conseqüências para a vida e a cultura. Tudo isto faz parte do conceito de missão.

176. Os diversos aspectos da evangelização podem ser vistos como *etapas*, quando se considera idealmente a aproximação de uma cultura ou de um grupo não evangelizado. Neste caso, o evangelizador começa pela presença e presta serviços de promoção humana; gradativamente pode encaminhar o *diálogo* religioso e, a partir daí, anuncia explicitamente o Evangelho, até criar condições plenas de *vivência e comunhão cristã*. Em nossa realidade brasileira, o mais das vezes toda a comunidade cristã é chamada a viver conjuntamente os diversos aspectos da missão da Igreja. Confirma-o, inclusive, a recente pesquisa sobre as comunidades católicas, onde mais de 40.000 respostas atestam que raramente as comunidades desenvolvem um só aspecto da existência cristã, mas ou são comunidades vivas que unem a celebração à oração, à reflexão à luz da Palavra, o compromisso do serviço aos irmãos na promoção social e na conscientização política e o empenho missionário ou são algumas vezes comunidades que definham na passividade e na acomodação. De qualquer forma, o evangelizador mesmo que empenhado especialmente numa das tarefas da evangelização não deixará de se manter em comunhão profunda com a Palavra, a Liturgia e a vida fraterna da comunidade cristã, se não quiser se tornar mais cedo ou mais tarde o ramo seco que perdeu a seiva vital que provém do tronco.

177. No planejamento pastoral, desde o PPC de 1966-1970, foram adotadas seis *linhas* de ação, depois pensadas mais exatamente como *dimensões*. Elas correspondem fundamentalmente às exigências intrínsecas da evangelização agora descritas:

- o *serviço* se concretiza especialmente na dimensão sócio-transformadora (linha 6);
- o *diálogo* se concretiza na dimensão ecumênica e do diálogo religioso (linha 5);
- o *anúncio* se concretiza na dimensão missionária (linha 2);
- o *testemunho da comunhão* se concretiza na dimensão comunitário-participativa (linha 1), que se alimenta nas fontes da Palavra (dimensão bíblico-catequética linha 3) e da liturgia (dimensão litúrgica linha 4).

A nossa apresentação das exigências da *evangelização* acentua o *aspecto missionário* da vida da Igreja e por isso foi assumida nestas Diretrizes. A organização pastoral segundo as 6 linhas ou dimensões tem caráter mais prático e deve ser mantida onde continua funcional".

Nota:54

cf. **Mt 11,5**: "os cegos recuperam a vista, os paralíticos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e aos pobres é anunciada a Boa Notícia".

Lc 4,18-19: "O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos, e para proclamar um ano de graça do Senhor".

Nota:55

Mc 1,15: "O tempo já se cumpriu, e o Reino de Deus está próximo. Convertam-se e acreditem na Boa Notícia".

Nota:56

cf. **Mt 11,4-6**: "Jesus respondeu: Voltem e contem a João o que vocês estão ouvindo e vendo: os cegos recuperam a vista, os paralíticos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e aos pobres é anunciada a Boa Notícia. E feliz aquele que não se escandaliza por causa de mim!".

Mt 14,13-21: "Quando soube da morte de João Batista, Jesus partiu, e foi de barca para um lugar deserto e afastado. Mas, quando as multidões ficaram sabendo disso, saíram das cidades, e os seguiram a pé. Ao sair da barca, Jesus viu grande multidão. Teve compaixão deles, e curou os que estavam doentes. Ao entardecer, os discípulos chegaram perto de Jesus, e disseram: Este lugar é deserto, e a hora já vai adiantada. Despede as multidões, para que possam ir aos povoados comprar alguma coisa para comer. Mas Jesus lhes disse: Eles não precisam ir embora. Vocês é que têm de lhes dar de comer. Os discípulos responderam: Só temos aqui cinco pães e dois peixes. Jesus disse: Tragam isso aqui. Jesus mandou que as multidões se sentassem na grama. Depois pegou os cinco pães e os dois peixes, ergueu os olhos para o céu, pronunciou a bênção, partiu os pães, e os deu aos discípulos; os discípulos distribuíram às multidões. Todos comeram, ficaram satisfeitos, e ainda recolheram doze cestos cheios de pedaços que sobraram. O número dos que comeram era mais ou menos cinco mil homens, sem contar mulheres e crianças".

At 2,42-47: "Eram perseverantes em ouvir o ensinamento dos apóstolos, na comunhão fraterna, no partir do pão e nas orações. Em todos eles havia temor, por causa dos numerosos prodígios e sinais que os apóstolos realizavam. Todos os que abraçaram a fé eram unidos e colocavam em comum todas as coisas; vendiam suas propriedades e seus bens e repartiam o dinheiro entre todos, conforme a necessidade de cada um. Diariamente, todos juntos freqüentavam o Templo e nas casas partiam o pão, tomando alimento com alegria e simplicidade de coração. Louvavam a Deus e eram estimados por todo o povo. E a cada dia o Senhor acrescentava à comunidade outras pessoas que iam aceitando a salvação".

At 4,32-35: "A multidão dos fiéis era um só coração e uma só alma. Ninguém considerava propriedade particular as coisas que possuía, mas tudo era posto em comum entre eles. Com grande poder, os apóstolos davam testemunho da ressurreição do Senhor Jesus. E todos eles gozavam de grande aceitação. Entre eles

ninguém passava necessidade, pois aqueles que possuíam terras ou casas as vendiam, traziam o dinheiro e o colocavam aos pés dos apóstolos; depois, ele era distribuído a cada um conforme a sua necessidade”.

Nota:57

cf. **EV, 2**: “O homem é chamado a uma plenitude de vida que se estende muito para além das dimensões da sua existência terrena, porque consiste na participação da própria vida de Deus.

A sublimidade desta vocação sobrenatural revela a grandeza e o valor precioso da vida humana, inclusive já na sua fase temporal. Com efeito, a vida temporal é condição basilar, momento inicial e parte integrante do processo global e unitário da existência humana: um processo que, para além de toda expectativa e merecimento, fica iluminado pela promessa e renovado pelo dom da vida divina, que alcançará a sua plena realização na eternidade (cf. 1Jo 3,1-2). Ao mesmo tempo, porém, o próprio chamamento sobrenatural sublinha a relatividade da vida terrena do homem e da mulher. Na verdade, esta vida não é realidade “última”, mas “penúltima”; trata-se, em todo o caso, de uma realidade sagrada que nos é confiada para a guardarmos com sentido de responsabilidade e levarmos à perfeição no amor pelo dom de nós mesmos a Deus e aos irmãos.

A Igreja sabe que este Evangelho da vida, recebido do seu Senhor, encontra um eco profundo e persuasivo no coração de cada pessoa, crente e até não-crente, porque se ele supera infinitamente as suas aspirações, também lhes corresponde de maneira admirável. Mesmo por entre dificuldades e incertezas, todo homem sinceramente aberto à verdade e ao bem pode, pela luz da razão e com o secreto influxo da graça, chegar a reconhecer, na lei natural inscrita no coração (cf. Rm 2,14-15), o valor sagrado da vida humana desde o seu início até ao seu termo, e afirmar o direito que todo ser humano tem de ver plenamente respeitado este seu bem primário. Sobre o reconhecimento de tal direito é que se funda a convivência humana e a própria comunidade política.

De modo particular, devem defender e promover este direito os crentes em Cristo, conscientes daquela verdade maravilhosa, recordada pelo Concílio Vaticano II: “Pela sua encarnação, ele, o Filho de Deus, uniu-se de certo modo a cada homem”. De fato, neste acontecimento da salvação, revela-se à humanidade não só o amor infinito de Deus que “amou de tal modo o mundo que lhe deu o seu Filho único” (Jo 3,16), mas também o valor incomparável de cada pessoa humana.

A Igreja, perscrutando assiduamente o mistério da Redenção, descobre com assombro incessante este valor, e sente-se chamada a anunciar aos homens de todos os tempos este “evangelho”, fonte de esperança invencível e de alegria verdadeira para cada época da história. O Evangelho do amor de Deus pelo homem, o Evangelho da dignidade da pessoa e o Evangelho da vida são um único e indivisível Evangelho.

É por este motivo que o homem, o homem vivo, constitui o primeiro e fundamental caminho da Igreja”.

Nota:58

cf. **EA, 52**: “Em verdade eu vos declaro: todas as vezes que fizestes isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, foi a mim mesmo que o fizestes’ (Mt 25,40; cf. 25,45). A noção da comunhão com Cristo e com os irmãos, que por sua vez é fruto da conversão, leva a servir o próximo em todas as suas necessidades, tanto materiais como espirituais, porque em cada homem resplandece o rosto de Cristo. Por isso, “a solidariedade é fruto da comunhão que se baseia no mistério de Deus uno e trino, e no Filho de Deus encarnado e morto por todos. Ela se exprime no amor do cristão que procura o bem de todos, especialmente dos mais necessitados”.

Nasce daí, para as Igrejas particulares do Continente americano, o compromisso da recíproca solidariedade e da partilha dos bens materiais e dos dons espirituais com que Deus as abençoou, estimulando a disponibilidade das pessoas para trabalhar onde for preciso. A partir do Evangelho, é necessário promover uma cultura da solidariedade que incentive oportunas iniciativas de apoio aos pobres e aos marginalizados, de modo especial aos refugiados, que vêem-se forçados a deixar suas aldeias e terras para fugir da violência. A Igreja na América deve estimular os organismos internacionais do Continente, para que se estabeleça uma ordem econômica na qual não predomine somente o critério do lucro, mas também os da procura do bem comum nacional e internacional, da distribuição justa dos bens e da promoção integral dos povos”.

Nota:59

Os últimos dois documentos mais relevantes destes organismos são o do Pontifício Conselho *Cor Unum* sobre a Fome no Mundo (1996) e do Pontifício Conselho Justiça e Paz: *Por uma melhor distribuição da terra - O desafio da reforma agrária* (1997).

Nota:60

LG, 33b: “O apostolado dos leigos é participação na missão salvadora da Igreja. Todos estão qualificados pelo Senhor ao exercício desse apostolado, através do batismo e da confirmação. A alma desse apostolado é a caridade para com Deus e para com os homens, alimentada e comunicada pelos sacramentos, especialmente pela eucaristia. Os leigos são especialmente chamados a tornar a Igreja presente e ativa nos lugares e nas circunstâncias onde somente por eles pode atuar o sal da terra. Através dos dons recebidos, todo leigo é, ao mesmo tempo, testemunha e instrumento da própria missão da Igreja, segundo a medida do dom de Cristo (Ef 4, 7).

36b. Os fiéis devem, pois, reconhecer a natureza, o valor e a destinação ao louvor de Deus de todas as criaturas, devem também ajudar-se uns aos outros em vista de uma vida mais santa, inclusive nos trabalhos desse mundo, para imbuí-lo do espírito de Cristo e fazer com que alcance de maneira mais profunda sua finalidade, na justiça, na caridade e na paz. No cumprimento desta tarefa, os leigos desempenham o papel principal. Sua competência nas disciplinas e atividades profanas, interiormente elevada pela graça de Cristo, confere especial validade a seu trabalho. Desenvolvem-se assim os bens criados, de acordo com a disposição do criador e sob a iluminação do Verbo, através do trabalho humano, da técnica e da cultura. Estes mesmos bens criados se tornam úteis a todos, são melhor distribuídos e contribuem para o progresso universal, na liberdade humana e cristã. Cristo iluminará assim cada vez mais a sociedade, com sua luz salutar, por intermédio dos membros da Igreja”.

Nota:61

Jo 17,14: “Eu dei a eles a tua palavra, e o mundo os odiou, porque eles não pertencem ao mundo, como eu não pertencço ao mundo”.

Nota:62

cf. **LG 2-4**: “Por livre desígnio de sabedoria e bondade, o Pai eterno criou o mundo e chamou mulheres e homens a participarem da vida divina. Embora tenham pecado em Adão, Deus não os abandonou, proporcionando a todos o apoio indispensável à salvação, em vista do Cristo redentor, imagem do Deus invisível e primogênito de toda criatura (CI 1, 15). De fato, desde sempre o Pai previu e predestinou todos os escolhidos a se tornarem conformes a imagem de seu Filho, primogênito entre muitos irmãos (Rm 8, 29).

Ao mesmo tempo, estabeleceu que todos os fiéis a Cristo se reunissem na santa Igreja. Diz-se, por isso, que a Igreja foi esboçada desde as origens do mundo, preparada de modo admirável pela aliança antiga, que está na base da história de Israel, constituída nesses últimos tempos, manifestada pelo dom do Espírito Santo, mas que só estará terminada no fim dos séculos.

É o que ensinam os santos padres quando dizem que todos os justos, do primeiro ao último, desde Abel ou mesmo desde Adão, estarão reunidos formando a Igreja, junto ao Pai.

3. Veio o Filho, enviado pelo Pai que, através dele, nos escolheu desde antes da criação e nos predestinou à adoção filial, pois havia decidido nele ordenar tudo a si (cf. Ef 1, 4-5, 10). Cristo cumpriu a vontade do Pai, inaugurou na terra o reino dos céus, revelou-nos o seu mistério pessoal e realizou a redenção pela obediência.

A Igreja, reino de Cristo, desde já misteriosamente presente no mundo, cresce pela força de Deus. Sua origem e desenvolvimento são simbolizados pelo sangue e pela água que jorraram do lado aberto de Jesus crucificado (cf. Jo 19, 34), como foi predito pela palavra do Senhor a respeito de sua morte na cruz: Levantado da terra, atrairei a mim todas as coisas (Jo 12, 32).

Todas as vezes que se celebra no altar o sacrifício da cruz, em que se imola Cristo, nossa Páscoa (1Cor 5, 7), realiza-se a obra da redenção. Representa-se ao mesmo tempo, e se realiza, pelo sacramento do pão eucarístico, a unidade dos fiéis, que constituem um só corpo em Cristo (cf. 1Cor 10, 17).

Todos os homens, aliás, são chamados a esta união com Cristo, que é a luz do mundo, de quem procedemos, por quem vivemos e para quem tendemos.

4. Depois que o Filho terminou a obra que o Pai lhe confiara (cf. Jo 17, 4), o Espírito Santo foi enviado, no dia de Pentecostes, como fonte perene de santificação da Igreja, dando assim, aos que crêem em Cristo, acesso ao Pai (cf. Ef 2, 18). É o Espírito da vida, fonte que jorra para a vida eterna (cf. Jo 4, 14; 7, 38-39), pois por ele o Pai dá vida aos homens mortos pelo pecado e, em Cristo, ressuscitará seus corpos mortais (cf. Rm 8, 10-11).

O Espírito habita na Igreja e no coração dos fiéis como num templo (cf. 1Cor 3, 16; 6, 19), em que ora e dá testemunho de que são filhos adotivos (cf. Gl 4, 6; Rm 8, 15-16 e 26). Leva a Igreja à verdade plena (cf. Jo 16, 13) e a unifica na comunhão e no ministério. Com os diversos dons hierárquicos e carismáticos, a instrui, dirige e enriquece com seus frutos (cf. Ef 4, 11-12; 1Cor 12, 4; Gl 5, 22). Rejuvenesce a Igreja com a força do Evangelho, renova-a continuamente e a conduz à união consumada com seu esposo. Por isso o Espírito e a esposa dizem ao Senhor Jesus: Vem (cf. Ap 22, 17). A Igreja é pois o povo unido pela unidade mesma do Pai, do Filho e do Espírito Santo”.

AG, 2-4: “A Igreja peregrina é por natureza missionária. Nasce, segundo o desígnio divino, da própria missão do Filho e do Espírito Santo.

Tal desígnio flui do “amor original” ou da caridade do Pai, Princípio imprincipiado, de que o Filho é gerado e de que procede o Espírito Santo, por intermédio do Filho. Por sua infinita misericórdia e ternura, a bondade divina nos cria livremente e nos chama graciosamente a participar de sua vida e de sua glória, difundindo a bondade com liberalidade sem fim, de tal sorte que o criador de todas as coisas venha a ser, ao cabo e ao fim, tudo em todos (1Cor 15, 28), para sua glória e nossa felicidade. Deus não chama os seres humanos individualmente, independentemente das relações de uns com os outros, pois visa a constituir um só povo, em que estejam reunidos todos os seus filhos.

3. A realização do desígnio universal de Deus de salvar toda a humanidade é fruto da bondade e da providência divinas. Do mais íntimo do ser humano brotam inúmeros movimentos, inclusive religiosos, de busca de Deus, com que os seres humanos procuram alcançá-lo ou encontrá-lo, embora não esteja longe de ninguém (At 17, 27). Todas essas formas de busca de Deus servem de pedagogia e de preparação para o Evangelho, mas precisam ser iluminadas e corrigidas.

Por isso Deus quis entrar na história humana de um modo novo e definitivo, enviando seu Filho em nossa carne, para estabelecer a paz e a comunhão do ser humano consigo mesmo, constituir entre eles uma sociedade fraterna, vir em socorro dos pecadores, liberar os seres humanos do poder das trevas e de Satanás, reconciliando consigo o mundo por meio de seu Filho. Constituiu pois como herdeiro de todas as coisas aquele por intermédio de quem criou o mundo para, também por seu intermédio, tudo restaurar.

Jesus Cristo foi enviado ao mundo como verdadeiro mediador entre Deus e os seres humanos. Sendo Deus, nele “habita corporalmente a plenitude da divindade” (CI 2, 9). Sendo homem, é o novo Adão, cabeça da humanidade renovada, “cheio de graça e de verdade” (Jo 1, 14). O Filho de Deus adotou o caminho da verdadeira encarnação para tornar os seres humanos participantes da natureza divina. Sendo rico, tornou-se pobre por nossa causa, enriquecendo-nos com sua pobreza.

O Filho do homem não veio para ser servido, mas para servir e entregar sua alma para a redenção da multidão, isto é, de todos. Como costumam dizer os santos padres, não foi curado o que por Cristo não foi assumido. Foi assumida uma natureza humana verdadeira e íntegra, tal como existe em nós, com seus limites e sua miséria, exceto a do pecado.

Como disse o próprio Cristo, “o Pai enviou ao mundo aquele que ele mesmo santificou” (Jo 10, 36): “O Espírito Santo repousa em mim. Ao ser unguido fui enviado para evangelizar os pobres, curar os corações despedaçados, pregar aos escravos a alforria e aos cegos a visão” (Lc 4, 18). Ou ainda: “O Filho do homem veio buscar e salvar o que se havia perdido” (Lc 19, 10).

Começando por Jerusalém deve-se proclamar e difundir até as extremidades da terra o que uma vez por todas foi pregado pelo Senhor e por ele feito, tendo em vista a salvação de todo o gênero humano, de sorte que o que foi um dia realizado em favor de todos produza os seus efeitos ao longo do tempo.

4. Para realizar esta obra, Cristo enviou, da parte do Pai, o Espírito Santo, que exerce sua ação salutar na intimidade de cada um e promove o crescimento específico da Igreja. Não resta dúvida que o Espírito já atuava no mundo antes da glorificação de Cristo. No dia de Pentecostes, porém, veio para ficar para sempre, tornou pública a manifestação da Igreja diante da multidão, iniciou a difusão do Evangelho no meio dos povos e antecipou, numa grande manifestação, por assim dizer, a união dos povos na universalidade da fé por

intermédio da Igreja da Nova Aliança, que fala, compreende e engloba todas as línguas, superando a dispersão de Babel.

Em Pentecostes, começaram os Atos dos Apóstolos, como, na concepção de Cristo pela virgem Maria, atuara o Espírito Santo e no início do ministério de Jesus, enquanto orava, descera também sobre ele o mesmo Espírito Santo. Jesus, antes de dar livremente sua vida pela salvação do mundo, estabeleceu o ministério apostólico e prometeu enviar o Espírito Santo, de sorte que associados para sempre na obra da salvação, produzissem ambos seus resultados. O Espírito Santo sustenta a Igreja de todos os tempos “na comunhão na continuidade do mesmo ministério, com os diversos dons hierárquicos e carismas”, conferindo como que uma alma às instituições eclesiais e derramando no coração dos fiéis o estímulo missionário do próprio Jesus. Às vezes precede de maneira visível a ação missionária, e outras, a acompanha e dirige”.

Nota:63

UR, 2f: “Este é o mistério sagrado da unidade da Igreja, em Cristo e por Cristo, na variedade das funções, fruto da ação do Espírito Santo. A realização suprema e o primeiro exemplar deste mistério é a unidade mesma de um só Deus, Pai, Filho e Espírito Santo, na trindade das pessoas”.

Nota:64

LG 4: “Depois que o Filho terminou a obra que o Pai lhe confiara (cf. Jo 17, 4), o Espírito Santo foi enviado, no dia de Pentecostes, como fonte perene de santificação da Igreja, dando assim, aos que crêem em Cristo, acesso ao Pai (cf. Ef 2, 18). É o Espírito da vida, fonte que jorra para a vida eterna (cf. Jo 4, 14; 7, 38-39), pois por ele o Pai dá vida aos homens mortos pelo pecado e, em Cristo, ressuscitará seus corpos mortais (cf. Rm 8, 10-11).

O Espírito habita na Igreja e no coração dos fiéis como num templo (cf. 1Cor 3, 16; 6, 19), em que ora e dá testemunho de que são filhos adotivos (cf. Gl 4, 6; Rm 8, 15-16 e 26). Leva a Igreja à verdade plena (cf. Jo 16, 13) e a unifica na comunhão e no ministério. Com os diversos dons hierárquicos e carismáticos, a instrui, dirige e enriquece com seus frutos (cf. Ef 4, 11-12; 1Cor 12, 4; Gl 5, 22). Rejuvenesce a Igreja com a força do Evangelho, renova-a continuamente e a conduz à união consumada com seu esposo Por isso o Espírito e a esposa dizem ao Senhor Jesus: Vem (cf. Ap 22, 17).

A Igreja é pois o povo unido pela unidade mesma do Pai, do Filho e do Espírito Santo”.

Nota:65

Acta Synodalia III, I, 210.

Nota:66

Ex 20,1-11: “Então Deus pronunciou todas estas palavras: ‘Eu sou Javé seu Deus, que fiz você sair da terra do Egito, da casa da escravidão. Não tenha outros deuses diante de mim. Não faça para você ídolos, nenhuma representação daquilo que existe no céu e na terra, ou nas águas que estão debaixo da terra. Não se prostre diante desses deuses, nem sirva a eles, porque eu, Javé seu Deus, sou um Deus ciumento: quando me odeiam, castigo a culpa dos pais nos filhos, netos e bisnetos; mas quando me amam e guardam os meus mandamentos eu os trato com amor por mil gerações. Não pronuncie em vão o nome de Javé seu Deus, porque Javé não deixará sem castigo aquele que pronunciar o nome dele em vão. Lembre-se do dia de sábado, para santificá-lo. Trabalhe durante seis dias e faça todas as suas tarefas. O sétimo dia, porém, é o sábado de Javé seu Deus. Não faça nenhum trabalho, nem você, nem seu filho, nem sua filha, nem seu escravo, nem sua escrava, nem seu animal, nem o imigrante que vive em suas cidades. Porque em seis dias Javé fez o céu, a terra, o mar e tudo o que existe neles; e no sétimo dia ele descansou. Por isso, Javé abençoou o dia de sábado e o santificou”.

Nota:67

cf. **Ex 23,4-5:** “Se você encontrar, extraviados, o boi ou jumento do seu adversário, leve-os ao dono. Se você encontrar o jumento do seu adversário caído debaixo da carga, não se desvie, mas ajude a erguê-lo”.

Dt 22,1-4: “Se você vê extraviados o boi ou a ovelha de seu irmão, não fique indiferente a eles: devolva-os a seu irmão. Se seu irmão não é seu vizinho ou se você não o conhece, recolha na sua propriedade o boi ou a ovelha e guarde-os até que seu irmão os procure. Então você os devolverá. Faça o mesmo com o asno, com o manto e com qualquer objeto perdido por seu irmão e que você tenha encontrado. Não fique indiferente a eles. Se você vê o asno ou o boi do seu irmão caídos no caminho, não fique indiferente: ajude-o a levantar o animal”.

Lv 19,17-18: “Não guarde ódio contra o seu irmão. Repreenda abertamente o seu concidadão, e assim você não carregará o pecado dele. Não seja vingativo, nem guarde rancor contra seus concidadãos. Ame o seu próximo como a si mesmo. Eu sou Javé”.

Nota:68

cf. **Dt 15,7-8:** “Quando no seu meio houver um pobre, mesmo que seja um só de seus irmãos, numa só de suas cidades, na terra que Javé seu Deus dará a você, não endureça o coração, nem feche a mão para esse irmão pobre. Pelo contrário, abra a mão e empreste o que está faltando para ele, na medida que o necessitar”.

Lv 19,11-15: “Ninguém de vocês roube, nem use de falsidade, e não engane ninguém do seu povo. Não jurem falsamente pelo meu nome, porque vocês estariam profanando o nome do seu Deus. Eu sou Javé. Não oprima o seu próximo, nem o explore, e que o salário do operário não fique com você até o dia seguinte. Não amaldiçoe o mudo, nem coloque obstáculos diante do cego: tema o seu Deus. Eu sou Javé. Não cometam injustiças no julgamento. Não seja parcial para favorecer o pobre ou para agradar ao rico: julgue com justiça os seus concidadãos”.

Nota:69

1Cor 11,25: “Do mesmo modo, após a Ceia, tomou também o cálice, dizendo: Este cálice é a Nova Aliança no meu sangue; todas as vezes que vocês beberem dele, façam isso em memória de mim”.

Nota:70

LG 9: “Todo aquele que pratica a justiça é acolhido por Deus (cf. At 10, 35), em qualquer situação, tempo ou lugar. Deus quis entretanto santificar e salvar os homens não como simples pessoas, independentemente dos laços sociais que os unem, mas constituiu um povo para reconhecê-lo na verdade e servi-lo na santidade.

Escolheu então o povo judeu, fez com ele uma aliança e o foi instruindo gradativamente. Manifestou-se-lhe revelando sua vontade através da história e o santificando para si.

Tudo isso, porém, era preparação e prenúncio da nova aliança, perfeita, a ser realizada em Cristo, Revelação plena, que seria selada pelo próprio Verbo de Deus encarnado. “Virão os dias, diz o Senhor, que farei com a

casa de Israel e com a casa de Judá uma nova aliança... Colocarei minha lei em seu peito e a escreverei em seu coração. Serei o Deus deles e eles serão o meu povo... Porque todos, grandes e pequenos, me conhecerão" (Jr 31,31-34).

Foi Cristo quem instituiu essa nova aliança, testamento novo, firmado com seu sangue (cf. 1Cor 11,25), reunindo judeus e pagãos na unidade de um só povo, não segundo a raça, mas segundo o Espírito: o povo de Deus. Os fiéis renascem em Cristo pela palavra de Deus vivo (cf. 1Pd 1,23), que não está sujeita à corrupção como o está a geração humana. Renascem não da carne, mas pela água e pelo Espírito Santo (cf. Jo 3,5-6). Constituem, assim, uma raça eleita, sacerdócio régio, nação santa e povo adquirido (...) que antes não era povo, mas se tornou povo de Deus (1Pd 2,9-10).

Cristo é a cabeça desse povo messiânico. "Foi entregue à morte pelos nossos pecados, mas ressuscitou, para nos tornar justos (cf. Rm 4,25). Seu nome reina agora gloriosamente no céu, acima de todo nome. A condição desse povo messiânico é a da dignidade e da liberdade dos filhos de Deus, em cujo coração habita, como num templo, o Espírito Santo. Sua lei é o mandamento novo: amar assim como Cristo nos amou (cf. Jo 13,34). Seu objetivo, o reino de Deus iniciado na terra pelo próprio Deus e destinado a crescer até o fim dos séculos. Deus então o consumará com a vinda de Cristo, nossa vida (cf. Cl 3,4) e a "libertação da criatura da escravidão da corrupção, para participar da liberdade e da glória dos filhos de Deus" (Rm 8,21)".

Nota:71

1Cor 7,31: "os que tiram partido deste mundo, como se não desfrutassem. Porque a aparência deste mundo é passageira".

Nota:72

1Cor 15,28: "E quando todas as coisas lhe tiverem sido submetidas, então o próprio Filho se submeterá àquele que tudo lhe submeteu, para que Deus seja tudo em todos".

Nota:73

Mt 25,31-46: "Quando o Filho do Homem vier na sua glória, acompanhado de todos os anjos, então se assentará em seu trono glorioso. Todos os povos da terra serão reunidos diante dele, e ele separará uns dos outros, assim como o pastor separa as ovelhas dos cabritos. E colocará as ovelhas à sua direita, e os cabritos à sua esquerda. Então o Rei dirá aos que estiverem à sua direita: Venham vocês, que são abençoados por meu Pai. Recebam como herança o Reino que meu Pai lhes preparou desde a criação do mundo. Pois eu estava com fome, e vocês me deram de comer; eu estava com sede, e me deram de beber; eu era estrangeiro, e me receberam em sua casa; eu estava sem roupa, e me vestiram; eu estava doente, e cuidaram de mim; eu estava na prisão, e vocês foram me visitar. Então os justos lhe perguntarão: Senhor, quando foi que te vimos com fome e te demos de comer, com sede e te demos de beber? Quando foi que te vimos como estrangeiro e te recebemos em casa, e sem roupa e te vestimos? Quando foi que te vimos doente ou preso, e fomos te visitar? Então o Rei lhes responderá: Eu garanto a vocês: todas as vezes que vocês fizeram isso a um dos menores de meus irmãos, foi a mim que o fizeram.

Depois o Rei dirá aos que estiverem à sua esquerda: Afastem-se de mim malditos. Vão para o fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos. Porque, eu estava com fome, e vocês não me deram de comer; eu estava com sede, e não me deram de beber; eu era estrangeiro, e vocês não me receberam em casa; eu estava sem roupa, e não me vestiram; eu estava doente e na prisão, e vocês não me foram visitar. Também estes responderão: Senhor, quando foi que te vimos com fome, ou com sede, como estrangeiro, ou sem roupa, doente ou preso, e não te servimos? Então o Rei responderá a esses: Eu garanto a vocês: todas as vezes que vocês não fizeram isso a um desses pequeninos, foi a mim que não o fizeram. Portanto, estes irão para o castigo eterno, enquanto os justos irão para a vida eterna".

Nota:74

Rm 4,18: "Esperando contra toda esperança, Abraão acreditou e tornou-se o pai de muitas nações, conforme foi dito a ele: Assim será a sua descendência".

Nota:75

Lc 4,18-19: "O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos, e para proclamar um ano de graça do Senhor".

Nota:76

cf., por exemplo, **LG 32b:** Não há, pois, em Cristo e na Igreja, nenhuma desigualdade em vista de raça ou nação, condição social ou sexo, por quanto não há judeu ou grego, não há servo ou livre, não há varão ou mulher, porque todos vós sois um em Cristo Jesus (Gl 3,28 grego; cf. Cl 3,11) ... E ainda que alguns por vontade de Cristo sejam constituídos mestres, dispensadores dos mistérios e pastores em benefício dos demais, reina, contudo, entre todos verdadeira igualdade quanto à dignidade e à ação comum a todos os fiéis na edificação do Corpo de Cristo....

LG 32b: "O povo de Deus é uno: um só Senhor, uma só fé, um só batismo (Ef 4, 5). A dignidade dos membros é a mesma, em virtude da regeneração em Cristo. A graça filial e a vocação à perfeição são também as mesmas. Uma a salvação, uma a esperança, uma e indivisível a caridade. Não há, portanto, em Cristo e não deve haver na Igreja nenhuma diferença de raça ou nação, de condição social ou de sexo, não há mais diferença entre judeu e grego, entre escravo e homem livre, entre homem e mulher, pois todos vocês são um só em Cristo Jesus (Gl 3, 28; cf. Cl 3, 11)".

Gl 3,28: "Não há mais diferença entre judeu e grego, entre escravo e homem livre, entre homem e mulher, pois todos vocês são um só em Jesus Cristo".

Cl 3,11: "E aí já não há grego nem judeu, circunciso ou incircunciso, estrangeiro ou bárbaro, escravo ou livre, mas apenas Cristo, que é tudo em todos".

Nota:77

Ef 4,5: "há um só Senhor, uma só fé, um só batismo".

Nota:78

cf. LG 32, que cita Gl 3,28; cf. Cl 3,11.

LG 32: "A santa Igreja foi instituída por Deus com uma grande variedade de categorias e funções. Num só corpo há muitos membros e esses membros não têm todos a mesma função. O mesmo acontece conosco,

embora sendo muitos, formamos um só corpo em Cristo, e, cada um por sua vez, é membro dos outros (Rm 12, 4).

O povo de Deus é uno: um só Senhor, uma fé, um só batismo (Ef 4, 5). A dignidade dos membros é a mesma, em virtude da regeneração em Cristo. A graça filial e a vocação à perfeição são também as mesmas. Uma a salvação, uma a esperança, uma e indivisível a caridade. Não há, portanto, em Cristo e não deve haver na Igreja nenhuma diferença de raça ou nação, de condição social ou de sexo, não há mais diferença entre judeu e grego, entre escravo e homem livre, entre homem e mulher, pois todos vocês são um só em Cristo Jesus (Gl 3, 28; cf. Cl 3, 11).

Na Igreja, embora nem todos sigam pelo mesmo caminho, são todos chamados à santidade e herdeiros da mesma fé, segundo a justiça de Deus (cf. 2Pd 1, 1). Todos são iguais em dignidade. A ação de todos os fiéis em vista da edificação do corpo de Cristo é comum a todos. No entanto, em benefício do conjunto, o próprio Cristo constitui alguns como doutores, pastores e dispensadores dos mistérios de Deus. A distinção estabelecida pelo Senhor entre os ministros sagrados e os outros membros do povo de Deus exige a união, pois vincula uns aos outros, pastores e fiéis. Os pastores devem se colocar a serviço uns dos outros e dos fiéis, à imitação do Senhor. Os fiéis, por sua vez, devem colaborar alegremente com os pastores e doutores. Na própria diversidade, todos dão testemunho da admirável unidade do corpo de Cristo. A variedade das graças, dos ministérios e das atividades congrega os filhos de Deus na unidade, pois é sempre o mesmo e único Espírito que tudo opera (1Cor 12, 11).

Cristo, Senhor de todas as coisas, veio para servir e não para ser servido (cf. Mt 20, 28). Os leigos o têm pois como irmão, graças à misericórdia divina. São também irmãos dos que estão encarregados do ministério sagrado. É pela autoridade de Cristo que apascentam a família de Deus, ensinando, santificando e dirigindo-a, para que seja cumprido por todos o novo mandamento da caridade. Agostinho o diz com rara felicidade: Assusta-me ser de vocês, consola-me estar com vocês. Sou de vocês como bispo, estou com vocês como cristão. Bispo é nome de função; cristão, o nome da graça. Um representa perigo, o outro, salvação”.

Gl 3,28: “Não há mais diferença entre judeu e grego, entre escravo e homem livre, entre homem e mulher, pois todos vocês são um só em Jesus Cristo”.

Cl 3,11: “E aí já não há grego nem judeu, circunciso ou incircunciso, estrangeiro ou bárbaro, escravo ou livre, mas apenas Cristo, que é tudo em todos”.

Nota:79

cf. **LG 12a:** “O povo santo de Deus participa da função profética de Cristo. Dá o testemunho vivo de Cristo, especialmente pela vida de fé e de amor, e oferece a Deus a hóstia de louvor como fruto dos lábios que exaltam o seu nome (cf. Hb 13, 15). O conjunto dos fiéis unidos pelo Espírito Santo (cf. 1Jo 2, 20.27) não pode errar na fé. Esta sua propriedade peculiar se manifesta pelo senso sobrenatural da fé, comum a todo o povo, desde os bispos até o último fiel leigo, demonstrado no acolhimento universal a tudo o que diz respeito à fé e aos costumes. O senso da fé é despertado e sustentado pelo Espírito de verdade. Graças a este senso, o povo de Deus, seguindo fielmente o magistério sagrado, não obedece a uma palavra humana, mas à palavra de Deus (cf. 1Ts 2, 13) transmitida aos fiéis de uma vez por todas (Jd 3). A ela adere firmemente, entende-a em profundidade e a aplica melhor à própria vida”.

Hb 13,15: “Portanto, ofereçamos continuamente, por meio de Jesus, um sacrifício de louvor a Deus, isto é, o fruto de lábios que confessam o seu nome”.

Nota:80

1Jo 2,20.27: “Vocês, porém, receberam a unção que vem do Santo, de modo que todos vocês possuem a sabedoria. Vocês receberam de Jesus a unção que permanece em vocês, e já não têm necessidade que alguém os ensine; pelo contrário, como a unção dele, que é verdadeira e não mentirosa, lhes ensina tudo aquilo que Jesus lhes tinha ensinado, permaneçam com ele”.

Nota:81

1Ts 2,13: “O motivo do nosso contínuo agradecimento a Deus é este: quando ouviram a Palavra de Deus que anunciamos, vocês a acolheram não como palavra humana, mas como ela realmente é, como Palavra de Deus, que age com eficácia em vocês que acreditam”.

Nota:82

Jd 3: “Amados, tendo um grande desejo de escrever-lhes a respeito da nossa salvação comum, fui obrigado a fazê-lo, a fim de encorajá-los a lutar pela fé que foi transmitida aos fiéis de uma vez por todas”.

Nota:83

LG 12a: “O povo santo de Deus participa da função profética de Cristo. Dá o testemunho vivo de Cristo, especialmente pela vida de fé e de amor, e oferece a Deus a hóstia de louvor como fruto dos lábios que exaltam o seu nome (cf. Hb 13, 15). O conjunto dos fiéis unidos pelo Espírito Santo (cf. 1Jo 2, 20.27) não pode errar na fé. Esta sua propriedade peculiar se manifesta pelo senso sobrenatural da fé, comum a todo o povo, desde os bispos até o último fiel leigo, demonstrado no acolhimento universal a tudo o que diz respeito à fé e aos costumes. O senso da fé é despertado e sustentado pelo Espírito de verdade. Graças a este senso, o povo de Deus, seguindo fielmente o magistério sagrado, não obedece a uma palavra humana, mas à palavra de Deus (cf. 1Ts 2, 13) transmitida aos fiéis de uma vez por todas (Jd 3). A ela adere firmemente, entende-a em profundidade e a aplica melhor à própria vida”.

Nota:84

cf. **1Pd 2,9:** “Vocês, porém, são raça eleita, sacerdócio régio, nação santa, povo adquirido por Deus, para proclamar as obras maravilhosas daquele que chamou vocês das trevas para a sua luz maravilhosa”.

1Pd 3,15: “Ao contrário, reconheçam de coração o Cristo como Senhor, estando sempre prontos a dar a razão de sua esperança a todo aquele que a pede a vocês”.

Mt 10,27: “O que digo a vocês na escuridão, repitam à luz do dia, e o que vocês escutam em segredo, proclamem sobre os telhados”.

Nota:85

Rm 10,8-18: “Mas, afinal, o que diz a Escritura? A palavra está perto de você, em sua boca e em seu coração. Isto é: a palavra da fé que nós pregamos. Pois se você confessa com a sua boca que Jesus é o Senhor, e acredita com seu coração que Deus o ressuscitou dos mortos, você será salvo. É acreditando de coração que se obtém a justiça, e é confessando com a boca que se chega à salvação. De fato, a Escritura diz: Todo aquele

que acredita nele, não será confundido. Não há distinção entre judeu e grego, pois ele é o Senhor de todos, rico para com todos aqueles que o invocam. Porque todo aquele que invoca o nome do Senhor, será salvo.

Ora, como poderão invocar aquele no qual não acreditaram? Como poderão acreditar, se não ouviram falar dele? E como poderão ouvir, se não houver quem o anuncie? Como poderão anunciar se ninguém for enviado? Como diz a Escritura: Como são belos os pés daqueles que anunciam boas notícias! Mas, nem todos obedeceram ao Evangelho. Isaías diz: Senhor, quem acreditou em nossa pregação? A fé depende, portanto, da pregação, e a pregação é o anúncio da palavra de Cristo. Agora, eu pergunto: Será que eles não ouviram? Ao contrário: pela terra inteira correu a voz deles e suas palavras foram até os confins do mundo”.

Nota:86

cf. **Rm 1,6**: “Entre eles, estão também vocês, chamados por Jesus Cristo”.

1Cor 1,24: “Mas, para aqueles que são chamados, tanto judeus como gregos, ele é o Messias, poder de Deus e sabedoria de Deus”.

Hb 9,15: “Desse modo, ele é o mediador de uma nova aliança. Morrendo, nos livrou das faltas cometidas durante a primeira aliança, para que os chamados recebam a herança definitiva que foi prometida”.

Nota:87

1Cor 14,26: “Que fazer, então, irmãos? Quando vocês estão reunidos, cada um pode entoar um canto, dar um ensinamento ou revelação, falar em línguas ou interpretá-las. Mas que tudo seja para edificação!”.

Nota:88

cf. **At 4,31**: “Quando terminaram a oração, estremeceu o lugar em que estavam reunidos. Todos, então, ficaram cheios do Espírito Santo e, com coragem, anunciavam a palavra de Deus”.

At 8,4: “E aqueles que se dispersaram iam de um lugar para outro, anunciando a Palavra”.

At 11,19: “Aqueles que se haviam espalhado por causa da tribulação que se seguiu à morte de Estêvão, chegaram à Fenícia, à ilha de Chipre e à cidade de Antioquia, embora não pregassem a Palavra a ninguém que não fosse judeu”.

Nota:89

cf. **Nm 11,29**: “Moisés, porém, respondeu: “Você está com ciúme por mim? Oxalá todo o povo de Javé fosse profeta e recebesse o espírito de Javé!”.

Ez 36,27: “Colocarei dentro de vocês o meu espírito, para fazer com que vivam de acordo com os meus estatutos e observem e coloquem em prática as minhas normas”.

Jl 3,1-2: “Depois disso, derramarei o meu espírito sobre todos os viventes, e os filhos e filhas de vocês se tornarão profetas; entre vocês, os velhos terão sonhos e os jovens terão visões! Nesses dias, até sobre os escravos e escravas derramarei o meu espírito!”.

Nota:90

cf. **Hb 7,14**: “De fato, sabe-se que nosso Senhor é descendente da tribo de Judá, da qual Moisés não diz nada ao falar de sacerdotes”.

Mt 1,20ss: “Enquanto José pensava nisso, o Anjo do Senhor lhe apareceu em sonho, e disse: José, filho de Davi, não tenha medo de receber Maria como esposa, porque ela concebeu pela ação do Espírito Santo. Ela dará à luz um filho, e você lhe dará o nome de Jesus, pois ele vai salvar o seu povo dos seus pecados”.

Lc 1,27: “Foi a uma virgem, prometida em casamento a um homem chamado José, que era descendente de Davi. E o nome da virgem era Maria”.

Nota:91

cf. **Hb 9,14**: “Muito mais o sangue de Cristo que, com um Espírito eterno, se ofereceu a Deus como vítima sem mancha! Ele purificará das obras da morte a nossa consciência, para que possamos servir ao Deus vivo”.

Hb 10,19-25: “É por causa dessa vontade que nós fomos santificados pela oferta do corpo de Jesus Cristo, realizada uma vez por todas. Irmãos, com toda segurança podemos entrar no santuário, por meio do sangue de Jesus. Ele inaugurou para nós esse caminho novo e vivo, através da cortina, isto é, da sua própria carne. Temos um sacerdote eminente à frente da casa de Deus. Aproximemo-nos, pois, de coração sincero, cheios de fé, com o coração purificado da má consciência e o corpo lavado com água pura. Sem vacilar, mantenhamos a profissão da nossa esperança, pois aquele que fez a promessa é fiel. Tenhamos consideração uns com os outros, para nos estimular no amor e nas boas obras. Não deixemos de frequentar as nossas reuniões, como alguns costumam deixar. Ao contrário, procuremos animar-nos sempre mais, principalmente agora que vocês estão vendo como se aproxima o Dia do Senhor”.

Nota:92

cf. A. **VANHOYE**, *Sacerdotes antiguos, sacerdote nuevo según el Nuevo Testamento*, Salamanca, 1984, 243”.

Nota:93

cf. A. **VANHOYE**, *Sacerdotes antiguos, sacerdote nuevo según el Nuevo Testamento*, Salamanca, 1984, 257-260. Lembre-se, porém, das distinções no interior do povo sacerdotal: Tanto o sacerdócio comum dos fiéis como o sacerdócio ministerial ou hierárquico ordenam-se um ao outro, embora se diferenciem na essência e não apenas em grau, pois ambos participam, cada qual a seu modo, do único sacerdócio de Cristo (cf. LG 10). Entre eles dá-se uma eficaz unidade, porque o Espírito Santo unifica a Igreja na comunhão e no serviço e a provê de diversos dons hierárquicos e carismáticos (cf. LG 4) (*Instrução acerca de algumas questões sobre a colaboração dos fiéis leigos no sagrado ministério dos sacerdotes*, Princípios teológicos, 1). cf. também CIC 1141-1142.

LG 4: “Depois que o Filho terminou a obra que o Pai lhe confiara (cf. Jo 17, 4), o Espírito Santo foi enviado, no dia de Pentecostes, como fonte perene de santificação da Igreja, dando assim, aos que crêem em Cristo, acesso ao Pai (cf. Ef 2, 18). É o Espírito da vida, fonte que jorra para a vida eterna (cf. Jo 4, 14; 7, 38-39), pois por ele o Pai dá vida aos homens mortos pelo pecado e, em Cristo, ressuscitará seus corpos mortais (cf. Rm 8, 10-11).

O Espírito habita na Igreja e no coração dos fiéis como num templo (cf. 1Cor 3, 16; 6, 19), em que ora e dá testemunho de que são filhos adotivos (cf. Gl 4, 6; Rm 8, 15-16 e 26). Leva a Igreja à verdade plena (cf. Jo 16, 13) e a unifica na comunhão e no ministério. Com os diversos dons hierárquicos e carismáticos, a instrui, dirige e enriquece com seus frutos (cf. Ef 4, 11-12; 1Cor 12, 4; Gl 5, 22). Rejuvenesce a Igreja com a força do Evangelho, renova-a continuamente e a conduz à união consumada com seu esposo Por isso o Espírito e a esposa dizem ao Senhor Jesus: Vem (cf. Ap 22, 17).

A Igreja é pois o povo unido pela unidade mesma do Pai, do Filho e do Espírito Santo”.

LG 10: “O Cristo Senhor, constituído pontífice dentre os homens (cf. Hb 5, 1-5) fez do novo povo um reino de sacerdotes para Deus, seu Pai (Ap 1, 6; cf. 5, 9-10). Os batizados são consagrados pela regeneração e pela unção do Espírito Santo. Todas as ações dos cristãos são como hóstias oferecidas: proclamam a força daquele que nos libertou das trevas para vivermos na sua luz admirável (cf. 1Pd 2, 4-10). Sendo assim, todos os discípulos de Cristo se oferecem como hóstia viva, santa e agradável a Deus (cf. At 2, 42-47), testemunham Cristo em toda parte e a todos que procuram dão a razão de sua esperança na vida eterna (cf. 1Pd 3, 15).

Há uma diferença de essência e não apenas de grau entre o sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico. Contudo, ambos participam a seu modo do mesmo sacerdócio de Cristo e mantêm, por isso, estreita relação entre si. O sacerdócio ministerial, em virtude do poder sagrado que o caracteriza, visa à formação e governo do povo sacerdotal, realiza o sacrifício eucarístico em nome de Cristo e o oferece, em nome do povo. Os fiéis por sua vez, em virtude de seu sacerdócio régio, tomam parte na oblação eucarística. Exercem contudo seu sacerdócio na recepção dos sacramentos, na oração e na ação de graças, no testemunho da vida santa, na abnegação e na prática da caridade”.

cf. também *Instrução acerca de algumas questões sobre a colaboração dos fiéis leigos no sagrado ministério dos sacerdotes*, Princípios teológicos, 1: “**O sacerdócio comum e o sacerdócio ministerial** - Cristo Jesus, Sumo e Eterno Sacerdote, quis que a sua Igreja fosse participante do seu único e indivisível sacerdócio. Ela é o povo da Nova Aliança, no qual “pela regeneração e unção do Espírito Santo, os batizados são consagrados para formar um templo espiritual e um sacerdócio santo, para oferecer sacrifícios espirituais, mediante todas as suas atividades, e dar a conhecer os prodígios daqueles que das trevas os chamou à sua luz admirável (cf. 1Pd 2,4-10)”. “Um é, pois, o Povo eleito de Deus: um só Senhor, uma só fé, um só batismo (Ef 4,5). Comum a dignidade dos membros pela regeneração em Cristo. Comum a graça de filhos. Comum a vocação à perfeição.”. Existindo entre todos “verdadeira igualdade quanto à dignidade e ação comum a todos os fiéis na edificação do Corpo de Cristo”, alguns são constituídos, por vontade de Cristo, “mestres, dispensadores dos mistérios e pastores em benefício dos demais”. Tanto o sacerdócio comum dos fiéis como o sacerdócio ministerial ou hierárquico “ordenam-se um ao outro, embora se diferenciem na essência e não apenas em grau, pois ambos participam, cada qual a seu modo, do único sacerdócio de Cristo”. Entre eles dá-se uma eficaz unidade, porque o Espírito Santo unifica a Igreja na comunhão e no serviço e a provê de diversos dons hierárquicos e carismáticos.

A diferença essencial entre o sacerdócio comum e o sacerdócio ministerial não está, portanto, no sacerdócio de Cristo que sempre permanece uno e indivisível nem tampouco na santidade à qual todos os fiéis são chamados: “O sacerdócio ministerial, com efeito, não significa, de per si, um maior grau de santidade em relação ao sacerdócio comum dos fiéis; mas através dele é outorgado aos presbíteros, por Cristo no Espírito, um dom particular para que possam ajudar o Povo de Deus a exercer com fidelidade e plenitude o sacerdócio comum que lhe é conferido”. Na edificação da Igreja, Corpo de Cristo, vigora a diversidade de membros e de funções, mas um só é o Espírito, que para a utilidade da Igreja distribui os seus vários dons com magnificência proporcional à sua riqueza e à necessidade dos serviços (1Cor 12,1-11).

A diferença está no *modo* de participação no sacerdócio de Cristo e é essencial no sentido de que “enquanto o sacerdócio comum dos fiéis se realiza no desenvolvimento da graça batismal vida de fé, de esperança e de caridade, vida segundo o Espírito o sacerdócio ministerial está a serviço do sacerdócio comum, refere-se ao desenvolvimento da graça batismal de todos os cristãos”. Por conseguinte, o sacerdócio ministerial “difere essencialmente do sacerdócio comum dos fiéis porque confere um poder sagrado para o serviço dos fiéis”. Para este fim, o sacerdote é exortado a “crescer na consciência da profunda comunhão que o liga ao Povo de Deus”, para “suscitar e desenvolver a co-responsabilidade na comum e única missão de salvação, com a pronta e cordial valorização de todos os carismas e tarefas que o Espírito oferece aos crentes para a edificação da Igreja”.

As características que diferenciam o sacerdócio ministerial dos bispos e dos presbíteros do sacerdócio comum dos fiéis e que conseqüentemente delimitam os limites da colaboração destes no sagrado ministério, podem ser assim sintetizados:

a) o sacerdócio ministerial tem a sua raiz na sucessão apostólica e é dotado de um poder sagrado que consiste na faculdade e na responsabilidade de agir na pessoa de Cristo Cabeça e Pastor;

b) esse sacerdócio torna os ministros sagrados servidores de Cristo e da Igreja, mediante a proclamação autorizada da palavra de Deus, a celebração dos sacramentos e o governo pastoral dos fiéis

Colocar os fundamentos do ministério ordenado na sucessão apostólica, já que esse ministério continua a missão que os Apóstolos receberam de Cristo, é ponto essencial da doutrina eclesiológica católica.

Portanto o ministério ordenado é constituído sobre o fundamento dos Apóstolos para a edificação da Igreja: “ele existe totalmente em função do serviço da mesma Igreja”.

Nota:94

cf. 1Pd 2,5. Veja também o belo texto de Beda o Venerável, *Comentário à Primeira Carta de São Pedro*, cap. 2, em PL 93,50-51, citado no Ofício das Leituras da Segunda-feira da 3ª Semana do Tempo Pascal.

1Pd 2,5: “Do mesmo modo, vocês também, como pedras vivas, vão entrando na construção do templo espiritual, e formando um sacerdócio santo, destinado a oferecer sacrifícios espirituais que Deus aceita por meio de Jesus Cristo”.

Nota:95

Hb 13,15s: “Portanto, ofereçamos continuamente, por meio de Jesus, um sacrifício de louvor a Deus, isto é, o fruto de lábios que confessam o seu nome. Não se esqueçam de ser generosos, e saibam repartir com os outros, porque tais são os sacrifícios que agradam a Deus”.

Nota:96

Rm 12,1: “Irmãos, pela misericórdia de Deus, peço que vocês ofereçam os próprios corpos como sacrifício vivo, santo e agradável a Deus. Esse é o culto autêntico de vocês”.

Nota:97

cf. A. VANHOYE, *Sacerdotes antiguos, sacerdote nuevo según el Nuevo Testamento*, Salamanca, 1984, 243.

Nota:98

Catecismo do Concílio de Trento, Segunda Parte, Capítulo VII, 23.

Nota:99

cf. A. VANHOYE, *Sacerdotes antiguos, sacerdote nuevo según el Nuevo Testamento*, Salamanca, 1984, 320.

Nota:100

RMi 12-20: "12. Deus, rico em misericórdia, é aquele que Jesus Cristo nos revelou como Pai. Foi seu próprio Filho quem, em si mesmo, no-lo manifestou e deu a conhecer. Isto eu escrevi, no início da Encíclica *Dives in Misericórdia*, mostrando como Cristo é a revelação e a encarnação da misericórdia do Pai. A salvação consiste em crer e acolher o mistério do Pai e de seu amor, que se manifesta e oferece em Jesus, por meio do Espírito. Assim se cumpre o Reino de Deus, preparado já no Antigo Testamento, realizado por Cristo e em Cristo, anunciado a todos os povos pela Igreja que atua e reza para que ele se realize, de modo perfeito e definitivo.

Na verdade, o Antigo Testamento atesta que Deus escolheu para si e formou um povo, para revelar e cumprir seu plano de amor. Mas, ao mesmo tempo, Deus é criador e Pai de todos os homens, atende às necessidades de cada um, estende sua bênção a todos (cf. Gn 12,3) e com todos selou uma aliança (cf. Gn 9,1-17). Israel faz a experiência de um Deus pessoal e salvador (cf. Dt 4,37; 7,6-8; Is 43,1-7), do qual se torna testemunha e porta-voz, no meio das nações. Ao longo de sua história Israel toma consciência de que sua eleição tem um significado universal (cf. por ex.: Is 2,2-5; 25,6-8; 60,1-6; Jr 3,17; 16,19).

13. Jesus de Nazaré levou o plano de Deus ao seu pleno cumprimento. Depois de ter recebido o Espírito Santo no batismo, ele manifesta sua vocação messiânica nestes moldes: percorre a Galiléia, pregando a Boa Nova de Deus: Completou-se o tempo, o Reino de Deus está perto! Arrependei-vos, e acreditai na Boa Nova (Mc 1,14-15; cf. Mt 4,17; Lc 4,43). A proclamação e a instauração do Reino de Deus são o objetivo de sua missão: pois foi para isso que fui enviado (Lc 4,43). Mais ainda: o próprio Jesus é a Boa Nova, como afirma, logo no início da missão, na sinagoga de sua terra natal, aplicando a si próprio as palavras de Isaías, sobre o Ungido, enviado pelo Espírito do Senhor (cf. Lc 4,14-21). Sendo ele a Boa Nova, então em Cristo há identidade entre mensagem e mensageiro, entre o dizer, o fazer e o ser. A força e o segredo da eficácia de sua ação está na total identificação com a mensagem que anuncia: proclama a Boa Nova não só por aquilo que diz ou faz, mas também pelo que é.

O ministério de Jesus é descrito no contexto das viagens em sua terra. O horizonte da missão, antes da Páscoa, concentra-se em Israel; no entanto, Jesus oferece um novo elemento de importância capital. A realidade escatológica não fica adiada para um remoto fim do mundo, mas está próxima e começa já a cumprir-se. O Reino de Deus aproxima-se (cf. Mc 1,15), roga-se que venha (Mt 6,10), a fé já o descobre operante nos sinais, isto é, nos milagres (cf. Mt 11,4-5), nos exorcismos (cf. Mt 12,25-28), na escolha dos Doze (cf. Mc 3,13-19), no anúncio da Boa Nova aos pobres (cf. Lc 4,18). Nos encontros de Jesus com os pagãos, fica claro que o acesso ao Reino se faz pela fé e conversão (cf. Mc 1,15), e não por mera proveniência étnica.

O Reino, inaugurado por Jesus, é o Reino de Deus: o próprio Jesus revela quem é este Deus, para o qual usa a expressão familiar Abba, Pai (Mc 14,36). Deus, revelado especialmente nas parábolas (cf. Lc 15,3-32; Mt 20,1-16), é sensível às necessidades e aos sofrimentos do homem: um pai cheio de amor e compaixão, que perdoa e dá gratuitamente os benefícios que lhe pedem.

São João diz-nos que Deus é amor (1Jo 4,8.16). Todo o homem, por isso, é convidado a converter-se e a crer no amor misericordioso de Deus por ele: o Reino crescerá na medida em que cada homem aprender a dirigir-se a Deus, na intimidade da oração, como a um Pai (cf. Lc 11,2; Mt 23,9), e se esforçar por cumprir sua vontade (cf. Mt 7,21).

14. Jesus revela progressivamente as características e as exigências do Reino, por meio de suas palavras, suas obras e sua pessoa.

O Reino de Deus destina-se a todos os homens, pois todos foram chamados a pertencer-lhe. Para sublinhar este aspecto, Jesus aproximou-se sobretudo daqueles que eram marginalizados pela sociedade, dando-lhes preferência, ao anunciar a Boa Nova. No início do seu ministério, proclama: fui enviado a anunciar a Boa Nova aos pobres (cf. Lc 4,18). Às vítimas da rejeição e do desprezo, declara: bem-aventurados vós, os pobres (Lc 6,20), fazendo-lhes, inclusive, sentir e viver, já, uma experiência de libertação, estando com eles, partilhando a mesma mesa (cf. Lc 5,30; 15,2), tratando-os como iguais e amigos (cf. Lc 7,34), procurando que se sentissem amados por Deus, e revelando, deste modo, imensa ternura pelos necessitados e pecadores (cf. Lc 15,1-32).

A libertação e a salvação, oferecidas pelo Reino de Deus, atingem a pessoa humana tanto em suas dimensões físicas como espirituais. Dois gestos caracterizam a missão de Jesus: curar e perdoar. As múltiplas curas provam sua grande compaixão diante das misérias humanas; mas significam, também, que, no Reino de Deus, não haverá doenças nem sofrimentos, e que sua missão, desde o início, visa libertar as pessoas desses males. Na perspectiva de Jesus, as curas são também sinal da salvação espiritual, isto é, da libertação do pecado. Realizando gestos de cura, Jesus convida à fé, à conversão, ao desejo do perdão (cf. Lc 5,24). Recebida a fé, a cura impele a ir mais longe: introduz na salvação (cf. Lc 18,42-43). Os gestos de libertação da possessão do demônio, mal supremo e símbolo do pecado e da rebelião contra Deus, são sinais de que o Reino de Deus chegou até vós (Mt 12,28).

15. O Reino pretende transformar as relações entre os homens, e realiza-se, progressivamente, à medida que estes aprendem a amar, perdoar, a ajudar-se mutuamente. Jesus retoma toda a Lei, centrando-a no mandamento do amor (cf. Mt 22,34-40; Lc 10,25-28). Antes de deixar os seus, dá-lhes um mandamento novo: amai-vos uns aos outros como eu vos amei (Jo 13,34; cf. 15,12). O amor com que Jesus amou o mundo tem sua expressão suprema, no dom de sua vida pelos homens (cf. Jo 15,13), que manifesta o amor que o Pai tem pelo mundo (cf. Jo 3,16). Por isso, a natureza do Reino é a comunhão de todos os seres humanos entre si e com Deus.

O Reino diz respeito a todos: às pessoas, à sociedade, ao mundo inteiro. Trabalhar pelo Reino significa reconhecer e favorecer o dinamismo divino, que está presente na história humana e a transforma. Construir o Reino quer dizer trabalhar para a libertação do mal, sob todas as suas formas. Em resumo, o Reino de Deus é a manifestação e a atuação de seu desígnio de salvação, em toda a sua plenitude.

16. Ao ressuscitar Jesus dos mortos, Deus venceu a morte, e nele inaugurou, definitivamente, o seu Reino. Durante a vida terrena, Jesus é o profeta do Reino e, depois de sua paixão, ressurreição e ascensão aos céus, participa do poder de Deus, e de seu domínio sobre o mundo (cf. Mt 28,18; At 2,36; Ef 1,18-21). A ressurreição confere, à mensagem de Cristo e a toda a sua ação e missão, um alcance universal. Os discípulos constatam que o Reino já está presente na pessoa de Jesus, e pouco a pouco vai se instaurando, no homem e

no mundo, por uma misteriosa ligação com a sua pessoa. Assim, depois da ressurreição, eles pregam o Reino, anunciando a morte e a ressurreição de Jesus. Filipe, na Samaria, anunciava a Boa Nova do Reino de Deus e do nome de Jesus Cristo (At 8,12). Paulo, em Roma, anunciava o Reino de Deus e ensinava o que diz respeito ao Senhor Jesus Cristo (At 28,31). Também os primeiros cristãos anunciam o Reino de Cristo e de Deus (Ef 5,5; cf. Ap 11,15; 12,10), ou então, o Reino eterno de Nosso Senhor e Salvador, Jesus Cristo (2Pd 1,11). Sobre o anúncio de Jesus Cristo, com o qual o Reino se identifica, se concentra a pregação da Igreja primitiva. Como outrora, é preciso unir, hoje, o anúncio do Reino de Deus (o conteúdo do kerigma de Jesus) e a proclamação da vinda de Jesus Cristo (o kerigma dos apóstolos). Os dois anúncios completam-se e iluminam-se mutuamente.

17. Hoje, fala-se muito do Reino, mas nem sempre em consonância com o sentir da Igreja. De fato, existem concepções de salvação e missão que podem ser chamadas antropocêntricas, no sentido redutivo da palavra, por se concentrarem nas necessidades terrenas do homem. Nesta perspectiva, o Reino passa a ser uma realidade totalmente humanizada e secularizada, onde o que conta são os programas e as lutas para a libertação sócio-econômica, política e cultural, mas sempre num horizonte fechado ao transcendente. Sem negar que, neste nível, também existem valores a promover, todavia estas concepções permanecem nos limites de um reino do homem, truncado em suas mais autênticas e profundas dimensões, espelhando-se facilmente numa das ideologias de progresso puramente terreno. O Reino de Deus, pelo contrário, não é deste mundo (...), não é daqui debaixo (Jo 18,36).

Existem, também, concepções que propositadamente colocam o acento no Reino, autodenominando-se de reino-cêntricas, pretendendo, com isso, fazer ressaltar a imagem de uma Igreja que não pensa em si, mas dedica-se totalmente a testemunhar e servir o Reino. É uma Igreja para os outros dizem como Cristo é o homem para os outros. A tarefa da Igreja é orientada num duplo sentido: por um lado, promover os denominados valores do Reino, como: a paz, a justiça, a liberdade, a fraternidade; por outro, favorecer o diálogo entre os povos, as culturas, as religiões, para que, num mútuo enriquecimento, ajudem o mundo a renovar-se e a caminhar cada vez mais na direção do Reino.

Ao lado de aspectos positivos, essas concepções revelam, freqüentemente, outros negativos. Antes de mais nada, silenciam o que se refere a Cristo: o Reino, de que falam, baseia-se num teocentrismo, porque como dizem Cristo não pode ser entendido por quem não possui a fé nele, enquanto que povos, culturas e religiões se podem encontrar na mesma e única realidade divina, qualquer que seja o seu nome. Pela mesma razão, realçam o mistério da criação, que se reflete na variedade de culturas e crenças, mas omitem o mistério da redenção. Mais ainda, o Reino, tal como o entendem eles, acaba por marginalizar ou desvalorizar a Igreja, como reação a um suposto eclesiocentrismo do passado, por considerarem a Igreja apenas um sinal, aliás passível de ambigüidade.

18. Ora, este não é o Reino de Deus, que conhecemos pela Revelação: ele não pode ser separado de Cristo nem da Igreja.

Como já se disse, Cristo não só anunciou o Reino, mas, nele, o próprio Reino tornou-se presente e realizou-se plenamente. E não apenas por meio de suas palavras e obras: o Reino manifesta-se principalmente na própria pessoa de Cristo, Filho de Deus e Filho do Homem, que veio para servir e dar sua vida em resgate por muitos (Mc 10,45). O Reino de Deus não é um conceito, uma doutrina, um programa sujeito a livre elaboração, mas é, acima de tudo, uma Pessoa que tem o nome e o rosto de Jesus de Nazaré, imagem do Deus invisível. Se separarmos o Reino, de Jesus, ficaremos sem o Reino de Deus por ele pregado, acabando por se distorcer quer o sentido do Reino, que corre o risco de se transformar numa meta puramente humana ou ideológica, quer a identidade de Cristo, que deixa de aparecer como o Senhor, a quem tudo deve submeter-se (cf. 1Cor 15,27).

Do mesmo modo, não podemos separar o Reino, da Igreja. É certo que esta não é fim em si mesma, uma vez que se ordena ao Reino de Deus, do qual é princípio, sinal e instrumento. Mesmo sendo distinta de Cristo e do Reino, a Igreja, todavia, está unida indissolivelmente a ambos. Cristo dotou a Igreja, seu Corpo, da plenitude de bens e de meios da salvação; o Espírito Santo reside nela, dá-lhe a vida com os seus dons e carismas, santifica-a, guia-a e a renova continuamente. Nasce, daí, uma relação única e singular que, mesmo sem excluir a obra de Cristo e do Espírito fora dos confins visíveis da Igreja, confere a esta um papel específico e necessário. Disto provém a ligação especial da Igreja com o Reino de Deus e de Cristo, que ela tem a missão de anunciar e estabelecer em todos os povos.

19. Nesta visão de conjunto é que se compreende a realidade do Reino. É verdade que ele exige a promoção dos bens humanos e dos valores que podem mesmo ser chamados evangélicos, porque intimamente ligados à Boa Nova. Mas essa promoção, que a Igreja também toma a peito realizar, não deve ser separada nem contraposta às outras suas tarefas fundamentais, como são o anúncio de Cristo e seu Evangelho, a fundação e desenvolvimento de comunidades que atuem entre os homens a imagem viva do Reino. Isto não nos deve fazer rezear que se possa cair numa forma de eclesiocentrismo. Paulo VI, que afirmou existir uma profunda ligação entre Cristo, a Igreja e a evangelização, disse, também, que a Igreja não é fim em si mesma, pelo contrário, deseja intensamente ser toda de Cristo, em Cristo e para Cristo, e toda dos homens, entre os homens e para os homens.

20. A Igreja está efetiva e concretamente ao serviço do Reino. Em primeiro lugar, serve-o com o anúncio que chame à conversão: este é o primeiro e fundamental serviço à vinda do Reino para cada pessoa e para a sociedade humana. A salvação escatológica começa já agora, na novidade de vida em Cristo: a todos os que o receberam, aos que crêem nele, deu o poder de se tornarem filhos de Deus (Jo 1,12).

A Igreja serve, ainda, o Reino, fundando comunidades, constituindo Igrejas particulares, levando-as ao amadurecimento da fé e da caridade, na abertura aos outros, no serviço à pessoa e à sociedade, na compreensão e estima das instituições humanas.

A Igreja, além disso, serve o Reino, difundindo pelo mundo os valores evangélicos, que são a expressão do Reino, e ajudam os homens a acolher o designio de Deus. É verdade que a realidade incipiente do Reino pode encontrar-se também fora dos confins da Igreja, em toda a humanidade, na medida em que ela viva os valores evangélicos e se abra à ação do Espírito que sopra onde e como quer (cf. Jo 3,8); mas é preciso acrescentar, logo a seguir, que esta dimensão temporal do Reino está incompleta, enquanto não se ordenar ao Reino de Cristo, presente na Igreja, em constante tensão para a plenitude escatológica.

As múltiplas perspectivas do Reino de Deus não enfraquecem os fundamentos e as finalidades missionárias; pelo contrário, fortificam-nas e as expandem. A Igreja é sacramento de salvação para toda a humanidade; sua

ação não se limita àqueles que aceitam sua mensagem. Ela é força atuante no caminho da humanidade rumo ao Reino escatológico; é sinal e promotora dos valores evangélicos entre os homens. Neste itinerário de conversão ao projeto de Deus, a Igreja contribui com o seu testemunho e atividade, expressa no diálogo, na promoção humana, no compromisso pela paz e pela justiça, na educação, no cuidado dos doentes, na assistência aos pobres e mais pequenos, mantendo sempre firme a prioridade das realidades transcendentais e espirituais, premissas da salvação escatológica.

A Igreja serve o Reino também com sua intercessão, uma vez que ele, por sua natureza, é dom e obra de Deus, como lembram as parábolas evangélicas e a própria oração que Jesus nos ensinou. Devemos suplicá-lo, para que seja acolhido e cresça em nós; mas devemos, simultaneamente, cooperar a fim de que seja aceito e se consolide entre os homens, até Cristo entregar o Reino a Deus Pai, altura essa em que Deus será tudo em todos (1Cor 15,24.28)".

Nota:101

cf. **Mc 1,14-15**: "Depois que João Batista foi preso, Jesus voltou para a Galiléia, pregando a Boa Notícia de Deus: O tempo já se cumpriu, e o Reino de Deus está próximo. Convertam-se e acreditem na Boa Notícia".

Mt 4,17: "Daí em diante, Jesus começou a pregar, dizendo: Convertam-se, porque o Reino do Céu está próximo".

Lc 4,43: "Mas Jesus disse: Devo anunciar a Boa Notícia do Reino de Deus também para as outras cidades, porque para isso é que fui enviado".

Nota:102

cf. **RMi 13**: "Jesus de Nazaré levou o plano de Deus ao seu pleno cumprimento. Depois de ter recebido o Espírito Santo no batismo, ele manifesta sua vocação messiânica nestes moldes: percorre a Galiléia, pregando a Boa Nova de Deus: Completou-se o tempo, o Reino de Deus está perto! Arrependei-vos, e acreditai na Boa Nova (Mc 1,14-15; cf. Mt 4,17; Lc 4,43). A proclamação e a instauração do Reino de Deus são o objetivo de sua missão: pois foi para isso que fui enviado (Lc 4,43). Mais ainda: o próprio Jesus é a Boa Nova, como afirma, logo no início da missão, na sinagoga de sua terra natal, aplicando a si próprio as palavras de Isaías, sobre o Ungido, enviado pelo Espírito do Senhor (cf. Lc 4,14-21). Sendo ele a Boa Nova, então em Cristo há identidade entre mensagem e mensageiro, entre o dizer, o fazer e o ser. A força e o segredo da eficácia de sua ação está na total identificação com a mensagem que anuncia: proclama a Boa Nova não só por aquilo que diz ou faz, mas também pelo que é.

O ministério de Jesus é descrito no contexto das viagens em sua terra. O horizonte da missão, antes da Páscoa, concentra-se em Israel; no entanto, Jesus oferece um novo elemento de importância capital. A realidade escatológica não fica adiada para um remoto fim do mundo, mas está próxima e começa já a cumprir-se. O Reino de Deus aproxima-se (cf. Mc 1,15), roga-se que venha (Mt 6,10), a fé já o descobre operante nos sinais, isto é, nos milagres (cf. Mt 11,4-5), nos exorcismos (cf. Mt 12,25-28), na escolha dos Doze (cf. Mc 3,13-19), no anúncio da Boa Nova aos pobres (cf. Lc 4,18). Nos encontros de Jesus com os pagãos, fica claro que o acesso ao Reino se faz pela fé e conversão (cf. Mc 1,15), e não por mera proveniência étnica.

O Reino, inaugurado por Jesus, é o Reino de Deus: o próprio Jesus revela quem é este Deus, para o qual usa a expressão familiar Abba, Pai (Mc 14,36). Deus, revelado especialmente nas parábolas (cf. Lc 15,3-32; Mt 20,1-16), é sensível às necessidades e aos sofrimentos do homem: um pai cheio de amor e compaixão, que perdoa e dá gratuitamente os benefícios que lhe pedem.

São João diz-nos que Deus é amor (1Jo 4,8.16). Todo o homem, por isso, é convidado a converter-se e a crer no amor misericordioso de Deus por ele: o Reino crescerá na medida em que cada homem aprender a dirigir-se a Deus, na intimidade da oração, como a um Pai (cf. Lc 11,2; Mt 23,9), e se esforçar por cumprir sua vontade (cf. Mt 7,21)".

Lc 4,43: "Mas Jesus disse: Devo anunciar a Boa Notícia do Reino de Deus também para as outras cidades, porque para isso é que fui enviado".

Nota:103

cf. **Mc 1,15**: "O tempo já se cumpriu, e o Reino de Deus está próximo. Convertam-se e acreditem na Boa Notícia".

Mt 4,17: "Daí em diante, Jesus começou a pregar, dizendo: Convertam-se, porque o Reino do Céu está próximo".

Mt 10,7: "Vão e anunciem: O Reino do Céu está próximo".

Mt 21,1.34: "Jesus e seus discípulos se aproximaram de Jerusalém, e chegaram a Betfagé, perto do monte das Oliveiras. Então Jesus enviou dois discípulos (...) Quando chegou o tempo da colheita, o proprietário mandou seus empregados aos agricultores para receber os frutos".

Mt 26,45-46: "Então voltou para junto dos discípulos, e disse: Agora vocês podem dormir e descansar. Olhem, a hora está chegando. Vejam: o Filho do Homem vai ser entregue ao poder dos pecadores. Levantem-se! Vamos! Aquele que vai me trair já está chegando".

Nota:104

cf. **Mt 12,28**: "Mas se é através do Espírito de Deus que eu expulso os demônios, então o Reino de Deus chegou para vocês".

Lc 10,18: "Jesus respondeu: Eu vi Satanás cair do céu como um relâmpago".

Lc 11,20: "Mas, se é pelo dedo de Deus que eu expulso os demônios, então o Reino de Deus chegou para vocês".

Nota:105

RMi 13: "Jesus de Nazaré levou o plano de Deus ao seu pleno cumprimento. Depois de ter recebido o Espírito Santo no batismo, ele manifesta sua vocação messiânica nestes moldes: percorre a Galiléia, pregando a Boa Nova de Deus: Completou-se o tempo, o Reino de Deus está perto! Arrependei-vos, e acreditai na Boa Nova (Mc 1,14-15; cf. Mt 4,17; Lc 4,43). A proclamação e a instauração do Reino de Deus são o objetivo de sua missão: pois foi para isso que fui enviado (Lc 4,43). Mais ainda: o próprio Jesus é a Boa Nova, como afirma, logo no início da missão, na sinagoga de sua terra natal, aplicando a si próprio as palavras de Isaías, sobre o Ungido, enviado pelo Espírito do Senhor (cf. Lc 4,14-21). Sendo ele a Boa Nova, então em Cristo há identidade entre mensagem e mensageiro, entre o dizer, o fazer e o ser. A força e o segredo da eficácia de sua ação está

na total identificação com a mensagem que anuncia: proclama a Boa Nova não só por aquilo que diz ou faz, mas também pelo que é.

O ministério de Jesus é descrito no contexto das viagens em sua terra. O horizonte da missão, antes da Páscoa, concentra-se em Israel; no entanto, Jesus oferece um novo elemento de importância capital. A realidade escatológica não fica adiada para um remoto fim do mundo, mas está próxima e começa já a cumprir-se. O Reino de Deus aproxima-se (cf. Mc 1,15), roga-se que venha (Mt 6,10), a fé já o descobre operante nos sinais, isto é, nos milagres (cf. Mt 11,4-5), nos exorcismos (cf. Mt 12,25-28), na escolha dos Doze (cf. Mc 3,13-19), no anúncio da Boa Nova aos pobres (cf. Lc 4,18). Nos encontros de Jesus com os pagãos, fica claro que o acesso ao Reino se faz pela fé e conversão (cf. Mc 1,15), e não por mera proveniência étnica.

O Reino, inaugurado por Jesus, é o Reino de Deus: o próprio Jesus revela quem é este Deus, para o qual usa a expressão familiar Abba, Pai (Mc 14,36). Deus, revelado especialmente nas parábolas (cf. Lc 15,3-32; Mt 20,1-16), é sensível às necessidades e aos sofrimentos do homem: um pai cheio de amor e compaixão, que perdoa e dá gratuitamente os benefícios que lhe pedem.

São João diz-nos que Deus é amor (1Jo 4,8.16). Todo o homem, por isso, é convidado a converter-se e a crer no amor misericordioso de Deus por ele: o Reino crescerá na medida em que cada homem aprender a dirigir-se a Deus, na intimidade da oração, como a um Pai (cf. Lc 11,2; Mt 23,9), e se esforçar por cumprir sua vontade (cf. Mt 7,21)".

Nota:106

Lc 17,20-21: "Os fariseus perguntaram a Jesus sobre o momento em que chegaria o Reino de Deus. Jesus respondeu: O Reino de Deus não vem ostensivamente. Nem se poderá dizer: Está aqui ou: está ali, porque o Reino de Deus está no meio de vocês".

Nota:107

Mt 16,1-3: "Os fariseus e saduceus se aproximaram de Jesus e, para tentá-lo, pediram que mostrasse para eles um sinal do céu. Jesus, porém, respondeu: Ao pôr-do-sol vocês dizem: Vai fazer bom tempo, porque o céu está vermelho. E de manhã: Hoje vai chover, porque o céu está vermelho-escuro. Olhando o céu, vocês sabem prever o tempo, mas não são capazes de interpretar os sinais dos tempos".

Nota:108

RMi 13b: "O ministério de Jesus é descrito no contexto das viagens em sua terra. O horizonte da missão, antes da Páscoa, concentra-se em Israel; no entanto, Jesus oferece um novo elemento de importância capital. A realidade escatológica não fica adiada para um remoto fim do mundo, mas está próxima e começa já a cumprir-se. O Reino de Deus aproxima-se (cf. Mc 1,15), roga-se que venha (Mt 6,10), a fé já o descobre operante nos sinais, isto é, nos milagres (cf. Mt 11,4-5), nos exorcismos (cf. Mt 12,25-28), na escolha dos Doze (cf. Mc 3,13-19), no anúncio da Boa Nova aos pobres (cf. Lc 4,18). Nos encontros de Jesus com os pagãos, fica claro que o acesso ao Reino se faz pela fé e conversão (cf. Mc 1,15), e não por mera proveniência étnica".

Nota:109

Cf. **Mt 9,12:** "Jesus ouviu a pergunta e respondeu: As pessoas que têm saúde não precisam de médico, mas só as que estão doentes".

Lc 7,36-50: "Certo fariseu convidou Jesus para uma refeição em casa. Jesus entrou na casa do fariseu, e se pôs à mesa. Apareceu então certa mulher, conhecida na cidade como pecadora. Ela, sabendo que Jesus estava à mesa na casa do fariseu, levou um frasco de alabastro com perfume. A mulher se colocou por trás, chorando aos pés de Jesus; com as lágrimas começou a banhar-lhe os pés. Em seguida, os enxugava com os cabelos, cobria-os de beijos, e os ungiu com perfume. Vendo isso, o fariseu que havia convidado Jesus ficou pensando: Se esse homem fosse mesmo um profeta, saberia que tipo de mulher está tocando nele, porque ela é pecadora. Jesus disse então ao fariseu: Simão, tenho uma coisa para dizer a você. Simão respondeu: Fala, mestre. Certo credor tinha dois devedores. Um lhe devia quinhentas moedas de prata, e o outro lhe devia cinquenta. Como não tivessem com que pagar, o homem perdoou aos dois. Qual deles o amará mais? Simão respondeu: Acho que é aquele a quem ele perdoou mais. Jesus lhe disse: Você julgou certo. Então Jesus voltou-se para a mulher e disse a Simão: Está vendo esta mulher? Quando entrei em sua casa, você não me ofereceu água para lavar os pés; ela, porém, banhou meus pés com lágrimas, e os enxugou com os cabelos. Você não me deu o beijo de saudação; ela, porém, desde que entrei, não parou de beijar meus pés. Você não derramou óleo na minha cabeça; ela, porém, ungiu meus pés com perfume. Por essa razão, eu declaro a você: os muitos pecados que ela cometeu estão perdoados, porque ela demonstrou muito amor. Aquele a quem foi perdoado pouco, demonstra pouco amor. E Jesus disse à mulher: Seus pecados estão perdoados. Então os convidados começaram a pensar: Quem é esse que até perdoa pecados? Mas Jesus disse à mulher: Sua fé salvou você. Vá em paz!".

Lc 19,1-10: "Jesus tinha entrado em Jericó, e estava atravessando a cidade. Havia aí um homem chamado Zaqueu: era chefe dos cobradores de impostos, e muito rico. Zaqueu desejava ver quem era Jesus, mas não o conseguia, por causa da multidão, pois ele era muito baixo. Então correu na frente, e subiu numa figueira para ver, pois Jesus devia passar por aí. Quando Jesus chegou ao lugar, olhou para cima, e disse: Desça depressa, Zaqueu, porque hoje preciso ficar em sua casa. Ele desceu rapidamente, e recebeu Jesus com alegria. Vendo isso, todos começaram a criticar, dizendo: Ele foi se hospedar na casa de um pecador! Zaqueu ficou de pé, e disse ao Senhor: A metade dos meus bens, Senhor, eu dou aos pobres; e, se roubei alguém, vou devolver quatro vezes mais. Jesus lhe disse: Hoje a salvação entrou nesta casa, porque também este homem é um filho de Abraão. De fato, o Filho do Homem veio procurar e salvar o que estava perdido".

Nota:110

Mt 11,4-5: "Jesus respondeu: Voltem e contem a João o que vocês estão ouvindo e vendo: os cegos recuperam a vista, os paralíticos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e aos pobres é anunciada a Boa Notícia".

Nota:111

Mt 12,25-28: "Sabendo o que eles estavam pensando, Jesus disse: Todo reino dividido em grupos que lutam entre si, será arruinado. E toda cidade ou família dividida em grupos que brigam entre si, não poderá durar. E se Satanás expulsa Satanás, ele está dividido contra si mesmo. Como, então, o seu reino poderá sobreviver? Se é através de Belzebu que eu expulso os demônios, através de quem os filhos de vocês expulsam os

demônios? Por isso, serão eles mesmos que julgarão vocês. Mas se é através do Espírito de Deus que eu expulso os demônios, então o Reino de Deus chegou para vocês”.

Nota:112

Mc 3,13-19: “Jesus subiu ao monte e chamou os que desejava escolher. E foram até ele. Então Jesus constituiu o grupo dos Doze, para que ficassem com ele e para enviá-los a pregar, com autoridade para expulsar os demônios. Constituiu assim os Doze: Simão, a quem deu o nome de Pedro; Tiago e João, filhos de Zebedeu, aos quais deu o nome de Boanerges, que quer dizer filhos do trovão; André, Filipe, Bartolomeu, Mateus, Tomé, Tiago, filho de Alfeu, Tadeu, Simão o cananeu, e Judas Iscariotes, aquele que depois o traiu”.

Nota:113

Lc 4,18: “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos”.

Nota:114

Mt 11,2-6: “João estava na prisão. Quando ouviu falar das obras do Messias, enviou a ele alguns discípulos, para lhe perguntarem: És tu aquele que há de vir, ou devemos esperar outro? Jesus respondeu: Voltem e contem a João o que vocês estão ouvindo e vendo: os cegos recuperam a vista, os paralíticos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e aos pobres é anunciada a Boa Notícia. E feliz aquele que não se escandaliza por causa de mim!”.

Nota:115

cf. **Mc 1,15:** “O tempo já se cumpriu, e o Reino de Deus está próximo. Convertam-se e acreditem na Boa Notícia”.

Mc 10,15: “Eu garanto a vocês: quem não receber como criança o Reino de Deus, nunca entrará nele”.

Jo 3,3: “Jesus respondeu: ‘eu garanto a você: se alguém não nasce do alto, no poderá ver o reino de Deus’”.

Nota:116

Mc 14,36: “Ele rezava: Abba! Pai! Tudo é possível para ti! Afasta de mim este cálice! Contudo, não seja o que eu quero, e sim o que tu queres”.

Nota:117

cf. **Mt 5,3.4.6.11-12:** “Felizes os pobres em espírito, porque deles é o Reino do Céu. Felizes os aflitos, porque serão consolados. Felizes os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados. (...) Felizes vocês, se forem insultados e perseguidos, e se disserem todo tipo de calúnia contra vocês, por causa de mim. Fiquem alegres e contentes, porque será grande para vocês a recompensa no céu. Do mesmo modo perseguiram os profetas que vieram antes de vocês”.

Lc 6,20-23: “Levantando os olhos para os discípulos, Jesus disse: Felizes de vocês, os pobres, porque o Reino de Deus lhes pertence. Felizes de vocês que agora têm fome, porque serão saciados. Felizes de vocês que agora choram, porque hão de rir. Felizes de vocês se os homens os odeiam, se os expulsam, os insultam e amaldiçoam o nome de vocês, por causa do Filho do Homem. Alegrem-se nesse dia, pulem de alegria, pois será grande a recompensa de vocês no céu, porque era assim que os antepassados deles tratavam os profetas”.

Nota:118

cf. **Mt 6,25-34:** “Por isso é que eu lhes digo: não fiquem preocupados com a vida, com o que comer; nem com o corpo, com o que vestir. Afinal, a vida não vale mais do que a comida? E o corpo não vale mais do que a roupa? Olhem os pássaros do céu: eles não semeiam, não colhem, nem ajuntam em armazéns. No entanto, o Pai que está no céu os alimenta. Será que vocês não valem mais do que os pássaros? Quem de vocês pode crescer um só centímetro, à custa de se preocupar com isso? E por que vocês ficam preocupados com a roupa? Olhem como crescem os lírios do campo: eles não trabalham nem fiam. Eu, porém, lhes digo: nem o rei Salomão, em toda a sua glória, jamais se vestiu como um deles. Ora, se Deus assim veste a erva do campo, que hoje existe e amanhã é queimada no forno, muito mais ele fará por vocês, gente de pouca fé! Portanto, não fiquem preocupados, dizendo: O que vamos comer? O que vamos beber? O que vamos vestir? Os pagãos é que ficam procurando essas coisas. O Pai de vocês, que está no céu, sabe que vocês precisam de tudo isso. Pelo contrário, em primeiro lugar busquem o Reino de Deus e a sua justiça, e Deus dará a vocês, em acréscimo, todas essas coisas. Portanto, não se preocupem com o dia de amanhã, pois o dia de amanhã terá suas preocupações. Basta a cada dia a própria dificuldade”.

Mt 7,7-11: “Peçam, e lhes será dado! Procurem, e encontrarão! Batam, e abrirão a porta para vocês! Pois todo aquele que pede, recebe; quem procura, acha; e a quem bate, a porta será aberta. Quem de vocês dá ao filho uma pedra, quando ele pede um pão? Ou lhe dá uma cobra, quando ele pede um peixe? Se vocês, que são maus, sabem dar coisas boas a seus filhos, quanto mais o Pai de vocês que está no céu dará coisas boas aos que lhe pedirem”.

Lc 15,11-32: “Jesus continuou: Um homem tinha dois filhos. O filho mais novo disse ao pai: Pai, me dá a parte da herança que me cabe. E o pai dividiu os bens entre eles. Poucos dias depois, o filho mais novo juntou o que era seu, e partiu para um lugar distante. E aí esbanjou tudo numa vida desenfreada. Quando tinha gasto tudo o que possuía, houve uma grande fome nessa região, e ele começou a passar necessidade. Então foi pedir trabalho a um homem do lugar, que o mandou para a roça, cuidar dos porcos. O rapaz queria matar a fome com a lavagem que os porcos comiam, mas nem isso lhe davam. Então, caindo em si, disse: Quantos empregados do meu pai têm pão com fartura, e eu aqui, morrendo de fome... Vou me levantar, e vou encontrar meu pai, e dizer a ele: Pai, pequei contra Deus e contra ti; já não mereço que me chamem teu filho. Trata-me como um dos teus empregados. Então se levantou, e foi ao encontro do pai. Quando ainda estava longe, o pai o avistou, e teve compaixão. Saiu correndo, o abraçou, e o cobriu de beijos. Então o filho disse: Pai, pequei contra Deus e contra ti; já não mereço que me chamem teu filho. Mas o pai disse aos empregados: Depressa, tragam a melhor túnica para vestir meu filho. E coloquem um anel no seu dedo e sandálias nos pés. Peguem o novilho gordo e o matem. Vamos fazer um banquete. Porque este meu filho estava morto, e tornou a viver; estava perdido, e foi encontrado. E começaram a festa. O filho mais velho estava na roça. Ao voltar, já perto de casa, ouviu música e barulho de dança. Então chamou um dos criados, e perguntou o que estava acontecendo. O criado respondeu: É seu irmão que voltou. E seu pai, porque o recuperou são e salvo, matou o novilho gordo. Então, o irmão ficou com raiva, e não queria entrar. O pai, saindo, insistia com ele. Mas ele respondeu ao pai: Eu trabalho para ti há tantos anos, jamais desobedeci a qualquer ordem tua; e nunca me

deste um cabrito para eu festejar com meus amigos. Quando chegou esse teu filho, que devorou teus bens com prostitutas, matas para ele o novilho gordo! Então o pai lhe disse: Filho, você está sempre comigo, e tudo o que é meu é seu. Mas, era preciso festejar e nos alegrar, porque esse seu irmão estava morto, e tornou a viver; estava perdido, e foi encontrado”.

Nota:119

cf. **Mc 12,28-34**: “Um doutor da Lei estava aí, e ouviu a discussão. Vendo que Jesus tinha respondido bem, aproximou-se dele e perguntou: Qual é o primeiro de todos os mandamentos? Jesus respondeu: O primeiro mandamento é este: Ouça, ó Israel! O Senhor nosso Deus é o único Senhor! E ame ao Senhor seu Deus com todo o seu coração, com toda a sua alma, com todo o seu entendimento e com toda a sua força. O segundo mandamento é este: Ame ao seu próximo como a si mesmo. Não existe outro mandamento mais importante do que esses dois.

O doutor da Lei disse a Jesus: Muito bem, Mestre! Como disseste, ele é, na verdade, o único Deus, e não existe outro além dele. E amá-lo de todo o coração, de toda a mente, e com toda a força, e amar o próximo como a si mesmo, é melhor do que todos os holocaustos e do que todos os sacrifícios. Jesus viu que o doutor da Lei tinha respondido com inteligência, e disse: Você não está longe do Reino de Deus. E ninguém mais tinha coragem de fazer perguntas a Jesus”.

Mt 5,23-24.43-44: “Portanto, se você for até o altar para levar a sua oferta, e aí se lembrar de que o seu irmão tem alguma coisa contra você, deixe a oferta aí diante do altar, e vá primeiro fazer as pazes com seu irmão; depois, volte para apresentar a oferta.

Vocês ouviram o que foi dito: Ame o seu próximo, e odeie o seu inimigo! Eu, porém, lhes digo: amem os seus inimigos, e rezem por aqueles que perseguem vocês!”.

Mt 25,31-46: “Quando o Filho do Homem vier na sua glória, acompanhado de todos os anjos, então se assentará em seu trono glorioso. Todos os povos da terra serão reunidos diante dele, e ele separará uns dos outros, assim como o pastor separa as ovelhas dos cabritos. E colocará as ovelhas à sua direita, e os cabritos à sua esquerda. Então o Rei dirá aos que estiverem à sua direita: Venham vocês, que são abençoados por meu Pai. Recebam como herança o Reino que meu Pai lhes preparou desde a criação do mundo. Pois eu estava com fome, e vocês me deram de comer; eu estava com sede, e me deram de beber; eu era estrangeiro, e me receberam em sua casa; eu estava sem roupa, e me vestiram; eu estava doente, e cuidaram de mim; eu estava na prisão, e vocês foram me visitar. Então os justos lhe perguntarão: Senhor, quando foi que te vimos com fome e te demos de comer, com sede e te demos de beber? Quando foi que te vimos como estrangeiro e te recebemos em casa, e sem roupa e te vestimos? Quando foi que te vimos doente ou preso, e fomos te visitar? Então o Rei lhes responderá: Eu garanto a vocês: todas as vezes que vocês fizeram isso a um dos menores de meus irmãos, foi a mim que o fizeram.

Depois o Rei dirá aos que estiverem à sua esquerda: Afastem-se de mim malditos. Vão para o fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos. Porque, eu estava com fome, e vocês não me deram de comer; eu estava com sede, e não me deram de beber; eu era estrangeiro, e vocês não me receberam em casa; eu estava sem roupa, e não me vestiram; eu estava doente e na prisão, e vocês não me foram visitar. Também estes responderão: Senhor, quando foi que te vimos com fome, ou com sede, como estrangeiro, ou sem roupa, doente ou preso, e não te servimos? Então o Rei responderá a esses: Eu garanto a vocês: todas as vezes que vocês não fizeram isso a um desses pequeninos, foi a mim que não o fizeram. Portanto, estes irão para o castigo eterno, enquanto os justos irão para a vida eterna”.

Lc 10,29-37: “Mas o especialista em leis, querendo se justificar, disse a Jesus: E quem é o meu próximo? Jesus respondeu: Um homem ia descendo de Jerusalém para Jericó, e caiu nas mãos de assaltantes, que lhe arrancaram tudo, e o espancaram. Depois foram embora, e o deixaram quase morto. Por acaso um sacerdote estava descendo por aquele caminho; quando viu o homem, passou adiante, pelo outro lado. O mesmo aconteceu com um levita: chegou ao lugar, viu, e passou adiante, pelo outro lado. Mas um samaritano, que estava viajando, chegou perto dele, viu, e teve compaixão. Aproximou-se dele e fez curativos, derramando óleo e vinho nas feridas. Depois colocou o homem em seu próprio animal, e o levou a uma pensão, onde cuidou dele. No dia seguinte, pegou duas moedas de prata, e as entregou ao dono da pensão, recomendando: Tome conta dele. Quando eu voltar, vou pagar o que ele tiver gasto a mais. E Jesus perguntou: Na sua opinião, qual dos três foi o próximo do homem que caiu nas mãos dos assaltantes? O especialista em leis respondeu: Aquele que praticou misericórdia para com ele. Então Jesus lhe disse: Vá, e faça a mesma coisa”.

Jo 13,34: “Eu dou a vocês um mandamento novo: amem-se uns aos outros. Assim como eu amei vocês, vocês devem se amar uns aos outros”.

Jo 15,12-13.17: “O meu mandamento é este: amem-se uns aos outros, assim como eu amei vocês. Não existe amor maior do que dar a vida pelos amigos. O que eu mando é isto: amem-se uns aos outros”.

Nota:120

RMi 14: “Jesus revela progressivamente as características e as exigências do Reino, por meio de suas palavras, suas obras e sua pessoa.

O Reino de Deus destina-se a todos os homens, pois todos foram chamados a pertencer-lhe. Para sublinhar este aspecto, Jesus aproximou-se sobretudo daqueles que eram marginalizados pela sociedade, dando-lhes preferência, ao anunciar a Boa Nova. No início do seu ministério, proclama: fui enviado a anunciar a Boa Nova aos pobres (cf. Lc 4,18). As vítimas da rejeição e do desprezo, declara: bem-aventurados vós, os pobres (Lc 6,20), fazendo-lhes, inclusive, sentir e viver, já, uma experiência de libertação, estando com eles, partilhando a mesma mesa (cf. Lc 5,30; 15,2), tratando-os como iguais e amigos (cf. Lc 7,34), procurando que se sentissem amados por Deus, e revelando, deste modo, imensa ternura pelos necessitados e pecadores (cf. Lc 15,1-32).

A libertação e a salvação, oferecidas pelo Reino de Deus, atingem a pessoa humana tanto em suas dimensões físicas como espirituais. Dois gestos caracterizam a missão de Jesus: curar e perdoar. As múltiplas curas provam sua grande compaixão diante das misérias humanas; mas significam, também, que, no Reino de Deus, não haverá doenças nem sofrimentos, e que sua missão, desde o início, visa libertar as pessoas desses males. Na perspectiva de Jesus, as curas são também sinal da salvação espiritual, isto é, da libertação do pecado. Realizando gestos de cura, Jesus convida à fé, à conversão, ao desejo do perdão (cf. Lc 5,24). Recebida a fé, a cura impele a ir mais longe: introduz na salvação (cf. Lc 18,42-43). Os gestos de libertação da possessão do

demônio, mal supremo e símbolo do pecado e da rebelião contra Deus, são sinais de que o Reino de Deus chegou até vós (Mt 12,28)".

Nota:121

Lc 10: "O Senhor escolheu outros setenta e dois discípulos, e os enviou dois a dois, na sua frente, para toda cidade e lugar aonde ele próprio devia ir. E lhes dizia: A colheita é grande, mas os trabalhadores são poucos. Por isso peçam ao dono da colheita que mande trabalhadores para a colheita. Vão! Estou enviando vocês como cordeiros para o meio de lobos. Não levem bolsa, nem sacola, nem sandálias, e não parem no caminho, para cumprimentar ninguém. Em qualquer casa onde entrarem, digam primeiro: A paz esteja nesta casa! Se aí morar alguém de paz, a paz de vocês irá repousar sobre ele; se não, ela voltará para vocês. Permaneçam nessa mesma casa, comam e bebam do que tiverem, porque o trabalhador merece o seu salário. Não fiquem passando de casa em casa. Quando entrarem numa cidade, e forem bem recebidos, comam o que servirem a vocês, curem os doentes que nela houver. E digam ao povo: O Reino de Deus está próximo de vocês! Mas quando vocês entrarem numa cidade, e não forem bem recebidos, saiam pelas ruas e digam: Até a poeira dessa cidade, que se grudou em nossos pés, nós sacudimos contra vocês. Apesar disso, saibam que o Reino de Deus está próximo. Eu lhes afirmo: no dia do julgamento, Deus será mais tolerante com Sodoma do que com tal cidade. Ai de você, Corazin! Ai de você, Betsaida! Porque se em Tiro e Sidônia tivessem sido realizados os milagres que foram feitos no meio de vocês, há muito tempo teriam feito penitência, vestindo-se de cilício e sentando-se sobre cinzas. Pois bem: no dia do julgamento, Tiro e Sidônia terão uma sentença menos dura que vocês. Ai de você, Cafarnaum! Será erguida até o céu? Será jogada no inferno, isso sim! Quem escuta você, escuta a mim, e quem rejeita você, rejeita a mim; mas quem me rejeita, rejeita aquele que me enviou.

Os setenta e dois voltaram muito alegres, dizendo: Senhor, até os demônios obedecem a nós por causa do teu nome. Jesus respondeu: Eu vi Satanás cair do céu como um relâmpago. Vejam: eu dei a vocês o poder de pisar em cima de cobras e escorpiões e sobre toda a força do inimigo, e nada poderá fazer mal a vocês. Contudo, não se alegrem porque os maus espíritos obedecem a vocês; antes, fiquem alegres porque os nomes de vocês estão escritos no céu.

Nessa hora, Jesus se alegrou no Espírito Santo, e disse: Eu te louvo, Pai, Senhor do céu e da terra, porque escondeste essas coisas aos sábios e inteligentes, e as revelaste aos pequeninos. Sim, Pai, porque assim foi do teu agrado. Meu Pai entregou tudo a mim. Ninguém conhece quem é o Filho, a não ser o Pai, e ninguém conhece quem é o Pai, a não ser o Filho e aquele a quem o Filho quiser revelar. E Jesus voltou-se para os discípulos, e lhes disse em particular: Felizes os olhos que vêem o que vocês vêem. Pois eu digo a vocês que muitos profetas quiseram ver o que vocês estão vendo, e não puderam ver; quiseram ouvir o que vocês estão ouvindo, e não puderam ouvir.

Um especialista em leis se levantou, e, para tentar Jesus perguntou: Mestre, o que devo fazer para receber em herança a vida eterna? Jesus lhe disse: O que é que está escrito na Lei? Como você lê? Ele então respondeu: Ame o Senhor, seu Deus, com todo o seu coração, com toda a sua alma, com toda a sua força e com toda a sua mente; e ao seu próximo como a si mesmo. Jesus lhe disse: Você respondeu certo. Faça isso, e viverá! Mas o especialista em leis, querendo se justificar, disse a Jesus: E quem é o meu próximo? Jesus respondeu: Um homem ia descendo de Jerusalém para Jericó, e caiu nas mãos de assaltantes, que lhe arrancaram tudo, e o espancaram. Depois foram embora, e o deixaram quase morto. Por acaso um sacerdote estava descendo por aquele caminho; quando viu o homem, passou adiante, pelo outro lado. O mesmo aconteceu com um levita: chegou ao lugar, viu, e passou adiante, pelo outro lado. Mas um samaritano, que estava viajando, chegou perto dele, viu, e teve compaixão. Aproximou-se dele e fez curativos, derramando óleo e vinho nas feridas. Depois colocou o homem em seu próprio animal, e o levou a uma pensão, onde cuidou dele. No dia seguinte, pegou duas moedas de prata, e as entregou ao dono da pensão, recomendando: Tome conta dele. Quando eu voltar, vou pagar o que ele tiver gasto a mais. E Jesus perguntou: Na sua opinião, qual dos três foi o próximo do homem que caiu nas mãos dos assaltantes? O especialista em leis respondeu: Aquele que praticou misericórdia para com ele. Então Jesus lhe disse: Vá, e faça a mesma coisa.

Enquanto caminhavam, Jesus entrou num povoado, e certa mulher, de nome Marta, o recebeu em sua casa. Sua irmã, chamada Maria, sentou-se aos pés do Senhor, e ficou escutando a sua palavra. Marta estava ocupada com muitos afazeres. Aproximou-se e falou: Senhor, não te importas que minha irmã me deixe sozinha com todo o serviço? Manda que ela venha ajudar-me! O Senhor, porém, respondeu: Marta, Marta! Você se preocupa e anda agitada com muitas coisas; porém, uma só coisa é necessária, Maria escolheu a melhor parte, e esta não lhe será tirada".

Nota:122

cf. **Mt 28,18-20:** "Então Jesus se aproximou, e falou: Toda a autoridade foi dada a mim no céu e sobre a terra. Portanto, vão e façam com que todos os povos se tornem meus discípulos, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo, e ensinando-os a observar tudo o que ordenei a vocês. Eis que eu estarei com vocês todos os dias, até o fim do mundo".

Mc 16,15-20: "Então Jesus disse-lhes: Vão pelo mundo inteiro e anunciem a Boa Notícia para toda a humanidade. Quem acreditar e for batizado, será salvo. Quem não acreditar, será condenado. Os sinais que acompanharão aqueles que acreditarem são estes: expulsarão demônios em meu nome, falarão novas línguas; se pegarem cobras ou beberem algum veneno, não sofrerão nenhum mal; quando colocarem as mãos sobre os doentes, estes ficarão curados. Depois de falar com os discípulos, o Senhor Jesus foi levado ao céu, e sentou-se à direita de Deus. Os discípulos então saíram e pregaram por toda parte. O Senhor os ajudava e, por meio dos sinais que os acompanhavam, provava que o ensinamento deles era verdadeiro".

Lc 24,46-48: "E continuou: Assim está escrito: O Messias sofrerá e ressuscitará dos mortos no terceiro dia, e no seu nome serão anunciados a conversão e o perdão dos pecados a todas as nações, começando por Jerusalém. E vocês são testemunhas disso".

At 1,8: "Mas o Espírito Santo descerá sobre vocês, e dele receberão força para serem as minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judéia e Samaria, e até os extremos da terra".

Nota:123

Cl 3,4: "Quando Cristo se manifestar, ele que é a nossa vida, então vocês também se manifestarão com ele na glória".

Nota:124

cf. **LG 9b**: “Cristo é a cabeça desse povo messiânico. Foi entregue à morte pelos nossos pecados, mas ressuscitou, para nos tornar justos (cf. Rm 4, 25). Seu nome reina agora gloriosamente no céu, acima de todo nome. A condição desse povo messiânico é a da dignidade e da liberdade dos filhos de Deus, em cujo coração habita, como num templo, o Espírito Santo. Sua lei é o mandamento novo: amar assim como Cristo nos amou (cf. Jo 13, 34). Seu objetivo, o reino de Deus iniciado na terra pelo próprio Deus e destinado a crescer até o fim dos séculos. Deus então o consumará com a vinda de Cristo, nossa vida (cf. Cl 3, 4) e a libertação da criatura da escravidão da corrupção, para participar da liberdade e da glória dos filhos de Deus (Rm 8, 21).

É verdade que o povo messiânico não reúne, de fato, todos os homens. Às vezes parece até não ser senão um grupo insignificante. Mesmo assim é princípio eficaz de unidade, esperança e salvação para todo o gênero humano. Cristo o estabeleceu na comunhão da vida, do amor e da verdade. Assumiu-o como instrumento de redenção universal e o estabeleceu como luz do mundo e sal da terra (cf. Mt 5, 13-16), enviando-o a todo o universo”.

Rm 8,21: “pois ela também será liberta da escravidão da corrupção, para participar da liberdade e da glória dos filhos de Deus”.

Nota:125

cf. **LG 48**: “Em Cristo Jesus somos todos chamados a pertencer à Igreja e, pela graça de Deus, a alcançar a santidade. Mas a Igreja só chegará à perfeição na glória celeste, juntamente com o gênero humano, com o qual está intimamente unida e através do qual alcança o seu fim, quando vier o tempo da restauração de todas as coisas (cf. At 3, 21) e o mundo chegar à plenitude em Cristo. (cf. Ef 1, 10; Cl 1, 20; 2Pd 3, 10-13).

Levantado da terra, Cristo atraiu tudo a si (cf. Jo 12, 32). Ressuscitando dos mortos (cf. Rm 6, 9), derramou nos discípulos seu Espírito vivificador, fazendo de seu corpo, a Igreja, sacramento universal da salvação. Sentado à direita do Pai, opera continuamente no mundo, conduzindo os homens à Igreja para mantê-los unidos mais intimamente a si mesmo, alimentá-los com seu próprio corpo e sangue e torná-los participantes de sua vida gloriosa. A renovação prometida que esperamos já começou em Cristo. Continua na missão do Espírito Santo e, por seu intermédio, na Igreja em que apreendemos, na fé, o sentido de nossa vida temporal, nos fixamos na esperança dos bens futuros, construímos a obra que nos foi confiada pelo Pai neste mundo, alcançando nosso fim e realizando nossa salvação (Fl 2, 12).

O fim dos tempos já chegou (cf. 1Cor 10, 11). A renovação de todas as coisas foi definitivamente realizada e até, de certa maneira, antecipada neste mundo. A Igreja é realmente santa, embora de modo ainda imperfeito. Enquanto não se manifestam os novos céus e a nova terra, em que prevalecerá a justiça (cf. 2Pd 3, 13), a Igreja peregrina conserva o perfil desse mundo, passageiro, nos seus sacramentos e instituições. Vive em meio às criaturas que por enquanto gemem e sofrem as dores do parto, na expectativa da revelação dos filhos de Deus (cf. Rm 8, 19-22).

Unidos a Cristo, na Igreja, e marcados pelo Espírito Santo, que é penhor de nossa herança (Ef 1, 14), chamados filhos de Deus, como de fato o somos (cf. 1Jo 3, 1), ainda não aparecemos com o Cristo na glória (cf. Cl 3, 4). Só então seremos semelhantes a Deus, pois o veremos como é (cf. 1Jo 3, 2). Enquanto habitamos neste corpo, estamos fora de casa, longe do Senhor (2Cor 5, 6). Gememos intimamente, embora possuindo as primícias do Espírito (cf. Rm 8, 23), no desejo de estar com Cristo (Fl 1, 23). Deixemo-nos pressionar pelo mesmo amor, para vivermos cada vez mais em função daquele que morreu por nós e ressuscitou (cf. 2Cor 5, 15).

Procuremos agradar o Senhor em tudo (cf. 2Cor 5, 9), vestindo a armadura de Deus, para que possamos superar as insidias do diabo e resistir nos momentos difíceis (cf. Ef 6, 11-13). Como não se sabe o dia nem a hora, é preciso vigiar, de acordo com o conselho do Senhor, para que ao fim de nossa única vida terrestre (cf. Hb 9, 27), mereçamos entrar com ele e com todos os bem-aventurados para as núpcias (cf. Mt 25, 31-46) e não sejamos mandados para o fogo eterno (cf. Mt 25, 31), como servos maus e preguiçosos (cf. Mt 25, 26), nem relegados às trevas exteriores, onde haverá choro e ranger de dentes (cf. Mt 22, 13; 25, 30).

Antes de reinarmos com o Cristo glorioso devemos todos comparecer diante do seu tribunal, a fim de que cada um receba a recompensa daquilo que tiver feito durante sua vida no corpo, tanto para o bem, como para o mal (2Cor 5, 10). No fim do mundo, aqueles que fizeram o bem vão ressuscitar para a vida; os que praticaram o mal, vão ressuscitar para a condenação (Jo 5, 29; cf. Mt 25, 46).

Julgando que os sofrimentos do momento presente não se comparam com a glória futura, que será revelada em nós (Rm 8, 18; cf. 2Tm 2, 11-12), fortificados pela fé, ficamos na expectativa da bendita esperança, isto é, da manifestação da glória de Jesus Cristo, nosso grande Deus e salvador (Tt 2, 13) que vai transformar nosso corpo terreno e torná-lo semelhante ao seu corpo glorioso (Fl 3, 21) e que virá para ser glorificado na pessoa de seus santos e para ser admirado em todos aqueles que acreditaram (2Ts 1, 10)”.

Nota:126

cf. **LG 5**: “O mistério da santa Igreja se manifesta, pois desde sua própria fundação. O Senhor Jesus deu início a sua Igreja pregando a boa nova, isto é, a vinda do reino de Deus, prometido há séculos pelas Escrituras. Os tempos se cumpriram, o reino de Deus está iminente (Mc 1, 15; cf. Mt 4, 17).

Esse reino se torna visível aos olhos humanos por intermédio da palavra, dos atos e da presença de Cristo.

A palavra do Senhor se compara à semente lançada ao campo (Mc 4, 14). Os que a ouvem com fé e aderem ao pequeno rebanho de Cristo (Lc 12, 32), recebem o reino. Daí por diante a semente germina e cresce, até o momento da colheita (cf. Mc 4, 26-29).

Os milagres de Cristo também comprovam que o reino de Deus chegou à terra: Se pela mão de Deus expulso os demônios, é que o reino de Deus chegou até vocês (Lc 11, 20); cf. Mt 12, 28).

Mas, acima de tudo, o reino se manifesta na própria pessoa de Cristo, Filho de Deus e Filho do Homem, que veio para servir e dar sua vida para a redenção de muitos (Mc 10, 45).

Depois de morrer na cruz, por todos os seres humanos, Jesus ressuscitou, aparecendo como Senhor, Cristo e sacerdote para sempre (cf. At 2, 36; Hb 5, 6; 7, 17-21). Derramou então nos seus discípulos o Espírito prometido pelo Pai (cf. At 2, 33).

A Igreja foi assim enriquecida pelos dons do seu fundador. Procurando observar fielmente seus preceitos de caridade, humildade e abnegação, recebe a missão de anunciar e de promover o reino de Cristo e de Deus junto a todos os povos. Constituiu pois, a Igreja, o germe e o início do reino na terra. Enquanto vai crescendo,

aspira de todo coração pela consumação do reino e deseja, com todas as suas forças, unir-se a seu rei na glória”.

Nota:127

Paulo VI, Discurso de Abertura da III Sessão do Conc. Ecum. Vat. II: AAS 56 (1964), p.810: “Ninguém pense que a Igreja assim procede para se comprazer em si mesma, esquecendo-se de Cristo, de quem tudo recebeu e a quem tudo deve, ou do gênero humano, para cujo serviço foi criada. A Igreja está entre Cristo e a sociedade humana, mas não se interpõe de forma alguma como obstáculo, não se considera fim em si mesma. Pelo contrário, visa a ser inteiramente de Cristo, em Cristo e para Cristo, dos seres humanos, entre os seres humanos e para os humanos, humilde e significativo intermediário entre o Divino Salvador e a humanidade, para proteger e desenvolver a verdade e a graça da vida sobrenatural”.

Nota:128

LG 5: “O mistério da santa Igreja se manifesta, pois desde sua própria fundação. O Senhor Jesus deu início a sua Igreja pregando a boa nova, isto é, a vinda do reino de Deus, prometido há séculos pelas Escrituras. Os tempos se cumpriram, o reino de Deus está iminente (Mc 1, 15; cf. Mt 4, 17).

Esse reino se torna visível aos olhos humanos por intermédio da palavra, dos atos e da presença de Cristo.

A palavra do Senhor se compara à semente lançada ao campo (Mc 4, 14). Os que a ouvem com fé e aderem ao pequeno rebanho de Cristo (Lc 12, 32), recebem o reino. Daí por diante a semente germina e cresce, até o momento da colheita (cf. Mc 4, 26-29).

Os milagres de Cristo também comprovam que o reino de Deus chegou à terra: Se pela mão de Deus expulso os demônios, é que o reino de Deus chegou até vocês (Lc 11, 20); cf. Mt 12, 28).

Mas, acima de tudo, o reino se manifesta na própria pessoa de Cristo, Filho de Deus e Filho do Homem, que veio para servir e dar sua vida para a redenção de muitos (Mc 10, 45).

Depois de morrer na cruz, por todos os seres humanos, Jesus ressuscitou, aparecendo como Senhor, Cristo e sacerdote para sempre (cf. At 2, 36; Hb 5, 6; 7, 17-21). Derramou então nos seus discípulos o Espírito prometido pelo Pai (cf. At 2, 33).

A Igreja foi assim enriquecida pelos dons do seu fundador. Procurando observar fielmente seus preceitos de caridade, humildade e abnegação, recebe a missão de anunciar e de promover o reino de Cristo e de Deus junto a todos os povos. Constitui pois, a Igreja, o germe e o início do reino na terra. Enquanto vai crescendo, aspira de todo coração pela consumação do reino e deseja, com todas as suas forças, unir-se a seu rei na glória”.

Nota:129

cf. **LG 8:** “Mediador único, Cristo constituiu sua santa Igreja, comunidade de fé, esperança e caridade como realidade visível na terra, de que garante a continuidade, para a todos levar a verdade e a graça.

Sociedade hierarquicamente estruturada e corpo místico de Cristo, grupo visível de pessoas e comunidade invisível, Igreja terrestre, mas ao mesmo tempo cumulada de bens celestiais, não pode ser considerada duas coisas, mas uma única realidade complexa, composta de dois elementos, o humano e o divino.

Compara-se pois, em profundidade, com o mistério do Verbo encarnado. Assim como a natureza humana, assumida pelo Verbo divino qual instrumento vivo da salvação, o serve, estando-lhe intimamente unida, a realidade social da Igreja está a serviço do Espírito de Cristo, que a anima, em vista do crescimento do corpo (cf. Ef 4, 16).

Assim é a única Igreja de Cristo, que professamos no Credo ser una, santa, católica e apostólica. Cristo ressuscitado a entregou aos cuidados de Pedro (cf. Jo 21, 17), confiou-a a ele e aos demais apóstolos, para ser difundida e governada (cf. Mt 28, 18ss) e a estabeleceu para sempre como alicerce e coluna da verdade (cf. 1Tm 3, 15).

Constituída e estabelecida assim como sociedade, neste mundo, a Igreja subsiste na Igreja católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos, em comunhão com ele. Todavia, fora de sua realidade visível, encontram-se muitos elementos de santidade e de verdade. São riquezas autênticas da Igreja de Cristo. Verdadeiros apelos à unidade católica.

Ora, assim como Cristo realizou a obra da redenção na pobreza e na perseguição, a Igreja é também chamada a trilhar o mesmo caminho, para comunicar aos homens os frutos da salvação. Cristo, que existia na condição divina, aniquilou-se, assumindo a condição de servo (Fl 2, 6-7), por nossa causa se tornou pobre, embora fosse rico (2Cor 8, 9). Assim também a Igreja, apesar dos recursos necessários ao cumprimento de sua missão, não cresce em função do sucesso, mas da humildade e da abnegação que venha a proclamar, inclusive pelo exemplo.

Cristo foi enviado pelo Pai para evangelizar os pobres e aliviar os corações feridos (Lc 4, 18), buscar e salvar os que se haviam perdido (Lc 19, 10). Da mesma forma, a Igreja envolve com amor todos os que sofrem. Reconhece nos pobres e nos desvalidos a imagem de seu fundador, pobre e sofredor, empenha-se em combater a pobreza e se coloca a serviço dos pobres, como a serviço de Cristo.

Santo, inocente e imaculado (Hb 7, 26), Cristo jamais pecou (cf. 2Cor 5, 21). Veio se oferecer unicamente pelos pecados dos outros (cf. Hb 2, 17). A Igreja, porém, tendo em seu seio pecadores, é ao mesmo tempo santa e está em constante purificação, não deixando jamais de fazer penitência e de buscar sua própria renovação.

A Igreja caminha entre as perseguições do mundo e as consolações de Deus anunciando a cruz e a morte do Senhor até que ele venha (cf. 1Cor 11, 26). Manifestar-se-á então em plena luz a força do Senhor ressuscitado que a sustenta e a faz superar com paciência e amor todas as aflições e dificuldades internas ou externas. Assim, a Igreja revela fielmente ao mundo o mistério de Cristo, embora de maneira velada”.

Nota:130

cf. **LG 48:** “Em Cristo Jesus somos todos chamados a pertencer à Igreja e, pela graça de Deus, a alcançar a santidade. Mas a Igreja só chegará à perfeição na glória celeste, juntamente com o gênero humano, com o qual está intimamente unida e através do qual alcança o seu fim, quando vier o tempo da restauração de todas as coisas (cf. At 3, 21) e o mundo chegar à plenitude em Cristo. (cf. Ef 1, 10; Cl 1, 20; 2Pd 3, 10-13).

Levantado da terra, Cristo atraiu tudo a si (cf. Jo 12, 32). Ressuscitando dos mortos (cf. Rm 6, 9), derramou nos discípulos seu Espírito vivificador, fazendo de seu corpo, a Igreja, sacramento universal da salvação. Sentado à direita do Pai, opera continuamente no mundo, conduzindo os homens à Igreja para mantê-los

unidos mais intimamente a si mesmo, alimentá-los com seu próprio corpo e sangue e torná-los participantes de sua vida gloriosa. A renovação prometida que esperamos já começou em Cristo. Continua na missão do Espírito Santo e, por seu intermédio, na Igreja em que apreendemos, na fé, o sentido de nossa vida temporal, nos fixamos na esperança dos bens futuros, construímos a obra que nos foi confiada pelo Pai neste mundo, alcançando nosso fim e realizando nossa salvação (Fl 2, 12).

O fim dos tempos já chegou (cf. 1Cor 10, 11). A renovação de todas as coisas foi definitivamente realizada e até, de certa maneira, antecipada neste mundo. A Igreja é realmente santa, embora de modo ainda imperfeito. Enquanto não se manifestam os novos céus e a nova terra, em que prevalecerá a justiça (cf. 2Pd 3, 13), a Igreja peregrina conserva o perfil desse mundo, passageiro, nos seus sacramentos e instituições. Vive em meio às criaturas que por enquanto gemem e sofrem as dores do parto, na expectativa da revelação dos filhos de Deus (cf. Rm 8, 19-22).

Unidos a Cristo, na Igreja, e marcados pelo Espírito Santo, que é penhor de nossa herança (Ef 1, 14), chamados filhos de Deus, como de fato o somos (cf. 1Jo 3, 1), ainda não aparecemos com o Cristo na glória (cf. Cl 3, 4). Só então seremos semelhantes a Deus, pois o veremos como é (cf. 1Jo 3, 2). Enquanto habitamos neste corpo, estamos fora de casa, longe do Senhor (2Cor 5, 6). Gememos intimamente, embora possuindo as primícias do Espírito (cf. Rm 8, 23), no desejo de estar com Cristo (Fl 1, 23). Deixemo-nos pressionar pelo mesmo amor, para vivermos cada vez mais em função daquele que morreu por nós e ressuscitou (cf. 2Cor 5, 15).

Procuremos agradar o Senhor em tudo (cf. 2Cor 5, 9), vestindo a armadura de Deus, para que possamos superar as insídias do diabo e resistir nos momentos difíceis (cf. Ef 6, 11-13). Como não se sabe o dia nem a hora, é preciso vigiar, de acordo com o conselho do Senhor, para que ao fim de nossa única vida terrestre (cf. Hb 9, 27), mereçamos entrar com ele e com todos os bem-aventurados para as núpcias (cf. Mt 25, 31-46) e não sejamos mandados para o fogo eterno (cf. Mt 25, 31), como servos maus e preguiçosos (cf. Mt 25, 26), nem relegados às trevas exteriores, onde haverá choro e ranger de dentes (cf. Mt 22, 13; 25, 30).

Antes de reinarmos com o Cristo glorioso devemos todos comparecer diante do seu tribunal, a fim de que cada um receba a recompensa daquilo que tiver feito durante sua vida no corpo, tanto para o bem, como para o mal (2Cor 5, 10). No fim do mundo, aqueles que fizeram o bem vão ressuscitar para a vida; os que praticaram o mal, vão ressuscitar para a condenação (Jo 5, 29; cf. Mt 25, 46).

Julgando que os sofrimentos do momento presente não se comparam com a glória futura, que será revelada em nós (Rm 8, 18; cf. 2Tm 2, 11-12), fortificados pela fé, ficamos na expectativa da bendita esperança, isto é, da manifestação da glória de Jesus Cristo, nosso grande Deus e salvador (Tt 2, 13) que vai transformar nosso corpo terreno e torná-lo semelhante ao seu corpo glorioso (Fl 3, 21) e que virá para ser glorificado na pessoa de seus santos e para ser admirado em todos aqueles que acreditaram (2Ts 1, 10)".

Rm 8,19-22: "A própria criação espera com impaciência a manifestação dos filhos de Deus. Entregue ao poder do nada não por sua própria vontade, mas por vontade daquele que a submeteu, a criação abriga a esperança, pois ela também será liberta da escravidão da corrupção, para participar da liberdade e da glória dos filhos de Deus. Sabemos que a criação toda geme e sofre dores de parto até agora".

LG 9b: "Cristo é a cabeça desse povo messiânico. Foi entregue à morte pelos nossos pecados, mas ressuscitou, para nos tornar justos (cf. Rm 4, 25). Seu nome reina agora gloriosamente no céu, acima de todo nome. A condição desse povo messiânico é a da dignidade e da liberdade dos filhos de Deus, em cujo coração habita, como num templo, o Espírito Santo. Sua lei é o mandamento novo: amar assim como Cristo nos amou (cf. Jo 13, 34). Seu objetivo, o reino de Deus iniciado na terra pelo próprio Deus e destinado a crescer até o fim dos séculos. Deus então o consumará com a vinda de Cristo, nossa vida (cf. Cl 3, 4) e a libertação da criatura da escravidão da corrupção, para participar da liberdade e da glória dos filhos de Deus (Rm 8, 21).

É verdade que o povo messiânico não reúne, de fato, todos os homens. As vezes parece até não ser senão um grupo insignificante. Mesmo assim é princípio eficaz de unidade, esperança e salvação para todo o gênero humano. Cristo o estabeleceu na comunhão da vida, do amor e da verdade. Assumiu-o como instrumento de redenção universal e o estabeleceu como luz do mundo e sal da terra (cf. Mt 5, 13-16), enviando-o a todo o universo".

Nota:131

cf. **LG 1, 48:** "O concílio deseja ardentemente iluminar todos os homens com a claridade de Cristo, luz dos povos, que brilha na Igreja, para que o Evangelho seja anunciado a todas as criaturas (cf. Mc 16, 15).

A Igreja é em Cristo como que o sacramento ou o sinal e instrumento da união com Deus e da unidade de todo o gênero humano.

Insistindo no tema dos concílios anteriores, ela quer manifestar, tanto aos fiéis como ao universo inteiro, com redobrado vigor, sua natureza e sua missão universal.

Nos dias de hoje, os homens estão profundamente ligados uns aos outros pelos laços sociais, pela interdependência técnica e pela cultura. Torna-se então mais urgente o dever que tem a Igreja de promover a unidade perfeita de todos, em Cristo.

48. Em Cristo Jesus somos todos chamados a pertencer à Igreja e, pela graça de Deus, a alcançar a santidade. Mas a Igreja só chegará à perfeição na glória celeste, juntamente com o gênero humano, com o qual está intimamente unida e através do qual alcança o seu fim, quando vier o tempo da restauração de todas as coisas (cf. At 3, 21) e o mundo chegar à plenitude em Cristo. (cf. Ef 1, 10; Cl 1, 20; 2Pd 3, 10-13).

Levantado da terra, Cristo atraiu tudo a si (cf. Jo 12, 32). Ressuscitando dos mortos (cf. Rm 6, 9), derramou nos discípulos seu Espírito vivificador, fazendo de seu corpo, a Igreja, sacramento universal da salvação. Sentado à direita do Pai, opera continuamente no mundo, conduzindo os homens à Igreja para mantê-los unidos mais intimamente a si mesmo, alimentá-los com seu próprio corpo e sangue e torná-los participantes de sua vida gloriosa. A renovação prometida que esperamos já começou em Cristo. Continua na missão do Espírito Santo e, por seu intermédio, na Igreja em que apreendemos, na fé, o sentido de nossa vida temporal, nos fixamos na esperança dos bens futuros, construímos a obra que nos foi confiada pelo Pai neste mundo, alcançando nosso fim e realizando nossa salvação (Fl 2, 12).

O fim dos tempos já chegou (cf. 1Cor 10, 11). A renovação de todas as coisas foi definitivamente realizada e até, de certa maneira, antecipada neste mundo. A Igreja é realmente santa, embora de modo ainda imperfeito. Enquanto não se manifestam os novos céus e a nova terra, em que prevalecerá a justiça (cf. 2Pd 3, 13), a

Igreja peregrina conserva o perfil desse mundo, passageiro, nos seus sacramentos e instituições. Vive em meio às criaturas que por enquanto gemem e sofrem as dores do parto, na expectativa da revelação dos filhos de Deus (cf. Rm 8, 19-22).

Unidos a Cristo, na Igreja, e marcados pelo Espírito Santo, que é penhor de nossa herança (Ef 1, 14), chamados filhos de Deus, como de fato o somos (cf. 1Jo 3, 1), ainda não aparecemos com o Cristo na glória (cf. Cl 3, 4). Só então seremos semelhantes a Deus, pois o veremos como é (cf. 1Jo 3, 2). Enquanto habitamos neste corpo, estamos fora de casa, longe do Senhor (2Cor 5, 6). Gememos intimamente, embora possuindo as primícias do Espírito (cf. Rm 8, 23), no desejo de estar com Cristo (Fl 1, 23). Deixemo-nos pressionar pelo mesmo amor, para vivermos cada vez mais em função daquele que morreu por nós e ressuscitou (cf. 2Cor 5, 15).

Procuremos agradecer o Senhor em tudo (cf. 2Cor 5, 9), vestindo a armadura de Deus, para que possamos superar as insídias do diabo e resistir nos momentos difíceis (cf. Ef 6, 11-13). Como não se sabe o dia nem a hora, é preciso vigiar, de acordo com o conselho do Senhor, para que ao fim de nossa única vida terrestre (cf. Hb 9, 27), mereçamos entrar com ele e com todos os bem-aventurados para as núpcias (cf. Mt 25, 31-46) e não sejamos mandados para o fogo eterno (cf. Mt 25, 31), como servos maus e preguiçosos (cf. Mt 25, 26), nem relegados às trevas exteriores, onde haverá choro e ranger de dentes (cf. Mt 22, 13; 25, 30).

Antes de reinarmos com o Cristo glorioso devemos todos comparecer diante do seu tribunal, a fim de que cada um receba a recompensa daquilo que tiver feito durante sua vida no corpo, tanto para o bem, como para o mal (2Cor 5, 10). No fim do mundo, aqueles que fizeram o bem vão ressuscitar para a vida; os que praticaram o mal, vão ressuscitar para a condenação (Jo 5, 29; cf. Mt 25, 46).

Julgando que os sofrimentos do momento presente não se comparam com a glória futura, que será revelada em nós (Rm 8, 18; cf. 2Tm 2, 11-12), fortificados pela fé, ficamos na expectativa da bendita esperança, isto é, da manifestação da glória de Jesus Cristo, nosso grande Deus e salvador (Tt 2, 13) que vai transformar nosso corpo terreno e torná-lo semelhante ao seu corpo glorioso (Fl 3, 21) e que virá para ser glorificado na pessoa de seus santos e para ser admirado em todos aqueles que acreditaram (2Ts 1, 10)".

Nota:132

GS 1: "As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens e mulheres de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo. Não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração.

A comunidade dos discípulos de Cristo é formada por homens e mulheres que, reunidos em Cristo e guiados pelo Espírito Santo em sua busca do reino de Deus, sentem-se real e intimamente unidos a todo o gênero humano e à sua história, por terem recebido a mensagem da salvação para comunicar a todos".

Nota:133

cf. **Mt 20,28:** "Pois, o Filho do Homem não veio para ser servido. Ele veio para servir, e para dar a sua vida como resgate em favor de muitos".

Gl 2,6-7: "No que se refere àqueles mais notáveis pouco me importa o que eles eram então, porque Deus não faz diferença entre as pessoas –esses mesmos notáveis nada mais me impuseram. Pelo contrário, viram que a mim fora confiada a evangelização dos não circuncidados, assim como a Pedro fora confiada a evangelização dos circuncidados".

Nota:134

RMi 20: "A Igreja está efetiva e concretamente ao serviço do Reino. Em primeiro lugar, serve-o com o anúncio que chame à conversão: este é o primeiro e fundamental serviço à vinda do Reino para cada pessoa e para a sociedade humana. A salvação escatológica começa já agora, na novidade de vida em Cristo: a todos os que o receberam, aos que crêem nele, deu o poder de se tornarem filhos de Deus (Jo 1,12).

A Igreja serve, ainda, o Reino, fundando comunidades, constituindo Igrejas particulares, levando-as ao amadurecimento da fé e da caridade, na abertura aos outros, no serviço à pessoa e à sociedade, na compreensão e estima das instituições humanas.

A Igreja, além disso, serve o Reino, difundindo pelo mundo os valores evangélicos, que são a expressão do Reino, e ajudam os homens a acolher o desígnio de Deus. É verdade que a realidade incipiente do Reino pode encontrar-se também fora dos confins da Igreja, em toda a humanidade, na medida em que ela viva os valores evangélicos e se abra à ação do Espírito que sopra onde e como quer (cf. Jo 3,8); mas é preciso acrescentar, logo a seguir, que esta dimensão temporal do Reino está incompleta, enquanto não se ordenar ao Reino de Cristo, presente na Igreja, em constante tensão para a plenitude escatológica.

As múltiplas perspectivas do Reino de Deus não enfraquecem os fundamentos e as finalidades missionárias; pelo contrário, fortalecem-nas e as expandem. A Igreja é sacramento de salvação para toda a humanidade; sua ação não se limita àqueles que aceitam sua mensagem. Ela é força atuante no caminho da humanidade rumo ao Reino escatológico; é sinal e promotora dos valores evangélicos entre os homens. Neste itinerário de conversão ao projeto de Deus, a Igreja contribui com o seu testemunho e atividade, expressa no diálogo, na promoção humana, no compromisso pela paz e pela justiça, na educação, no cuidado dos doentes, na assistência aos pobres e mais pequenos, mantendo sempre firme a prioridade das realidades transcendentais e espirituais, premissas da salvação escatológica.

A Igreja serve o Reino também com sua intercessão, uma vez que ele, por sua natureza, é dom e obra de Deus, como lembram as parábolas evangélicas e a própria oração que Jesus nos ensinou. Devemos suplicá-lo, para que seja acolhido e cresça em nós; mas devemos, simultaneamente, cooperar a fim de que seja aceito e se consolide entre os homens, até Cristo entregar o Reino a Deus Pai, altura essa em que Deus será tudo em todos (1Cor 15,24.28)". **RMi 20:** "A Igreja está efetiva e concretamente ao serviço do Reino. Em primeiro lugar, serve-o com o anúncio que chame à conversão: este é o primeiro e fundamental serviço à vinda do Reino para cada pessoa e para a sociedade humana. A salvação escatológica começa já agora, na novidade de vida em Cristo: a todos os que o receberam, aos que crêem nele, deu o poder de se tornarem filhos de Deus (Jo 1,12).

A Igreja serve, ainda, o Reino, fundando comunidades, constituindo Igrejas particulares, levando-as ao amadurecimento da fé e da caridade, na abertura aos outros, no serviço à pessoa e à sociedade, na compreensão e estima das instituições humanas.

A Igreja, além disso, serve o Reino, difundindo pelo mundo os valores evangélicos, que são a expressão do Reino, e ajudam os homens a acolher o desígnio de Deus. É verdade que a realidade incipiente do Reino pode encontrar-se também fora dos confins da Igreja, em toda a humanidade, na medida em que ela viva os valores evangélicos e se abra à ação do Espírito que sopra onde e como quer (cf. Jo 3,8); mas é preciso acrescentar, logo a seguir, que esta dimensão temporal do Reino está incompleta, enquanto não se ordenar ao Reino de Cristo, presente na Igreja, em constante tensão para a plenitude escatológica.

As múltiplas perspectivas do Reino de Deus não enfraquecem os fundamentos e as finalidades missionárias; pelo contrário, fortalecem-nas e as expandem. A Igreja é sacramento de salvação para toda a humanidade; sua ação não se limita àqueles que aceitam sua mensagem. Ela é força atuante no caminho da humanidade rumo ao Reino escatológico; é sinal e promotora dos valores evangélicos entre os homens. Neste itinerário de conversão ao projeto de Deus, a Igreja contribui com o seu testemunho e atividade, expressa no diálogo, na promoção humana, no compromisso pela paz e pela justiça, na educação, no cuidado dos doentes, na assistência aos pobres e mais pequenos, mantendo sempre firme a prioridade das realidades transcendentais e espirituais, premissas da salvação escatológica.

A Igreja serve o Reino também com sua intercessão, uma vez que ele, por sua natureza, é dom e obra de Deus, como lembram as parábolas evangélicas e a própria oração que Jesus nos ensinou. Devemos suplicá-lo, para que seja acolhido e cresça em nós; mas devemos, simultaneamente, cooperar a fim de que seja aceito e se consolide entre os homens, até Cristo entregar o Reino a Deus Pai, altura essa em que Deus será tudo em todos (1Cor 15,24.28)".

Nota:135

Jo 10,10: "O ladrão só vem para roubar, matar e destruir. Eu vim para que tenham vida, e a tenham em abundância".

Nota:136

CfL 14: "Dirigindo-se aos batizados como a crianças recém-nascidas, o apóstolo Pedro escreve: Agarrando-vos a ele pedra viva, rejeitada pelos homens, mas escolhida e preciosa aos olhos de Deus, vós também, quais pedras vivas, sois usados na construção de um edifício espiritual, por meio de um sacerdócio santo, cujo fim é oferecer sacrifícios espirituais que serão agradáveis a Deus, por Jesus Cristo... Vós, porém, sois a raça eleita, o sacerdócio real, a nação santa, o povo que Deus adquiriu para anunciar as maravilhas daquele que vos chamou das trevas à sua luz admirável... (1Pd 2,4-5.9).

Eis um novo aspecto da graça e da dignidade batismal: os fiéis leigos participam, por sua vez, do tríplice múnus sacerdotal, profético e real de Jesus Cristo. Trata-se de um aspecto que a tradição viva da Igreja nunca esqueceu, como resulta, por exemplo, da explicação que Santo Agostinho deu do Salmo 26. Escreve ele: Davi foi ungido rei. Naquele tempo ungiam-se apenas o rei e o sacerdote. Nessas duas pessoas prefigurava-se o futuro único rei e sacerdote, Cristo (daí que Cristo venha de crisma). Não foi, porém, ungido apenas a nossa Cabeça, mas fomos ungidos também nós, seu corpo... Por isso, a unção diz respeito a todos os cristãos, quando no tempo do Antigo Testamento pertencia apenas a duas pessoas. Deduz-se claramente sermos nós o corpo de Cristo, pelo fato de sermos todos ungidos e de todos sermos nele cristos e Cristo, porque, de certa forma, a Cabeça e o corpo formam o Cristo na sua integridade.

Nas pisadas do Concílio Vaticano II propus-me desde o início do meu serviço pastoral, exaltar a dignidade sacerdotal, profética e real de todo o povo de Deus, afirmando: Aquele que nasceu da Virgem Maria, o Filho do carpinteiro como o julgavam, o Filho do Deus vivo, como confessou Pedro, veio para fazer de todos nós um reino de sacerdotes. O Concílio Vaticano II recordou-nos o mistério deste poder e o fato de que a missão de Cristo Sacerdote, Profeta-Mestre, Rei continua na Igreja. Todos, todo o povo de Deus participa dessa tríplice missão.

Com esta Exortação mais uma vez convido os fiéis leigos a reler, a meditar e a assimilar com inteligência e com amor a rica e fecunda doutrina do Concílio sobre a sua participação no tríplice múnus de Cristo. Eis agora em síntese os elementos essenciais dessa doutrina.

Os fiéis leigos participam do múnus sacerdotal, pelo qual Jesus se ofereceu a si mesmo sobre a Cruz e continuamente se oferece na celebração da Eucaristia para glória do Pai e pela salvação da humanidade. Incorporados em Cristo Jesus, os batizados unem-se a ele e ao seu sacrifício, na oferta de si mesmos e de todas as suas atividades (cf. Rm 12,1-2). Ao falar dos fiéis leigos, o Concílio diz: Todos os seus trabalhos, orações e empreendimentos apostólicos, a vida conjugal e familiar, o trabalho de cada dia, o descanso do espírito e do corpo, se forem feitos no Espírito, e as próprias incomodidades da vida, suportadas com paciência, se tornam em outros tantos sacrifícios espirituais, agradáveis a Deus por Jesus Cristo (cf. 1Pd 2,5); sacrifícios estes que são piedosamente oferecidos ao Pai, juntamente com a oblação do corpo do Senhor, na celebração da Eucaristia. E deste modo, os leigos, agindo em toda a parte santamente, como adoradores, consagram a Deus o próprio mundo.

A participação do múnus profético de Cristo, que, pelo testemunho da vida e pela força da palavra, proclamou o Reino do Pai, habilita e empenha os fiéis leigos a aceitar, na fé, o Evangelho e a anunciá-lo com a palavra e com as obras, sem medo de denunciar corajosamente o mal. Unidos a Cristo, o grande profeta (Lc 7,16), e constituídos no Espírito testemunhas de Cristo Ressuscitado, os fiéis leigos tornam-se participantes quer do sentido de fé sobrenatural da Igreja, que não pode errar no crer, quer da graça da palavra (cf. At 2,17-18; Ap 19,10); eles são igualmente chamados a fazer brilhar a novidade e a força do Evangelho na sua vida quotidiana, familiar e social, e a manifestar, com paciência e coragem, nas contradições da época presente, a sua esperança na glória também por meio das estruturas da vida secular.

Ao pertencerem a Cristo Senhor e Rei do universo, os fiéis leigos participam do seu múnus real e por ele são chamados para o serviço do Reino de Deus e para a sua difusão na história. Vivem a realeza cristã, sobretudo no combate espiritual para vencerem dentro de si o reino do pecado (cf. Rm 6,12), e depois, mediante o dom de si, para servirem, na caridade e na justiça, o próprio Jesus presente em todos os seus irmãos, sobretudo nos mais pequeninos (cf. Mt 25,40).

Mas os fiéis leigos são chamados de forma particular a restituir à criação todo o seu valor originário. Ao ordenar as coisas criadas para o verdadeiro bem do homem, com uma ação animada pela vida da graça, os fiéis leigos participam do exercício do poder com que Jesus Ressuscitado atrai a si todas as coisas e as submete, com ele mesmo, ao Pai, de forma que Deus seja tudo em todos (cf. 1Cor 15,28; Jo 12,32).

A participação dos fiéis leigos do tríplice múnus de Cristo Sacerdote, Profeta e Rei encontra a sua raiz primeira na unção do Batismo, o seu desenvolvimento na Confirmação e a sua perfeição e sustento dinâmico na Eucaristia. É uma participação que se oferece a cada um dos fiéis leigos, mas enquanto formam o único corpo do Senhor. Com efeito, é a Igreja que Jesus enriquece com os seus dons, qual seu Corpo e sua Esposa. Assim, os indivíduos participam do tríplice múnus de Cristo enquanto membros da Igreja, como claramente ensina o apóstolo Pedro, que define os batizados como raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo que Deus adquiriu (1Pd 2,9). Precisamente por derivar da comunhão eclesial, a participação dos fiéis leigos do tríplice múnus de Cristo exige ser vivida e atuada na comunhão e para o crescimento da mesma comunhão. Escrevia Santo Agostinho: Como chamamos a todos cristãos em virtude do místico crisma, assim a todos chamamos sacerdotes porque são membros do único Sacerdote”.

Nota:137

cf. **AG 2a**: “A Igreja peregrina é por natureza missionária. Nasce, segundo o designio divino, da própria missão do Filho e do Espírito Santo”.

Jo 20,21: “Jesus disse de novo para eles: A paz esteja com vocês. Assim como o Pai me enviou, eu também envio vocês”.

Jo 16,7: “Entretanto, eu lhes digo a verdade: é melhor para vocês que eu vá embora, porque, se eu não for, o Advogado não virá para vocês. Mas se eu for, eu o enviarei”.

Gl 4,6: “A prova de que vocês são filhos é o fato de que Deus enviou aos nossos corações o Espírito do seu Filho que clama: Abba, Pai!”.

Nota:138

LG 30: “Depois de falar das funções da hierarquia, o concílio se volta alegremente para os fiéis, os leigos. Tudo que foi dito do povo de Deus aplica-se igualmente aos clérigos, religiosos e leigos. Os leigos, porém, homens e mulheres, em virtude de sua condição e missão, têm algo de especial, cujo fundamento deve ser melhor examinado nas circunstâncias particulares do mundo em que vivemos. Os pastores sabem quanto os leigos contribuem para o bem de toda a Igreja. Sabem que não foram constituídos por Cristo para assumirem sozinhos a missão salvadora da Igreja em relação ao mundo. É sumamente importante que, no exercício de sua função, contem com o apoio dos leigos e com os seus carismas, permitindo que todos colaborem a seu modo na execução do trabalho comum. É preciso que vivendo no amor autêntico, cresçamos sob todos os aspectos em direção a Cristo, que é a cabeça. Ele organiza e dá coesão ao corpo inteiro, através de uma rede de articulações, que são os membros, cada um com sua atividade própria, para que o corpo cresça e se construa a si próprio no amor (Ef 4, 15-16)”.

Nota:139

Acta Synodalia III, I, 500s.

Nota:140

cf. **LG 32a**: “A santa Igreja foi instituída por Deus com uma grande variedade de categorias e funções. Num só corpo há muitos membros e esses membros não têm todos a mesma função. O mesmo acontece conosco, embora sendo muitos, formamos um só corpo em Cristo, e, cada um por sua vez, é membro dos outros (Rm 12, 4)”.

Rm 12,4-5: “Num só corpo há muitos membros, e esses membros não têm todos a mesma função. O mesmo acontece conosco: embora sendo muitos, formamos um só corpo em Cristo, e, cada um por sua vez, é membro dos outros”.

Nota:141

1Cor 12,11: “Mas é o único e mesmo Espírito quem realiza tudo isso, distribuindo os seus dons a cada um, conforme ele quer”.

Nota:142

1Cor 12,7: “Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito para a utilidade de todos”.

Nota:143

cf. **LG 12b**: “Mas não é só pelos sacramentos e pelos ministérios que o Espírito Santo santifica, dirige e fortalece o povo de Deus. Distribuindo os seus dons a cada um, conforme quer (1Cor 12, 11), o Espírito Santo distribui graças especiais aos fiéis das mais variadas condições, tornando-os aptos e dispostos a assumir os trabalhos e funções úteis à renovação e ao maior desenvolvimento da Igreja, de acordo com o que está escrito: Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito, para utilidade de todos (1Cor 12, 7). Todos esses carismas, dos mais extraordinários aos mais simples e mais difundidos devem ser acolhidos com ação de graças e satisfação, pois correspondem às necessidades da Igreja e lhe são úteis. Não se deve porém cobiçar temerariamente os dons extraordinários nem esperar deles, com presunção, frutos significativos nos trabalhos apostólicos. A apreciação sobre os dons e seu exercício ordenado no seio da Igreja pertence aos que a presidem, que têm especial mandato de não abafar o Espírito, mas tudo provar e reter o que é bom (cf. 1Ts 5, 12.19-21)”.

1Ts 5, 12.19.21: “Irmãos, pedimos que tenham consideração para com aqueles que se afadigam em dirigi-los no Senhor e admoestá-los.

Não extingam o Espírito, não desprezem as profecias; examinem tudo e fiquem com o que é bom”.

Nota:144

Ef 4,12-13: “Assim, ele preparou os cristãos para o trabalho do ministério que constrói o Corpo de Cristo. A meta é que todos juntos nos encontremos unidos na mesma fé e no conhecimento do Filho de Deus, para chegarmos a ser o homem perfeito que, na maturidade do seu desenvolvimento, é a plenitude de Cristo”.

Nota:145

1Cor 12,4-8a: “Existem dons diferentes, mas o Espírito é o mesmo; diferentes serviços, mas o Senhor é o mesmo; diferentes modos de agir, mas é o mesmo Deus que realiza tudo em todos. Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito para a utilidade de todos. A um, o Espírito dá a palavra de sabedoria; a outro, a palavra de ciência segundo o mesmo Espírito”.

Nota:146

Rm 12,4ss: “Num só corpo há muitos membros, e esses membros não têm todos a mesma função. O mesmo acontece conosco: embora sendo muitos, formamos um só corpo em Cristo, e, cada um por sua vez, é membro

dos outros. Mas temos dons diferentes, conforme a graça concedida a cada um de nós. Quem tem o dom da profecia, deve exercê-lo de acordo com a fé”.

Nota:147

Ef 4,11: “Foi ele quem estabeleceu alguns como apóstolos, outros como profetas, outros como evangelistas e outros como pastores e mestres”.

Nota:148

1Pd 4,10: “Cada um viva de acordo com a graça recebida e coloquem-se a serviço dos outros, como bons administradores das muitas formas da graça que Deus concedeu a vocês”.

Nota:149

2Tm 1,6: “Por esse motivo, o convido a reavivar o dom de Deus que está em você pela imposição de minhas mãos”.

Nota:150

cf. LG 12b. Além deste texto conciliar, é oportuno lembrar a preciosa síntese que a Exortação *Christifideles laici* faz no n. 24 a respeito dos carismas: a) são dons e impulsos especiais; b) assumem as mais variadas formas; c) têm uma utilidade eclesial; d) florescem também em ossos dias e podem gerar uma afinidade espiritual entre as pessoas; e) devem ser recebidos com gratidão; f) necessitam de discernimento; g) devem estar referidos aos pastores da Igreja.

LG 12b: “Mas não é só pelos sacramentos e pelos ministérios que o Espírito Santo santifica, dirige e fortalece o povo de Deus. Distribuindo os seus dons a cada um, conforme quer (1Cor 12, 11), o Espírito Santo distribui graças especiais aos fiéis das mais variadas condições, tornando-os aptos e dispostos a assumir os trabalhos e funções úteis à renovação e ao maior desenvolvimento da Igreja, de acordo com o que está escrito: Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito, para utilidade de todos (1Cor 12, 7). Todos esses carismas, dos mais extraordinários aos mais simples e mais difundidos devem ser acolhidos com ação de graças e satisfação, pois correspondem às necessidades da Igreja e lhe são úteis. Não se deve porém cobiçar temerariamente os dons extraordinários nem esperar deles, com presunção, frutos significativos nos trabalhos apostólicos. A apreciação sobre os dons e seu exercício ordenado no seio da Igreja pertence aos que a presidem, que têm especial mandato de não abafar o Espírito, mas tudo provar e reter o que é bom (cf. 1Ts 5, 12.19-21)”.

CfL 24: “O Espírito Santo, ao confiar à Igreja-comunhão os diversos ministérios, enriquece-a com outros dons e impulsos especiais, chamados carismas. Podem assumir as mais variadas formas, tanto como expressão da liberdade absoluta do Espírito que os distribui, como em resposta às múltiplas exigências da história da Igreja. A descrição e a classificação que os textos do Novo Testamento fazem desses dons são um sinal da sua grande variedade: A manifestação do Espírito é dada a cada um para proveito comum. A um, o Espírito dá uma palavra de sabedoria; a outro, uma palavra de ciência, segundo o mesmo Espírito; a outro, a fé, no mesmo Espírito; a outro, o dom das curas, nesse único Espírito; a outro, o operar milagres; a outro, a profecia; a outro, o discernimento dos espíritos; a outro, o falar diversas línguas, e a outro ainda o interpretar essas línguas (1Cor 12,7-10; cf. 1Cor 12,4-6.28-31; Rm 12,6-8; 1Pd 4,10-11).

Os carismas, sejam extraordinários ou simples e humildes, são graças do Espírito Santo que têm, direta ou indiretamente, uma utilidade eclesial, ordenados como são à edificação da Igreja, ao bem dos homens e às necessidades do mundo.

Também em nossos dias não falta o florescer de diversos carismas entre os fiéis leigos, homens e mulheres. São dados ao indivíduo, mas também podem ser partilhados por outros e de tal modo perseveram no tempo como uma herança preciosa e viva, que gera uma afinidade espiritual entre as pessoas. Precisamente em referência ao apostolado dos leigos, o Concílio Vaticano II escreve: Para exercerem este apostolado, o Espírito Santo, que opera a santificação do povo de Deus por meio do ministério e dos sacramentos, concede também aos fiéis dons particulares (cf. 1Cor 12,7), distribuindo-os por cada um conforme lhe apraz (cf. 1Cor 12,7-11), a fim de que cada um ponha ao serviço dos outros a graça que recebeu, e todos atuem como bons administradores da multiforme graça de Deus (1Pd 4,10), para a edificação, no amor, do corpo todo (cf. Ef 4,16).

Na lógica da originária doação donde derivam, os dons do Espírito Santo exigem que todos aqueles que os receberam os exerçam para o crescimento de toda a Igreja, como no-lo recorda o Concílio.

Os carismas devem ser recebidos com gratidão: tanto da parte de quem os recebe, como da parte de todos na Igreja. Com efeito, eles são uma especial riqueza de graça para a vitalidade apostólica e para a santidade de todo o Corpo de Cristo: uma vez que sejam dons verdadeiramente provenientes do Espírito e se exerçam em plena conformidade com os autênticos impulsos do Espírito. Nesse sentido, torna-se sempre necessário o discernimento dos carismas. Na verdade, como disseram os padres sinodais, a ação do Espírito Santo, que sopra onde quer, nem sempre é fácil de se descobrir e de se aceitar. Sabemos que Deus atua em todos os fiéis cristãos e estamos conscientes dos benefícios que provêm dos carismas, tanto para os indivíduos como para toda a comunidade cristã. Todavia, também temos consciência da força do pecado e dos seus esforços para perturbar e confundir a vida dos fiéis e da comunidade.

Por isso, nenhum carisma está dispensado da sua referência e dependência dos pastores da Igreja. O Concílio escreve com palavras claras: O juízo acerca da sua (dos carismas) autenticidade e reto uso pertence àqueles que presidem a Igreja e aos quais compete de modo especial não extinguir o Espírito, mas julgar tudo e conservar o que é bom (cf. 1Ts 5,12 e 19-21), de modo que todos os carismas concorram, na sua diversidade e complementaridade, para o bem comum”.

Nota:151

1Cor 12,4-11: “Existem dons diferentes, mas o Espírito é o mesmo; diferentes serviços, mas o Senhor é o mesmo; diferentes modos de agir, mas é o mesmo Deus que realiza tudo em todos. Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito para a utilidade de todos. A um, o Espírito dá a palavra de sabedoria; a outro, a palavra de ciência segundo o mesmo Espírito; a outro, o mesmo Espírito dá a fé; a outro ainda, o único e mesmo Espírito concede o dom das curas; a outro, o poder de fazer milagres; a outro, a profecia; a outro, o discernimento dos espíritos; a outro, o dom de falar em línguas; a outro ainda, o dom de as interpretar. Mas é o único e mesmo Espírito quem realiza tudo isso, distribuindo os seus dons a cada um, conforme ele quer”.

Nota:152

1Cor 12,28: “Aqueles que Deus estabeleceu na Igreja são, em primeiro lugar, apóstolos; em segundo lugar, profetas; em terceiro lugar, mestres... A seguir vêm os dons dos milagres, das curas, da assistência, da direção e o dom de falar em línguas”.

Nota:153

1Cor 12,22-26: “Os membros do corpo que parecem mais fracos são os mais necessários; e aqueles membros do corpo que parecem menos dignos de honra são os que cercamos de maior honra; e os nossos membros que são menos decentes, nós os tratamos com maior decência; os que são decentes não precisam desses cuidados. Deus dispôs o corpo de modo a conceder maior honra ao que é menos nobre, a fim de que não haja divisão no corpo, mas os membros tenham igual cuidado uns para com os outros. Se um membro sofre, todos os membros participam do seu sofrimento; se um membro é honrado, todos os membros participam de sua alegria”.

Nota:154

cf. **LG 21:** “O Senhor Jesus é o pontífice supremo. Como tal, está presente no meio dos fiéis por intermédio dos bispos, assistidos pelos presbíteros. O Senhor Jesus está sentado à direita do Pai, mas nem por isso se distancia do colégio dos bispos por cujo ministério, principalmente, faz chegar a todos os povos a palavra de Deus e administra aos seus os sacramentos da fé. Por intermédio do exercício da função paterna dos bispos (cf. 1Cor 4, 15), Cristo incorpora novos membros a seu corpo, pela regeneração celestial. Por intermédio de sua sabedoria e prudência, dirige e orienta o povo do Novo Testamento na peregrinação para a felicidade eterna. Os pastores escolhidos para cuidar do rebanho do Senhor são ministros de Cristo e dispensadores dos mistérios de Deus (cf. 1Cor 4, 1). A eles foram confiados o testemunho do Evangelho da graça de Deus (cf. Rm 15, 16) e o serviço do Espírito e da justiça, na glória (cf. 2Cor 3, 8-9).

Os apóstolos receberam do próprio Cristo especial comunicação do Espírito Santo (cf. At 1, 8; 2, 4; Jo 20, 22-23) para o exercício de funções muito importantes. Eles próprios, por sua vez, comunicaram esse dom espiritual a seus coadjuvantes, pela imposição das mãos (cf. 1Tm 4, 14; 2Tm 1, 6-7). Até hoje esse mesmo dom é transmitido pela consagração episcopal. O concílio ensina que a consagração episcopal confere a plenitude do sacramento da ordem, expressão máxima do ministério sagrado e sumo sacerdócio, de acordo com o costume litúrgico da Igreja e com a palavra dos santos padres. A consagração episcopal confere as funções de santificar, ensinar e governar, que, porém, só têm valor e só podem ser exercidas em comunhão com a cabeça e com os demais membros do colégio episcopal. É o sentido da imposição das mãos e das palavras da consagração que conferem a graça do Espírito Santo e imprimem o caráter sagrado de acordo com a tradição expressa nos ritos litúrgicos, tanto no Oriente como no Ocidente. Os bispos desempenham o papel do próprio Cristo e agem em seu nome, de maneira eminente e significativa. Compete-lhes agregar os novos eleitos ao corpo episcopal, pelo sacramento da ordem”.

1Tm 1,6: “Alguns se desviaram desta linha e se perderam num palavreado inútil”.

Nota:155

cf. **1Cor 12,28-29:** “Aqueles que Deus estabeleceu na Igreja são, em primeiro lugar, apóstolos; em segundo lugar, profetas; em terceiro lugar, mestres... A seguir vêm os dons dos milagres, das curas, da assistência, da direção e o dom de falar em línguas. Por acaso, são todos apóstolos? Todos profetas? Todos mestres? Todos realizam milagres?”.

Ef 4,11: “Foi ele quem estabeleceu alguns como apóstolos, outros como profetas, outros como evangelistas e outros como pastores e mestres”.

Nota:156

1Cor 12,12-27: “De fato, o corpo é um só, mas tem muitos membros; e no entanto, apesar de serem muitos, todos os membros do corpo formam um só corpo. Assim acontece também com Cristo. Pois todos fomos batizados num só Espírito para sermos um só corpo, quer sejamos judeus ou gregos, quer escravos ou livres. E todos bebemos de um só Espírito.

O corpo não é feito de um só membro, mas de muitos. Se o pé diz: Eu não sou mão; logo, não pertencço ao corpo, nem por isso deixa de fazer parte do corpo. E se o ouvido diz: Eu não sou olho; logo, não pertencço ao corpo, nem por isso deixa de fazer parte do corpo. Se o corpo inteiro fosse olho, onde estaria o ouvido? Se todo ele fosse ouvido, onde estaria o olfato? Deus é quem dispôs cada um dos membros no corpo, segundo a sua vontade. Se o conjunto fosse um só membro, onde estaria o corpo? Há, portanto, muitos membros, mas um só corpo. O olho não pode dizer à mão: Não preciso de você; e a cabeça não pode dizer aos pés: Não preciso de vocês. Os membros do corpo que parecem mais fracos são os mais necessários; e aqueles membros do corpo que parecem menos dignos de honra são os que cercamos de maior honra; e os nossos membros que são menos decentes, nós os tratamos com maior decência; os que são decentes não precisam desses cuidados. Deus dispôs o corpo de modo a conceder maior honra ao que é menos nobre, a fim de que não haja divisão no corpo, mas os membros tenham igual cuidado uns para com os outros. Se um membro sofre, todos os membros participam do seu sofrimento; se um membro é honrado, todos os membros participam de sua alegria. Ora, vocês são o corpo de Cristo e são membros dele, cada um no seu lugar”.

Nota:157

“... deve-se respeitar o princípio de subsidiariedade: uma sociedade de ordem superior não deve interferir na vida interna de uma sociedade de ordem inferior, privando-a das suas competências, mas deve antes apoiá-las em caso de necessidade e ajudá-la a coordenar a sua ação com a das outras componentes sociais, tendo em vista o bem comum (CA, 48). Confira também os números 4 e 5 do Prefácio do Código de Direito Canônico que aplica este princípio à vida eclesial.”

CA 48: “Estas considerações gerais refletem-se também no papel do Estado no setor da economia. A atividade econômica, em particular a da economia de mercado, não se pode realizar num vazio institucional, jurídico e político. Pelo contrário, supõe segurança no referente às garantias da liberdade individual e da propriedade, além de uma moeda estável e serviços públicos eficientes. A principal tarefa do Estado é, portanto, o de garantir esta segurança, de modo que quem trabalha e produz possa gozar dos frutos do próprio trabalho e, conseqüentemente, sinta-se estimulado a cumpri-lo com eficiência e honestidade. A falta de segurança, acompanhada pela corrupção dos poderes públicos e pela difusão de fontes impróprias de enriquecimento e de lucros fáceis fundados em atividades ilegais ou puramente especulativas, é um dos obstáculos principais ao desenvolvimento e à ordem econômica.

Outra tarefa do Estado é a de vigiar e orientar o exercício dos direitos humanos, no setor econômico; neste campo, porém, a primeira responsabilidade não é do Estado, mas dos indivíduos e dos diversos grupos e associações em que se articula a sociedade. O Estado não poderia assegurar diretamente o direito de todos os cidadãos ao trabalho, sem uma excessiva estruturação da vida econômica e restrição da livre iniciativa dos indivíduos. Contudo isto não significa que ele não tenha qualquer competência neste âmbito, como afirmaram aqueles que defendiam uma ausência completa de regras na esfera econômica. Pelo contrário, o Estado tem o dever de secundar a atividade das empresas, criando as condições que garantam ocasiões de trabalho, estimulando-a onde for insuficiente e apoiando-a nos momentos de crise.

O Estado tem também o direito de intervir quando situações particulares de monopólio criem atrasos ou obstáculos ao desenvolvimento. Mas, além destas tarefas de harmonização e condução do progresso, pode desempenhar funções de suplência em situações excepcionais, quando setores sociais ou sistemas de empresas, demasiado débeis ou em vias de formação, se mostram inadequados à sua missão. Estas intervenções de suplência, justificadas por urgentes razões que se prendem com o bem comum, devem ser, quanto possível, limitadas no tempo, para não retirar permanentemente aos mencionados setores e sistemas de empresas as competências que lhes são próprias e para não ampliar excessivamente o âmbito da intervenção estatal, tornando-se prejudicial tanto à liberdade econômica como à civil.

Assistiu-se, nos últimos anos, a um vasto alargamento dessa esfera de intervenção, o que levou a constituir, de algum modo, um novo tipo de estado, o Estado do bem-estar. Esta alteração deu-se em alguns Países, para responder de modo mais adequado a muitas necessidades e carências, dando remédio a formas de pobreza e privação indignas da pessoa humana. Não faltaram, porém, excessos e abusos que provocaram, especialmente nos anos mais recentes, fortes críticas ao Estado do bem-estar, qualificado como Estado assistencial. As anomalias e defeitos, no Estado assistencial, derivam de uma inadequada compreensão das suas próprias tarefas. Também neste âmbito, se deve respeitar o princípio de subsidiariedade: uma sociedade de ordem superior não deve interferir na vida interna de uma sociedade de ordem inferior, privando-a das suas competências, mas deve antes apoiá-la em caso de necessidade e ajudá-la a coordenar a sua ação com a das outras componentes sociais, tendo em vista o bem comum. Ao intervir diretamente, irresponsabilizando a sociedade, o Estado assistencial provoca a perda de energias humanas e o aumento exagerado do setor estatal, dominando mais por lógicas burocráticas do que pela preocupação de servir os usuários com um acréscimo enorme das despesas. De fato, parece conhecer melhor a necessidade e ser mais capaz de satisfazê-la quem a ela está mais vizinho e vai ao encontro do necessitado. Acrescente-se que, freqüentemente, um certo tipo de necessidades requer uma resposta que não seja apenas material, mas que saiba compreender nelas a exigência humana mais profunda. Pense-se na condição dos refugiados, emigrantes, anciãos ou doentes e em todas as diversas formas que exigem assistência, como no caso dos toxicômanos: todas estas são pessoas que podem ser ajudadas eficazmente apenas por quem lhes ofereça, além dos cuidados necessários, um apoio sinceramente fraterno”.

Nota:158

cf. **1Cor 12,7-25**: “Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito para a utilidade de todos (...) a fim de que não haja divisão no corpo, mas os membros tenham igual cuidado uns para com os outros”.

Rm 12,9-21: “Que o amor de vocês seja sem hipocrisia: detestem o mal e apeguem-se ao bem; no amor fraterno, sejam carinhosos uns com os outros, rivalizando na mútua estima. Quanto ao zelo, não sejam preguiçosos; sejam fervorosos de espírito, servindo ao Senhor. Sejam alegres na esperança, pacientes na tribulação e perseverantes na oração. Sejam solidários com os cristãos em suas necessidades e se aperfeiçoem na prática da hospitalidade.

Abençoem os que perseguem vocês; abençoem e não amaldiçoem. Alegrem-se com os que se alegram, e chorem com os que choram. Vivam em harmonia uns com os outros. Não se deixem levar pela mania de grandeza, mas se afeiçoem às coisas modestas. Não se considerem sábios. Não paguem a ninguém o mal com o mal; a preocupação de vocês seja fazer o bem a todos os homens. Se for possível, no que depende de vocês, vivam em paz com todos. Amados, não façam justiça por própria conta, mas deixem a ira de Deus agir, pois o Senhor diz na Escritura: A mim pertence a vingança; eu mesmo vou retribuir. Mas, se o seu inimigo tiver fome, dê-lhe de comer; se tiver sede, dê-lhe de beber; desse modo, você fará o outro corar de vergonha. Não se deixe vencer pelo mal, mas vença o mal com o bem”.

Nota:159

1Cor 13,1-13: “Ainda que eu falasse línguas, as dos homens e dos anjos, se eu não tivesse o amor, seria como sino ruidoso ou como címbalo estridente. Ainda que eu tivesse o dom da profecia, o conhecimento de todos os mistérios e de toda a ciência; ainda que eu tivesse toda a fé, a ponto de transportar montanhas, se não tivesse o amor, eu não seria nada. Ainda que eu distribuísse todos os meus bens aos famintos, ainda que entregasse o meu corpo às chamas, se não tivesse o amor, nada disso me adiantaria. O amor é paciente, o amor é prestativo; não é invejoso, não se ostenta, não se incha de orgulho. Nada faz de inconveniente, não procura seu próprio interesse, não se irrita, não guarda rancor. Não se alegra com a injustiça, mas se regozija com a verdade. Tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta. O amor jamais passará. As profecias desaparecerão, as línguas cessarão, a ciência também desaparecerá. Pois o nosso conhecimento é limitado; limitada é também a nossa profecia. Mas, quando vier a perfeição, desaparecerá o que é limitado. Quando eu era criança, falava como criança, pensava como criança, raciocinava como criança. Depois que me tornei adulto, deixei o que era próprio de criança. Agora vemos como em espelho e de maneira confusa; mas depois veremos face a face. Agora o meu conhecimento é limitado, mas depois conhecerei como sou conhecido. Agora, portanto, permanecem estas três coisas: a fé, a esperança e o amor. A maior delas, porém, é o amor”.

Nota:160

Para um aprofundamento, veja especialmente o artigo 1 nas *Disposições práticas da Instrução acerca de algumas questões sobre a colaboração dos fiéis leigos no sagrado ministério dos sacerdotes*: “**1. O sacerdócio comum e o sacerdócio ministerial** - Cristo Jesus, Sumo e Eterno Sacerdote, quis que a sua Igreja fosse participante do seu único e indivisível sacerdócio. Ela é o povo da Nova Aliança, no qual “pela regeneração e unção do Espírito Santo, os batizados são consagrados para formar um templo espiritual e um sacerdócio santo, para oferecer sacrifícios espirituais, mediante todas as suas atividades, e dar a conhecer os prodígios daqueles que das trevas os chamou à sua luz admirável (cf. *1Pd 2,4-10*)”. “Um é, pois, o Povo eleito de Deus:

um só Senhor, uma só fé, um só batismo (*Ef* 4,5). Comum a dignidade dos membros pela regeneração em Cristo. Comum a graça de filhos. Comum a vocação à perfeição.". Existindo entre todos "verdadeira igualdade quanto à dignidade e ação comum a todos os fiéis na edificação do Corpo de Cristo", alguns são constituídos, por vontade de Cristo, "mestres, dispensadores dos mistérios e pastores em benefício dos demais". Tanto o sacerdócio comum dos fiéis como o sacerdócio ministerial ou hierárquico "ordenam-se um ao outro, embora se diferenciem na essência e não apenas em grau, pois ambos participam, cada qual a seu modo, do único sacerdócio de Cristo". Entre eles dá-se uma eficaz unidade, porque o Espírito Santo unifica a Igreja na comunhão e no serviço e a provê de diversos dons hierárquicos e carismáticos.

A diferença essencial entre o sacerdócio comum e o sacerdócio ministerial não está, portanto, no sacerdócio de Cristo que sempre permanece uno e indivisível nem tampouco na santidade à qual todos os fiéis são chamados: "O sacerdócio ministerial, com efeito, não significa, de per si, um maior grau de santidade em relação ao sacerdócio comum dos fiéis; mas através dele é outorgado aos presbíteros, por Cristo no Espírito, um dom particular para que possam ajudar o Povo de Deus a exercer com fidelidade e plenitude o sacerdócio comum que lhe é conferido". Na edificação da Igreja, Corpo de Cristo, vigora a diversidade de membros e de funções, mas um só é o Espírito, que para a utilidade da Igreja distribui os seus vários dons com magnificência proporcional à sua riqueza e à necessidade dos serviços (*1Cor* 12,1-11).

A diferença está no *modo* de participação no sacerdócio de Cristo e é essencial no sentido de que "enquanto o sacerdócio comum dos fiéis se realiza no desenvolvimento da graça batismal vida de fé, de esperança e de caridade, vida segundo o Espírito o sacerdócio ministerial está a serviço do sacerdócio comum, refere-se ao desenvolvimento da graça batismal de todos os cristãos". Por conseguinte, o sacerdócio ministerial "difere essencialmente do sacerdócio comum dos fiéis porque confere um poder sagrado para o serviço dos fiéis". Para este fim, o sacerdote é exortado a "crescer na consciência da profunda comunhão que o liga ao Povo de Deus", para "suscitar e desenvolver a co-responsabilidade na comum e única missão de salvação, com a pronta e cordial valorização de todos os carismas e tarefas que o Espírito oferece aos crentes para a edificação da Igreja".

As características que diferenciam o sacerdócio ministerial dos bispos e dos presbíteros do sacerdócio comum dos fiéis e que conseqüentemente delimitam os limites da colaboração destes no sagrado ministério, podem ser assim sintetizados:

a) o sacerdócio ministerial tem a sua raiz na sucessão apostólica e é dotado de um poder sagrado que consiste na faculdade e na responsabilidade de agir na pessoa de Cristo Cabeça e Pastor;

b) esse sacerdócio torna os ministros sagrados servidores de Cristo e da Igreja, mediante a proclamação autorizada da palavra de Deus, a celebração dos sacramentos e o governo pastoral dos fiéis.

Colocar os fundamentos do ministério ordenado na sucessão apostólica, já que esse ministério continua a missão que os Apóstolos receberam de Cristo, é ponto essencial da doutrina eclesiológica católica.

Portanto o ministério ordenado é constituído sobre o fundamento dos Apóstolos para a edificação da Igreja: "ele existe totalmente em função do serviço da mesma Igreja". "Intrinsecamente ligado à natureza sacramental do ministério eclesial está o seu caráter de serviço. Com efeito, inteiramente dependentes de Cristo que confere missão e autoridade, os ministros são verdadeiramente servos de Cristo (*Rm* 1,1), à imagem de Cristo que assumiu livremente por nós a condição de servo (*Fl* 2,7). E porque a palavra e a graça de que são ministros não são deles, mas de Cristo que lhes confiou em favor dos outros, eles se farão livremente servos de todos".

Nota:161

"Recebem o nome de reconhecidos porque muitas das funções que os leigos e as leigas exercem em vários níveis da Igreja são assumidos sem nenhuma formalidade canônica e, mesmo, sem um gesto litúrgico; mas são formas verdadeiramente ministeriais de se assumir corresponsavelmente a vida e a missão da Igreja, dentro do processo comunitário e do planejamento eclesial e recebem o reconhecimento em modalidades que variam muito da comunidade e de outras instâncias eclesiais".

Nota:162

É o caso, por exemplo, dos ministérios da sagrada comunhão e do batismo e de outros ministérios cuja colação e exercício dependem de iniciativa prévia da autoridade na Igreja, às vezes o próprio pároco, às vezes o bispo ou alguém delegado por ele.

Nota:163

LG 11b: "Os fiéis que procuram o sacramento da penitência obtêm da misericórdia de Deus o perdão da ofensa que lhe fizeram. Ao mesmo tempo, se reconciliam-se com a Igreja, que ofenderam ao pecar e que contribui para sua conversão pelo amor, pelo exemplo e pelas orações.

Pela sagrada unção dos enfermos e pela oração dos sacerdotes, a Igreja inteira recomenda os doentes ao Senhor, para seu alívio e salvação (cf. *Tg* 5, 14). Exorta-os a se unirem livremente à paixão e à morte de Cristo (cf. *Rm* 8, 17; *Cl* 1, 24; *2Tm* 2, 11-12; *1Pd* 4, 13), dando assim sua contribuição para o bem do povo de Deus.

Os fiéis marcados pelo sacramento da ordem são igualmente constituídos, em nome de Cristo, para conduzir a Igreja pela palavra e pela graça de Deus.

Finalmente os fiéis se dão o sacramento do matrimônio, manifestação e participação da unidade e do amor fecundo entre Cristo e sua Igreja (cf. *Ef* 5, 32). Ajudam-se mutuamente a se santificar na vida conjugal, no acolhimento e na educação dos filhos. Contam, por isso, com um dom específico e um lugar próprio ao seu estado de vida, no povo de Deus. A família procede dessa união. Nela nascem os novos membros da sociedade humana que, batizados, se tornarão filhos de Deus pela graça do Espírito Santo e perpetuarão o povo de Deus através dos séculos. A família é uma espécie de igreja doméstica. Os pais são os primeiros anunciadores da fé e devem cuidar da vocação própria de cada um dos filhos, especialmente da vocação sagrada".

Nota:164

LG 7c: "Assim como são muitos os membros do corpo humano, mas o corpo é um só, também os fiéis (cf. *1Cor* 12, 12). Na edificação do corpo de Cristo há igualmente diversidade de membros e de funções. O Espírito é sempre o mesmo, que distribui os seus dons segundo sua generosidade, as necessidades do ministério e a utilidade da Igreja (cf. *1Cor* 12, 1-11).

Dentre esses dons, está, em primeiro lugar, a graça dos apóstolos, a cuja autoridade o próprio Espírito submeteu todos os outros carismas (cf. *1Cor* 14).

Esse mesmo Espírito, com seu vigor, entretém e anima o amor, princípio de unidade do corpo e garantia da articulação interna dos membros. Assim, quando um sofre, todos sofrem; quando um é gratificado, todos se alegram com ele (cf. 1Cor 12, 26)".

Nota:165

cf. *Instrução acerca de Algumas Questões sobre a Colaboração dos fiéis leigos no Sagrado Ministério dos Sacerdotes*: Princípios Teológicos, 2 (que cita CfL 23); Disposições práticas: art. 1§3 (que cita o CDC, cân. 230,§3); art. 2,§4; art. 8,§2: "**Princípios Teológicos, 2 - Unidade e diversificação das tarefas ministeriais**: As funções do ministério ordenado, consideradas no seu conjunto, constituem uma unidade indivisível, por causa do seu único fundamento. Una e única, com efeito, como em Cristo, é a raiz da ação salvífica, significada e realizada pelo ministro na atuação das funções de ensinar, de santificar e de governar os demais fiéis. Esta unidade qualifica de maneira essencial o exercício das funções do ministério sagrado, que, sob perspectivas diversas, são sempre exercício da função de Cristo, Cabeça da Igreja.

Se, portanto, o exercício do *munus docendi, sanctificandi et regendi* por parte do ministro ordenado constitui a substância do ministério pastoral, as diversas funções dos ministros sagrados formam uma unidade indivisível e, portanto, não podem ser compreendidas separadamente umas das outras; pelo contrário, devem ser consideradas na sua mútua correspondência e complementaridade. Somente em algumas delas, e em certa medida, é que outros fiéis não-ordenados podem colaborar com os pastores, se forem chamados a prestar tal colaboração pela legítima autoridade e o fizerem no devido modo. "[Jesus Cristo] distribui continuamente os dons dos serviços pelo seu corpo, que é a Igreja, através dos quais, pela força derivada dele, nos prestamos mutuamente os serviços para a salvação." "*O exercício de semelhante tarefa não transforma o fiel leigo em pastor*: na realidade, o que constitui o ministério não é a tarefa, mas a ordenação sacramental. Só o Sacramento da Ordem confere ao ministério ordenado dos bispos e dos presbíteros uma peculiar participação no ofício de Cristo, Cabeça e Pastor, e no seu sacerdócio eterno. A tarefa que se exerce como suplente, ao invés, recebe a sua legitimidade, formal e imediatamente, da delegação oficial que lhe dão os pastores e, no seu exercício concreto, submete-se à direção da autoridade eclesial."

É imperioso reafirmar esta doutrina porque algumas práticas que visam suprir a carência numérica de ministros ordenados na comunidade, em certos casos, pretenderam apoiar-se em uma concepção de sacerdócio comum dos fiéis que confunde a sua índole e o seu significado específico, favorecendo, entre outras coisas, a diminuição dos candidatos ao sacerdócio e obscurecendo a especificidade do seminário como lugar típico para a formação do ministro ordenado. São fenômenos intimamente relacionados, sobre cuja interdependência se deverá refletir oportunamente, para que se encontrem sábias conclusões operativas".

CfL 23: "A missão salvífica da Igreja no mundo realiza-se não só pelos ministros, que o são em virtude do sacramento da Ordem, mas também por todos os fiéis leigos: estes, com efeito, por força da sua condição batismal e da sua vocação específica, na medida própria de cada um, participam do *múnus* sacerdotal, profético e real de Cristo.

Por isso, os pastores devem reconhecer e promover os ofícios e as funções dos fiéis leigos, que têm o seu fundamento sacramental no Batismo e na Confirmação, bem como, para muitos deles, no Matrimônio.

E, quando a necessidade ou a utilidade da Igreja o pedir, os pastores podem, segundo as normas estabelecidas pelo direito universal, confiar aos fiéis leigos certos ofícios e certas funções que, embora ligadas ao seu próprio ministério de pastores, não exigem, contudo, o caráter da Ordem. O Código de Direito Canônico escreve: Onde as necessidades da Igreja o aconselharem, por falta de ministros, os leigos, mesmo que não sejam leitores ou acólitos, podem suprir alguns ofícios, como os de exercer o ministério da palavra, presidir às orações litúrgicas, conferir o Batismo e distribuir a Sagrada Comunhão, segundo as prescrições do direito. Todavia, o exercício de semelhante tarefa não transforma o fiel leigo em pastor: na realidade, o que constitui o ministério não é a tarefa, mas a ordenação sacramental. Só o sacramento da Ordem confere ao ministro ordenado uma peculiar participação no ofício de Cristo, Chefe e Pastor, e no seu sacerdócio eterno. A tarefa que se exerce como suplente recebe a sua legitimidade, formal e imediatamente, da delegação oficial que lhe dão os pastores e, no seu exercício concreto, submete-se à direção da autoridade eclesial.

A recente assembléia sinodal perspectivou um vasto e significativo panorama da situação eclesial acerca dos ministérios, ofícios e funções dos batizados. Os padres manifestaram vivo apreço pelo notável contributo apostólico dos fiéis leigos, homens e mulheres, pelos seus carismas e por toda a sua ação em favor da evangelização, da santificação e da animação cristã das realidades temporais. Ao mesmo tempo, foi muito apreciado o seu serviço ordinário nas comunidades eclesiais e a sua generosa disponibilidade para a suplência em situações de emergência e de necessidades crônicas.

Na seqüência da renovação litúrgica promovida pelo Concílio, os próprios fiéis leigos, tomando mais viva consciência das tarefas que lhes pertencem na assembléia litúrgica e na sua preparação, tornaram-se largamente disponíveis no seu desempenho: a celebração litúrgica, com efeito, é uma ação sagrada, não só do clero, mas de toda a assembléia. É, portanto, natural que as tarefas que não são exclusivas dos ministros ordenados sejam desempenhadas pelos fiéis leigos. Torna-se assim espontânea a passagem de um efetivo envolvimento dos fiéis leigos na ação litúrgica para o anúncio da Palavra de Deus e para a cura pastoral.

Na mesma assembléia sinodal, porém, não faltaram, ao lado dos positivos, pareceres críticos sobre o uso indiscriminado do termo ministério, a confusão e o nivelamento entre sacerdócio comum e sacerdócio ministerial, a pouca observância de leis e normas eclesialísticas, a interpretação arbitrária do conceito de suplência, uma certa tolerância por parte da própria autoridade legítima, a clericalização dos fiéis leigos e o risco de se criar de fato uma estrutura eclesial de serviço, paralela à fundada no sacramento da Ordem.

Precisamente para obviar tais perigos, os padres sinodais insistiram na necessidade de serem expressas com clareza, até na própria terminologia, quer a unidade de missão da Igreja, de que participam todos os batizados, quer a diversidade substancial do ministério dos pastores, radicado no sacramento da Ordem, em relação com ou outros ofícios e as outras funções eclesiais, radicados nos sacramentos do Batismo e da Confirmação.

É, pois, necessário, em primeiro lugar, que os pastores, ao reconhecer e ao conferir aos fiéis leigos os vários ministérios, ofícios e funções, tenham o máximo cuidado em instruí-los sobre a raiz batismal destas tarefas. Igualmente, os pastores deverão zelar para que se evite um recurso fácil e abusivo a presumíveis situações de emergência ou de necessária suplência, onde objetivamente não existam ou onde é possível remediar com uma programação pastoral mais racional.

Os vários ofícios e funções que os fiéis leigos podem legitimamente desempenhar na liturgia, na transmissão da fé e nas estruturas pastorais da Igreja deverão ser exercidos em conformidade com a sua específica vocação laical, diferente da dos ministros sagrados. Nesse sentido, a Exortação *Evangelii nuntiandi*, que teve tanto e tão benéfico mérito em estimular a diversificada colaboração dos fiéis leigos na vida e na missão evangelizadora da Igreja, lembra que o campo próprio da sua atividade evangelizadora é o mesmo mundo vasto e complicado da política, da realidade social e da economia, como também o da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos mass-media e, ainda, outras realidades abertas para a evangelização, como sejam, o amor, a família, a educação das crianças e dos adolescentes, o trabalho profissional e o sofrimento. Quantos mais leigos houver impregnados do Evangelho, responsáveis em relação a tais realidades e comprometidos claramente com as mesmas, competentes para as promover e conscientes de que é necessário fazer desabrochar a sua capacidade cristã, muitas vezes escondida e asfixiada, tanto mais essas realidades, sem nada perderem ou sacrificarem do próprio coeficiente humano, mas patenteando uma dimensão transcendente para o além, não raro desconhecida, se virão a encontrar a serviço da edificação do Reino de Deus e, por conseguinte, da salvação em Jesus Cristo.

Durante os trabalhos do Sínodo, os padres dedicaram bastante atenção ao leitorado e ao acolitado. Enquanto, no passado, eles existiam na Igreja Latina apenas como etapas espirituais do itinerário para os ministérios ordenados, com o *Motu Próprio* de Paulo VI, *Ministeria quaedam* (15 de agosto de 1972), eles adquiriram uma própria autonomia e estabilidade, bem como uma sua possível destinação aos próprios fiéis leigos, se bem que exclusivamente para os homens. No mesmo sentido se expressou o novo Código de Direito Canônico. Agora, os padres sinodais manifestaram o desejo de que o *Motu Próprio Ministeria quaedam* fosse revisto, tendo em conta o uso das Igrejas locais e sobretudo indicando os critérios segundo os quais se devam escolher os destinatários de cada ministério.

Em tal sentido foi constituída expressamente uma comissão, não só para responder a este desejo manifestado pelos padres sinodais, mas também e ainda mais para estudar de modo aprofundado os diversos problemas teológicos, litúrgicos, jurídicos e pastorais levantados pelo atual grande florescimento de ministérios confiados aos fiéis leigos.

Esperando que a Comissão conclua o seu estudo, para que a praxe eclesial dos ministérios confiados aos fiéis leigos resulte ordenada e frutuosa, deverão ser fielmente respeitados por todas as Igrejas particulares os princípios teológicos atrás recordados, em particular a diversidade essencial entre o sacerdócio ministerial e o sacerdócio comum e, conseqüentemente, a diversidade entre os ministérios derivados do sacramento da Ordem e os ministérios derivados dos sacramentos do Batismo e da Confirmação".

Nota:166

SC 10a: "Mas a liturgia é o cume para o qual tende toda a ação da Igreja e, ao mesmo tempo, a fonte de que promana sua força. Os trabalhos apostólicos visam a que todos, como filhos de Deus, pela fé e pelo batismo, se reúnam para louvar a Deus na Igreja, participar do sacrifício e da ceia do Senhor".

Nota:167

H.-M. LEGRAND, *Ministerios en la Iglesia local*, em: AA. VV., *Iniciación a la práctica de la teología*, Madrid, 1985, vol. III, p. 218.

Nota:168

H.-M. LEGRAND, *Ministerios en la Iglesia local*, em: AA. VV., *Iniciación a la práctica de la teología*, Madrid, 1985, vol. III, p. 218; cf. **S. DIANICH**, *Chiesa in missione*. Per una ecclesiologia dinamica, Alba, 1988, p. 247.

Nota:169

cf. **Puebla, 811**: "[os ministérios] não clericalizam aqueles que os recebem: estes continuam sendo leigos com uma missão fundamental de presença no mundo".

Nota:170

cf. **Acta Synodalia**, III/III, p. 62.

Nota:171

1Cor 11,25: "Do mesmo modo, após a Ceia, tomou também o cálice, dizendo: Este cálice é a Nova Aliança no meu sangue; todas as vezes que vocês beberem dele, façam isso em memória de mim".

Nota:172

1Pd 1,23: "Vocês nasceram de novo, não de uma semente mortal, mas imortal, por meio da palavra de Deus, que é viva e que permanece".

Nota:173

Jo 3,5-6: "Jesus respondeu: Eu garanto a você: ninguém pode entrar no Reino de Deus, se não nasce da água e do Espírito. Quem nasce da carne é carne, quem nasce do Espírito é espírito".

Nota:174

cf. **Rm 8,9**: "Uma vez que o Espírito de Deus habita em vocês, vocês já não estão sob o domínio dos instintos egoístas, mas sob o Espírito, pois quem não tem o Espírito de Cristo não pertence a ele".

Jo 3,5: "Jesus respondeu: Eu garanto a você: ninguém pode entrar no Reino de Deus, se não nasce da água e do Espírito".

At 19,1-7: "Enquanto Apolo estava em Corinto, Paulo atravessou as regiões mais altas e chegou a Éfeso. Encontrou aí alguns discípulos, e perguntou-lhes: Quando vocês abraçaram a fé receberam o Espírito Santo? Eles responderam: Nós nem sequer ouvimos falar que existe um Espírito Santo. Paulo perguntou: Que batismo vocês receberam? Eles responderam: O batismo de João. Então Paulo explicou: João batizava como sinal de arrependimento e pedia que o povo acreditasse naquele que devia vir depois dele, isto é, em Jesus. Ao ouvir isso, eles se fizeram batizar em nome do Senhor Jesus. Logo que Paulo lhes impôs as mãos, o Espírito Santo desceu sobre eles, e começaram a falar em línguas e a profetizar. Eram, ao todo, doze homens".

Nota:175

cf. **Rm 8,14**: "Todos os que são guiados pelo Espírito de Deus são filhos de Deus".

1Cor 3,16: "Vocês não sabem que são templo de Deus e que o Espírito de Deus habita em vocês?".

1Cor 6,19: "Ou vocês não sabem que o seu corpo é templo do Espírito Santo, que está em vocês e lhes foi dado por Deus? Vocês já não pertencem a si mesmos".

Nota:176

S. Leão Magno, *Sermo XXI,3*: S. Ch. 22 bis, 72.

Nota:177

cf. **At 6,1**: “Naqueles dias, o número dos discípulos tinha aumentado, e os fiéis de origem grega começaram a queixar-se contra os fiéis de origem hebraica. Os de origem grega diziam que suas viúvas eram deixadas de lado no atendimento diário”.

At 9,1,26: “Saulo só respirava ameaças e morte contra os discípulos do Senhor. Ele apresentou-se ao sumo sacerdote (...) Saulo chegou a Jerusalém, e procurava juntar-se aos discípulos. Mas todos tinham medo dele, pois não acreditavam que ele fosse discípulo”.

At 16,1: “Paulo se dirigiu a Derbe e a Listra. Havia em Listra um discípulo chamado Timóteo, filho de uma judia que se tornara cristã e de pai grego”.

At 18,23: “onde permaneceu por algum tempo. Em seguida partiu de novo, percorrendo sucessivamente as regiões da Galácia e da Frigia, fortalecendo todos os discípulos”.

Nota:178

cf. **At 2,44**: “Todos os que abraçaram a fé eram unidos e colocavam em comum todas as coisas”.

At 4,32: “A multidão dos fiéis era um só coração e uma só alma. Ninguém considerava propriedade particular as coisas que possuía, mas tudo era posto em comum entre eles”.

At 18,27: “Como ele estava querendo passar pela Acaia, os irmãos o apoiaram e escreveram aos discípulos que o acolhessem bem. Graças à iniciativa divina, a presença de Apolo foi muito útil aos fiéis”.

At 19,18: “Muitos fiéis acorriam para acusar-se em voz alta de suas práticas mágicas”.

At 21,20: “Ouvindo Paulo, eles glorificavam a Deus. Mas a seguir lhe disseram: Como você vê, irmão, há milhares de judeus que abraçaram a fé, e todos são fiéis observantes da Lei”.

1Ts 1,7: “Assim vocês se tornaram modelo para todos os fiéis da Macedônia e da Acaia”.

1Ts 2,10: “Vocês são testemunhas, e o próprio Deus também, de como foi santo, justo e irreprensível o nosso comportamento em relação a vocês que acreditam”.

Nota:179

cf. **At 11,1**: “Os apóstolos e os irmãos que viviam na Judéia souberam que também os pagãos haviam acolhido a Palavra de Deus”.

At 12,17: “Com a mão Pedro fez sinal para que ficassem calados. E lhes contou como o Senhor o fizera sair da prisão. E acrescentou: Contem isso a Tiago e aos irmãos. Depois, Pedro saiu e se pôs a caminho para outro lugar”.

At 14,2: “Contudo, os judeus que se negaram a acreditar incitaram os pagãos e os indispuseram contra os irmãos”.

At 21,17: “Quando chegamos a Jerusalém, os irmãos nos receberam com alegria”.

Nota:180

cf. **Ef 1,1**: “Paulo, apóstolo de Jesus Cristo pela vontade de Deus, aos cristãos que estão em Éfeso e fiéis em Jesus Cristo”.

Cl 1,1: “Paulo, apóstolo de Jesus Cristo pela vontade de Deus, juntamente com o irmão Timóteo”.

Nota:181

cf. **Rm 8,33**: “Quem acusará os escolhidos de Deus? É Deus quem torna justo!”.

Cl 3,12: “Como escolhidos de Deus, santos e amados, vistam-se de sentimentos de compaixão, bondade, humildade, mansidão, paciência”.

2Tm 2,10: “É por isso que tudo suportar por causa dos escolhidos, para que também eles alcancem a salvação que está em Jesus Cristo, com a glória eterna”.

1Pd 1,2: “de acordo com a presciência de Deus Pai e através da santificação do Espírito, para obedecerem a Jesus Cristo e serem purificados pelo seu sangue. Que a graça e a paz sejam abundantes para vocês”.

Nota:182

At 11,26: “E o encontrou e levou para Antioquia. Passaram um ano inteiro trabalhando juntos nessa igreja, e instruíram muita gente. Foi em Antioquia que, os discípulos receberam pela primeira vez, o nome de cristãos”.

Nota:183

At 24,5: “Verificamos que este homem é uma peste: ele promove conflitos entre os judeus do mundo inteiro e é também um dos líderes da seita dos nazareus”.

Nota:184

A *Lumen gentium*, nn. 34 a 36, aprofunda a participação própria dos leigos na tríplice função e a *Christifideles laici* também retoma este tema no n. 14.

LG 34: “Jesus Cristo, sacerdote supremo e eterno, quer continuar seu testemunho e seu serviço através dos leigos. Por isso os anima constantemente com seu Espírito e os induz a tudo que é bom e perfeito.

Quis então que todos aqueles que tão intimamente associou à sua vida e missão participassem também de sua função sacerdotal, num culto espiritual, para a glória de Deus e a salvação do gênero humano. Por isso, os leigos, como consagrados a Cristo e ungidos pelo Espírito Santo, são chamados e dotados de tudo que é preciso para que o mesmo Espírito produza neles frutos cada vez mais abundantes.

Realizando no Espírito Santo todas as suas obras, orações, iniciativas apostólicas, vida conjugal e familiar, trabalho cotidiano, descanso espiritual e corporal, ou mesmo suportando os aborrecimentos da vida com paciência, tornam-se os leigos hostias espirituais, agradáveis a Deus por Jesus Cristo (cf. 1Pd 2, 5), apresentadas piedosamente ao Pai, na eucaristia, com o oferecimento do corpo do Senhor. Agindo em toda parte como adoradores de Deus, os leigos consagram o mundo a Deus.

35. Cristo, como grande profeta, proclamou o reino do Pai pelo testemunho de sua vida e pela força de sua palavra. Continua a cumprir sua função profética até a plena manifestação da glória, não só pela hierarquia, que ensina em seu nome e poder, mas também pelos leigos, que estabeleceu como testemunhas e instrui com o senso da fé e a graça da palavra (cf. At 2, 17s; Ap 19, 10), para que a força do Evangelho brilhe na vida social e familiar de todo dia. Os leigos comportam-se como filhos da promessa quando, fortes na fé e na esperança, resgatam o momento presente (cf. Ef 5, 16; Cl 4, 5) e aspiram com paciência pela glória futura (cf. Rm 8, 25). Não escondem essa esperança no interior do coração, mas a tornam manifesta até mesmo nas estruturas sociais, pela vida que levam e pela luta contra os dominadores deste mundo de trevas e contra os espíritos do mal (Ef 6, 12).

Os sacramentos da nova lei, que alimentam a vida e o apostolado dos fiéis, prefiguram o novo céu e a nova terra (cf. Ap 21, 1). Da mesma forma, os leigos anunciam a fé nos bens que se esperam (cf. Hb 11, 1), quando unem, de maneira inseparável, a vida e a profissão de fé. Esta evangelização, o anúncio de Cristo pelo testemunho de vida que acompanha a manifestação da palavra, adquire uma eficácia especial e específica, pelo fato de se fazer nas condições comuns da vida no mundo.

A vida matrimonial e familiar, santificada pelo sacramento, tem um valor particular: é exercício e principal escola do apostolado leigo, enquanto a religião cristã nela praticada penetra toda a vida e a vai progressivamente transformando. Na família, os cônjuges são especialmente chamados a serem testemunhas da fé e do amor entre si e em relação aos filhos. A família cristã é chamada a proclamar, ao mesmo tempo, a força atual do reino de Deus e a esperança da vida eterna. Por seu testemunho e exemplo, denuncia o pecado do mundo e ilumina os que buscam a verdade.

Por conseguinte, os leigos podem e devem exercer uma ação valiosa para a evangelização do mundo, ocupando-se das coisas temporais. Na falta, porém, de ministros ou em regime de perseguição, podem ser chamados a suprir certas funções. Somente alguns se dedicam exclusivamente ao apostolado, mas todos devem contribuir para o aumento e o crescimento do reino de Cristo. Que todos pois se empenhem em aprofundar o conhecimento da verdade revelada e peçam com insistência a Deus o dom da sabedoria.

36. Cristo entrou na glória do reino fazendo-se obediente até a morte e sendo, por isso, exaltado pelo Pai (cf. Fl 2, 8s). Tudo lhe foi submetido, até que ele mesmo submetta ao Pai todas as coisas criadas, para que Deus seja tudo em todos (cf. 1Cor 15, 27s). Comunicou aos discípulos este seu poder para que tenham a liberdade de reis e vençam em si mesmos o domínio do pecado, pela abnegação de si mesmos e por uma vida de santidade (cf. Rm 6, 12). Mas além disso, para que, servindo a Cristo nos outros, os discípulos encaminhem seus irmãos, pela humildade e pela paciência, ao rei, a quem servir é reinar. O Senhor deseja que também os leigos contribuam para o aumento de seu reino de verdade e de vida, de santidade e de graça, de justiça, de amor e de paz, em que a criatura é libertada da escravidão da morte, para a liberdade dos filhos de Deus (cf. Rm 8, 21). A promessa é grande, como é grande o mandamento dado aos discípulos: Tudo é de vocês, mas vocês são de Cristo e Cristo é de Deus (1Cor 3, 22ss).

Os fiéis devem, pois, reconhecer a natureza, o valor e a destinação ao louvor de Deus de todas as criaturas, devem também ajudar-se uns aos outros em vista de uma vida mais santa, inclusive nos trabalhos desse mundo, para imbuí-lo do espírito de Cristo e fazer com que alcance de maneira mais profunda sua finalidade, na justiça, na caridade e na paz. No cumprimento desta tarefa, os leigos desempenham o papel principal. Sua competência nas disciplinas e atividades profanas, interiormente elevada pela graça de Cristo, confere especial validade a seu trabalho. Desenvolvem-se assim os bens criados, de acordo com a disposição do criador e sob a iluminação do Verbo, através do trabalho humano, da técnica e da cultura. Estes mesmos bens criados se tornam úteis a todos, são melhor distribuídos e contribuem para o progresso universal, na liberdade humana e cristã. Cristo iluminará assim cada vez mais a sociedade, com sua luz salutar, por intermédio dos membros da Igreja.

Unidos, os leigos devem procurar corrigir as condições de vida e as instituições do mundo que induzem ao pecado, para que se conformem com as normas da justiça e contribuam para a prática do bem, em lugar de dificultá-la. Agindo assim conferem à cultura e às atividades humanas um valor moral. Preparam o campo do mundo para melhor receber a semente da palavra divina e abrem as portas à Igreja, para que atue como anunciadora da paz.

Em benefício da própria salvação, os fiéis devem cuidadosamente aprender a distinguir entre seus direitos e deveres, como membros da Igreja e o que lhes compete como membros da sociedade humana. Procurem harmonizar esses dois aspectos de sua vida, lembrando-se de que em todas as circunstâncias temporais precisam se deixar inspirar pela consciência cristã, pois nada foge ao domínio de Deus. Nos dias de hoje, é muito importante que se evidenciem no modo de agir dos fiéis tanto essa distinção quanto a harmonia, para que a Igreja, no cumprimento de sua missão, corresponda às necessidades do mundo atual. Assim como se reconhece que a sociedade terrena, voltada para o cuidado das coisas temporais, é regida por princípios próprios, deve-se rejeitar a doutrina infausta, que pretende construir a sociedade sem levar em conta a religião e que combate e destrói a liberdade religiosa dos cidadãos”.

CfL 14: “Dirigindo-se aos batizados como a crianças recém-nascidas, o apóstolo Pedro escreve: Agarrando-vos a ele pedra viva, rejeitada pelos homens, mas escolhida e preciosa aos olhos de Deus, vós também, quais pedras vivas, sois usados na construção de um edifício espiritual, por meio de um sacerdócio santo, cujo fim é oferecer sacrifícios espirituais que serão agradáveis a Deus, por Jesus Cristo... Vós, porém, sois a raça eleita, o sacerdócio real, a nação santa, o povo que Deus adquiriu para anunciar as maravilhas daquele que vos chamou das trevas à sua luz admirável... (1Pd 2,4-5.9).

Eis um novo aspecto da graça e da dignidade batismal: os fiéis leigos participam, por sua vez, do tríplice múnus sacerdotal, profético e real de Jesus Cristo. Trata-se de um aspecto que a tradição viva da Igreja nunca esqueceu, como resulta, por exemplo, da explicação que Santo Agostinho deu do Salmo 26. Escreve ele: Davi foi ungido rei. Naquele tempo ungiam-se apenas o rei e o sacerdote. Nessas duas pessoas prefigurava-se o futuro único rei e sacerdote, Cristo (daí que Cristo venha de crisma). Não foi, porém, ungido apenas a nossa Cabeça, mas fomos ungidos também nós, seu corpo... Por isso, a unção diz respeito a todos os cristãos, quando no tempo do Antigo Testamento pertencia apenas a duas pessoas. Deduz-se claramente sermos nós o corpo de Cristo, pelo fato de sermos todos ungidos e de todos sermos nele cristos e Cristo, porque, de certa forma, a Cabeça e o corpo formam o Cristo na sua integridade.

Nas pisadas do Concílio Vaticano II propus-me desde o início do meu serviço pastoral, exaltar a dignidade sacerdotal, profética e real de todo o povo de Deus, afirmando: Aquele que nasceu da Virgem Maria, o Filho do carpinteiro como o julgavam, o Filho do Deus vivo, como confessou Pedro, veio para fazer de todos nós um reino de sacerdotes. O Concílio Vaticano II recordou-nos o mistério deste poder e o fato de que a missão de Cristo Sacerdote, Profeta-Mestre, Rei continua na Igreja. Todos, todo o povo de Deus participa dessa tríplice missão.

Com esta Exortação mais uma vez convido os fiéis leigos a reler, a meditar e a assimilar com inteligência e com amor a rica e fecunda doutrina do Concílio sobre a sua participação no tríplice múnus de Cristo. Eis agora em síntese os elementos essenciais dessa doutrina.

Os fiéis leigos participam do múnus sacerdotal, pelo qual Jesus se ofereceu a si mesmo sobre a Cruz e continuamente se oferece na celebração da Eucaristia para glória do Pai e pela salvação da humanidade. Incorporados em Cristo Jesus, os batizados unem-se a ele e ao seu sacrifício, na oferta de si mesmos e de todas as suas atividades (cf. Rm 12,1-2). Ao falar dos fiéis leigos, o Concílio diz: Todos os seus trabalhos, orações e empreendimentos apostólicos, a vida conjugal e familiar, o trabalho de cada dia, o descanso do espírito e do corpo, se forem feitos no Espírito, e as próprias incomodidades da vida, suportadas com paciência, se tornam em outros tantos sacrifícios espirituais, agradáveis a Deus por Jesus Cristo (cf. 1Pd 2,5); sacrifícios estes que são piedosamente oferecidos ao Pai, juntamente com a oblação do corpo do Senhor, na celebração da Eucaristia. E deste modo, os leigos, agindo em toda a parte santamente, como adoradores, consagram a Deus o próprio mundo.

A participação do múnus profético de Cristo, que, pelo testemunho da vida e pela força da palavra, proclamou o Reino do Pai, habilita e empenha os fiéis leigos a aceitar, na fé, o Evangelho e a anunciá-lo com a palavra e com as obras, sem medo de denunciar corajosamente o mal. Unidos a Cristo, o grande profeta (Lc 7,16), e constituídos no Espírito testemunhas de Cristo Ressuscitado, os fiéis leigos tornam-se participantes quer do sentido de fé sobrenatural da Igreja, que não pode errar no crer, quer da graça da palavra (cf. At 2,17-18; Ap 19,10); eles são igualmente chamados a fazer brilhar a novidade e a força do Evangelho na sua vida quotidiana, familiar e social, e a manifestar, com paciência e coragem, nas contradições da época presente, a sua esperança na glória também por meio das estruturas da vida secular.

Ao pertencerem a Cristo Senhor e Rei do universo, os fiéis leigos participam do seu múnus real e por ele são chamados para o serviço do Reino de Deus e para a sua difusão na história. Vivem a realza cristã, sobretudo no combate espiritual para vencerem dentro de si o reino do pecado (cf. Rm 6,12), e depois, mediante o dom de si, para servirem, na caridade e na justiça, o próprio Jesus presente em todos os seus irmãos, sobretudo nos mais pequeninos (cf. Mt 25,40).

Mas os fiéis leigos são chamados de forma particular a restituir à criação todo o seu valor originário. Ao ordenar as coisas criadas para o verdadeiro bem do homem, com uma ação animada pela vida da graça, os fiéis leigos participam do exercício do poder com que Jesus Ressuscitado atrai a si todas as coisas e as submete, com ele mesmo, ao Pai, de forma que Deus seja tudo em todos (cf. 1Cor 15,28; Jo 12,32).

A participação dos fiéis leigos do triplice múnus de Cristo Sacerdote, Profeta e Rei encontra a sua raiz primeira na unção do Batismo, o seu desenvolvimento na Confirmação e a sua perfeição e sustento dinâmico na Eucaristia. É uma participação que se oferece a cada um dos fiéis leigos, mas enquanto formam o único corpo do Senhor. Com efeito, é a Igreja que Jesus enriquece com os seus dons, qual seu Corpo e sua Esposa. Assim, os indivíduos participam do triplice múnus de Cristo enquanto membros da Igreja, como claramente ensina o apóstolo Pedro, que define os batizados como raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo que Deus adquiriu (1Pd 2,9). Precisamente por derivar da comunhão eclesial, a participação dos fiéis leigos do triplice múnus de Cristo exige ser vivida e atuada na comunhão e para o crescimento da mesma comunhão. Escrevia Santo Agostinho: Como chamamos a todos cristãos em virtude do místico crisma, assim a todos chamamos sacerdotes porque são membros do único Sacerdote".

Nota:185

Por exemplo, conforme o Decreto de Graciano, por volta de 1140: "Dois são os gêneros dos cristãos... Um que, ligado ao serviço divino e dedicado à contemplação e à oração, se abstém de todo barulho de realidades temporais, é constituído pelos clérigos e pelos consagrados a Deus, como os religiosos... O outro é o gênero de cristãos ao qual pertencem os leigos... A eles é concedido possuir bens materiais, mas só para as suas necessidades. Nada, com efeito, é mais miserável do que desprezar Deus pelo dinheiro. A eles é concedido esposar-se, cultivar a terra, atuar como árbitros em juízo, defender as próprias causas, depositar ofertas sobre os altares, pagar o dízimo: assim poderão salvar-se, se evitarem todavia os vícios, fazendo o bem".

Nota:186

LG 31b: "O caráter secular caracteriza os leigos. Os membros das sagradas ordens, apesar de exercerem às vezes funções seculares ou de se ocuparem de coisas seculares, estão orientados para o ministério sagrado, em virtude de uma vocação especial. Os religiosos, por sua vida, testemunham de maneira clara e magnífica a transfiguração do mundo oferecido a Deus numa vida inspirada nas bem-aventuranças. A vocação própria dos leigos é administrar e ordenar as coisas temporais, em busca do reino de Deus. Vivem, pois, no mundo, isto é, em todas as profissões e trabalhos, nas condições comuns da vida familiar e social, que constituem a trama da existência. São aí chamados por Deus, como leigos, a viver segundo o espírito do Evangelho, como fermento de santificação no seio do mundo, brilhando em sua própria vida pelo testemunho da fé, da esperança e do amor, de maneira a manifestar Cristo a todos os homens. Compete-lhes pois, de modo especial, iluminar e organizar as coisas temporais a que estão vinculados, para que elas se orientem por Cristo e se desenvolvam em louvor do criador e do redentor".

CfL 15: "A novidade cristã é o fundamento e o título da igualdade de todos os batizados em Cristo, de todos os membros do povo de Deus: Comum é a dignidade dos membros, pela regeneração em Cristo, comum a graça dos filhos, comum a vocação à perfeição; uma só salvação, uma só esperança e indivisa caridade. Em virtude da comum dignidade batismal, o fiel leigo é co-responsável, juntamente com os ministros ordenados e com os religiosos e as religiosas, pela missão da Igreja.

Mas a comum dignidade batismal assume no fiel leigo uma modalidade que o distingue, sem todavia o separar, do presbítero, do religioso e da religiosa. O Concílio Vaticano II apontou a índole secular como sendo essa modalidade: A índole secular é própria e peculiar dos leigos.

Precisamente para se entender de forma completa, adequada e específica a condição eclesial do fiel leigo, é preciso aprofundar o alcance teológico da índole secular, à luz do plano salvífico de Deus e do mistério da Igreja.

Como dizia Paulo VI, a Igreja tem uma autêntica dimensão secular, inerente à sua íntima natureza e missão, cuja raiz mergulha no mistério do Verbo encarnado e que se concretiza de formas diversas para os seus membros.

A Igreja, com efeito, vive no mundo, embora não seja do mundo (cf. Jo 17,16) e é enviada para dar continuidade à obra redentora de Jesus Cristo, a qual, visando por natureza salvar os homens, compreende também a instauração de toda a ordem temporal.

É verdade que todos os membros da Igreja participam da sua dimensão secular, mas de maneiras diferentes. Nomeadamente a participação dos fiéis leigos tem uma sua modalidade de atuação e de função que, segundo o Concílio, lhes é própria e peculiar: tal modalidade é indicada na expressão índole secular.

Efetivamente, o Concílio descreve a condição secular dos fiéis leigos indicando-a, antes de mais, como o lugar onde lhes é dirigida a chamada de Deus: Aí são chamados por Deus. Trata-se de um lugar descrito em termos dinâmicos: os fiéis leigos vivem no século, isto é, empenhados em toda e qualquer ocupação e atividade terrena e nas condições ordinárias da vida familiar e social, com as quais é como que tecida a sua existência. Os fiéis leigos são pessoas que vivem a vida normal no mundo, estudam, trabalham, estabelecem relações amigáveis, sociais, profissionais, culturais etc. O Concílio considera essa sua condição não simplesmente como um dado exterior e ambiental, mas como uma realidade destinada a encontrar em Jesus Cristo a plenitude do seu significado. Mais, atesta que: O próprio Verbo encarnado quis participar da vida social dos homens... Santificou os laços sociais e, antes de mais, os familiares, fonte da vida social, e submeteu-se livremente às leis do seu país. Quis levar a vida em um operário do seu tempo e da sua terra.

O mundo torna-se assim o ambiente e o meio da vocação cristã dos fiéis leigos, pois também ele está destinado a dar glória a Deus Pai em Cristo. O Concílio pode, então, indicar qual o sentido próprio e peculiar da vocação divina dirigida aos fiéis leigos. Estes não são chamados a deixar o lugar que ocupam no mundo. O Batismo não os tira de modo algum do mundo, como sublinha o apóstolo Paulo: Irmãos, fique cada um de vós diante de Deus na condição em que estava quando foi chamado (1Cor 7,24); mas confia-lhes uma vocação que diz respeito a essa mesma condição intramundana: pois os fiéis leigos são chamados por Deus para que aí, exercendo o seu próprio ofício, inspirados pelo espírito evangélico, concorram para a santificação do mundo a partir de dentro como o fermento, e deste modo manifestem Cristo aos outros, antes de mais pelo testemunho da própria vida, pela irradiação de sua fé, esperança e caridade. Dessa forma, o estar e o agir no mundo são para os fiéis leigos uma realidade, não só antropológica e sociológica, mas também e especificamente teológica e eclesial, pois é na sua situação intramundana que Deus manifesta o seu plano e comunica a especial vocação de procurar o Reino de Deus tratando das realidades temporais e ordenando-as segundo Deus.

E foi precisamente nesta linha que os padres sinodais afirmaram: A índole secular do fiel leigo não deve, pois, definir-se apenas em sentido sociológico, mas sobretudo em sentido teológico. A característica secular é vista à luz do ato criador e redentor de Deus, que confiou o mundo aos homens e às mulheres, para tomarem parte da obra da criação, libertarem a mesma criação da influência do pecado e santificarem a si mesmos no matrimônio ou na vida celibatária, na família, no emprego e nas várias atividades sociais.

A condição eclesial dos fiéis leigos é radicalmente definida pela sua novidade cristã e caracterizada pela sua índole secular.

As imagens evangélicas do sal, da luz e do fermento, embora se refiram indistintamente a todos os discípulos de Jesus, têm uma específica aplicação nos fiéis leigos. São imagens maravilhosamente significativas, porque falam não só da inserção profunda e da participação plena dos fiéis leigos na terra, no mundo, na comunidade humana, mas também e sobretudo, da novidade e da originalidade de uma inserção e de uma participação destinadas à difusão do Evangelho que salva".

Nota:187

GS 43: "O concílio exorta os fiéis, cidadãos de uma e de outra cidade a se deixarem conduzir pelo espírito do Evangelho e, ao mesmo tempo, a cumprir fielmente seus deveres terrestres.

Afastam-se da verdade todos aqueles que, sabendo que não temos aqui morada permanente, mas buscamos a futura, julgam poder negligenciar suas obrigações temporais, pensando não lhes estar sujeitos por causa da fé, segundo a vocação a que cada um foi chamado.

Não é menor o erro daqueles que, pelo contrário, julgam poder mergulhar nos negócios terrenos independentemente das exigências da religião, pensando que esta se limita a determinados atos de culto e ao fiel cumprimento de certos preceitos morais. Esta divisão entre a fé professada e a vida cotidiana de muitos é um dos mais graves erros do nosso tempo. Os profetas, no Antigo Testamento, já o condenavam como um escândalo e Jesus Cristo, no Novo Testamento, o ameaça com pesadas penas.

Evite-se a perniciosa oposição entre as atividades profissionais e sociais, de um lado, e as religiosas, de outro. O cristão que não cumpre suas obrigações temporais, falta a seus deveres para com o próximo e para com Deus e põe em risco a sua salvação eterna.

Alegrem-se, ao contrário, os cristãos que, seguindo o exemplo de Cristo, que trabalhou como operário, exercem todas as suas atividades unificando os esforços humanos, domésticos, profissionais, científicos e técnicos numa síntese vital com os bens religiosos, sob cuja direção tudo se orienta para a glória de Deus.

Competem aos leigos, embora sem exclusividade, os deveres e as atividades seculares. Agindo como cidadãos do mundo, individual ou coletivamente, observarão as normas de cada disciplina e procurarão adquirir verdadeira competência nos setores em que atuam. Trabalharão em cooperação com os demais, na busca dos mesmos objetivos. Imbuídos de fé e lhe reconhecendo claramente as exigências, tomarão e procurarão levar a bom termo as iniciativas que se fizerem necessárias. A lei divina se aplica às realidades temporais através dos leigos, agindo de acordo com sua consciência, devidamente formada. Mas os leigos devem contar com as luzes e a força espiritual dos sacerdotes. Não pensem, porém, que seus pastores sejam peritos ou tenham respostas prontas e soluções concretas para todas as questões que possam surgir. Não é esta a sua missão. Seu papel específico é contribuir com as luzes da sabedoria cristã, fiéis à doutrina do magistério.

Em geral, as soluções se apresentarão como decorrência da visão cristã em determinadas circunstâncias. Muitas vezes acontece que outros cristãos, igualmente sinceros, pensarem de maneira diversa. Mesmo que a solução proposta por uma das partes decorra, aos olhos da maioria, dos mais autênticos princípios evangélicos, não pode pretender a exclusividade, em nome da autoridade da Igreja. Todos devem se empenhar num diálogo de esclarecimento recíproco, segundo as exigências da caridade e do bem comum.

Os leigos que têm responsabilidade na Igreja, estão obrigados a agir, no mundo, de acordo com o espírito cristão, sendo, entre os seres humanos, testemunhas de Cristo.

Bispos encarregados de governar a Igreja de Deus e sacerdotes, preguem de tal forma a mensagem de Cristo que todas as atividades temporais dos fiéis sejam iluminadas pelo Evangelho.

Os pastores devem estar conscientes de que seu modo de viver o dia-a-dia é responsável pela imagem que se tem da Igreja e da opinião que se forma a respeito da verdade e da força da mensagem cristã. Pela vida e pela

palavra, juntamente com os religiosos e com os fiéis, mostrem que a Igreja, com todos os seus dons, pela sua simples presença, é fonte inexaurível das virtudes de que o mundo de hoje tanto precisa.

Dediquem-se aos estudos, para se tornarem capazes de dialogar com pessoas das mais variadas opiniões, tendo no coração o que diz o concílio: A humanidade é hoje cada vez mais una, do ponto de vista civil, econômico e social. É preciso pois que os sacerdotes atuem em conjunto, sob a direção dos bispos e do papa, evitando toda a dispersão de forças, para conduzir a humanidade à unidade da família de Deus.

Graças ao Espírito Santo a Igreja se manterá sempre como esposa fiel a seu Senhor e nunca deixará de ser, no mundo, sinal da salvação. Isto não quer dizer que entre os seus membros, não tenha havido muitos, através dos séculos, que foram infiéis ao Espírito de Deus, tanto clérigos como leigos. Ainda hoje a Igreja não ignora a distância que existe entre a mensagem que anuncia e a fraqueza humana daqueles a quem foi confiado o Evangelho. Devemos tomar conhecimento de tudo que a história registra a respeito dessas infidelidades e condená-las vigorosamente, para que não constituam obstáculo à difusão do Evangelho. Mas a Igreja tem consciência de quanto a experiência da história contribui para amadurecer suas relações com o mundo. Conduzida pelo Espírito Santo, a Igreja, como mãe, exorta seus filhos a se purificarem e a se renovarem, para que o sinal de Cristo brilhe cada vez mais na face da Igreja”.

Nota:188

Dá como exemplos: ministros ordenados exercendo profissões civis, diáconos permanentes podendo viver nas ordinárias condições da vida, o fato de os presbíteros poderem casar-se nas Igrejas Orientais etc. (cf. LG 31b).

LG 31b: “caráter secular caracteriza os leigos. Os membros das sagradas ordens, apesar de exercerem às vezes funções seculares ou de se ocuparem de coisas seculares, estão orientados para o ministério sagrado, em virtude de uma vocação especial. Os religiosos, por sua vida, testemunham de maneira clara e magnífica a transfiguração do mundo oferecido a Deus numa vida inspirada nas bem-aventuranças. A vocação própria dos leigos é administrar e ordenar as coisas temporais, em busca do reino de Deus. Vivem, pois, no mundo, isto é, em todas as profissões e trabalhos, nas condições comuns da vida familiar e social, que constituem a trama da existência. São aí chamados por Deus, como leigos, a viver segundo o espírito do Evangelho, como fermento de santificação no seio do mundo, brilhando em sua própria vida pelo testemunho da fé, da esperança e do amor, de maneira a manifestar Cristo a todos os homens. Compete-lhes pois, de modo especial, iluminar e organizar as coisas temporais a que estão vinculados, para que elas se orientem por Cristo e se desenvolvam em louvor do criador e do redentor”.

Nota:189

GS 43b: “Competem aos leigos, embora sem exclusividade, os deveres e as atividades seculares. Agindo como cidadãos do mundo, individual ou coletivamente, observarão as normas de cada disciplina e procurarão adquirir verdadeira competência nos setores em que atuam. Trabalharão em cooperação com os demais, na busca dos mesmos objetivos. Imbuídos de fé e lhe reconhecendo claramente as exigências, tomarão e procurarão levar a bom termo as iniciativas que se fizerem necessárias. A lei divina se aplica às realidades temporais através dos leigos, agindo de acordo com sua consciência, devidamente formada. Mas os leigos devem contar com as luzes e a força espiritual dos sacerdotes. Não pensem, porém, que seus pastores sejam peritos ou tenham respostas prontas e soluções concretas para todas as questões que possam surgir. Não é esta a sua missão. Seu papel específico é contribuir com as luzes da sabedoria cristã, fiéis à doutrina do magistério”.

Nota:190

cf. **Fl 4,3:** “E a você, Sízigo, meu fiel companheiro, peço que as ajude, porque elas me ajudaram na luta pelo Evangelho, junto com Clemente e os meus outros colaboradores. Seus nomes estão no livro da vida”.

Rm 16,3-5: “Saudações a Prisca e Áquila, meus colaboradores em Jesus Cristo, que arriscaram a própria cabeça para salvar a minha vida. A eles não somente eu sou grato, mas também todas as igrejas dos pagãos. Saúdem também a igreja que se reúne na casa deles. Saudações ao meu caro Epêneto, o primeiro fruto da Ásia para Cristo”.

Nota:191

LG 33c: “Além desse apostolado, comum a todos os fiéis, os leigos podem ainda ser chamados de diversos modos, a cooperar de maneira mais imediata com o apostolado da hierarquia, a exemplo dos homens e mulheres que, trabalhando muito no Senhor, ajudaram o apóstolo Paulo na evangelização (cf. Fl 4, 3; Rm 16, 3ss). Podem ser chamados, finalmente, pela hierarquia, a assumir certas funções eclesíásticas, que visam diretamente a fins espirituais”.

LG 18: “Para conduzir o povo de Deus e, sob todos os aspectos, fazê-lo crescer, o Cristo Senhor instituiu em sua Igreja diversos ministérios, que concorrem para o bem de todo o corpo. Os ministros dispõem do poder sagrado para servir seus irmãos, a fim de que todos os que pertencem ao povo de Deus participem da verdadeira dignidade cristã e alcancem a salvação, caminhando para o mesmo objetivo, em harmonia e liberdade.

Em continuidade com o Vaticano I, o concílio declara e ensina que Jesus Cristo, pastor eterno, edificou sua Igreja enviando os apóstolos como ele mesmo fora enviado pelo Pai (cf. Jo 20, 21). Determinou igualmente que os bispos, sucessores dos apóstolos, fossem pastores na Igreja, até o fim dos séculos. Além disso, para assegurar a unidade do episcopado, estabeleceu que Pedro presidisse aos apóstolos, constituindo-o, para sempre, princípio e fundamento visível da unidade de fé e comunhão. O concílio reafirma junto a todos os fiéis e declara, como doutrina em que se deve crer firmemente, a instituição, a perpetuidade, a importância e a razão do primado do pontífice romano e de seu magistério infalível. Nessa mesma linha, professa e declara diante de todos, a doutrina segundo a qual os bispos são sucessores dos apóstolos, que dirigem a casa do Deus vivo, juntamente com o sucessor de Pedro, vigário de Cristo e cabeça visível de toda a Igreja”.

AA 10: “Participantes das funções sacerdotal, profética e régia de Cristo, os leigos devem atuar na vida e no apostolado da Igreja. Nas comunidades cristãs sua atuação é indispensável, para que a atividade pastoral dos responsáveis possa ter resultados efetivos. Os leigos devem cultivar o espírito dos homens e mulheres que auxiliavam São Paulo na evangelização (cf. At 18, 18.26; Rm 16, 3), socorrendo os irmãos em suas necessidades e colaborando para manter o espírito tanto dos pastores como dos demais fiéis (cf. 1Cor, 16, 17-18).

Participando ativamente da vida litúrgica de suas respectivas comunidades, participem também de sua ação apostólica. Facilitem o acesso de pessoas afastadas da Igreja. Tomem parte ativa no serviço da palavra de

Deus, especialmente na catequese. Tornem mais eficaz a ação da Igreja, colocando suas competências a serviço da cura das almas e até da administração dos bens da Igreja.

A paróquia deve se tornar um exemplo claro de apostolado comunitário. Todas as diversidades humanas estão nela representadas e inseridas na universalidade da Igreja. Habituem-se os leigos a colaborar com os padres, na paróquia. Os problemas próprios e do mundo, assim como as questões referentes à salvação, devem ser analisados, discutidos e resolvidos em comum. Apóiem e se esforcem por secundar todas as iniciativas apostólicas e missionárias de sua família eclesial.

Alimentem igualmente o sentimento de pertencer à diocese, de que a paróquia é a célula. Mostrem-se sempre dispostos a aderir, na medida de suas forças, às iniciativas diocesanas, a convite do pastor. Melhor ainda, visando atender às necessidades das populações urbanas e rurais, não restrinjam sua cooperação aos limites da paróquia ou da diocese. Tenham em mente as realidades interparoquiais e interdiocesanas, nacionais e internacionais, tanto mais que crescem cada dia as migrações de populações inteiras, estendem-se a todo o globo as necessidades recíprocas entre os povos e aumentam as facilidades de comunicação. Não há mais setor ou parte da sociedade fechado sobre si mesmo. Preocupem-se pois com as necessidades do povo de Deus espalhado por toda a terra. Assumam a seu modo o trabalho missionário, com auxílios materiais e ajuda pessoal. Para o cristão é um dever e uma honra restituir a Deus parte dos bens dele recebidos.

12. Os jovens têm uma grande influência na sociedade atual. Modificaram-se profundamente suas condições de vida, sua maneira de pensar e as relações com suas famílias. Muitas vezes mudam rapidamente de condição social e econômica. No entanto, apesar de suas responsabilidades políticas e econômicas crescerem, verifica-se que estão muito malpreparados para assumi-las.

Ao crescimento de sua importância social deve corresponder igual crescimento de sua atividade apostólica, o que, aliás, corresponde também às suas inclinações naturais. São levados a assumir novas responsabilidades, com a consciência do amadurecimento de sua personalidade, o ardor de seus sentimentos e a tendência a uma atividade mais intensa. Aspiram ter maior participação na vida social e cultural. Um tal zelo, quando imbuído pelo Espírito de Cristo e animado pela obediência e pelo amor em relação aos pastores da Igreja, é promessa de grandes resultados apostólicos. São eles, em primeiro lugar, os apóstolos junto aos jovens de sua idade, agindo de acordo com o ambiente social em que vivem.

Que os adultos mantenham com os jovens um diálogo amigo, permitindo-lhes superar a distância da idade, conhecerem-se mutuamente e comunicar uns aos outros suas próprias riquezas. Os adultos devem estimular a juventude ao apostolado e auxiliá-la, primeiro pelo exemplo, depois por seus conselhos, quando a ocasião é propícia. Os jovens devem nutrir para com os adultos sentimentos de respeito e confiança. Embora naturalmente inclinados a apreciar as novidades, levem em conta o que é saudável nas tradições recebidas.

As crianças tenham também seu apostolado. Na medida de suas forças, sejam verdadeiras testemunhas vivas de Cristo junto aos seus coetâneos”.

AG 15: “Por intermédio das sementes da Palavra e pela pregação do Evangelho, o Espírito Santo chama a Cristo todos os seres humanos, desperta-lhes no coração a atitude de fé, gera nas fontes batismais, para uma nova vida, os que crêem em Cristo, reúne-os em um só povo de Deus como “raça eleita, sacerdócio régio, nação santa, povo adquirido por Deus” (1Pd 2, 9).

Como cooperadores de Deus os missionários devem suscitar grupos de fiéis que caminhem de maneira digna da vocação a que foram chamados e exerçam os papéis sacerdotal, profético e régio, que lhes foram atribuídos por Deus.

Dessa forma a comunidade cristã se torna sinal da presença de Deus no mundo. No sacrifício eucarístico, está em contato incessante com o Pai, por intermédio de Cristo. Alimentada constantemente pela palavra de Deus, dá testemunho de Cristo e caminha na caridade e no ardor apostólico, segundo o Espírito.

Desde o início a comunidade eclesial deve ser formada de tal maneira que possa suprir às suas próprias necessidades.

A comunidade dos fiéis, dotada com a riqueza cultural do povo a que pertence, deve estar profundamente radicada nesse povo. As famílias devem ser portadoras do espírito evangélico; as escolas, mantidas por pessoas capazes; estabeleçam-se associações e grupos por intermédio dos quais os leigos possam imbuir do espírito evangélico toda a sociedade; que reine finalmente um espírito de caridade entre os católicos de ritos diversos.

Cultive-se o espírito ecumênico entre os neófitos. Que encarem como irmãos em Cristo todos os discípulos de Cristo, regenerados pelo batismo e participantes dos muitos bens do povo de Deus. Na medida em que as circunstâncias religiosas o permitam, promovam-se atividades ecumênicas em comum, excluindo-se toda espécie de indiferentismo, confusão ou falsa emulação. Cooperando uns com os outros na ação social, nas áreas técnicas, culturais e religiosas, dá-se a todos testemunho da fé em Deus e em Jesus Cristo. A colaboração dos católicos obedeça às normas ditadas no decreto sobre o ecumenismo. Tenha-se em vista, antes de tudo, a Cristo, Nosso Senhor. Que seu nome nos reúna a todos! Não se trata de uma colaboração entre indivíduos apenas, mas deve se chegar, sob orientação do bispo, a uma colaboração entre igrejas e entre comunidades eclesiais.

Ao se reunirem na Igreja, “os fiéis não se diferenciam das outras pessoas nem pelo governo a que estão sujeitos, nem pela língua, nem pelas instituições políticas”. Vivem por isso para Deus e para Cristo, segundo as maneiras de ser e os costumes honestos de seu próprio povo. Como bons cidadãos, cultivam o amor da pátria, verdadeiro e eficaz, mas evitam absolutamente o nacionalismo exacerbado e o desprezo de outras raças, empenhados que estão na promoção do amor universal para com todos os seres humanos.

Na obtenção de tais objetivos, desempenham papel primordial os leigos, isto é, os fiéis que, tendo sido incorporados a Cristo pelo batismo, vivem contudo no mundo. Imbuídos do Espírito de Cristo, compete-lhes especificamente, como o fermento na massa, animar por dentro as realidades temporais e ordená-las de tal forma que se desenrolem sempre segundo o pensamento e a vontade de Cristo.

Não basta, porém, que a comunidade cristã esteja presente e seja organizada num determinado povo, como também não basta o apostolado do exemplo. Está presente e se organiza para anunciar Cristo aos cidadãos não-cristãos, pela palavra e pela ação, tudo fazendo para que o recebam da melhor forma possível.

A implantação e o crescimento da Igreja requerem grande diversidade de ministérios. A ação divina os suscita na comunidade, mas devem ser reconhecidos e cultivados com diligência. Dentre estes, contam-se o sacerdócio

e o diaconato, o ministério dos catequistas e a ação católica. Também os religiosos e religiosas são chamados a trabalhar para o enraizamento e conseqüente desenvolvimento, nas almas, do reino de Cristo, tanto pela oração como pela ação e demais obras indispensáveis”.

Nota:192

GS 43: “O concílio exorta os fiéis, cidadãos de uma e de outra cidade a se deixarem conduzir pelo espírito do Evangelho e, ao mesmo tempo, a cumprir fielmente seus deveres terrestres.

Afastam-se da verdade todos aqueles que, sabendo que não temos aqui morada permanente, mas buscamos a futura, julgam poder negligenciar suas obrigações temporais, pensando não lhes estar sujeitos por causa da fé, segundo a vocação a que cada um foi chamado.

Não é menor o erro daqueles que, pelo contrário, julgam poder mergulhar nos negócios terrenos independentemente das exigências da religião, pensando que esta se limita a determinados atos de culto e ao fiel cumprimento de certos preceitos morais. Esta divisão entre a fé professada e a vida cotidiana de muitos é um dos mais graves erros do nosso tempo. Os profetas, no Antigo Testamento, já o condenavam como um escândalo e Jesus Cristo, no Novo Testamento, o ameaça com pesadas penas.

Evite-se a perniciosa oposição entre as atividades profissionais e sociais, de um lado, e as religiosas, de outro. O cristão que não cumpre suas obrigações temporais, falta a seus deveres para com o próximo e para com Deus e põe em risco a sua salvação eterna.

Alegrem-se, ao contrário, os cristãos que, seguindo o exemplo de Cristo, que trabalhou como operário, exercem todas as suas atividades unificando os esforços humanos, domésticos, profissionais, científicos e técnicos numa síntese vital com os bens religiosos, sob cuja direção tudo se orienta para a glória de Deus.

Competem aos leigos, embora sem exclusividade, os deveres e as atividades seculares. Agindo como cidadãos do mundo, individual ou coletivamente, observarão as normas de cada disciplina e procurarão adquirir verdadeira competência nos setores em que atuam. Trabalharão em cooperação com os demais, na busca dos mesmos objetivos. Imbuídos de fé e lhe reconhecendo claramente as exigências, tomarão e procurarão levar a bom termo as iniciativas que se fizerem necessárias. A lei divina se aplica às realidades temporais através dos leigos, agindo de acordo com sua consciência, devidamente formada. Mas os leigos devem contar com as luzes e a força espiritual dos sacerdotes. Não pensem, porém, que seus pastores sejam peritos ou tenham respostas prontas e soluções concretas para todas as questões que possam surgir. Não é esta a sua missão. Seu papel específico é contribuir com as luzes da sabedoria cristã, fiéis à doutrina do magistério.

Em geral, as soluções se apresentarão como decorrência da visão cristã em determinadas circunstâncias. Muitas vezes acontece que outros cristãos, igualmente sinceros, pensarem de maneira diversa. Mesmo que a solução proposta por uma das partes decorra, aos olhos da maioria, dos mais autênticos princípios evangélicos, não pode pretender a exclusividade, em nome da autoridade da Igreja. Todos devem se empenhar num diálogo de esclarecimento recíproco, segundo as exigências da caridade e do bem comum.

Os leigos que têm responsabilidade na Igreja, estão obrigados a agir, no mundo, de acordo com o espírito cristão, sendo, entre os seres humanos, testemunhas de Cristo.

Bispos encarregados de governar a Igreja de Deus e sacerdotes, preguem de tal forma a mensagem de Cristo que todas as atividades temporais dos fiéis sejam iluminadas pelo Evangelho.

Os pastores devem estar conscientes de que seu modo de viver o dia-a-dia é responsável pela imagem que se tem da Igreja e da opinião que se forma a respeito da verdade e da força da mensagem cristã. Pela vida e pela palavra, juntamente com os religiosos e com os fiéis, mostrem que a Igreja, com todos os seus dons, pela sua simples presença, é fonte inexaurível das virtudes de que o mundo de hoje tanto precisa.

Dediquem-se aos estudos, para se tornarem capazes de dialogar com pessoas das mais variadas opiniões, tendo no coração o que diz o concílio: A humanidade é hoje cada vez mais una, do ponto de vista civil, econômico e social. É preciso pois que os sacerdotes atuem em conjunto, sob a direção dos bispos e do papa, evitando toda a dispersão de forças, para conduzir a humanidade à unidade da família de Deus.

Graças ao Espírito Santo a Igreja se manterá sempre como esposa fiel a seu Senhor e nunca deixará de ser, no mundo, sinal da salvação. Isto não quer dizer que entre os seus membros, não tenha havido muitos, através dos séculos, que foram infiéis ao Espírito de Deus, tanto clérigos como leigos. Ainda hoje a Igreja não ignora a distância que existe entre a mensagem que anuncia e a fraqueza humana daqueles a quem foi confiado o Evangelho. Devemos tomar conhecimento de tudo que a história registra a respeito dessas infidelidades e condená-las vigorosamente, para que não constituam obstáculo à difusão do Evangelho. Mas a Igreja tem consciência de quanto a experiência da história contribui para amadurecer suas relações com o mundo. Conduzida pelo Espírito Santo, a Igreja, como mãe, exorta seus filhos a se purificarem e a se renovarem, para que o sinal de Cristo brilhe cada mais”.

Nota:193

Se por autonomia das realidades terrestres entendemos que as coisas criadas e as mesmas sociedades gozam de leis e valores próprios, a serem conhecidos, usados e ordenados gradativamente pelo homem, é necessário absolutamente exigí-la. Isto não é só reivindicado pelos homens de nosso tempo, mas está também de acordo com a vontade do Criador. Pela própria condição da criação, todas as coisas são dotadas de fundamento próprio, verdade, bondade, leis e ordem específicas. O homem deve respeitar tudo isto, reconhecendo os métodos próprios de cada ciência e arte (GS 36b).

GS 36b: “É preciso defender a todo custo a autonomia das realidades terrenas, quando por autonomia se entende que as coisas criadas e as sociedades têm o direito de ser encaradas em si mesmas e de se organizar com seus valores e suas próprias leis, que se vão aos poucos descobrindo, explicitando e aplicando.

É uma exigência atual legítima, que está de acordo com a vontade do criador. Por condição própria, as criaturas são dotadas de consistência, verdade e bondade, e possuem suas leis, numa ordem que lhes é intrínseca. O ser humano as deve respeitar. As ciências e as técnicas, reconhecê-las, de acordo com seus respectivos métodos. A investigação metódica em todas as disciplinas, feita cientificamente e levando em conta as exigências morais intrínsecas ao próprio agir humano, jamais entrará em conflito com a fé, pois uma só e mesma é a origem das criaturas e da fé.

Quem investiga com humildade e perseverança o segredo das coisas é conduzido, mesmo sem o saber, pela mão de Deus, que a todas sustenta e faz serem o que são. É lamentável que se tenha introduzido, inclusive

entre os cristãos, uma certa atitude de desrespeito à autonomia das ciências, gerando disputas e controvérsias que levaram muitos a pensar que existisse uma oposição entre a ciência e a fé”.

Nota:194

A este respeito, LG 32 cita um belo texto de Santo Agostinho: Atemoriza-me o que sou para vós; consola-me o que sou convosco. Pois para vós sou bispo, convosco sou cristão. Aquilo é um dever, isto uma graça. O primeiro é um perigo, o segundo salvação.

LG 32: “A santa Igreja foi instituída por Deus com uma grande variedade de categorias e funções. Num só corpo há muitos membros e esses membros não têm todos a mesma função. O mesmo acontece conosco, embora sendo muitos, formamos um só corpo em Cristo, e, cada um por sua vez, é membro dos outros (Rm 12, 4).

O povo de Deus é uno: um só Senhor, uma fé, um só batismo (Ef 4, 5). A dignidade dos membros é a mesma, em virtude da regeneração em Cristo. A graça filial e a vocação à perfeição são também as mesmas. Uma salvação, uma esperança, uma e indivisível a caridade. Não há, portanto, em Cristo e não deve haver na Igreja nenhuma diferença de raça ou nação, de condição social ou de sexo, não há mais diferença entre judeu e grego, entre escravo e homem livre, entre homem e mulher, pois todos vocês são um só em Cristo Jesus (Gl 3, 28; cf. Cl 3, 11).

Na Igreja, embora nem todos sigam pelo mesmo caminho, são todos chamados à santidade e herdeiros da mesma fé, segundo a justiça de Deus (cf. 2Pd 1, 1). Todos são iguais em dignidade. A ação de todos os fiéis em vista da edificação do corpo de Cristo é comum a todos. No entanto, em benefício do conjunto, o próprio Cristo constitui alguns como doutores, pastores e dispensadores dos mistérios de Deus. A distinção estabelecida pelo Senhor entre os ministros sagrados e os outros membros do povo de Deus exige a união, pois vincula uns aos outros, pastores e fiéis. Os pastores devem se colocar a serviço uns dos outros e dos fiéis, à imitação do Senhor. Os fiéis, por sua vez, devem colaborar alegremente com os pastores e doutores. Na própria diversidade, todos dão testemunho da admirável unidade do corpo de Cristo. A variedade das graças, dos ministérios e das atividades congrega os filhos de Deus na unidade, pois é sempre o mesmo e único Espírito que tudo opera (1Cor 12, 11).

Cristo, Senhor de todas as coisas, veio para servir e não para ser servido (cf. Mt 20, 28). Os leigos o têm pois como irmão, graças à misericórdia divina. São também irmãos dos que estão encarregados do ministério sagrado. É pela autoridade de Cristo que apascentam a família de Deus, ensinando, santificando e dirigindo-a, para que seja cumprido por todos o novo mandamento da caridade. Agostinho o diz com rara felicidade: Assusta-me ser de vocês, consola-me estar com vocês. Sou de vocês como bispo, estou com vocês como cristão. Bispo é nome de função; cristão, o nome da graça. Um representa perigo, o outro, salvação”.

Nota:195

“Basta pensar na extraordinária riqueza da vida consagrada e em sua contribuição para a Igreja. Fazendo eco ao Concílio, que, significativamente, na *Lumen Gentium*, antepôs o capítulo sobre o Povo de Deus aos capítulos sobre a hierarquia e o laicato, e o capítulo sobre a vocação universal à santidade ao capítulo sobre os religiosos, o Código de Direito Canônico distingue, na Igreja, hierarquia, laicato e vida consagrada (cf. cân. 207)”.

Nota:196

cf. J. RATZINGER, *Fraternità cristiana*, Roma, 1962.

Nota:197

GS 36b: “É preciso defender a todo custo a autonomia das realidades terrenas, quando por autonomia se entende que as coisas criadas e as sociedades têm o direito de ser encaradas em si mesmas e de se organizar com seus valores e suas próprias leis, que se vão aos poucos descobrindo, explicitando e aplicando.

É uma exigência atual legítima, que está de acordo com a vontade do criador. Por condição própria, as criaturas são dotadas de consistência, verdade e bondade, e possuem suas leis, numa ordem que lhes é intrínseca. O ser humano as deve respeitar. As ciências e as técnicas, reconhecê-las, de acordo com seus respectivos métodos. A investigação metódica em todas as disciplinas, feita cientificamente e levando em conta as exigências morais intrínsecas ao próprio agir humano, jamais entrará em conflito com a fé, pois uma só e mesma é a origem das criaturas e da fé.

Quem investiga com humildade e perseverança o segredo das coisas é conduzido, mesmo sem o saber, pela mão de Deus, que a todas sustenta e faz serem o que são. É lamentável que se tenha introduzido, inclusive entre os cristãos, uma certa atitude de desrespeito à autonomia das ciências, gerando disputas e controvérsias que levaram muitos a pensar que existisse uma oposição entre a ciência e a fé”.

Nota:198

LG 33b: “O apostolado dos leigos é participação na missão salvadora da Igreja. Todos estão qualificados pelo Senhor ao exercício desse apostolado, através do batismo e da confirmação. A alma desse apostolado é a caridade para com Deus e para com os homens, alimentada e comunicada pelos sacramentos, especialmente pela eucaristia. Os leigos são especialmente chamados a tornar a Igreja presente e ativa nos lugares e nas circunstâncias onde somente por eles pode atuar o sal da terra. Através dos dons recebidos, todo leigo é, ao mesmo tempo, testemunha e instrumento da própria missão da Igreja, segundo a medida do dom de Cristo (Ef 4, 7)”.

Nota:199

EN 70: “Os leigos, a quem a sua vocação específica coloca no meio do mundo e à frente das mais variadas tarefas na ordem temporal, devem também eles, através disso mesmo, atuar uma singular forma de evangelização.

A sua primeira e imediata tarefa não é a instituição e o desenvolvimento da comunidade eclesial - esse é o papel específico dos pastores - mas sim, pôr em prática todas as possibilidades cristãs e evangélicas escondidas, mas já presentes e operantes, nas coisas do mundo. O campo próprio da sua atividade evangelizadora é o mesmo mundo vasto e complicado da política, da realidade social e da economia, como também o da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos meios de comunicação e, ainda, outras realidades abertas para a evangelização, como seja, o amor, a família, a educação das crianças e dos adolescentes, o trabalho profissional e o sofrimento. Quanto mais leigos houver impregnados do Evangelho, responsáveis em relação a tais realidades e comprometidos claramente nas mesmas, competentes para as promover e conscientes de que é necessário fazer desabrochar a sua capacidade cristã muitas vezes escondida

e asfixiada, tanto mais essas realidades, sem nada perder ou sacrificar do próprio coeficiente humano, mas patenteando uma dimensão transcendente para o além, não raro desconhecida, se virão a encontrar a serviço da edificação do reino de Deus e, por conseguinte, da salvação em Jesus Cristo”.

Nota:200

LG 9: “Todo aquele que pratica a justiça é acolhido por Deus (cf. At 10, 35), em qualquer situação, tempo ou lugar. Deus quis entretanto santificar e salvar os homens não como simples pessoas, independentemente dos laços sociais que os unem, mas constituiu um povo para reconhecê-lo na verdade e servi-lo na santidade.

Escolheu então o povo judeu, fez com ele uma aliança e o foi instruindo gradativamente. Manifestou-se-lhe revelando sua vontade através da história e o santificando para si.

Tudo isso, porém, era preparação e prenúncio da nova aliança, perfeita, a ser realizada em Cristo, Revelação plena, que seria selada pelo próprio Verbo de Deus encarnado. Virão os dias, diz o Senhor, que farei com a casa de Israel e com a casa de Judá uma nova aliança... Colocarei minha lei em seu peito e a escreverei em seu coração. Serei o Deus deles e eles serão o meu povo... Porque todos, grandes e pequenos, me conhecerão (Jr 31, 31-34).

Foi Cristo quem instituiu essa nova aliança, testamento novo, firmado com seu sangue (cf. 1Cor 11, 25), reunindo judeus e pagãos na unidade de um só povo, não segundo a raça, mas segundo o Espírito: o povo de Deus. Os fiéis renascem em Cristo pela palavra de Deus vivo (cf. 1Pd 1, 23), que não está sujeita à corrupção como o está a geração humana. Renascem não da carne, mas pela água e pelo Espírito Santo (cf. Jo 3, 5-6). Constituem, assim, uma raça eleita, sacerdócio régio, nação santa e povo adquirido (...) que antes não era povo, mas se tornou povo de Deus (1Pd 2, 9-10).

Cristo é a cabeça desse povo messiânico. Foi entregue à morte pelos nossos pecados, mas ressuscitou, para nos tornar justos (cf. Rm 4, 25). Seu nome reina agora gloriosamente no céu, acima de todo nome. A condição desse povo messiânico é a da dignidade e da liberdade dos filhos de Deus, em cujo coração habita, como num templo, o Espírito Santo. Sua lei é o mandamento novo: amar assim como Cristo nos amou (cf. Jo 13, 34). Seu objetivo, o reino de Deus iniciado na terra pelo próprio Deus e destinado a crescer até o fim dos séculos. Deus então o consumará com a vinda de Cristo, nossa vida (cf. Cl 3, 4) e a libertação da criatura da escravidão da corrupção, para participar da liberdade e da glória dos filhos de Deus (Rm 8, 21).

É verdade que o povo messiânico não reúne, de fato, todos os homens. Às vezes parece até não ser senão um grupo insignificante. Mesmo assim é princípio eficaz de unidade, esperança e salvação para todo o gênero humano. Cristo o estabeleceu na comunhão da vida, do amor e da verdade. Assumiu-o como instrumento de redenção universal e o estabeleceu como luz do mundo e sal da terra (cf. Mt 5, 13-16), enviando-o a todo o universo.

Caminhando no deserto, Israel merece, desde então, o nome de igreja de Deus (cf. Esd 13, 1; Nm 20, 4; Dt 23, 1). Da mesma forma, o novo Israel, que caminha na história, em direção à cidade futura que não passa (cf. Hb 13, 14), pode ser chamado igreja de Cristo (cf. Mt 16, 18), pois foi adquirido com seu sangue (cf. At 20, 28) e Cristo o cumulou de seu Espírito, dotando-o de todos os recursos necessários ao convívio social visível. Deus constituiu como igreja a reunião de todos os que reconhecem Jesus como autor da salvação, princípio de unidade e de paz. A Igreja é assim, para todos e para cada um dos homens em particular, o sacramento visível da unidade da salvação: estende-se a todas as latitudes e penetra toda a história humana, sem deixar de transcender a todos os tempos e limites.

A Igreja se alimenta da força da graça de Deus que lhe foi prometida pelo Senhor e caminha assim através de muitas tentações e sofrimentos. Apesar da fraqueza da carne, não deixará de ser fiel a seu Senhor, como esposa digna. Renova-se constantemente sob a ação do Espírito Santo, até que chegue, através da cruz, ao dia sem ocaso da ressurreição”.

Nota:201

AG 15: “Por intermédio das sementes da Palavra e pela pregação do Evangelho, o Espírito Santo chama a Cristo todos os seres humanos, desperta-lhes no coração a atitude de fé, gera nas fontes batismais, para uma nova vida, os que crêem em Cristo, reúne-os em um só povo de Deus como “raça eleita, sacerdócio régio, nação santa, povo adquirido por Deus” (1Pd 2, 9).

Como cooperadores de Deus os missionários devem suscitar grupos de fiéis que caminhem de maneira digna da vocação a que foram chamados e exerçam os papéis sacerdotal, profético e régio, que lhes foram atribuídos por Deus.

Dessa forma a comunidade cristã se torna sinal da presença de Deus no mundo. No sacrifício eucarístico, está em contato incessante com o Pai, por intermédio de Cristo. Alimentada constantemente pela palavra de Deus, dá testemunho de Cristo e caminha na caridade e no ardor apostólico, segundo o Espírito.

Desde o início a comunidade eclesial deve ser formada de tal maneira que possa suprir às suas próprias necessidades.

A comunidade dos fiéis, dotada com a riqueza cultural do povo a que pertence, deve estar profundamente radicada nesse povo. As famílias devem ser portadoras do espírito evangélico; as escolas, mantidas por pessoas capazes; estabeleçam-se associações e grupos por intermédio dos quais os leigos possam imbuir do espírito evangélico toda a sociedade; que reine finalmente um espírito de caridade entre os católicos de ritos diversos.

Cultive-se o espírito ecumênico entre os neófitos. Que encarem como irmãos em Cristo todos os discípulos de Cristo, regenerados pelo batismo e participantes dos muitos bens do povo de Deus. Na medida em que as circunstâncias religiosas o permitam, promovam-se atividades ecumênicas em comum, excluindo-se toda espécie de indiferentismo, confusão ou falsa emulação. Cooperando uns com os outros na ação social, nas áreas técnicas, culturais e religiosas, dá-se a todos testemunho da fé em Deus e em Jesus Cristo. A colaboração dos católicos obedeça às normas ditadas no decreto sobre o ecumenismo. Tenha-se em vista, antes de tudo, a Cristo, Nosso Senhor. Que seu nome nos reúna a todos! Não se trata de uma colaboração entre indivíduos apenas, mas deve se chegar, sob orientação do bispo, a uma colaboração entre igrejas e entre comunidades eclesiais.

Ao se reunirem na Igreja, “os fiéis não se diferenciam das outras pessoas nem pelo governo a que estão sujeitos, nem pela língua, nem pelas instituições políticas”. Vivem por isso para Deus e para Cristo, segundo as maneiras de ser e os costumes honestos de seu próprio povo. Como bons cidadãos, cultivam o amor da pátria,

verdadeiro e eficaz, mas evitam absolutamente o nacionalismo exacerbado e o desprezo de outras raças, empenhados que estão na promoção do amor universal para com todos os seres humanos.

Na obtenção de tais objetivos, desempenham papel primordial os leigos, isto é, os fiéis que, tendo sido incorporados a Cristo pelo batismo, vivem contudo no mundo. Imbuídos do Espírito de Cristo, compete-lhes especificamente, como o fermento na massa, animar por dentro as realidades temporais e ordená-las de tal forma que se desenrolem sempre segundo o pensamento e a vontade de Cristo.

Não basta, porém, que a comunidade cristã esteja presente e seja organizada num determinado povo, como também não basta o apostolado do exemplo. Está presente e se organiza para anunciar Cristo aos concidadãos não-cristãos, pela palavra e pela ação, tudo fazendo para que o recebam da melhor forma possível.

A implantação e o crescimento da Igreja requerem grande diversidade de ministérios. A ação divina os suscita na comunidade, mas devem ser reconhecidos e cultivados com diligência. Dentre estes, contam-se o sacerdócio e o diaconato, o ministério dos catequistas e a ação católica. Também os religiosos e religiosas são chamados a trabalhar para o enraizamento e consequente desenvolvimento, nas almas, do reino de Cristo, tanto pela oração como pela ação e demais obras indispensáveis”.

Nota:202

PO 6: “Como participantes da função de Cristo, cabeça e pastor, os padres, em nome do bispo, reúnem a família de Deus numa única fraternidade em torno de Deus Pai, no Espírito. Para o cumprimento desta missão e exercício de todas as outras funções, o padre recebe um poder espiritual de edificação da Igreja, que o dispõe a tratar a todos com a maior humanidade, a exemplo do Senhor. Não no sentido de querer sempre agradar a todos, mas levando a admoestá-los como a filhos caríssimos de acordo com as exigências da doutrina e da vida cristã, segundo o que diz o apóstolo: Insiste, oportuna e importunamente, argumenta e corrige, com toda paciência e doutrina.

Como educadores na fé, os sacerdotes, pessoalmente ou por meio de outros, cuidem de cada fiel em particular, para que sigam sua vocação própria, segundo o Evangelho. Ensine-os a agir segundo o Espírito Santo, na caridade e na liberdade pela qual Cristo nos libertou.

Pouco adiantam as belas cerimônias ou as associações cheias de vida, se não contribuem para o amadurecimento cristão das pessoas. Em vista desse objetivo, será de grande valia para os sacerdotes analisarem os acontecimentos, grandes e pequenos, em que se manifesta a vontade de Deus.

Ensinem os fiéis a não viverem exclusivamente em função de si mesmos. Com as graças que recebeu, cada um deve-se colocar a serviço dos outros e cumprir cristãmente seus deveres na sociedade, de acordo com as exigências da caridade.

Embora estejam a serviço de todos, os sacerdotes devem se dedicar de modo especial aos pobres e aos mais fracos, com que o Senhor se mostra mais intimamente unido e cuja evangelização é sinal da obra messiânica. Cuidem igualmente dos jovens. Também dos casais e dos pais, promovendo grupos de amizade e de ajuda mútua na vida cristã, que muito contribuem para enfrentar com maior facilidade os duros problemas do dia-a-dia.

Saibam os padres que os religiosos, homens e mulheres, são o que há de mais nobre na casa do Senhor, com direito a toda atenção, em vista de seu proveito espiritual, para o bem de toda a Igreja. Acima de tudo, assistam os doentes e agonizantes, visitando-os e confortando-os.

A função pastoral não se limita aos fiéis na sua individualidade, mas visa à formação da comunidade propriamente dita. O espírito comunitário deve ser alimentado tanto na igreja local como em relação à Igreja universal. A comunidade local não guarde para si os seus fiéis, mas estimule seu espírito missionário, para que se empenhem em abrir para todos os homens o caminho de Cristo.

Recomenda-se especial cuidado com os catecúmenos e neófitos que devem ser progressivamente levados a conhecer melhor e a praticar a vida cristã.

A comunidade cristã se edifica a partir da eucaristia, em que fixa suas raízes e apóia sua estrutura. É a base de todo trabalho pedagógico. A celebração eucarística quando autêntica e plena, leva à prática de todas as obras de caridade, à ação missionária, ao auxílio às missões e a todas as múltiplas formas de testemunho cristão. Sejam verdadeiras mães da comunidade eclesial pela caridade, oração, exemplo e obras de penitência, levando as almas a Cristo. É a forma mais eficaz de preparar o caminho de Cristo e da Igreja, mostrando-o aos que ainda não crêem, de estimular os fiéis e de prepará-los para os combates espirituais.

Na edificação da comunidade cristã, os sacerdotes não estejam a serviço de nenhuma ideologia ou partido humanos. Como arautos do Evangelho e pastores da Igreja, trabalhem sempre para o crescimento espiritual do corpo de Cristo”.

Nota:203

1Cor 14,24-25: “Ao contrário, se todos profetizarem, o incrédulo ou o simples ouvinte que entrar se sentirá persuadido de seu erro por todos, julgado por todos; e os segredos de seu coração serão desvendados; ele se prostrará com o rosto por terra, adorará a Deus e proclamará que Deus está realmente no meio de vocês”.

Nota:204

São freqüentes as queixas de que agentes de pastoral, padres e leigos, bem intencionados, exercem controle demasiadamente rigoroso sobre a participação de novos membros, desencorajando-os ou afastando-os. É preciso superar estas atitudes e ter mais respeito e paciência para com os novatos na comunidade, tendo o mesmo cuidado de Jesus de não apagar a mecha que fumega e não quebrar o caníço rachado (Cf. Mt 12,20).

Mt 12,20: “Não esmagará a cana quebrada, nem apagará o pavio que ainda fumega, até que leve o julgamento à vitória”.

Nota:205

cf. **Gl 3,28:** “Não há mais diferença entre judeu e grego; entre escravo e homem livre; entre homem e mulher, pois todos vocês são um só em Jesus Cristo”.

Nota:206

UR 3: “Nesta Igreja de Deus, una e única, surgiram, desde o início, algumas fissuras, que o apóstolo condena com vigor. Com o passar dos séculos, apareceram maiores dissensões, sendo que muitas comunidades se afastaram da plena comunhão com a Igreja católica, quase sempre com culpa de pessoas de ambos os lados.

Os que hoje nascem nessas comunidades e por seu intermédio recebem a fé não podem ser acusados do pecado de separação. A Igreja católica os abraça com respeito e amor fraternos.

Os que crêem em Cristo e foram devidamente batizados mantêm comunhão, embora imperfeita, com a Igreja católica. As discrepâncias doutrinárias, disciplinares ou relativas à estrutura da Igreja, que existem em relação aos católicos, criam sérios impedimentos à plena comunhão eclesial, que o movimento ecumênico procura justamente superar.

No entanto, os que são justificados pela fé e se tornam, no batismo, membros de Cristo merecem o nome de cristãos e são reconhecidos como irmãos no Senhor, pelos filhos da Igreja católica.

Além disso, dentre os elementos ou bens que, tomados em seu conjunto, constituem e vivificam a Igreja, muitos dentre os mais importantes podem existir fora das fronteiras visíveis da Igreja católica, tais como: a palavra de Deus escrita, a vida da graça, a fé, a esperança e o amor, os dons interiores e os sinais visíveis do Espírito Santo. Tudo isso provém de Cristo e a Cristo conduz, pertencendo, pois, de direito, à Igreja de Cristo.

Os irmãos separados realizam também inúmeras ações sagradas da religião cristã, as quais, de diversos modos e dependendo da condição específica de cada igreja ou comunidade, geram e alimentam realmente a vida da graça e podem ser consideradas aptas a abrir as portas da salvação.

Por conseguinte as Igrejas e as comunidades separadas, apesar de seus limites, não podem ser inteiramente despidas de significação e peso no mistério da salvação. O Espírito de Cristo não reluta em passar por elas como meios de salvação, cuja virtude deriva da plenitude de graça e verdade, confiada à Igreja católica.

No entanto os irmãos separados de nós, quer individualmente, quer em suas comunidades ou igrejas, não gozam da unidade com que Jesus Cristo quis cumular todos os que reuniu num só corpo, regenerou e vivificou para a nova vida, tal como o professam as Escrituras Sagradas e a Tradição.

A plenitude dos meios de salvação reside somente na Igreja católica de Cristo, que constitui o auxílio, na sua generalidade. Acreditamos, de fato, que o Senhor somente confiou a totalidade dos bens da Nova Aliança ao colégio apostólico, presidido por Pedro, para de fato constituir, na terra, um só corpo de Cristo, a que todo o povo de Deus é chamado a se incorporar e ao qual, de certo modo, já pertence.

Esse povo, durante sua peregrinação terrestre, embora, em seus membros, esteja sujeito ao pecado, vai crescendo em Cristo, para Deus, de acordo com seus misteriosos desígnios, e é suavemente conduzido para a plenitude final da glória eterna, na Jerusalém celestial, a que chegará um dia, na alegria”.

Nota:207

AA 18: “Os fiéis são pessoalmente chamados a exercer o apostolado nas diversas situações em que se encontram. Lembrem-se, contudo, de que o homem é, por natureza, social e que Deus quis reunir os fiéis a Cristo num único povo de Deus (cf. 1 Pd 2, 5-10) e num só corpo (cf. 1Cor 12, 12). O apostolado em associação corresponde pois às exigências tanto cristãs como humanas dos fiéis, é sinal da comunhão e da unidade da Igreja em Cristo, que disse: Onde dois ou três de vocês estiverem reunidos em meu nome, aí estou em seu meio (Mt 18, 20).

Que os fiéis exerçam seu apostolado num único espírito. Sejam apóstolos quer em sua comunidade familiar, quer na paróquia e na diocese, expressão da natureza comunitária do apostolado, quer ainda em outras associações livres que forem instituídas.

Quer nas comunidades eclesiais, quer em outros ambientes, o apostolado requer, quase sempre, uma ação comum. Daí a grande importância que tem o apostolado associado. As associações fundadas com objetivo apostólico dão apoio aos seus membros e os formam para o apostolado, preparam-nos para agir corretamente do ponto de vista apostólico e os disciplinam, de modo a permitir que se obtenham resultados muito mais apreciáveis do que se agissem separadamente.

Nas atuais circunstâncias é preciso reforçar as formas associadas e organizadas de apostolado leigo, pois só a íntima união de forças pode fazer face aos desafios apostólicos atuais e proteger contra grandes ameaças. Por isso é indispensável que o apostolado penetre na mentalidade comum e na condição social de todos aqueles a que se dirige, sem o que dificilmente se resistiriam às pressões da opinião pública e das instituições adversas”.

Nota:208

UR 5: “A preocupação de restaurar a unidade concerne a toda a Igreja, tanto aos fiéis quanto aos pastores, de acordo com a posição de cada um, tanto no que se refere à vida cristã, como no que diz respeito aos estudos teológicos e históricos. Tornando-se comum a todos os cristãos, essa preocupação já por si mesma comporta uma certa união fraterna entre todos e vai levando, naturalmente, à unidade plena e perfeita, segundo a misericórdia de Deus”.

Nota:209

CD 27: “O principal cargo da cúria é o de vigário-geral. Sempre que for necessário ao governo da diocese, o bispo pode estabelecer um ou mais vigários episcopais, que, numa determinada parte da diocese, em certo tipo de atividade ou em relação aos fiéis de determinado rito, gozam do poder reconhecido pelo direito aos vigários-gerais.

Entre os cooperadores do bispo, no governo da diocese, contam-se os sacerdotes que constituem seu senado ou conselho, como o capítulo da catedral, os grupos de consultores ou outros conselhos, de acordo com as circunstâncias locais ou a natureza do que está em jogo. Estas organizações, a começar pelos capítulos das catedrais, devem ser reformadas de acordo com as necessidades e exigências dos dias de hoje.

Os sacerdotes e os leigos que prestam serviço na cúria saibam que são auxiliares do ministério pastoral do bispo.

A cúria diocesana deve ser um instrumento apto à ação do bispo, tanto na administração da diocese, quanto no apostolado.

Seria desejável que se instituisse em todas as dioceses o conselho pastoral, presidido pelo próprio bispo diocesano, de que participassem clérigos, religiosos e leigos, especialmente escolhidos. Sua função seria investigar e apreciar tudo que se relacione com a pastoral, procurando chegar a conclusões práticas”.

AA 26: “Na medida do possível mantenham as dioceses conselhos que assistam às obras apostólicas, tanto de evangelização e santificação, como de caridade ou de ação social, estabelecendo-se frutífera colaboração entre clérigos, religiosos e leigos. Estes conselhos podem favorecer a coordenação entre diversas associações e iniciativas, sem prejuízo da índole própria e da autonomia de cada uma.

Conselhos análogos sejam criados, se possível, em âmbito paroquial ou interparoquial, inter-diocesano, nacional e até internacional.

Constitua-se também junto à santa sé um secretariado especial para servir e animar o apostolado dos leigos, dotado de instrumentos para tornar conhecidas as diversas iniciativas apostólicas dos leigos, pesquisar e estudar as questões atuais concernentes ao tema e assistir a hierarquia e o laicato em suas obras apostólicas. Participam desse secretariado os diversos movimentos leigos em todo o mundo, em colaboração com religiosos e clérigos”.

Nota:210

Puebla, 645: “Na Igreja particular, constituída à imagem da Igreja universal, encontra-se e opera verdadeiramente a Igreja de Cristo que é una, santa, católica e apostólica. Ela é uma parte do povo de Deus, definida por um contexto sociocultural mais amplo, onde se encarna. Sua primazia no conjunto das comunidades eclesiais deve-se ao fato de ser presidida pelo bispo, dotado de forma plena e sacramental do tríplice ministério de Cristo, cabeça do corpo místico, profeta, sacerdote e pastor. O bispo é, em cada Igreja particular, princípio e fundamento de unidade da mesma”.

Nota:211

cf. CNBB, *Vida e ministério do presbítero – pastoral vocacional*. Documento 20, São Paulo, Paulinas, 1981, 152. cf. também PRNM, 88-89.

Vida e Ministério do Presbítero, 152: “c) fazer com que todos os fiéis, diretamente ou através de representantes eleitos, participem quanto possível não só da execução, mas também do *planejamento* e das *decisões* relativas à vida eclesial e à ação pastoral; para isso podem promover-se periodicamente assembléias e sínodos do povo de Deus, devendo-se manter, em todos os níveis, conselhos pastorais, como recomenda o Concílio (CD 27/108; AA 26/1429-30) e Puebla o reafirma (Puebla 645), inclusive através de explícito compromisso dos bispos (Puebla 704)”.

PRNM, 88: “Na Igreja particular como comunhão de vocações, carismas e ministérios, há tarefas e responsabilidades específicas. Ao presbitério, presidido pelo Bispo, cabe a fundamental tarefa de unir e motivar todos os membros da comunidade diocesana para assumirem, com generosidade e alegria, este imenso mutirão evangelizador. Entretanto, na tarefa de acolher o Evangelho como experiência de vida, de expressá-lo no cotidiano, o protagonismo é do cristão leigo. Este protagonismo requer profundas mudanças no estilo do governo e no exercício da autoridade por parte da hierarquia, para permitir e encorajar a comunhão, a participação e a co-responsabilidade dos leigos na tomada de decisões pastorais, valorizando o voto dos conselhos pastorais e a presença ativa dos fiéis em Sínodos e Concílios particulares, conforme está previsto por documentos oficiais da Igreja.

89. Muitas vezes, o mais generoso e eficaz trabalho de inculturação do Evangelho é feito pelas mulheres, através da educação dos filhos, da animação da vida comunitária, da participação eclesial e de muitas outras formas. Esta presença feminina, predominante nos trabalhos de base, deverá ter maior acesso às responsabilidades de direção e à participação nas decisões importantes da vida eclesial. Mais ainda: é preciso que a questão do reconhecimento da dignidade da mulher na Igreja e a busca de relações verdadeiramente humanas entre homens e mulheres seja objeto de reflexão teológica e de efetivo progresso na vida pastoral das comunidades”.

Nota:212

CNBB, Missão e Ministérios dos Cristãos Leigos e Leigas, Doc. 62, art. 23 e 35: “Recentemente, em lugar da cultura tradicional, difundiu-se a cultura da *modernidade*, caracterizada pela crítica do passado e a oferta de diferentes modelos de vida. Em outras palavras, no Brasil como nas sociedades modernas, predomina hoje o **pluralismo cultural**, que, a partir dos centros urbanos, se alastra por todo o território nacional. O pluralismo é, em si, fator positivo, quando proporciona diálogo e respeito mútuo entre as diversas culturas. Mas, de fato, ele é limitado e ameaçado pela poderosa influência dos meios de comunicação de massa, transmissores da **cultura global**, regida pelas leis do mercado, desprovida de preocupações éticas, manipuladora das consciências. Os meios de comunicação de massa podem contribuir para aumentar enormemente a difusão da informação e do conhecimento, mas de fato o seu uso sofre graves distorções. Eles agem muitas vezes no sentido da homogeneização da cultura, difundindo no mundo inteiro os mesmos produtos culturais e os mesmos modelos de comportamento. A essa **cultura de massa** resistem, com dificuldades, a **cultura popular**, com sólidas raízes no mundo rural, e a **cultura erudita e científica**.

35. Cresce igualmente um **clima favorável ao ecumenismo e ao diálogo entre as religiões**, apesar de resistências de grupos radicais, por um lado, e apesar das tendências de nivelar e confundir toda e qualquer experiência religiosa, por outro lado. Os não-católicos representam hoje, no meio urbano, 20%, ou mais, da população, o que significa também que nossos fiéis freqüentemente se encontram e dialogam com pessoas de outros credos, sendo muitas vezes questionados em sua própria fé. O diálogo ecumênico e inter-religioso deixa de ser um assunto de poucos, para tornar-se uma experiência cotidiana e permanente de muitos.

CNBB, Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora, Doc. 54 (1995-1998), art. 157-161: “Junto com o pluralismo cultural e ético, a sociedade brasileira é hoje marcada pelo pluralismo *religioso*. Este pluralismo se acentuou nos últimos anos, tanto no plano quantitativo quanto na variedade das formas. As pesquisas mais recentes parecem confirmar que permanece, no povo brasileiro, uma *religiosidade de fundo*. Bem poucos são os brasileiros que se declaram ateus ou dizem não acreditar em nada. A Igreja continua como a instituição mais confiável (com 58 % de confia sempre e 16% de confia na maior parte das vezes).

158. A porcentagem dos que se declaram *católicos*, porém, continua *diminuindo*. O fenômeno é mais evidente nas cidades e, com o aumento da urbanização, tornou-se ultimamente mais visível. Hoje estão disponíveis os dados de pesquisas por amostragem que, mesmo podendo ter pequena margem de erro, são adequados para delimitar o fenômeno. Uma pesquisa de agosto/setembro de 1994, que sondou as preferências eleitorais de quase 21.000 eleitores, encontrou uma porcentagem de cerca de 75% de católicos, de 20% de outras religiões e 5% sem religião nenhuma.

159. Entre os que declaram pertencer a outras religiões, 3,4% dos eleitores são protestantes históricos ou tradicionais; 9,9% são protestantes pentecostais; 3,5% são espíritas kardecistas; 1,3% se dizem ligados a cultos afro-brasileiros; e 2% pertencem a outras religiões ainda (como islamismo, judaísmo, budismo, Seicho-no-iê, Perfeita Liberdade, etc.).

160. Uma novidade dessa pesquisa é que ela procurou medir também a diversidade interna do catolicismo. Assim os católicos incluíam 1,8% dos eleitores (ou seja, quase dois milhões de pessoas) ligados

às CEBs, 3,8% dos eleitores (ou quase 4 milhões de pessoas) ligados à RCC (Renovação Carismática Católica) e 7,9% dos eleitores (ou quase 8 milhões de pessoas) ligados a outros movimentos católicos (de jovens, de casais, etc.). Os outros católicos (61,4% da população) não estão ligados a nenhum movimento específico e são classificados como tradicionais. As diferenças nas intenções de voto dos diversos grupos confirmam a *diferenciação interna*, ao menos no plano ideológico e político, dos católicos.

161. *O pluralismo é maior nas grandes cidades*, onde a porcentagem de católicos é a mais baixa; por exemplo: Rio de Janeiro, 59,3%; São Paulo, 65,2%; Salvador, 65,3%. Os católicos são proporcionalmente menos numerosos nas Capitais e Regiões metropolitanas; estão próximos da média geral nas cidades grandes e médias do interior; são proporcionalmente mais numerosos que as outras religiões nas cidades pequenas. Os números apontam, portanto, para os católicos, o desafio da *pastoral das grandes cidades*. Mas também as outras religiões têm uma distribuição geográfica que não é uniforme. Em geral, todas elas são relativamente mais numerosas nas Capitais e Regiões metropolitanas do que no interior. Muito fraca é a presença de espíritas e kardecistas nas cidades pequenas. Os pentecostais estão mais presentes nas cidades pequenas do que nas médias e grandes do interior”.

Nota:213

EA, 41: “A paróquia é um lugar privilegiado onde os fiéis podem fazer a experiência concreta da Igreja. Hoje em dia, tanto na América como em outras partes do mundo, a paróquia atravessa por vezes algumas dificuldades no desempenho da própria missão. Ela precisa de uma contínua renovação a partir do princípio fundamental de que “a paróquia deve continuar a ser acima de tudo comunidade eucarística”. Esse princípio implica que “as paróquias são chamadas a ser acolhedoras e solidárias, lugar da iniciação cristã, da educação e da celebração da fé, abertas à variedade de carismas, serviços e ministérios, organizadas comunitária e responsabilmente, capazes de comprometer os movimentos de apostolado já atuantes, atentas às distintas culturas dos habitantes, abertas aos projetos pastorais e supraparociais e às realidades circunstantes”.

Merecem uma especial atenção, pela sua problemática específica, as paróquias nos grandes aglomerados urbanos, onde as dificuldades são tão grandes que as normais estruturas pastorais vem a ser inadequadas e as possibilidades de ação apostólica notavelmente reduzidas. Contudo, a instituição paroquial conserva a sua importância e deve ser mantida. Para alcançar este objetivo, ocorre “continuar na procura dos meios com os quais a paróquia e as suas estruturas pastorais se tornem mais eficazes nas zonas urbanas”. Um meio de renovação paroquial, particularmente urgente nas paróquias das grandes cidades, pode ser encontrado talvez considerando a paróquia como comunidade de comunidades e de movimentos. Por isso, é oportuno a formação de comunidades e de grupos eclesiais de tal dimensão, que permitam estabelecer verdadeiras relações humanas. Isso permitirá viver mais intensamente a comunhão, preocupando-se em cultivá-la não somente “ad intra”, mas também com a comunidade paroquial à qual pertencem tais grupos, e com toda a Igreja diocesana e universal. Dessa forma será mais fácil, no âmbito deste contexto humano, reunir-se na escuta da Palavra de Deus, para refletir, à sua luz, sobre os vários problemas humanos e concluir opções responsáveis inspiradas no amor universal de Cristo. A instituição paroquial assim renovada “pode suscitar uma grande esperança. Pode formar comunitariamente as pessoas, oferecer ajuda à vida familiar, superar a condição de anonimato, acolher as pessoas e ajudá-las a inserir-se no âmbito local e da sociedade”. Deste modo, hoje cada paróquia, especialmente as sediadas nas cidades, poderá promover uma evangelização mais pessoal, e, ao mesmo tempo, aumentar as relações positivas com os outros agentes sociais, educacionais e comunitários.

Além disso, ‘este tipo de paróquia renovada requer uma figura de pastor que, sobretudo, cultive uma profunda experiência de Cristo vivo, com espírito missionário, coração paterno, que seja animador da vida espiritual e evangelizador, capaz de promover a participação. A paróquia renovada necessita da colaboração dos leigos, de um animador da atividade pastoral e da capacidade do pastor de trabalhar com os demais. As paróquias na América se devem notar pelo espírito missionário, que as levem a estender a própria ação fora dos próprios limites”.

Confira também **EA, 21:** “Evangelizar a cultura urbana constitui um formidável desafio para a Igreja que, assim como durante séculos soube evangelizar a cultura rural, da mesma forma é também chamada hoje a levar a cabo uma evangelização urbana metódica e capilar por meio da catequese, liturgia e mesmo do modo de organizar as próprias estruturas pastorais”.

Nota:214

AA 13: “O apostolado do meio, isto é, o empenho em inculcar o espírito cristão nas mentes e nos costumes, nas leis e nas estruturas em que se vive, é a função específica dos leigos. Só eles a podem cumprir devidamente. São chamados a exercer o apostolado junto aos seus semelhantes. A palavra só é proclamada em decorrência do testemunho da vida. Os leigos estão mais aptos do que ninguém para ajudar seus irmãos no campo, no trabalho, no exercício da profissão ou no estudo, na vizinhança, no lazer e nas mais diversas associações.

Os leigos exercem no mundo esta missão da Igreja graças à coerência entre a vida e a fé, que os torna luz do mundo. Por sua honestidade em todas as circunstâncias, atraem os outros para o amor do que é verdadeiro e bom e, em última análise, para Cristo e para a Igreja. O amor fraterno os torna participantes das condições reais em que vivem os seres humanos, nossos irmãos, de seus trabalhos, sofrimentos e aspirações, preparando-lhes pouco a pouco o coração para acolher a ação da graça. Conscientes de seu papel na edificação da sociedade, procuram cumprir com magnanimidade cristã seus deveres familiares, sociais e profissionais. Este seu modo de agir vai progressivamente se difundindo no meio em que vivem e trabalham.

Todos devem exercer esse apostolado. Ninguém se eximia de fazer o bem espiritual e temporal que esteja a seu alcance. Mas os verdadeiros apóstolos vão mais longe: procuram orientar as almas para Cristo também pelo anúncio da palavra. Há muita gente que só tem possibilidade de ouvir o Evangelho e conhecer a Cristo por intermédio dos leigos com que convive”.

Nota:215

EN 31: “Entre evangelização e promoção humana - desenvolvimento, libertação - existem de fato laços profundos: laços de ordem antropológica, dado que o homem que há de ser evangelizado não é um ser abstrato, mas é sim um ser condicionado pelo conjunto dos problemas sociais e econômicos; laços de ordem teológica, porque não se pode nunca dissociar o plano da criação do plano da redenção, um e outro a abrangerem as situações bem concretas da injustiça que há de ser combatida e da justiça a ser restaurada; laços daquela ordem eminentemente evangélica, qual é a ordem da caridade: como se poderia, realmente,

proclamar o mandamento novo sem promover na justiça e na paz o verdadeiro e o autêntico progresso do homem? Nós próprios tivemos o cuidado de salientar isto mesmo, ao recordar que é impossível aceitar “que a obra da evangelização possa ou deva negligenciar os problemas extremamente graves, agitados sobremaneira hoje em dia, pelo que se refere à justiça, à libertação, ao desenvolvimento e à paz no mundo. Se isso porventura acontecesse, seria ignorar a doutrina do Evangelho sobre o amor para com o próximo que sofre ou se encontra em necessidade”.

Pois bem: aquelas mesmas vozes que, com zelo, inteligência e coragem, ventilaram este tema candente, no decorrer do referido Sínodo, com grande alegria nossa forneceram os princípios iluminadores para bem se captar o alcance e o sentido profundo da libertação, conforme ela foi anunciada e realizada por Jesus de Nazaré e conforme a Igreja a apregoa”.

Nota:216

Puebla, 28, 487: “28. Vemos, à luz da fé, como um escândalo e uma contradição com o ser cristão, a brecha crescente entre ricos e pobres. O luxo de alguns poucos converte-se em insulto contra a miséria das grandes massas. Isto é contrário ao plano do Criador e à honra que lhe é devida. Nesta angústia e dor, a Igreja discerne uma situação de pecado social, cuja gravidade é tanto maior quanto se dá em países que se dizem católicos e que têm a capacidade de mudar: “que se derrubem as barreiras da exploração. .. contra as quais se estraçalham seus maiores esforços de promoção” (João Paulo II, Alocução Oaxaca 5 AAS LXXI p. 209).

487. Como pastores da América Latina, temos razões gravíssimas para urgir a evangelização libertadora, não só porque é necessário recordar o pecado individual e social, mas também porque de Medellín para cá a situação se agravou na maioria de nossos países”.

EA 56: “À luz da doutrina social da Igreja compreende-se melhor a gravidade dos “pecados sociais que clamam ao céu, porque geram violência, rompem a paz e a harmonia entre as comunidades de uma mesma nação, entre nações e as diferentes zonas do Continente”. Entre eles devem ser lembrados, “o comércio de drogas, a reciclagem de lucros ilícitos, a corrupção em qualquer ambiente, o terror da violência, a corrida aos armamentos, a discriminação racial, as desigualdades entre os grupos sociais, a destruição irracional da natureza”. Estes pecados manifestam uma crise profunda devida à perda do sentido de Deus e pela ausência daqueles princípios morais que devem nortear a vida de cada homem. Sem referências morais, cai-se na avidez desenfreada de riqueza e de poder, que ofusca qualquer visão evangélica da realidade social.

Não raro, isto leva algumas instâncias públicas a descurar a situação social. Domina cada vez mais, em muitos Países americanos, um sistema conhecido como “neoliberalismo”; sistema este que, apoiado numa concepção economicista do homem, considera o lucro e as leis de mercado como parâmetros absolutos a prejuízo da dignidade e do respeito da pessoa e do povo. Por vezes, este sistema transformou-se numa justificação ideológica de algumas atitudes e modos de agir no campo social e político que provocam a marginalização dos mais fracos. De fato, os pobres são sempre mais numerosos, vítimas de determinadas políticas e estruturas freqüentemente injustas.

A melhor resposta, a partir do Evangelho, para esta dramática situação é a promoção da solidariedade e da paz, em vista da efetiva realização da justiça. A tal fim, ocorre estimular e ajudar os que são exemplo de honestidade na administração das finanças públicas e da justiça. Ocorre, outrossim, apoiar o processo de democratização que se está realizando na América, pois num sistema democrático são maiores as possibilidades de controle que permitem evitar os abusos.

“O Estado de direito é a condição necessária para estabelecer uma autêntica democracia”. Para que esta se possa desenvolver, é necessária a educação cívica e a promoção da ordem pública e da paz. Com efeito, “não há democracia autêntica e estável sem justiça social. Por isso, é necessário que a Igreja ponha maior atenção na formação das consciências, prepare os dirigentes sociais para a vida pública em todos os níveis, promova a educação cívica, a observância da lei e dos direitos humanos e dedique um maior esforço para a formação ética da classe política”.

Nota:217

CfL, 33-35: “Os fiéis leigos, precisamente por serem membros da Igreja, têm por vocação e por missão anunciar o Evangelho: para essa obra foram habilitados e nela empenhados pelos sacramentos da iniciação cristã e pelos dons do Espírito Santo.

Leiamos um texto claro e denso do Concílio Vaticano II: Porque participam do múnus sacerdotal, profético e real de Cristo, os leigos têm parte ativa na vida e na ação da Igreja... Fortalecidos pela participação ativa da vida litúrgica da comunidade, empenham-se nas obras apostólicas da mesma. Conduzem à Igreja os homens que porventura andem longe, cooperam intensamente na comunicação da Palavra de Deus, sobretudo pela atividade catequética, e tornam mais eficaz, com o contributo da sua competência, a cura de almas e até a administração dos bens da Igreja.

Ora, é na evangelização que se concentra e se desenrola toda a missão da Igreja, cujo percurso histórico se faz sob a graça e ordem de Jesus Cristo: Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda a criatura... Eis que eu estou convosco todos os dias até ao fim do mundo (Mt 16,15; cf. Mt 28,20). Evangelizar escreve Paulo VI é a graça e a vocação própria da Igreja, a sua identidade mais profunda.

Com a evangelização, a Igreja é construída e plasmada como comunidade de fé: mais precisamente, como comunidade de uma fé confessada na adesão à Palavra de Deus, celebrada nos sacramentos e vivida na caridade, como alma da existência moral cristã. Com efeito, a Boa Nova tende a suscitar no coração e na vida do homem a conversão e a adesão pessoal a Jesus Cristo Salvador e Senhor; dispõe ao Batismo e à Eucaristia e consolida-se no propósito e na realização da nova vida segundo o Espírito.

Sem dúvida, a ordem de Jesus: Ide e pregai o Evangelho conserva sempre a sua validade e está cheia de uma urgência que não passa. Todavia, a situação atual, não só do mundo mas também de tantas partes da Igreja, exige absolutamente que à palavra de Cristo se preste uma obediência mais pronta e generosa. Todo discípulo é chamado em primeira pessoa; nenhum discípulo pode eximir-se de dar sua própria resposta: Ai de mim se não evangelizar (1Cor 9,16).

34. Países inteiros e nações, onde a religião e a vida cristã foram em tempos tão prósperas e capazes de dar origem a comunidades de fé viva e operosa, encontram-se hoje sujeitos a dura prova, e, por vezes, até são radicalmente transformados pela contínua difusão do indiferentismo, do secularismo e do ateísmo. É o caso, em especial, dos países e das nações do chamado Primeiro Mundo, onde o bem-estar econômico e o consumismo,

embora misturados com tremendas situações de pobreza e de miséria, inspiram e permitem viver como se Deus não existisse. Ora, a indiferença religiosa e a total insignificância prática de Deus nos problemas, mesmo graves, da vida não são menos preocupantes e subversivos do que o ateísmo declarado. E também a fé cristã, mesmo sobrevivendo em algumas manifestações tradicionais e ritualistas, tende a desaparecer nos momentos mais significativos da existência, como os momentos do nascer, do sofrer e do morrer. Daí que se levantem interrogações e enigmas tremendos, que, ao ficarem sem resposta, expõem o homem contemporâneo a desilusão desconfortante e à tentação de eliminar a mesma vida humana que levanta esses problemas.

Noutras regiões ou nações, porém, conservam-se bem vivas ainda tradições de piedade e de religiosidade popular cristã; mas, esse patrimônio moral e espiritual corre hoje o risco de esbater-se sob o impacto de múltiplos processos, entre os quais sobressaem a secularização e a difusão das seitas. Só uma nova evangelização poderá garantir o crescimento de uma fé límpida e profunda, capaz de converter tais tradições numa força de liberdade autêntica.

É urgente, sem dúvida, refazer em toda parte o tecido cristão da sociedade humana. Mas, a condição é a de se refazer o tecido cristão das próprias comunidades eclesiais que vivem nesses países e nessas nações.

Ora, os fiéis leigos, por força da sua participação do múnus profético de Cristo, estão plenamente envolvidos nessa tarefa da Igreja. Pertence-lhes, em particular, dar testemunho de como a fé cristã, mais ou menos conscientemente ouvida e invocada por todos, seja a única resposta plenamente válida para os problemas e as esperanças que a vida põe a cada homem e a cada sociedade. Será isso possível se os fiéis leigos souberem ultrapassar em si mesmos a ruptura entre o Evangelho e a vida, refazendo na sua quotidiana atividade em família, no trabalho e na sociedade, a unidade de uma vida que no Evangelho encontra inspiração e força para se realizar em plenitude.

Repito mais uma vez a todos os homens contemporâneos o grito apaixonado com que iniciei o meu serviço pastoral: Não tenhais medo! Abri, ou antes, escancarai as portas a Cristo! Abri ao seu poder salvador os confins dos Estados, os sistemas econômicos assim como os políticos, os vastos campos da cultura, da civilização, do progresso. Não tenhais medo! Cristo sabe bem o que está dentro do homem. Só ele o sabe! Hoje em dia muito freqüentemente o homem não sabe o que traz no interior de si mesmo, no profundo do seu ânimo e do seu coração. Muito freqüentemente se encontra incerto acerca do sentido da sua vida sobre esta Terra. E sucede que é invadido pela dúvida que se transforma em desespero. Permiti, pois peço-vos e vo-lo imploro com humildade e confiança, deixai que Cristo fale ao homem. Só ele tem palavras de vida; sim, de vida eterna.

Escancarar a porta a Cristo, acolhê-lo no espaço da própria humanidade, não é, de modo algum, ameaça para o homem, mas antes, é a única estrada a percorrer, se quisermos reconhecer o homem na sua verdade total e exaltá-lo nos seus valores.

A síntese vital que os fiéis leigos souberem fazer entre o Evangelho e os deveres quotidianos da vida será o testemunho mais maravilhoso e convincente de que não é o medo, mas a procura e a adesão a Cristo que são o fator determinante para que o homem viva e cresça, e para que se alcancem novas formas de viver mais conformes com a dignidade humana.

O homem é amado por Deus! Este é o mais simples e o mais comovente anúncio de que a Igreja é devedora ao homem. A palavra e a vida de cada cristão podem e devem fazer ecoar este anúncio: Deus ama-te, Cristo veio por ti, para ti Cristo é Caminho, Verdade, Vida (Jo 14,6)!

Esta nova evangelização, dirigida não apenas aos indivíduos, mas a inteiras faixas de população, nas suas diversas situações, ambientes e culturas, tem por fim formar comunidades eclesiais maduras, onde a fé desabroche e realize todo o seu significado originário de adesão à pessoa de Cristo e ao seu Evangelho, de encontro e de comunhão sacramental com ele, de existência vivida na caridade e no serviço.

Os fiéis leigos têm a sua parte a desempenhar na formação de tais comunidades eclesiais, não só com uma participação ativa e responsável na vida comunitária e, portanto, com o seu insubstituível testemunho, mas também com o entusiasmo e com a ação missionária dirigida a quantos não crêem ainda ou já não vivem a fé recebida no Batismo.

Em relação às novas gerações, os fiéis leigos devem dar um precioso contributo, necessário como nunca, com uma obra sistemática de catequese: os padres sinodais acolheram com gratidão o trabalho dos catequistas, reconhecendo que eles têm uma tarefa de grande importância na animação das comunidades eclesiais. É verdade que os pais cristãos são os primeiros e insubstituíveis catequistas dos próprios filhos, habilitados que o foram para isso pelo sacramento do Matrimônio, mas, ao mesmo tempo, devemos todos ter consciência do direito que assiste a todo batizado de ser instruído, educado, acompanhado na fé e na vida cristã.

35. A Igreja, a perceber e ao viver a urgência atual de uma nova evangelização, não pode eximir-se da missão permanente de levar o Evangelho a quantos e são milhões e milhões de homens e mulheres não conhecem ainda Cristo, Redentor do homem. Esta é a tarefa mais especificamente missionária que Jesus confiou e continua todos os dias a confiar à sua Igreja.

A ação dos fiéis leigos, que, aliás, nunca faltou neste campo, aparece hoje cada vez mais necessária e preciosa. Na verdade, a ordem do Senhor Ide por todo o mundo continua a encontrar muitos leigos generosos, prontos a deixar o seu ambiente de vida, o seu trabalho, a sua região ou pátria, para ir, ao menos por um certo tempo, para zonas de missão. Mesmo casais cristãos, a exemplo de Áquila e Priscila (cf. At 18; Rm 16,3s.), oferecem o confortante testemunho de amor apaixonado por Cristo e pela Igreja com a sua presença ativa em terras de missão. Autêntica presença missionária é também a daqueles que, vivendo por vários motivos em países ou ambientes onde a Igreja ainda não foi estabelecida, dão o testemunho da sua fé.

Mas, o problema missionário apresenta-se hoje à Igreja com tal amplitude e gravidade que só se todos os membros da Igreja o assumirem de forma verdadeiramente solidária e responsável, tanto singularmente como em comunidade, é que se poderá confiar numa resposta mais eficaz.

O convite que o Concílio Vaticano II dirigiu às Igrejas particulares conserva todo o seu valor, ou antes, reclama hoje um acolhimento mais amplo e mais decidido: A Igreja particular, devendo representar na forma mais perfeita a Igreja universal, tenha plena consciência de ser enviada também àqueles que não acreditam em Cristo.

A Igreja deve dar hoje um grande passo em frente na sua evangelização, deve entrar numa nova etapa histórica do seu dinamismo missionário. Num mundo que, com o encurtar das distâncias, se torna sempre menor, as comunidades eclesiais devem ligar-se entre si, trocar energias e meios, empenhar-se juntas na

missão, única e comum, de anunciar e de viver o Evangelho. As Igrejas ditas mais jovens disseram os padres sinodais têm necessidade da força das mais antigas, enquanto que estas precisam do testemunho e do entusiasmo das mais jovens, de forma que cada Igreja se beneficie das riquezas das outras Igrejas.

Nesta nova etapa, a formação, não só do clero local mas também de um laicato maduro e responsável, coloca-se nas novas Igrejas como elemento essencial e obrigatório da plantatio Ecclesiae. Dessa forma, as próprias comunidades evangelizadas lançam-se para novas paragens do mundo a fim de responderem, também elas, à missão de anunciar e testemunhar o Evangelho de Cristo.

Os fiéis leigos, com o exemplo da sua vida e com a própria ação, podem favorecer o melhoramento das relações entre os adeptos das diferentes religiões, como oportunamente observaram os padres sinodais: Hoje, a Igreja vive em toda a parte entre homens de religiões diferentes. Todos os fiéis, especialmente os leigos que vivem no meio de povos de outras religiões, tanto nas terras de origem como em terras de emigração, devem constituir para estes um sinal do Senhor e da sua Igreja, de maneira adaptada às circunstâncias de vida de cada lugar. O diálogo entre as religiões tem uma importância fundamental, pois conduz ao amor e ao respeito recíproco, elimina, ou ao menos, atenua os preconceitos entre os adeptos das várias religiões e promove a unidade e a amizade entre os povos.

Para evangelizar o mundo são necessários, antes de mais, os evangelizadores. Por isso, todos, a começar pelas famílias cristãs, devem sentir a responsabilidade de favorecer o despertar e o amadurecer de vocações especificamente missionárias, tanto sacerdotais e religiosas como laicais, recorrendo a todos os meios oportunos e sem nunca esquecer o meio privilegiado da oração, conforme a própria palavra do Senhor Jesus: A seara é grande, mas os trabalhadores são poucos. Rezai, pois, ao dono da seara que mande trabalhadores para a sua seara! (Mt 9,37-38)".

Nota:218

CfL, 36-44: "Ao anunciar e ao acolher o Evangelho na força do Espírito, a Igreja torna-se comunidade evangelizada e evangelizadora e, precisamente por isso, faz-se serva dos homens. Nela, os fiéis leigos participam da missão de servir a pessoa e a sociedade. É verdade que a Igreja tem como fim supremo o Reino de Deus, do qual ela constitui na terra o germen e o início, e, portanto, está inteiramente consagrada à glorificação do Pai. Mas, o Reino é fonte de libertação plena e de salvação total para os homens: com estes, portanto, a Igreja caminha e vive, real e intimamente solidária com a sua história.

Tendo recebido o encargo de manifestar ao mundo o mistério de Deus, que brilha em Jesus Cristo, ao mesmo tempo a Igreja descobre o homem ao homem, esclarece-o acerca do sentido da sua existência, abre-o à verdade total acerca dele e do seu destino. Nesta perspectiva, a Igreja é chamada, em virtude da sua própria missão evangelizadora, a servir o homem. Tal serviço tem a sua raiz primeiramente no fato prodigioso e empolgante de que, com a encarnação, o Filho de Deus uniu-se de certa forma a todo o homem.

Por isso, o homem é o primeiro caminho que a Igreja deve percorrer no desempenho da sua missão: ele é o caminho primeiro e fundamental da Igreja, caminho traçado pelo próprio Cristo, caminho que imutavelmente passa através do mistério da Encarnação e da Redenção.

Precisamente neste sentido se pronunciou repetidas vezes e com singular clareza e vigor o Concílio Vaticano II nos seus diversos documentos. Releiamos um texto particularmente iluminador da Constituição *Gaudium et spes*: A Igreja, ao procurar o seu fim salvífico próprio, não se limita a comunicar ao homem a vida divina; espalha sobre todo o mundo os reflexos da sua luz, sobretudo enquanto cura e eleva a dignidade da pessoa humana, consolida a coesão da sociedade e dá um sentido mais profundo à quotidiana atividade dos homens. A Igreja pensa, assim, que por meio de cada um dos seus membros e por toda a sua comunidade muito pode ajudar para tornar mais humana a família dos homens e a sua história.

Neste contributo à família dos homens, de que é responsável a Igreja inteira, cabe aos fiéis leigos um lugar de relevo, em razão da sua índole secular, que os empenha, com modalidades próprias e insubstituíveis, na animação cristã da ordem temporal.

37. Descobrir e ajudar a descobrir a dignidade inviolável de cada pessoa humana constitui uma tarefa essencial, diria mesmo, em certo sentido, a tarefa central e unificadora do serviço que a Igreja, e nela os fiéis leigos, são chamados a prestar à família dos homens.

De todas as criaturas terrenas, só o homem é pessoa, sujeito consciente e livre e, precisamente por isso, centro e vértice de tudo o que existe sobre a terra.

A dignidade pessoal é o bem mais precioso que o homem tem, graças ao qual ele transcende em valor todo o mundo material. A palavra de Jesus: Que serve ao homem ganhar o mundo inteiro, se depois perde a sua alma? (Mc 8,36) implica uma afirmação antropológica luminosa e estimulante: o homem vale não por aquilo que tem mesmo que ele possua o mundo inteiro, mas por aquilo que é. Não são tanto os bens do mundo que contam, mas o bem da pessoa, o bem que é a própria pessoa.

A dignidade da pessoa aparece em todo o seu fulgor, quando se consideram a sua origem e o seu destino: criado por Deus à sua imagem e semelhança e remido pelo sangue preciosíssimo de Cristo, o homem é chamado a tornar-se filho no Filho e templo vivo do Espírito, e tem por destino a vida eterna da comunhão beatífica com Deus. Por isso, toda a violação da dignidade pessoal do ser humano clama por vingança junto de Deus e torna-se ofensa ao Criador do homem.

Em virtude da sua dignidade pessoal, o ser humano é sempre um valor em si e por si, e exige ser considerado e tratado como tal, e nunca ser considerado e tratado como um objeto que se usa, um instrumento, uma coisa.

A dignidade pessoal constitui o fundamento da igualdade de todos os homens entre si. Daí, a absoluta recusa de todas as mais variadas formas de discriminação que, infelizmente, continuam a dividir e a humilhar a família humana, desde as raciais e económicas às sociais e culturais, das políticas às geográficas etc. Toda discriminação é uma injustiça absolutamente intolerável, não tanto pelas tensões e conflitos que pode gerar no tecido social, quanto pela desonra feita à dignidade da pessoa: não só à dignidade daquele que é vítima da injustiça, mas ainda mais à daquele que pratica essa injustiça.

Fundamento da igualdade de todos os homens entre si, a dignidade pessoal é, ao mesmo tempo, o fundamento da participação e da solidariedade dos homens entre si: o diálogo e a comunhão têm a sua raiz última naquilo que os homens são, antes e mais ainda do que naquilo que eles têm.

A dignidade pessoal é propriedade indestrutível de cada ser humano. É fundamental compreender-se toda a força que irrompe desta afirmação, que se baseia na unicidade e na irrepetibilidade de toda pessoa. Dela deriva

que o indivíduo seja irredutível a tudo o que o queira esmagar e anulá-lo no anonimato da coletividade, da instituição, da estrutura, do sistema. A pessoa, na sua individualidade, não é um número, não é o anel de uma cadeia nem uma peça da engrenagem de um sistema. A afirmação mais radical e exaltante do valor de cada ser humano foi feita pelo Filho de Deus ao encarnar no seio de uma mulher. E disto continua a falar-nos o Natal cristão.

38. O reconhecimento efetivo da dignidade pessoal de cada ser humano exige o respeito, a defesa e a promoção dos direitos da pessoa humana. Trata-se de direitos naturais, universais e invioláveis: ninguém, nem o indivíduo, nem o grupo, nem a autoridade, nem o Estado, pode modificar e muito menos eliminar esses direitos que emanam do próprio Deus.

Ora, a inviolabilidade da pessoa, reflexo da inviolabilidade absoluta do próprio Deus, tem a sua primeira e fundamental expressão na inviolabilidade da vida humana. É totalmente falsa e ilusória a comum defesa, que aliás justamente se faz, dos direitos humanos como por exemplo o direito à saúde, à casa, ao trabalho, à família e à cultura, se não se defende com a máxima energia o direito à vida como primeiro e fonte direito, condição de todos os outros direitos da pessoa.

A Igreja nunca se deu por vencida perante todas as violações que o direito à vida, que é próprio de cada ser humano, tem sofrido e continua a sofrer, tanto por parte dos indivíduos como mesmo até por parte das próprias autoridades. O titular desse direito é o ser humano, em todas as fases do seu desenvolvimento, desde a concepção até à morte natural, e em todas as suas condições, tanto de saúde como de doença, de perfeição ou de deficiência, de riqueza ou de miséria. O Concílio Vaticano II afirma abertamente: Tudo quanto se opõe à vida, como seja toda espécie de homicídio, genocídio, aborto, a integridade da pessoa humana, como as mutilações, os tormentos corporais e mentais e as tentativas para violentar as próprias consciências; tudo quanto ofende a dignidade da pessoa humana, como as condições de vida infra-humanas, as prisões arbitrárias, as deportações, a escravidão, a prostituição, o comércio de mulheres e de jovens; e também as condições degradantes de trabalho, em que os operários são tratados como meros instrumentos de lucro e não como pessoas livres e responsáveis; todas estas coisas e outras semelhantes são, sem dúvida, infamantes; ao mesmo tempo que corrompem a civilização humana, desonram mais aqueles que assim procedem do que os que as padecem, e ofendem gravemente a honra devida ao Criador.

Ora, se a todos pertencem a missão e a responsabilidade de reconhecer a dignidade pessoal de cada ser humano e de defender o seu direito à vida, certos fiéis leigos são a isso chamados por um título particular: são os pais, os educadores, os agentes da saúde e todos os que detêm o poder econômico e político.

Ao aceitar amorosa e generosamente toda a vida humana, sobretudo se fraca e doente, a Igreja vive hoje um momento fundamental da sua missão, tanto mais necessária quanto mais avassaladora se tornou uma cultura de morte. De fato, a Igreja firmemente acredita que a vida humana, mesmo se fraca e sofredora, é sempre um dom maravilhoso do Deus da bondade. Contra o pessimismo e o egoísmo, que ensombram o mundo, a Igreja está do lado da vida: e em cada vida humana ela consegue descobrir o esplendor daquele sim, daquele amém, que é o próprio Cristo (cf. 2Cor 1,19; Ap 3,14). Ao não que avassala e aflige o mundo, contrapõe-se esse vivo sim, defendendo dessa maneira o homem e o mundo daqueles que ameaçam e mortificam a vida. Pertence aos fiéis leigos, que mais diretamente ou por vocação ou por profissão se ocupam do acolhimento à vida, tornar concreto e eficaz o sim da Igreja à vida humana.

Nas fronteiras da vida humana abrem-se hoje novas possibilidades e responsabilidades com o enorme progresso das ciências biológicas e médicas, aliado ao surpreendente poder tecnológico: o homem, com efeito, é já capaz não só de observar, mas também de manipular a vida humana no seu início e nas primeiras fases de seu desenvolvimento.

A consciência moral da humanidade não pode ficar alheia ou indiferente perante os passos gigantes dados por uma força tecnológica que consegue ter um domínio cada vez mais vasto e profundo sobre os dinamismos que presidem à procriação e às primeiras fases do desenvolvimento da vida humana. Talvez nunca como hoje e neste campo a sabedoria se revela como única âncora de salvação, para que o homem, na investigação científica e na aplicada, possa agir sempre com inteligência e com amor, isto é, no respeito, diria mesmo na veneração, da inviolável dignidade pessoal de todo ser humano, desde o primeiro instante da sua existência. Isso acontece quando, usando meios lícitos, a ciência e a técnica se empenham na defesa da vida e na cura da doença, desde os inícios, recusando, no entanto pela própria dignidade da investigação, intervenções que se tornem perturbadoras do patrimônio genético do indivíduo e da geração humana.

Os fiéis leigos que, a qualquer título ou a qualquer nível, se empenham na ciência e na técnica, bem como na esfera médica, social, legislativa e econômica, devem corajosamente enfrentar os desafios que lhes lançam os novos problemas da bioética. Como disseram os padres sinodais, os cristãos devem exercer a sua responsabilidade como donos da ciência e da tecnologia, não como seus escravos... Em ordem a esses desafios morais, que estão para serem lançados pela nova e imensa força da tecnologia e que põem em perigo não só os direitos fundamentais dos homens, mas a própria essência biológica da espécie humana, é da máxima importância que os leigos cristãos com a ajuda de toda a Igreja tomem a peito o enquadramento da cultura nos princípios de um humanismo autêntico, de forma que a promoção e a defesa dos direitos do homem possam encontrar fundamento dinâmico e seguro na sua própria essência, aquela essência que a pregação evangélica revelou aos homens.

É urgente que todos, hoje, estejam alertados para o fenômeno da concentração do poder, e, em primeiro lugar, do poder tecnológico. Tal concentração tende, com efeito, a manipular não só a essência biológica, mas também os conteúdos da própria consciência dos homens e os seus padrões de vida, agravando, assim, a discriminação e a marginalização de povos inteiros.

39. O respeito da dignidade pessoal, que comporta a defesa e a promoção dos direitos humanos, exige que se reconheça a dimensão religiosa do homem. Não se trata de uma exigência meramente confessional, mas sim de uma exigência que mergulha a sua raiz inextirpável na própria realidade do homem. A relação com Deus é, na verdade, elemento constitutivo do próprio ser e existir do homem: é em Deus que nós vivemos, nos movemos e existimos (At 17,28). Se nem todos acreditam nesta verdade, todos os que dela estão convencidos têm o direito de serem respeitados na sua fé e nas opções de vida, individual e comunitária, que dela derivam. Este é o direito à liberdade de consciência e à liberdade religiosa, cujo efetivo reconhecimento está entre os bens mais elevados e entre os deveres mais graves de todo o povo que queira verdadeiramente assegurar o

bem da pessoa e da sociedade: A liberdade religiosa, exigência insuprimível da dignidade de todos e de cada um dos homens, constitui uma pedra angular do edifício dos direitos humanos; e, portanto, é um fator insubstituível do bem das pessoas e de toda a sociedade, assim como da realização pessoal de cada um. Disto resulta, conseqüentemente, que a liberdade das pessoas consideradas individualmente e das comunidades professarem e praticarem a própria religião é um elemento essencial da convivência pacífica dos homens... O direito civil e social à liberdade religiosa, ao atingir a esfera mais íntima do espírito, torna-se ponto de referência e, de certo modo, a medida dos outros direitos fundamentais.

O Sínodo não se esqueceu dos muitos irmãos e irmãs que ainda não gozam desse direito e que têm de enfrentar dificuldades, marginalizações, sofrimentos, perseguições e, por vezes, a morte por causa da confissão da fé. São, na sua maioria, irmãos e irmãs do laicato cristão. O anúncio do Evangelho e o testemunho cristão da vida no sofrimento e no martírio são o ápice do apostolado dos discípulos de Cristo, assim como o amor ao Senhor Jesus até ao dom da própria vida constitui uma fonte de fecundidade extraordinária para a edificação da Igreja. A mística videira mostra, assim, a sua vitalidade, como sublinhava Santo Agostinho: Mas essa videira, como fora prenunciado pelos profetas e pelo próprio Senhor, que espalhava pelo mundo inteiro as suas vides carregadas de fruto, tanto mais vicejava quanto mais a regava o abundante sangue dos mártires.

A Igreja inteira sente-se profundamente grata com esse exemplo e com esse dom: desses seus filhos ela tira razões para renovar o seu impulso de vida santa e apostólica.

Nesse sentido, os padres sinodais consideraram seu especial dever agradecer àqueles leigos que vivem quais incansáveis testemunhas da fé, em união fiel com a Sé Apostólica, apesar das restrições à liberdade e da falta de ministros sagrados. Eles jogam tudo, até a própria vida. Dessa maneira, os leigos dão testemunho de uma propriedade essencial da Igreja: a Igreja de Deus nasce da graça de Deus e a forma mais sublime de o manifestar é o martírio.

Quanto até aqui dissemos sobre o respeito pela dignidade pessoal e sobre o reconhecimento dos direitos humanos, prende-se, sem dúvida, com a responsabilidade de cada cristão, de cada homem. Mas, devemos imediatamente sublinhar como isso se revista hoje de uma dimensão mundial: trata-se, de fato, de uma questão que já atinge grupos humanos inteiros, até povos inteiros, que são violentamente espezinhados nos seus direitos fundamentais. Daí, aquelas formas de desigualdade de progresso entre os diversos mundos que na recente Encíclica *Sollicitudo rei socialis* foram abertamente denunciadas.

O respeito pela pessoa humana ultrapassa a exigência de uma moral individual e coloca-se como critério de base, quase como pilar fundamental, na estruturação da própria sociedade, sendo a sociedade inteiramente finalizada para a pessoa.

Assim, intimamente ligada à responsabilidade de servir a pessoa põe-se a responsabilidade de servir a sociedade, qual tarefa geral daquela animação cristã da ordem temporal a que os fiéis leigos são chamados segundo as modalidades próprias e específicas.

40. A pessoa humana tem uma natural e estrutural dimensão social enquanto é chamada, desde o seu íntimo, à comunhão com os outros e à doação aos outros: Deus, que cuida paternamente de todos, quis que os homens formassem uma só família e se tratassem entre si com espírito de irmãos. E, assim, a sociedade, fruto e sinal da sociabilidade do homem, mostra a sua verdade plena ao constituir-se comunhão de pessoas.

Dá-se interdependência e reciprocidade entre a pessoa e a sociedade: tudo o que for feito em favor da pessoa é também serviço feito à sociedade, e tudo o que for realizado em favor da sociedade reverte-se em benefício da pessoa. Por isso, o empenho apostólico dos fiéis leigos na ordem temporal adquire sempre e de forma indissolúvel um significado de serviço ao homem indivíduo na sua unicidade e irrepetibilidade e um significado de serviço a todos os homens.

Ora, a primeira e originária expressão da dimensão social da pessoa é o casal e a família: Deus não criou o homem para o deixar sozinho; desde o princípio homem e mulher os criou (Gn 1,27) e a sua união constitui a primeira expressão de comunhão de pessoas. Jesus mostrou-se preocupado em restituir ao casal a sua inteira dignidade (Mt 19,3-9) e à família a sua própria solidez (Mt 19,4-6); São Paulo mostrou a relação profunda do matrimônio com o mistério de Cristo e da Igreja (Ef 5,22-4, 6; Cl 3,18-21; cf. 1Pd 3,1-7).

O casal e a família constituem o primeiro espaço para o empenho social dos fiéis leigos. Trata-se de um empenho que só poderá ser desempenhado adequadamente na convicção do valor único e insubstituível da família para o progresso da sociedade e da própria Igreja.

Berço da vida e do amor, onde o homem nasce e cresce, a família é a célula fundamental da sociedade. Deve reservar-se a essa comunidade uma solicitude privilegiada, sobre tudo quando o egoísmo humano, as campanhas contra a natalidade, as políticas totalitárias, e também as situações de pobreza e de miséria física, cultural e moral, bem como a mentalidade hedonista e consumista conseguem extinguir as fontes da vida, e onde as ideologias e os diversos sistemas, aliados a formas de desinteresse e de falta de amor, atentam contra a função educativa própria da família.

É urgente, portanto, realizar uma ação vasta, profunda e sistemática, apoiada não só na cultura, mas também nos meios econômicos e nos instrumentos legislativos, destinada a assegurar à família a sua função de ser o lugar primário da humanização da pessoa e da sociedade.

A ação apostólica dos fiéis leigos consiste, antes de mais, em tornar a família consciente da sua identidade de primeiro núcleo social de base e do seu papel original na sociedade, para que a própria família se torne cada vez mais protagonista ativa e responsável do seu crescimento e da sua participação na vida social. Dessa forma, a família poderá e deverá exigir de todos, a começar pelas autoridades públicas, o respeito por aqueles direitos que, salvando a família, salvam a mesma sociedade.

O que se escreveu na Exortação *Familiaris consortio* sobre a participação no progresso da sociedade e o que a Santa Sé, a convite do Sínodo dos bispos de 1980, formulou com a Carta dos Direitos da Família representam um programa operativo completo e orgânico para todos os fiéis leigos que, a qualquer título, estão interessados na promoção dos valores e das exigências da família: um programa cuja realização deve impor-se com tanta maior urgência e decisão quanto mais graves se fazem as ameaças à estabilidade e à fecundidade da família e quanto mais forte e sistemática se tornar a tentativa de marginalizar a família e de a esvaziar do seu peso social.

Como a experiência ensina, a civilização e a solidez dos povos dependem sobretudo da qualidade humana das próprias famílias. Assim, a ação apostólica em favor da família adquire um valor social incomparável. A Igreja,

por sua parte, está profundamente convencida disso, bem sabendo que o futuro da humanidade passa através da família.

41. O serviço feito à sociedade exprime-se e concretiza-se de variadíssimas maneiras: desde as livres e informais às institucionais, desde a ajuda dada aos indivíduos à que se destina aos vários grupos e comunidades de pessoas.

Toda a Igreja, como tal, é diretamente chamada ao serviço da caridade: A santa Igreja, assim como nos seus primeiros tempos, juntando o ágape à ceia eucarística, se mostrava toda unida à volta de Cristo pelo vínculo da caridade, assim em todos os tempos se pode reconhecer por esse sinal do amor. E alegrando-se com as realizações alheias, ela reserva para si, como dever e direito próprios, que não pode alienar, as obras de caridade. Por isso, a misericórdia para com os pobres e enfermos e as chamadas obras de caridade e de mútuo auxílio para socorrer as múltiplas necessidades humanas são pela Igreja honradas de modo especial. A caridade para com o próximo, nas expressões antigas e sempre novas das obras de misericórdia corporais e espirituais, representa o conteúdo mais imediato, comum e habitual da animação cristã da ordem temporal que constitui o empenho específico dos fiéis leigos.

Com a caridade para com o próximo, os fiéis leigos vivem e manifestam a sua participação na realeza de Jesus Cristo, isto é, no poder do Filho do homem que não veio para ser servido, mas para servir (Mc 10,45): vivem e manifestam essa realeza na forma mais simples que é possível a todos e sempre e, ao mesmo tempo, na forma mais digna, pois a caridade é o dom mais alto que o Espírito dá em ordem à edificação da Igreja (1Cor 13,13) e ao bem da humanidade. A caridade, com efeito, anima e sustenta a solidariedade ativa que olha para a totalidade das necessidades do ser humano.

Uma caridade assim, realizada não só pelos indivíduos, mas também de forma solidária, pelos grupos e pelas comunidades, é e será sempre necessária: nada e ninguém a pode e poderá substituir, nem sequer as múltiplas instituições e iniciativas públicas, que também se esforçam por dar resposta às carências muitas vezes hoje tão graves e generalizadas de uma população. Paradoxalmente, essa caridade é tanto mais necessária quanto mais as instituições, ao tornarem-se complexas na organização e pretendendo gerir todos os espaços disponíveis, acabam por se esvaziar devido ao funcionalismo impessoal, à burocracia exagerada, aos interesses privados injustos e ao desinteresse fácil e generalizado.

Precisamente nesse contexto continuam a aparecer e a espalhar-se, sobretudo nas sociedades organizadas, diversas formas de voluntariado que se traduzem numa multiplicidade de serviços e de obras. Se for vivido na sua verdade de serviço desinteressado ao bem das pessoas, especialmente as mais carentes e as mais abandonadas dos próprios serviços sociais, o voluntariado deve ser visto como sendo uma importante expressão de apostolado, onde os fiéis leigos, homens e mulheres, desempenham um papel de primeiro plano.

42. A caridade que ama e serve a pessoa nunca poderá estar dissociada da justiça: uma e outra, cada qual à sua maneira, exigem o pleno reconhecimento efetivo dos direitos da pessoa, a que é ordenada a sociedade com todas as suas estruturas e instituições.

Para animar cristãmente a ordem temporal, no sentido que se disse de servir a pessoa e a sociedade, os fiéis leigos não podem absolutamente abdicar da participação na política, ou seja, da múltipla e variada ação econômica, social, legislativa, administrativa e cultural, destinada a promover orgânica e institucionalmente o bem comum. Como repetidamente afirmaram os padres sinodais, todos e cada um têm o direito e o dever de participar da política, embora em diversidade e complementaridade de formas, níveis, funções e responsabilidades. As acusações de arrivismo, idolatria de poder, egoísmo e corrupção que muitas vezes são dirigidas aos homens do governo, do parlamento, da classe dominante ou partido político, bem como a opinião muito difusa de que a política é um lugar de necessário perigo moral, não justificam minimamente nem o ceticismo nem o absentismo dos cristãos pela coisa pública.

Pelo contrário, é muito significativa a palavra do Concílio Vaticano II: A Igreja louva e aprecia o trabalho de quantos se dedicam ao bem da nação e tomam sobre si o peso de tal cargo, a serviço dos homens.

Uma política em favor da pessoa e da sociedade tem o seu critério de base na busca do bem comum, como bem de todos os homens e do homem todo, bem oferecido e garantido para ser livre e responsabilmente aceito pelas pessoas, tanto individualmente como em grupo: A comunidade política lemos na Constituição *Gaudium et spes* existe precisamente em vista do bem comum; nele ela encontra a sua completa justificação e significado e dele deriva o seu direito natural e próprio. Quanto ao bem comum, ele compreende o conjunto das condições de vida social que permitem aos indivíduos, famílias e associações alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição.

Além disso, uma política em favor da pessoa e da sociedade encontra a sua linha constante de ação na defesa e na promoção da justiça, entendida como virtude para a qual todos devem ser educados e como força moral que apoia o empenho em favorecer os direitos e os deveres de todos e de cada um, na base da dignidade pessoal do ser humano.

No exercício do poder político é fundamental o espírito de serviço, único capaz de, ao lado da necessária competência e eficiência, tornar transparente ou limpa a atividade dos homens políticos, como aliás o povo justamente exige. Isso pressupõe a luta aberta e a decidida superação de certas tentações, tais como o recurso à deslealdade e à mentira, o desperdício do dinheiro público em vantagem de uns poucos e com miras de clientela, o uso de meios equívocos ou ilícitos para a todo custo conquistar, conservar e aumentar o poder.

Os fiéis leigos empenhados na política devem certamente respeitar a autonomia das realidades terrenas, retamente entendida, como lemos na Constituição *Gaudium et spes*: É de grande importância, sobretudo onde existe uma sociedade pluralista, que se tenha uma concepção exata das relações entre a comunidade política e a Igreja, e ainda que se distingam claramente as atividades que os fiéis, isoladamente ou em grupo, desempenham em próprio nome como cidadãos guiados pela sua consciência de cristãos, e aquelas que eles exercem em nome da Igreja e em união com os seus pastores. A Igreja que, em razão da sua missão e competência, de modo algum se confunde com a sociedade nem está ligada a qualquer sistema político determinado, é, ao mesmo tempo, o sinal e salvaguarda da transcendência da pessoa humana. Simultaneamente e hoje sente-se-o com urgência e responsabilidade, os fiéis leigos devem dar testemunho daqueles valores humanos e evangélicos que estão intimamente ligados à própria atividade política, como a liberdade e a justiça, a solidariedade, a dedicação fiel e desinteressada ao bem de todos, o estilo simples de vida, o amor preferencial pelos pobres e pelos últimos. Isso exige que os fiéis leigos sejam cada vez mais

animados por uma real participação na vida da Igreja e iluminados pela sua doutrina social. Para isso poder-lhes-á ser de apoio e de ajuda a familiaridade com as comunidades cristãs e com os seus pastores.

Estilo e meio de realizar uma política que tenha em vista o verdadeiro progresso humano é a solidariedade: esta pede a participação ativa e responsável de todos na vida política, desde os cidadãos individualmente aos vários grupos, sindicatos e partidos: todos e cada um somos simultaneamente destinatários e protagonistas da política. Neste campo, como escrevi na Encíclica *Sollicitudo rei socialis*, a solidariedade não é um sentimento de vaga compaixão ou de enternecimento superficial pelos males sofridos por tantas pessoas, próximas ou distantes. Pelo contrário, é a determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum; ou seja, pelo bem de todos e de cada um, porque todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos.

A solidariedade política deve hoje realizar-se num horizonte que, superando uma simples nação ou um simples bloco de nações, assuma uma dimensão mais propriamente continental e mundial.

O fruto da atividade política solidária, a que todos tanto aspiram, e, todavia, sempre tão imperfeito, é a paz. Os fiéis leigos não podem ficar indiferentes, estranhos e indolentes diante de tudo o que negue ou comprometa a paz: violência e guerra, tortura e terrorismo, campos de concentração, militarização da política, corrida armamentista, ameaça nuclear. Antes, como discípulos de Cristo Príncipe da paz (Is 9,5) e nossa Paz (Ef 2,14), os fiéis leigos devem assumir o dever de serem construtores da paz (Mt 5,9), tanto com a conversão do coração, como com a ação em favor da verdade, da liberdade, da justiça e da caridade que são os fundamentos irrenunciáveis da paz.

Colaborando com todos aqueles que procuram verdadeiramente a paz e servindo-se dos específicos organismos e instituições nacionais e internacionais, os fiéis leigos deverão promover uma capilar ação educativa destinada a neutralizar a dominante cultura do egoísmo, do ódio, da vingança e da inimizade e a desenvolver a cultura da solidariedade em todos os níveis. Tal solidariedade, com efeito, é caminho para a paz e simultaneamente para o progresso. Nesta ordem de idéias, os padres sinodais convidaram todos os cristãos a recusar formas inaceitáveis de violência, a promover comportamentos de diálogo e de paz e a empenhar-se na instauração de uma ordem social e internacional justa.

43. O serviço prestado à sociedade pelos fiéis leigos tem um seu momento essencial na questão económico-social, cuja chave é dada pela organização do trabalho.

A gravidade atual de tais problemas, individuada no panorama do progresso e segundo a proposta de solução oferecida pela doutrina social da Igreja, foi recordada recentemente na Encíclica *Sollicitudo rei socialis*, que quero vivamente recomendar a todos, em especial aos fiéis leigos.

Entre os princípios fundamentais da doutrina social da Igreja encontra-se o do destino universal dos bens: os bens da terra são, no designio de Deus, oferecidos a todos os homens e a cada um deles como meio do desenvolvimento de uma vida autenticamente humana. A propriedade privada que, precisamente por isso, possui uma intrínseca função social, está a serviço desse destino. Concretamente, o trabalho do homem e da mulher representa o instrumento mais comum e mais imediato para o progresso da vida económica, instrumento que constitui simultaneamente um direito e um dever de cada homem.

Tudo isto faz parte, de modo particular, da missão dos fiéis leigos. O fim e o critério da sua presença e da sua ação são, em termos gerais, formulados pelo Concílio Vaticano II: Também na vida económica e social se devem respeitar e promover a dignidade e a vocação integral da pessoa humana e o bem de toda a sociedade. Com efeito, o homem é o protagonista, o centro e o fim de toda a vida económico-social.

No contexto das importantes transformações em curso no mundo da economia e do trabalho, os fiéis leigos empenhem-se em primeira linha na solução dos gravíssimos problemas do crescente desemprego, lutando em favor de uma mais rápida superação das numerosas injustiças que provêm de deficientes organizações do trabalho, transformando o lugar de trabalho numa comunidade de pessoas respeitadas na sua subjetividade e no seu direito à participação, desenvolvendo novas formas de solidariedade entre aqueles que tomam parte no trabalho comum, fomentando novos tipos de empresariado e revendo os sistemas de comércio, de finanças e de intercâmbios tecnológicos.

Em vista de tais objetivos, os fiéis leigos deverão executar o seu trabalho com competência profissional, com honestidade humana, espírito cristão, como meio da própria santificação, segundo o convite explícito do Concílio: Com o seu trabalho, o homem sustenta de ordinário a própria vida e a dos seus; por meio dele se une e serve os seus irmãos, pode exercer uma caridade autêntica e colaborar no acabamento da criação divina. Mais ainda, sabemos que, oferecendo a Deus o seu trabalho, o homem se associa à obra redentora de Cristo, o qual conferiu ao trabalho uma dignidade sublime, trabalhando com as suas próprias mãos em Nazaré.

Em relação com a vida económico-social e com o trabalho, levanta-se hoje, de forma cada vez mais aguda, a chamada questão ecológica. Sem dúvida, o homem recebeu do próprio Deus a missão de dominar as coisas criadas e de cultivar o jardim do mundo; mas esta é uma tarefa que o homem deve desempenhar no respeito pela imagem divina que recebeu e, portanto, com inteligência e com amor: deve sentir-se responsável pelos dons que Deus lhe deu e continuamente lhe dá. O homem tem nas suas mãos um dom para transmitir e, possivelmente, mesmo melhorado às gerações futuras, também elas destinatárias dos dons do Senhor: O domínio conferido ao homem pelo Criador não é um poder absoluto, nem se pode falar de liberdade de usar e abusar ou de dispor das coisas como melhor agrade. A limitação imposta pelo mesmo Criador, desde o princípio, e expressa simbolicamente com a proibição de comer o fruto da árvore (cf. Gn 2,16s.), mostra com suficiente clareza que, nas relações com a natureza visível, nós estamos submetidos a leis, não só biológicas mas também morais, que não podem impunemente ser transgredidas. Uma justa concepção do desenvolvimento não pode prescindir destas considerações relativas ao uso dos elementos da natureza, às possibilidades de renovação dos recursos e às consequências de uma industrialização desordenada, as quais propõem uma vez mais à nossa consciência a dimensão moral, que deve distinguir o desenvolvimento.

44. O serviço à pessoa e à sociedade humana exprime-se e realiza-se através da criação e transmissão da cultura, que, especialmente nos nossos dias, constitui uma das mais graves tarefas da convivência humana e da evolução social. A luz do Concílio, entendemos por cultura todos aqueles meios com que o homem afina e usa os seus múltiplos dons de alma e de corpo; procura submeter ao seu poder, com o saber e o trabalho, o próprio cosmos; torna mais humana a vida social, tanto na família como em toda a sociedade civil, com o progresso do costume e das instituições; enfim, no decorrer do tempo, exprime, comunica aos outros e conserva nas suas obras, para que sejam de proveito a muitos e mesmo à humanidade inteira, as suas grandes

experiências espirituais e as suas aspirações. Nesse sentido, a cultura deve ser considerada como o bem comum de cada povo, a expressão da sua dignidade, liberdade e criatividade; o testemunho do seu percurso histórico. Em particular, só dentro e através da cultura é que a fé cristã se torna histórica e criadora de história. Perante o progresso de uma cultura que aparece divorciada não só da fé cristã mas até dos próprios valores humanos, bem como perante uma certa cultura científica e tecnológica incapaz de dar resposta à premente procura de verdade e de bem que arde no coração dos homens, a Igreja tem plena consciência da urgência pastoral de se dar à cultura uma atenção toda especial.

Por isso, a Igreja pede aos fiéis leigos que estejam presentes, em nome da coragem e da criatividade intelectual, nos lugares privilegiados da cultura, como são o mundo da escola e da universidade, os ambientes da investigação científica e técnica, os lugares da criação artística e da reflexão humanística. Tal presença tem como finalidade não só o reconhecimento e a eventual purificação dos elementos da cultura existente, criticamente avaliados, mas também a sua elevação, graças ao contributo das originais riquezas do Evangelho e da fé cristã. O que o Concílio Vaticano II escreve sobre a relação entre o Evangelho e a cultura representa um fato histórico constante e, simultaneamente, um ideal de ação de singular atualidade e urgência; é um programa empenhativo que se impõe à responsabilidade pastoral da Igreja inteira e, nela, à responsabilidade específica dos fiéis leigos: A Boa Nova de Cristo renova continuamente a vida e a cultura do homem decaído, combate e elimina os erros e males nascidos da permanente sedução e ameaça do pecado. Purifica sem cessar e eleva os costumes dos povos... Desse modo, a Igreja, só com realizar a própria missão, já com isso mesmo estimula a ajuda a civilização e, com a sua atividade, também a liturgia, educa o homem para a liberdade interior.

Merecem ser aqui ouvidas de novo certas expressões particularmente significativas da Exortação Evangelii nuntiandi de Paulo VI: A Igreja evangeliza quando, unicamente firmada na potência divina da mensagem que proclama (cf. Rm 1,16; 1Cor 1,18; 2,4), procura converter, ao mesmo tempo, a consciência pessoal e coletiva dos homens, a atividade a que se dedicam e a vida e o meio concreto que lhes são próprios. Estratos da humanidade que se transformam: para a Igreja não se trata tanto de pregar o Evangelho a espaços geográficos cada vez mais vastos ou populações maiores em dimensões de massa, mas de chegar a atingir e como que a modificar pela força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação. Poder-se-ia exprimir tudo isto dizendo: importa evangelizar não de maneira decorativa, como que aplicando um verniz superficial, mas de maneira vital, em profundidade e isto até às suas raízes a cultura e as culturas do homem... A ruptura entre o Evangelho e a cultura é, sem dúvida, o drama da nossa época, como o foi também de outras épocas. Importa, assim, envidar todos os esforços no sentido de uma generosa evangelização da cultura, ou, mais exatamente, das culturas.

O caminho que hoje se privilegia para a criação e a transmissão da cultura é o dos instrumentos da comunicação social. Também o mundo dos mass-media, na seqüência do acelerado progresso das inovações e da influência, ao mesmo tempo planetária e capilar, sobre a formação da mentalidade e do costume, constitui uma nova fronteira da missão da Igreja. Em particular, a responsabilidade profissional dos fiéis leigos neste campo, exercida tanto a título pessoal como através de iniciativas e instituições comunitárias, deve ser reconhecida em todo o seu valor e apoiada com mais adequados recursos materiais, intelectuais e pastorais.

No uso e na recepção dos instrumentos de comunicação, tornam-se urgentes tanto uma ação educativa em ordem ao sentido crítico, animado da paixão pela verdade, como uma ação de defesa da liberdade, do respeito pela dignidade pessoal, da elevação da autêntica cultura dos povos, com a recusa, firme e corajosa, de toda forma de monopolização e de manipulação.

Não deve ficar nessa ação de defesa a responsabilidade pastoral dos fiéis leigos: em todos os caminhos do mundo, também nos principais da imprensa, do cinema, da rádio, da televisão e do teatro, deve anunciar-se o Evangelho que salva".

Nota:219

CfL, 36-40: "Ao anunciar e ao acolher o Evangelho na força do Espírito, a Igreja torna-se comunidade evangelizada e evangelizadora e, precisamente por isso, faz-se serva dos homens. Nela, os fiéis leigos participam da missão de servir a pessoa e a sociedade. É verdade que a Igreja tem como fim supremo o Reino de Deus, do qual ela constitui na terra o germen e o início, e, portanto, está inteiramente consagrada à glorificação do Pai. Mas, o Reino é fonte de libertação plena e de salvação total para os homens: com estes, portanto, a Igreja caminha e vive, real e intimamente solidária com a sua história.

Tendo recebido o encargo de manifestar ao mundo o mistério de Deus, que brilha em Jesus Cristo, ao mesmo tempo a Igreja descobre o homem ao homem, esclarece-o acerca do sentido da sua existência, abre-o à verdade total acerca dele e do seu destino. Nesta perspectiva, a Igreja é chamada, em virtude da sua própria missão evangelizadora, a servir o homem. Tal serviço tem a sua raiz primeiramente no fato prodigioso e empolgante de que, com a encarnação, o Filho de Deus uniu-se de certa forma a todo o homem.

Por isso, o homem é o primeiro caminho que a Igreja deve percorrer no desempenho da sua missão: ele é o caminho primeiro e fundamental da Igreja, caminho traçado pelo próprio Cristo, caminho que imutavelmente passa através do mistério da Encarnação e da Redenção.

Precisamente neste sentido se pronunciou repetidas vezes e com singular clareza e vigor o Concílio Vaticano II nos seus diversos documentos. Releiamos um texto particularmente iluminador da Constituição Gaudium et spes: A Igreja, ao procurar o seu fim salvífico próprio, não se limita a comunicar ao homem a vida divina; espalha sobre todo o mundo os reflexos da sua luz, sobretudo enquanto cura e eleva a dignidade da pessoa humana, consolida a coesão da sociedade e dá um sentido mais profundo à quotidiana atividade dos homens. A Igreja pensa, assim, que por meio de cada um dos seus membros e por toda a sua comunidade muito pode ajudar para tornar mais humana a família dos homens e a sua história.

Neste contributo à família dos homens, de que é responsável a Igreja inteira, cabe aos fiéis leigos um lugar de relevo, em razão da sua índole secular, que os empenha, com modalidades próprias e insubstituíveis, na animação cristã da ordem temporal.

37. Descobrir e ajudar a descobrir a dignidade inviolável de cada pessoa humana constitui uma tarefa essencial, diria mesmo, em certo sentido, a tarefa central e unificadora do serviço que a Igreja, e nela os fiéis leigos, são chamados a prestar à família dos homens.

De todas as criaturas terrenas, só o homem é pessoa, sujeito consciente e livre e, precisamente por isso, centro e vértice de tudo o que existe sobre a terra.

A dignidade pessoal é o bem mais precioso que o homem tem, graças ao qual ele transcende em valor todo o mundo material. A palavra de Jesus: Que serve ao homem ganhar o mundo inteiro, se depois perde a sua alma? (Mc 8,36) implica uma afirmação antropológica luminosa e estimulante: o homem vale não por aquilo que tem mesmo que ele possuísse o mundo inteiro, mas por aquilo que é. Não são tanto os bens do mundo que contam, mas o bem da pessoa, o bem que é a própria pessoa.

A dignidade da pessoa aparece em todo o seu fulgor, quando se consideram a sua origem e o seu destino: criado por Deus à sua imagem e semelhança e remido pelo sangue preciosíssimo de Cristo, o homem é chamado a tornar-se filho no Filho e templo vivo do Espírito, e tem por destino a vida eterna da comunhão beatífica com Deus. Por isso, toda a violação da dignidade pessoal do ser humano clama por vingança junto de Deus e torna-se ofensa ao Criador do homem.

Em virtude da sua dignidade pessoal, o ser humano é sempre um valor em si e por si, e exige ser considerado e tratado como tal, e nunca ser considerado e tratado como um objeto que se usa, um instrumento, uma coisa.

A dignidade pessoal constitui o fundamento da igualdade de todos os homens entre si. Daí, a absoluta recusa de todas as mais variadas formas de discriminação que, infelizmente, continuam a dividir e a humilhar a família humana, desde as raciais e econômicas às sociais e culturais, das políticas às geográficas etc. Toda discriminação é uma injustiça absolutamente intolerável, não tanto pelas tensões e conflitos que pode gerar no tecido social, quanto pela desonra feita à dignidade da pessoa: não só à dignidade daquele que é vítima da injustiça, mas ainda mais à daquele que pratica essa injustiça.

Fundamento da igualdade de todos os homens entre si, a dignidade pessoal é, ao mesmo tempo, o fundamento da participação e da solidariedade dos homens entre si: o diálogo e a comunhão têm a sua raiz última naquilo que os homens são, antes e mais ainda do que naquilo que eles têm.

A dignidade pessoal é propriedade indestrutível de cada ser humano. É fundamental compreender-se toda a força que irrompe desta afirmação, que se baseia na unicidade e na irrepetibilidade de toda pessoa. Dela deriva que o indivíduo seja irredutível a tudo o que o queira esmagar e anulá-lo no anonimato da coletividade, da instituição, da estrutura, do sistema. A pessoa, na sua individualidade, não é um número, não é o anel de uma cadeia nem uma peça da engrenagem de um sistema. A afirmação mais radical e exaltante do valor de cada ser humano foi feita pelo Filho de Deus ao encarnar no seio de uma mulher. E disto continua a falar-nos o Natal cristão.

38. O reconhecimento efetivo da dignidade pessoal de cada ser humano exige o respeito, a defesa e a promoção dos direitos da pessoa humana. Trata-se de direitos naturais, universais e invioláveis: ninguém, nem o indivíduo, nem o grupo, nem a autoridade, nem o Estado, pode modificar e muito menos eliminar esses direitos que emanam do próprio Deus.

Ora, a inviolabilidade da pessoa, reflexo da inviolabilidade absoluta do próprio Deus, tem a sua primeira e fundamental expressão na inviolabilidade da vida humana. É totalmente falsa e ilusória a comum defesa, que aliás justamente se faz, dos direitos humanos como por exemplo o direito à saúde, à casa, ao trabalho, à família e à cultura, se não se defende com a máxima energia o direito à vida como primeiro e fonte direito, condição de todos os outros direitos da pessoa.

A Igreja nunca se deu por vencida perante todas as violações que o direito à vida, que é próprio de cada ser humano, tem sofrido e continua a sofrer, tanto por parte dos indivíduos como mesmo até por parte das próprias autoridades. O titular desse direito é o ser humano, em todas as fases do seu desenvolvimento, desde a concepção até à morte natural, e em todas as suas condições, tanto de saúde como de doença, de perfeição ou de deficiência, de riqueza ou de miséria. O Concílio Vaticano II afirma abertamente: Tudo quanto se opõe à vida, como seja toda espécie de homicídio, genocídio, aborto, a integridade da pessoa humana, como as mutilações, os tormentos corporais e mentais e as tentativas para violentar as próprias consciências; tudo quanto ofende a dignidade da pessoa humana, como as condições de vida infra-humanas, as prisões arbitrárias, as deportações, a escravidão, a prostituição, o comércio de mulheres e de jovens; e também as condições degradantes de trabalho, em que os operários são tratados como meros instrumentos de lucro e não como pessoas livres e responsáveis; todas estas coisas e outras semelhantes são, sem dúvida, infamantes; ao mesmo tempo que corrompem a civilização humana, desonram mais aqueles que assim procedem do que os que as padecem, e ofendem gravemente a honra devida ao Criador.

Ora, se a todos pertencem a missão e a responsabilidade de reconhecer a dignidade pessoal de cada ser humano e de defender o seu direito à vida, certos fiéis leigos são a isso chamados por um título particular: são os pais, os educadores, os agentes da saúde e todos os que detêm o poder econômico e político.

Ao aceitar amorosa e generosamente toda a vida humana, sobretudo se fraca e doente, a Igreja vive hoje um momento fundamental da sua missão, tanto mais necessária quanto mais avassaladora se tornou uma cultura de morte. De fato, a Igreja firmemente acredita que a vida humana, mesmo se fraca e sofredora, é sempre um dom maravilhoso do Deus da bondade. Contra o pessimismo e o egoísmo, que ensombram o mundo, a Igreja está do lado da vida: e em cada vida humana ela consegue descobrir o esplendor daquele sim, daquele amém, que é o próprio Cristo (cf. 2Cor 1,19; Ap 3,14). Ao não que avassala e aflige o mundo, contrapõe-se esse vivo sim, defendendo dessa maneira o homem e o mundo daqueles que ameaçam e mortificam a vida. Pertence aos fiéis leigos, que mais diretamente ou por vocação ou por profissão se ocupam do acolhimento à vida, tornar concreto e eficaz o sim da Igreja à vida humana.

Nas fronteiras da vida humana abrem-se hoje novas possibilidades e responsabilidades com o enorme progresso das ciências biológicas e médicas, aliado ao surpreendente poder tecnológico: o homem, com efeito, é já capaz não só de observar, mas também de manipular a vida humana no seu início e nas primeiras fases de seu desenvolvimento.

A consciência moral da humanidade não pode ficar alheia ou indiferente perante os passos gigantescos dados por uma força tecnológica que consegue ter um domínio cada vez mais vasto e profundo sobre os dinamismos que presidem à procriação e às primeiras fases do desenvolvimento da vida humana. Talvez nunca como hoje e neste campo a sabedoria se revela como única âncora de salvação, para que o homem, na investigação científica e na aplicada, possa agir sempre com inteligência e com amor, isto é, no respeito, diria mesmo na veneração, da inviolável dignidade pessoal de todo ser humano, desde o primeiro instante da sua existência.

Isso acontece quando, usando meios lícitos, a ciência e a técnica se empenham na defesa da vida e na cura da doença, desde os inícios, recusando, no entanto, pela própria dignidade da investigação, intervenções que se tornem perturbadoras do patrimônio genético do indivíduo e da geração humana.

Os fiéis leigos que, a qualquer título ou a qualquer nível, se empenham na ciência e na técnica, bem como na esfera médica, social, legislativa e econômica, devem corajosamente enfrentar os desafios que lhes lançam os novos problemas da bioética. Como disseram os padres sinodais, os cristãos devem exercer a sua responsabilidade como donos da ciência e da tecnologia, não como seus escravos... Em ordem a esses desafios morais, que estão para serem lançados pela nova e imensa força da tecnologia e que põem em perigo não só os direitos fundamentais dos homens, mas a própria essência biológica da espécie humana, é da máxima importância que os leigos cristãos com a ajuda de toda a Igreja tomem a peito o enquadramento da cultura nos princípios de um humanismo autêntico, de forma que a promoção e a defesa dos direitos do homem possam encontrar fundamento dinâmico e seguro na sua própria essência, aquela essência que a pregação evangélica revelou aos homens.

É urgente que todos, hoje, estejam alertados para o fenômeno da concentração do poder, e, em primeiro lugar, do poder tecnológico. Tal concentração tende, com efeito, a manipular não só a essência biológica, mas também os conteúdos da própria consciência dos homens e os seus padrões de vida, agravando, assim, a discriminação e a marginalização de povos inteiros.

39. O respeito da dignidade pessoal, que comporta a defesa e a promoção dos direitos humanos, exige que se reconheça a dimensão religiosa do homem. Não se trata de uma exigência meramente confessional, mas sim de uma exigência que mergulha a sua raiz inextirpável na própria realidade do homem. A relação com Deus é, na verdade, elemento constitutivo do próprio ser e existir do homem: é em Deus que nós vivemos, nos movemos e existimos (At 17,28). Se nem todos acreditam nesta verdade, todos os que dela estão convencidos têm o direito de serem respeitados na sua fé e nas opções de vida, individual e comunitária, que dela derivam. Este é o direito à liberdade de consciência e à liberdade religiosa, cujo efetivo reconhecimento está entre os bens mais elevados e entre os deveres mais graves de todo o povo que queira verdadeiramente assegurar o bem da pessoa e da sociedade: A liberdade religiosa, exigência insuprimível da dignidade de todos e de cada um dos homens, constitui uma pedra angular do edifício dos direitos humanos; e, portanto, é um fator insubstituível do bem das pessoas e de toda a sociedade, assim como da realização pessoal de cada um. Disto resulta, conseqüentemente, que a liberdade das pessoas consideradas individualmente e das comunidades professarem e praticarem a própria religião é um elemento essencial da convivência pacífica dos homens... O direito civil e social à liberdade religiosa, ao atingir a esfera mais íntima do espírito, torna-se ponto de referência e, de certo modo, a medida dos outros direitos fundamentais.

O Sínodo não se esqueceu dos muitos irmãos e irmãs que ainda não gozam desse direito e que têm de enfrentar dificuldades, marginalizações, sofrimentos, perseguições e, por vezes, a morte por causa da confissão da fé. São, na sua maioria, irmãos e irmãs do laicato cristão. O anúncio do Evangelho e o testemunho cristão da vida no sofrimento e no martírio são o ápice do apostolado dos discípulos de Cristo, assim como o amor ao Senhor Jesus até ao dom da própria vida constitui uma fonte de fecundidade extraordinária para a edificação da Igreja. A mística videira mostra, assim, a sua vitalidade, como sublinhava Santo Agostinho: Mas essa videira, como fora prenunciado pelos profetas e pelo próprio Senhor, que espalhava pelo mundo inteiro as suas vides carregadas de fruto, tanto mais vicejava quanto mais a regava o abundante sangue dos mártires.

A Igreja inteira sente-se profundamente grata com esse exemplo e com esse dom: desses seus filhos ela tira razões para renovar o seu impulso de vida santa e apostólica.

Nesse sentido, os padres sinodais consideraram seu especial dever agradecer àqueles leigos que vivem quais incansáveis testemunhas da fé, em união fiel com a Sé Apostólica, apesar das restrições à liberdade e da falta de ministros sagrados. Eles jogam tudo, até a própria vida. Dessa maneira, os leigos dão testemunho de uma propriedade essencial da Igreja: a Igreja de Deus nasce da graça de Deus e a forma mais sublime de o manifestar é o martírio.

Quanto até aqui dissemos sobre o respeito pela dignidade pessoal e sobre o reconhecimento dos direitos humanos, prende-se, sem dúvida, com a responsabilidade de cada cristão, de cada homem. Mas, devemos imediatamente sublinhar como isso se revista hoje de uma dimensão mundial: trata-se, de fato, de uma questão que já atinge grupos humanos inteiros, até povos inteiros, que são violentamente espezinhados nos seus direitos fundamentais. Daí, aquelas formas de desigualdade de progresso entre os diversos mundos que na recente Encíclica *Sollicitudo rei socialis* foram abertamente denunciadas.

O respeito pela pessoa humana ultrapassa a exigência de uma moral individual e coloca-se como critério de base, quase como pilar fundamental, na estruturação da própria sociedade, sendo a sociedade inteiramente finalizada para a pessoa.

Assim, intimamente ligada à responsabilidade de servir a pessoa põe-se a responsabilidade de servir a sociedade, qual tarefa geral daquela animação cristã da ordem temporal a que os fiéis leigos são chamados segundo as modalidades próprias e específicas.

40. A pessoa humana tem uma natural e estrutural dimensão social enquanto é chamada, desde o seu íntimo, à comunhão com os outros e à doação aos outros: Deus, que cuida paternamente de todos, quis que os homens formassem uma só família e se tratassem entre si com espírito de irmãos. E, assim, a sociedade, fruto e sinal da sociabilidade do homem, mostra a sua verdade plena ao constituir-se comunhão de pessoas.

Dá-se interdependência e reciprocidade entre a pessoa e a sociedade: tudo o que for feito em favor da pessoa é também serviço feito à sociedade, e tudo o que for realizado em favor da sociedade reverte-se em benefício da pessoa. Por isso, o empenho apostólico dos fiéis leigos na ordem temporal adquire sempre e de forma indissolúvel um significado de serviço ao homem indivíduo na sua unicidade e irrepetibilidade e um significado de serviço a todos os homens.

Ora, a primeira e originária expressão da dimensão social da pessoa é o casal e a família: Deus não criou o homem para o deixar sozinho; desde o princípio homem e mulher os criou (Gn 1,27) e a sua união constitui a primeira expressão de comunhão de pessoas. Jesus mostrou-se preocupado em restituir ao casal a sua inteira dignidade (Mt 19,3-9) e à família a sua própria solidez (Mt 19,4-6); São Paulo mostrou a relação profunda do matrimônio com o mistério de Cristo e da Igreja (Ef 5,22-4, 6; Cl 3,18-21; cf. 1Pd 3,1-7).

O casal e a família constituem o primeiro espaço para o empenho social dos fiéis leigos. Trata-se de um empenho que só poderá ser desempenhado adequadamente na convicção do valor único e insubstituível da família para o progresso da sociedade e da própria Igreja.

Berço da vida e do amor, onde o homem nasce e cresce, a família é a célula fundamental da sociedade. Deve reservar-se a essa comunidade uma solicitude privilegiada, sobre tudo quando o egoísmo humano, as campanhas contra a natalidade, as políticas totalitárias, e também as situações de pobreza e de miséria física, cultural e moral, bem como a mentalidade hedonista e consumista conseguem extinguir as fontes da vida, e onde as ideologias e os diversos sistemas, aliados a formas de desinteresse e de falta de amor, atentam contra a função educativa própria da família.

É urgente, portanto, realizar uma ação vasta, profunda e sistemática, apoiada não só na cultura, mas também nos meios econômicos e nos instrumentos legislativos, destinada a assegurar à família a sua função de ser o lugar primário da humanização da pessoa e da sociedade.

A ação apostólica dos fiéis leigos consiste, antes de mais, em tornar a família consciente da sua identidade de primeiro núcleo social de base e do seu papel original na sociedade, para que a própria família se torne cada vez mais protagonista ativa e responsável do seu crescimento e da sua participação na vida social. Dessa forma, a família poderá e deverá exigir de todos, a começar pelas autoridades públicas, o respeito por aqueles direitos que, salvando a família, salvam a mesma sociedade.

O que se escreveu na Exortação Familiaris consortio sobre a participação no progresso da sociedade e o que a Santa Sé, a convite do Sínodo dos bispos de 1980, formulou com a Carta dos Direitos da Família representam um programa operativo completo e orgânico para todos os fiéis leigos que, a qualquer título, estão interessados na promoção dos valores e das exigências da família: um programa cuja realização deve impor-se com tanta maior urgência e decisão quanto mais graves se fazem as ameaças à estabilidade e à fecundidade da família e quanto mais forte e sistemática se tornar a tentativa de marginalizar a família e de a esvaziar do seu peso social.

Como a experiência ensina, a civilização e a solidez dos povos dependem sobretudo da qualidade humana das próprias famílias. Assim, a ação apostólica em favor da família adquire um valor social incomparável. A Igreja, por sua parte, está profundamente convencida disso, bem sabendo que o futuro da humanidade passa através da família".

Nota:220

CfL, 41-44: "O serviço feito à sociedade exprime-se e concretiza-se de variadíssimas maneiras: desde as livres e informais às institucionais, desde a ajuda dada aos indivíduos à que se destina aos vários grupos e comunidades de pessoas.

Toda a Igreja, como tal, é diretamente chamada ao serviço da caridade: A santa Igreja, assim como nos seus primeiros tempos, juntando o ágape à ceia eucarística, se mostrava toda unida à volta de Cristo pelo vínculo da caridade, assim em todos os tempos se pode reconhecer por esse sinal do amor. E alegrando-se com as realizações alheias, ela reserva para si, como dever e direito próprios, que não pode alienar, as obras de caridade. Por isso, a misericórdia para com os pobres e enfermos e as chamadas obras de caridade e de mútuo auxílio para socorrer as múltiplas necessidades humanas são pela Igreja honradas de modo especial. A caridade para com o próximo, nas expressões antigas e sempre novas das obras de misericórdia corporais e espirituais, representa o conteúdo mais imediato, comum e habitual da animação cristã da ordem temporal que constitui o empenho específico dos fiéis leigos.

Com a caridade para com o próximo, os fiéis leigos vivem e manifestam a sua participação na realeza de Jesus Cristo, isto é, no poder do Filho do homem que não veio para ser servido, mas para servir (Mc 10,45): vivem e manifestam essa realeza na forma mais simples que é possível a todos e sempre e, ao mesmo tempo, na forma mais digna, pois a caridade é o dom mais alto que o Espírito dá em ordem à edificação da Igreja (1Cor 13,13) e ao bem da humanidade. A caridade, com efeito, anima e sustenta a solidariedade ativa que olha para a totalidade das necessidades do ser humano.

Uma caridade assim, realizada não só pelos indivíduos, mas também de forma solidária, pelos grupos e pelas comunidades, é e será sempre necessária: nada e ninguém a pode e poderá substituir, nem sequer as múltiplas instituições e iniciativas públicas, que também se esforçam por dar resposta às carências muitas vezes hoje tão graves e generalizadas de uma população. Paradoxalmente, essa caridade é tanto mais necessária quanto mais as instituições, ao tornarem-se complexas na organização e pretendendo gerir todos os espaços disponíveis, acabam por se esvaziar devido ao funcionalismo impessoal, à burocracia exagerada, aos interesses privados injustos e ao desinteresse fácil e generalizado.

Precisamente nesse contexto continuam a aparecer e a espalhar-se, sobretudo nas sociedades organizadas, diversas formas de voluntariado que se traduzem numa multiplicidade de serviços e de obras. Se for vivido na sua verdade de serviço desinteressado ao bem das pessoas, especialmente as mais carentes e as mais abandonadas dos próprios serviços sociais, o voluntariado deve ser visto como sendo uma importante expressão de apostolado, onde os fiéis leigos, homens e mulheres, desempenham um papel de primeiro plano.

42. A caridade que ama e serve a pessoa nunca poderá estar dissociada da justiça: uma e outra, cada qual à sua maneira, exigem o pleno reconhecimento efetivo dos direitos da pessoa, a que é ordenada a sociedade com todas as suas estruturas e instituições.

Para animar cristãmente a ordem temporal, no sentido que se disse de servir a pessoa e a sociedade, os fiéis leigos não podem absolutamente abdicar da participação na política, ou seja, da múltipla e variada ação econômica, social, legislativa, administrativa e cultural, destinada a promover orgânica e institucionalmente o bem comum. Como repetidamente afirmaram os padres sinodais, todos e cada um têm o direito e o dever de participar da política, embora em diversidade e complementaridade de formas, níveis, funções e responsabilidades. As acusações de arrivismo, idolatria de poder, egoísmo e corrupção que muitas vezes são dirigidas aos homens do governo, do parlamento, da classe dominante ou partido político, bem como a opinião muito difusa de que a política é um lugar de necessário perigo moral, não justificam minimamente nem o ceticismo nem o absentismo dos cristãos pela coisa pública.

Pelo contrário, é muito significativa a palavra do Concílio Vaticano II: A Igreja louva e aprecia o trabalho de quantos se dedicam ao bem da nação e tomam sobre si o peso de tal cargo, a serviço dos homens.

Uma política em favor da pessoa e da sociedade tem o seu critério de base na busca do bem comum, como bem de todos os homens e do homem todo, bem oferecido e garantido para ser livre e responsabilmente aceito pelas pessoas, tanto individualmente como em grupo: A comunidade política lomos na Constituição *Gaudium et spes* existe precisamente em vista do bem comum; nele ela encontra a sua completa justificação e significado e dele deriva o seu direito natural e próprio. Quanto ao bem comum, ele compreende o conjunto das condições de vida social que permitem aos indivíduos, famílias e associações alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição.

Além disso, uma política em favor da pessoa e da sociedade encontra a sua linha constante de ação na defesa e na promoção da justiça, entendida como virtude para a qual todos devem ser educados e como força moral que apóia o empenho em favorecer os direitos e os deveres de todos e de cada um, na base da dignidade pessoal do ser humano.

No exercício do poder político é fundamental o espírito de serviço, único capaz de, ao lado da necessária competência e eficiência, tornar transparente ou limpa a atividade dos homens políticos, como aliás o povo justamente exige. Isso pressupõe a luta aberta e a decidida superação de certas tentações, tais como o recurso à deslealdade e à mentira, o desperdício do dinheiro público em vantagem de uns poucos e com miras de clientela, o uso de meios equívocos ou ilícitos para a todo custo conquistar, conservar e aumentar o poder.

Os fiéis leigos empenhados na política devem certamente respeitar a autonomia das realidades terrenas, retamente entendida, como lomos na Constituição *Gaudium et spes*: É de grande importância, sobretudo onde existe uma sociedade pluralista, que se tenha uma concepção exata das relações entre a comunidade política e a Igreja, e ainda que se distingam claramente as atividades que os fiéis, isoladamente ou em grupo, desempenham em próprio nome como cidadãos guiados pela sua consciência de cristãos, e aquelas que eles exercem em nome da Igreja e em união com os seus pastores. A Igreja que, em razão da sua missão e competência, de modo algum se confunde com a sociedade nem está ligada a qualquer sistema político determinado, é, ao mesmo tempo, o sinal e salvaguarda da transcendência da pessoa humana. Simultaneamente e hoje sente-se-o com urgência e responsabilidade, os fiéis leigos devem dar testemunho daqueles valores humanos e evangélicos que estão intimamente ligados à própria atividade política, como a liberdade e a justiça, a solidariedade, a dedicação fiel e desinteressada ao bem de todos, o estilo simples de vida, o amor preferencial pelos pobres e pelos últimos. Isso exige que os fiéis leigos sejam cada vez mais animados por uma real participação na vida da Igreja e iluminados pela sua doutrina social. Para isso poder-lhes-á ser de apoio e de ajuda a familiaridade com as comunidades cristãs e com os seus pastores.

Estilo e meio de realizar uma política que tenha em vista o verdadeiro progresso humano é a solidariedade: esta pede a participação ativa e responsável de todos na vida política, desde os cidadãos individualmente aos vários grupos, sindicatos e partidos: todos e cada um somos simultaneamente destinatários e protagonistas da política. Neste campo, como escrevi na Encíclica *Sollicitudo rei socialis*, a solidariedade não é um sentimento de vaga compaixão ou de enternecimento superficial pelos males sofridos por tantas pessoas, próximas ou distantes. Pelo contrário, é a determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum; ou seja, pelo bem de todos e de cada um, porque todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos.

A solidariedade política deve hoje realizar-se num horizonte que, superando uma simples nação ou um simples bloco de nações, assuma uma dimensão mais propriamente continental e mundial.

O fruto da atividade política solidária, a que todos tanto aspiram, e, todavia, sempre tão imperfeito, é a paz. Os fiéis leigos não podem ficar indiferentes, estranhos e indolentes diante de tudo o que negue ou comprometa a paz: violência e guerra, tortura e terrorismo, campos de concentração, militarização da política, corrida armamentista, ameaça nuclear. Antes, como discípulos de Cristo Príncipe da paz (Is 9,5) e nossa Paz (Ef 2,14), os fiéis leigos devem assumir o dever de serem construtores da paz (Mt 5,9), tanto com a conversão do coração, como com a ação em favor da verdade, da liberdade, da justiça e da caridade que são os fundamentos irrenunciáveis da paz.

Colaborando com todos aqueles que procuram verdadeiramente a paz e servindo-se dos específicos organismos e instituições nacionais e internacionais, os fiéis leigos deverão promover uma capilar ação educativa destinada a neutralizar a dominante cultura do egoísmo, do ódio, da vingança e da inimizade e a desenvolver a cultura da solidariedade em todos os níveis. Tal solidariedade, com efeito, é caminho para a paz e simultaneamente para o progresso. Nesta ordem de idéias, os padres sinodais convidaram todos os cristãos a recusar formas inaceitáveis de violência, a promover comportamentos de diálogo e de paz e a empenhar-se na instauração de uma ordem social e internacional justa.

43. O serviço prestado à sociedade pelos fiéis leigos tem um seu momento essencial na questão econômico-social, cuja chave é dada pela organização do trabalho.

A gravidade atual de tais problemas, individuada no panorama do progresso e segundo a proposta de solução oferecida pela doutrina social da Igreja, foi recordada recentemente na Encíclica *Sollicitudo rei socialis*, que quero vivamente recomendar a todos, em especial aos fiéis leigos.

Entre os princípios fundamentais da doutrina social da Igreja encontra-se o do destino universal dos bens: os bens da terra são, no desígnio de Deus, oferecidos a todos os homens e a cada um deles como meio do desenvolvimento de uma vida autenticamente humana. A propriedade privada que, precisamente por isso, possui uma intrínseca função social, está a serviço desse destino. Concretamente, o trabalho do homem e da mulher representa o instrumento mais comum e mais imediato para o progresso da vida econômica, instrumento que constitui simultaneamente um direito e um dever de cada homem.

Tudo isto faz parte, de modo particular, da missão dos fiéis leigos. O fim e o critério da sua presença e da sua ação são, em termos gerais, formulados pelo Concílio Vaticano II: Também na vida econômica e social se devem respeitar e promover a dignidade e a vocação integral da pessoa humana e o bem de toda a sociedade. Com efeito, o homem é o protagonista, o centro e o fim de toda a vida econômico-social.

No contexto das importantes transformações em curso no mundo da economia e do trabalho, os fiéis leigos empenhem-se em primeira linha na solução dos gravíssimos problemas do crescente desemprego, lutando em favor de uma mais rápida superação das numerosas injustiças que provêm de deficientes organizações do trabalho, transformando o lugar de trabalho numa comunidade de pessoas respeitadas na sua subjetividade e no seu direito à participação, desenvolvendo novas formas de solidariedade entre aqueles que tomam parte no

trabalho comum, fomentando novos tipos de empresariado e revendo os sistemas de comércio, de finança e de intercâmbios tecnológicos.

Em vista de tais objetivos, os fiéis leigos deverão executar o seu trabalho com competência profissional, com honestidade humana, espírito cristão, como meio da própria santificação, segundo o convite explícito do Concílio: Com o seu trabalho, o homem sustenta de ordinário a própria vida e a dos seus; por meio dele se une e serve os seus irmãos, pode exercer uma caridade autêntica e colaborar no acabamento da criação divina. Mais ainda, sabemos que, oferecendo a Deus o seu trabalho, o homem se associa à obra redentora de Cristo, o qual conferiu ao trabalho uma dignidade sublime, trabalhando com as suas próprias mãos em Nazaré.

Em relação com a vida econômico-social e com o trabalho, levanta-se hoje, de forma cada vez mais aguda, a chamada questão ecológica. Sem dúvida, o homem recebeu do próprio Deus a missão de dominar as coisas criadas e de cultivar o jardim do mundo; mas esta é uma tarefa que o homem deve desempenhar no respeito pela imagem divina que recebeu e, portanto, com inteligência e com amor: deve sentir-se responsável pelos dons que Deus lhe deu e continuamente lhe dá. O homem tem nas suas mãos um dom para transmitir e, possivelmente, mesmo melhorado às gerações futuras, também elas destinatárias dos dons do Senhor: O domínio conferido ao homem pelo Criador não é um poder absoluto, nem se pode falar de liberdade de usar e abusar ou de dispor das coisas como melhor agrade. A limitação imposta pelo mesmo Criador, desde o princípio, e expressa simbolicamente com a proibição de comer o fruto da árvore (cf. Gn 2,16s.), mostra com suficiente clareza que, nas relações com a natureza visível, nós estamos submetidos a leis, não só biológicas mas também morais, que não podem impunemente ser transgredidas. Uma justa concepção do desenvolvimento não pode prescindir destas considerações relativas ao uso dos elementos da natureza, às possibilidades de renovação dos recursos e às conseqüências de uma industrialização desordenada, as quais propõem uma vez mais à nossa consciência a dimensão moral, que deve distinguir o desenvolvimento.

44. O serviço à pessoa e à sociedade humana exprime-se e realiza-se através da criação e transmissão da cultura, que, especialmente nos nossos dias, constitui uma das mais graves tarefas da convivência humana e da evolução social. À luz do Concílio, entendemos por cultura todos aqueles meios com que o homem afina e usa os seus múltiplos dons de alma e de corpo; procura submeter ao seu poder, com o saber e o trabalho, o próprio cosmos; torna mais humana a vida social, tanto na família como em toda a sociedade civil, com o progresso do costume e das instituições; enfim, no decorrer do tempo, exprime, comunica aos outros e conserva nas suas obras, para que sejam de proveito a muitos e mesmo à humanidade inteira, as suas grandes experiências espirituais e as suas aspirações. Nesse sentido, a cultura deve ser considerada como o bem comum de cada povo, a expressão da sua dignidade, liberdade e criatividade; o testemunho do seu percurso histórico. Em particular, só dentro e através da cultura é que a fé cristã se torna histórica e criadora de história. Perante o progresso de uma cultura que aparece divorciada não só da fé cristã mas até dos próprios valores humanos, bem como perante uma certa cultura científica e tecnológica incapaz de dar resposta à premente procura de verdade e de bem que arde no coração dos homens, a Igreja tem plena consciência da urgência pastoral de se dar à cultura uma atenção toda especial.

Por isso, a Igreja pede aos fiéis leigos que estejam presentes, em nome da coragem e da criatividade intelectual, nos lugares privilegiados da cultura, como são o mundo da escola e da universidade, os ambientes da investigação científica e técnica, os lugares da criação artística e da reflexão humanística. Tal presença tem como finalidade não só o reconhecimento e a eventual purificação dos elementos da cultura existente, criticamente avaliados, mas também a sua elevação, graças ao contributo das originais riquezas do Evangelho e da fé cristã. O que o Concílio Vaticano II escreve sobre a relação entre o Evangelho e a cultura representa um fato histórico constante e, simultaneamente, um ideal de ação de singular atualidade e urgência; é um programa empenhativo que se impõe à responsabilidade pastoral da Igreja inteira e, nela, à responsabilidade específica dos fiéis leigos: A Boa Nova de Cristo renova continuamente a vida e a cultura do homem decadente, combate e elimina os erros e males nascidos da permanente sedução e ameaça do pecado. Purifica sem cessar e eleva os costumes dos povos... Desse modo, a Igreja, só com realizar a própria missão, já com isso mesmo estimula a ajuda a civilização e, com a sua atividade, também a litúrgia, educa o homem para a liberdade interior.

Merecem ser aqui ouvidas de novo certas expressões particularmente significativas da Exortação Evangelii nuntiandi de Paulo VI: A Igreja evangeliza quando, unicamente firmada na potência divina da mensagem que proclama (cf. Rm 1,16; 1Cor 1,18; 2,4), procura converter, ao mesmo tempo, a consciência pessoal e coletiva dos homens, a atividade a que se dedicam e a vida e o meio concreto que lhes são próprios. Estratos da humanidade que se transformam: para a Igreja não se trata tanto de pregar o Evangelho a espaços geográficos cada vez mais vastos ou populações maiores em dimensões de massa, mas de chegar a atingir e como que a modificar pela força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação. Poder-se-ia exprimir tudo isto dizendo: importa evangelizar não de maneira decorativa, como que aplicando um verniz superficial, mas de maneira vital, em profundidade e isto até às suas raízes a cultura e as culturas do homem... A ruptura entre o Evangelho e a cultura é, sem dúvida, o drama da nossa época, como o foi também de outras épocas. Importa, assim, envidar todos os esforços no sentido de uma generosa evangelização da cultura, ou, mais exatamente, das culturas.

O caminho que hoje se privilegia para a criação e a transmissão da cultura é o dos instrumentos da comunicação social. Também o mundo dos mass-media, na seqüência do acelerado progresso das inovações e da influência, ao mesmo tempo planetária e capilar, sobre a formação da mentalidade e do costume, constituiu uma nova fronteira da missão da Igreja. Em particular, a responsabilidade profissional dos fiéis leigos neste campo, exercida tanto a título pessoal como através de iniciativas e instituições comunitárias, deve ser reconhecida em todo o seu valor e apoiada com mais adequados recursos materiais, intelectuais e pastorais.

No uso e na recepção dos instrumentos de comunicação, tornam-se urgentes tanto uma ação educativa em ordem ao sentido crítico, animado da paixão pela verdade, como uma ação de defesa da liberdade, do respeito pela dignidade pessoal, da elevação da autêntica cultura dos povos, com a recusa, firme e corajosa, de toda forma de monopolização e de manipulação.

Não deve ficar nessa ação de defesa a responsabilidade pastoral dos fiéis leigos: em todos os caminhos do mundo, também nos principais da imprensa, do cinema, da rádio, da televisão e do teatro, deve anunciar-se o Evangelho que salva”.

Nota:221

UR 12: “Todos os cristãos confessam publicamente a fé em Deus uno e trino, no Filho de Deus encarnado, nosso Senhor e redentor e se esforçam, estimando-se uns aos outros, por dar testemunho de nossa esperança, que não será confundida.

Nos dias de hoje há entre todos os seres humanos uma ampla cooperação nas esferas da vida social, pois todos são chamados a trabalhar juntos, especialmente se crêem em Deus e, além disso, se são cristãos. A cooperação entre os cristãos exprime de maneira ainda mais clara a união que de fato existe entre todos os seres humanos e torna mais evidente a verdadeira face de Cristo, servidor da humanidade.

Esta cooperação, que já existe entre certo número de nações, deve ser ampliada, especialmente a regiões em pleno desenvolvimento técnico e social, quer tendo em vista a dignidade da pessoa, em função da promoção da paz, para a efetiva aplicação do Evangelho à vida social, para a promoção do espírito cristão nas ciências e nas artes, ou ainda para curar as dificuldades específicas de nossa época, como a fome, as calamidades, o analfabetismo e a pobreza, a falta de moradia e a perversa distribuição da riqueza.

Quem acredita em Cristo percebe imediatamente a necessidade desta cooperação, que, por sua vez, requer que todos se conheçam melhor uns aos outros e de se estimem mutuamente, e vai assim preparando o caminho para a unidade entre os cristãos”.

Nota:222

Ut Unum Sint 40: “As relações entre os cristãos não tendem somente ao recíproco conhecimento, à oração comum e ao diálogo. Prevêem e exigem, desde já, toda a colaboração prática possível aos diversos níveis: pastoral, cultural, social, e ainda no testemunho da mensagem do Evangelho.

A cooperação de todos os cristãos exprime vivamente aquelas relações pelas quais já estão unidos entre si, e apresenta o rosto de Cristo Servo numa luz mais radiante. Tal cooperação baseada na fé comum não só aparece densa de comunhão fraterna, mas é uma epifania do próprio Cristo.

Além disso, a cooperação ecumênica é uma verdadeira escola de ecumenismo, um dinâmico caminho em direção à unidade. A unidade de ação conduz à plena unidade de fé: Por essa cooperação, todos os que crêem em Cristo podem mais facilmente aprender como devem entender-se melhor e estimar-se mais uns aos outros, e assim se abre o caminho que leva à unidade dos cristãos.

Aos olhos do mundo, a cooperação entre os cristãos assume as dimensões de um testemunho cristão comum, tornando-se instrumento de evangelização proveitoso a uns e a outros”.

Nota:223

Diretório para a aplicação dos princípios e normas sobre o ecumenismo, 162: “Os cristãos não podem fechar o seu coração ao gritante apelo das necessidades humanas do mundo contemporâneo. A contribuição que podem dar, em todos os domínios da vida humana em que a necessidade de salvação se manifesta, é mais eficaz quando a realizam todos em conjunto e quando se vê que, ao fazê-lo, estão unidos. Desejarão, pois, realizar juntos tudo o que a sua fé lhes permite. A ausência de uma perfeita comunhão entre as diferentes Igrejas e Comunidades Eclesiais, as divergências que ainda existem no ensino da fé e da moral, as memórias feridas e a herança de uma história de separação, cada um destes elementos limita o que os cristãos podem fazer juntos neste momento. A sua cooperação pode ajudá-los a ultrapassar tudo o que é obstáculo à plena comunhão, a juntar seus recursos para construir uma vida e um serviço cristãos e o testemunho comum que daí resulta, tendo em vista a missão que partilham: ‘Nesta união no plano da missão, que é desejada principalmente pelo próprio Cristo, todos os cristãos devem descobrir o que os une já, antes mesmo que se realize a sua plena comunhão’”.

Nota:224

É esta uma preocupação manifestada pelo recente Sínodo para a América (1997) e retomada pelo Papa João Paulo II em sua Exortação pós-sinodal: A América necessita de cristãos leigos capazes de assumir cargos de dirigentes na sociedade. É urgente formar homens e mulheres capazes de influir, segundo a própria vocação, na vida pública, orientando-a para o bem comum. No exercício da política, considerada em seu sentido mais nobre e autêntico de administração do bem comum, esses homens e mulheres podem encontrar o caminho da própria santificação (EA, 44).

Nota:225

At 4,34: “Entre eles ninguém passava necessidade, pois aqueles que possuíam terras ou casas as vendiam, traziam o dinheiro”.

Nota:226

CNBB, Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora, (1995-1999), doc. 54, art. 209: “O diálogo já possui em si mesmo seu próprio valor. Pode ser praticado de diversas formas: a partir da vida, na cooperação em obras comuns de serviço, através do intercâmbio da experiência religiosa ou espiritual ou mesmo no diálogo teológico dos peritos. O mais importante é reconhecer e praticar as disposições que tornam o diálogo autêntico e proveitoso: *equilíbrio*, que une abertura e realismo; *convicção*, que permite expressar com sinceridade e integridade a própria fé; *busca do aprofundamento da verdade*, inclusive da compreensão mais completa da própria fé; *disposição para acolher com gratidão os dons de Deus* e os frutos do próprio diálogo. Dessa forma, o diálogo contribuirá, não para dar impressão de relativismo religioso, nem para pôr em dúvida a *identidade católica*, mas para torná-la mais consciente e firme, mais rica e madura”.

Nota:227

cf. TMA 33-36. O Papa afirma que a Igreja não deve deixar de lastimar profundamente a fraqueza de tantos filhos seus, que lhe deturpam o rosto, impedindo-o de refletir plenamente a imagem do seu Senhor crucificado (TMA 35).

TMA: “Assim, quando o segundo milênio já se encaminha para o seu termo, é justo que a Igreja assuma com maior consciência o peso do pecado dos seus filhos, recordando todas aquelas circunstâncias em que, no arco da história, eles se afastaram do espírito de Cristo e do seu Evangelho, oferecendo ao mundo, em vez do testemunho de uma vida inspirada nos valores da fé, o espetáculo de modos de pensar e agir que eram verdadeiras formas de antitestemunho e de escândalo.

Embora sendo santa pela sua incorporação em Cristo, a Igreja não se cansa de fazer penitência: ela reconhece sempre como próprios, diante de Deus e dos homens, os filhos pecadores. Sobre isto, afirma a Constituição conciliar *Lumen gentium*: “a Igreja, contendo pecadores no seu próprio seio, simultaneamente santa e sempre necessitada de purificação, exercita continuamente a penitência e a renovação”.

A Porta Santa do Jubileu do 2000 deverá ser, simbolicamente, mais ampla do que nos jubileus precedentes, porque a humanidade, chegada àquela meta, deixará atrás de si não apenas um século, mas um milênio. Será bom que a Igreja entre por essa passagem com a consciência clara daquilo que viveu ao longo dos últimos dez séculos. Ela não pode transpor o limiar do novo milênio sem impelir os seus filhos a purificarem-se, pelo arrependimento, de erros, infidelidades, incoerências, retardamentos. Reconhecer as cedências de ontem é ato de lealdade e coragem que ajuda a reforçar a nossa fé, tornando-nos atentos e prontos para enfrentar as tentações e as dificuldades de hoje.

34. Entre os pecados que requerem maior empenho de penitência e conversão, devem certamente ser incluídos os que prejudicaram a unidade querida por Deus para o seu Povo. Ao longo dos mil anos que estão para se concluir, mais ainda do que no primeiro milênio, a comunhão eclesial, “algumas vezes não sem culpa dos homens de um e de outro lado”, conheceu dolorosas lacerações que contradizem abertamente a vontade de Cristo e são escândalo para o mundo. Tais pecados do passado fazem sentir ainda, infelizmente, o seu peso e permanecem como tentações igualmente no presente. É necessário emendar-se, invocando intensamente o perdão de Cristo.

Neste crepúsculo do milênio, a Igreja deve dirigir-se com prece mais instante ao Espírito Santo, implorando-lhe a graça da unidade dos cristãos. Este é um problema crucial para o testemunho evangélico no mundo. Sobretudo depois do Concílio Vaticano II, muitas foram as iniciativas ecumênicas empreendidas com generosidade e solicitude: pode-se dizer que toda a atividade das Igrejas locais e da Sé Apostólica assumiu nestes anos uma dimensão ecumênica. O Pontifício Conselho para a promoção da unidade dos Cristãos tornou-se um dos principais centros propulsores do processo para a plena unidade.

Mas todos estamos conscientes de que a obtenção desta meta não pode ser fruto apenas de esforços humanos, embora indispensáveis. A unidade é, em última análise, dom do Espírito Santo. A nós, é-nos pedido para secundar este dom, sem cairmos em abdições nem reticências no testemunho da verdade, mas sendo generosamente em ação as diretrizes traçadas pelo Concílio e sucessivos documentos da Santa Sé, que mereceram o apreço inclusive de muitos dos cristãos que não estão em plena comunhão com a Igreja Católica.

Eis, portanto, uma das tarefas dos cristãos a caminho do ano 2000. A aproximação do fim do segundo milênio incita todos a um exame de consciência e a oportunas iniciativas ecumênicas, de tal modo que possamos apresentar-nos ao Grande Jubileu, se não totalmente unidos, pelo menos muito mais perto de superar as divisões do segundo milênio. Para tal, é necessário está à vista de todos um esforço enorme. Impõe-se prosseguir com o diálogo ecumênico, mas sobretudo empenhar-se mais na oração ecumênica.

Esta muito se intensificou depois do Concílio, mas deve crescer ainda colocando os cristãos cada vez mais em sintonia com a grande invocação de Cristo, antes da Paixão: “Pai... que também eles sejam um em nós” (Jo 17,21).

35. Outro capítulo doloroso, sobre o qual os filhos da Igreja não podem deixar de tornar com espírito aberto ao arrependimento, é a condescendência manifestada, especialmente em alguns séculos, perante métodos de intolerância ou até mesmo de violência no serviço à verdade.

Certo é que um correto juízo histórico não pode prescindir da atenta consideração dos condicionalismos culturais da época, pelos quais muita gente podia ter considerado, em boa fé, que um autêntico testemunho da verdade comportasse o sufocamento da opinião de outrem ou, pelo menos, a sua marginalização. Múltiplos motivos convergiam freqüentemente para criar premissas de intolerância, alimentando uma atmosfera passional, da qual apenas grandes espíritos, verdadeiramente livres e cheios de Deus, conseguiam de algum modo subtrair-se. Mas a consideração das circunstâncias atenuantes não dispensa a Igreja do dever de lastimar profundamente as fraquezas de tantos filhos seus, que lhe deturparam o rosto, impedindo-a de refletir plenamente a imagem do seu Senhor crucificado, testemunha insuperável de amor paciente e de humilde mansidão. Desses momentos dolorosos do passado deriva uma lição para o futuro, que deve induzir todo cristão a manter-se bem firme sobre aquela regra áurea ditada pelo Concílio: “a verdade não se impõe de outro modo senão pela sua própria força, que penetra nos espíritos de modo ao mesmo tempo suave e forte”.

36. Numerosos Cardeais e bispos desejaram se fizesse um sério exame de consciência, principalmente sobre a Igreja de hoje. No limiar do novo milênio, os cristãos devem pôr-se humildemente diante do Senhor, interrogando-se sobre as responsabilidades que lhes cabem também nos males do nosso tempo. Na verdade, a época atual, a par de muitas luzes, apresenta também tantas sombras.

Como calar, por exemplo, a indiferença religiosa, que leva tantos homens de hoje a viverem como se Deus não existisse ou a contentarem-se com uma religiosidade vaga, incapaz de se confrontar com o problema da verdade e com o dever da coerência? A isto, é preciso ligar também a difusa perda do sentido transcendente da existência humana e o extravio no campo ético, até mesmo em valores fundamentais como os da vida e da família. Impõe-se, pois, uma verificação aos filhos da Igreja: em que medida estão eles também tocados pela atmosfera de secularismo e relativismo ético? E que parte de responsabilidade devem eles reconhecer, quanto ao progressivo alastramento da irreligiosidade, por não terem manifestado o genuíno rosto de Deus, “pelas deficiências da sua vida religiosa, moral e social”?

Realmente não se pode negar que, em muitos cristãos, a vida espiritual atravessa um momento de incerteza que se repercute não só na vida moral, mas também na oração e na própria retidão teológica da fé. Esta, já posta à prova pelo confronto com o nosso tempo, vê-se às vezes ainda desorientada por posições teológicas errôneas, que se difundem também por causa da crise de obediência ao Magistério da Igreja.

E quanto ao testemunho da Igreja no nosso tempo, como não sentir pesar pela falta de discernimento, quando não se torna mesmo condescendência, de não poucos cristãos perante a violação de direitos humanos fundamentais por regimes totalitários? E não será porventura de lamentar, entre as sombras do presente, a corresponsabilidade de tantos cristãos em formas graves de injustiça e marginalização social? Seria de perguntar quantos deles conhecem a fundo e praticam coerentemente as diretrizes da doutrina social da Igreja. O exame de consciência não pode deixar de incluir também a recepção do Concílio, este grande dom do Espírito feito à Igreja quase ao findar do segundo milênio. Em que medida a Palavra de Deus se tornou mais

plenamente alma da teologia e inspiradora de toda a existência cristã, como pedia a Dei Verbum? É vivida a liturgia como “fonte e cume” da vida eclesial, segundo o ensinamento da Sacrosanctum Concilium? Vai-se consolidando na Igreja universal e nas Igrejas particulares, a eclesiologia de comunhão da *Lumen gentium*, dando espaço aos carismas, aos ministérios, às várias formas de participação do Povo de Deus, embora sem descair para um democraticismo e sociologismo que não reflete a visão católica da Igreja e o autêntico espírito do Vaticano II? Uma pergunta vital deve contemplar também o estilo das relações da Igreja com o mundo. As diretrizes conciliares oferecidas na *Gaudium et spes* e em outros documentos de um diálogo aberto, respeitoso e cordial, acompanhado todavia por um atento discernimento e corajoso testemunho da verdade, permanecem válidas e chamam-nos a um maior empenho”.

Nota:228

TMA 34: “Entre os pecados que requerem maior empenho de penitência e conversão, devem certamente ser incluídos os que prejudicaram a unidade querida por Deus para o seu Povo. Ao longo dos mil anos que estão para se concluir, mais ainda do que no primeiro milênio, a comunhão eclesial, “algumas vezes não sem culpa dos homens de um e de outro lado”, conheceu dolorosas lacerações que contradizem abertamente a vontade de Cristo e são escândalo para o mundo. Tais pecados do passado fazem sentir ainda, infelizmente, o seu peso e permanecem como tentações igualmente no presente. É necessário emendar-se, invocando intensamente o perdão de Cristo.

Neste crepúsculo do milênio, a Igreja deve dirigir-se com prece mais instante ao Espírito Santo, implorando-lhe a graça da unidade dos cristãos. Este é um problema crucial para o testemunho evangélico no mundo. Sobretudo depois do Concílio Vaticano II, muitas foram as iniciativas ecumênicas empreendidas com generosidade e solicitude: pode-se dizer que toda a atividade das Igrejas locais e da Sé Apostólica assumiu nestes anos uma dimensão ecumênica. O Pontifício Conselho para a promoção da unidade dos Cristãos tornou-se um dos principais centros propulsores do processo para a plena unidade.

Mas todos estamos conscientes de que a obtenção desta meta não pode ser fruto apenas de esforços humanos, embora indispensáveis. A unidade é, em última análise, dom do Espírito Santo. A nós, é-nos pedido para secundar este dom, sem cairmos em abdições nem reticências no testemunho da verdade, mas pondo generosamente em ação as diretrizes traçadas pelo Concílio e sucessivos documentos da Santa Sé, que mereceram o apreço inclusive de muitos dos cristãos que não estão em plena comunhão com a Igreja Católica.

Eis, portanto, uma das tarefas dos cristãos a caminho do ano 2000. A aproximação do fim do segundo milênio incita todos a um exame de consciência e a oportunas iniciativas ecumênicas, de tal modo que possamos apresentar-nos ao Grande Jubileu, se não totalmente unidos, pelo menos muito mais perto de superar as divisões do segundo milênio. Para tal, é necessário está à vista de todos um esforço enorme. Impõe-se prosseguir com o diálogo ecumênico, mas sobretudo empenhar-se mais na oração ecumênica.

Esta muito se intensificou depois do Concílio, mas deve crescer ainda colocando os cristãos cada vez mais em sintonia com a grande invocação de Cristo, antes da Paixão: “Pai... que também eles sejam um em nós” (Jo 17,21)”.

Nota:229

CNBB, Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora (1995-1998), doc. 54, art. 230: “Os católicos não-praticantes constituem o maior desafio missionário que a Igreja no Brasil enfrenta, ao menos do ponto de vista quantitativo. Eles conservam com as comunidades eclesiais dois laços pastoralmente relevantes: 1º a herança do catolicismo popular, especialmente através da devoção a Maria Santíssima e aos santos; 2º a procura dos sacramentos nos momentos decisivos da vida: nascimento, primeira Eucaristia e Crisma dos filhos; Matrimônio; doença grave e morte. As orientações pastorais que se impõem nesta situação são:

- a atenção e o cuidado para com as práticas de religiosidade popular, que podem estabelecer ou reforçar os vínculos entre os católicos não-praticantes e a comunidade eclesial;
- um renovado esforço para promover ou fortalecer aquelas manifestações religiosas de massa que atraem, ao menos ocasionalmente, grandes parcelas da população;
- um tratamento diferenciado e, quanto possível, personalizado para com os não-praticantes, quando procuram os sacramentos;
- uma revisão séria e atenta das críticas e motivações que afastam os católicos da prática eclesial. Privilegiar a pastoral do contato pessoal, visitas às famílias, particularmente às que estiverem em situações de sofrimento ou alegria, como doenças, falecimentos, nascimento, aniversário etc. e a acolhida aos migrantes;
- uma reforma de estruturas e práticas pastorais inadequadas ao contexto urbano e alheias à mentalidade moderna”.

Nota:230

1Cor 14,25: “e os segredos de seu coração serão desvendados; ele se prostrará com o rosto por terra, adorará a Deus e proclamará que Deus está realmente no meio de vocês”.

Nota:231

EN 70: “Os leigos, a quem a sua vocação específica coloca no meio do mundo e à frente das mais variadas tarefas na ordem temporal, devem também eles, através disso mesmo, atuar uma singular forma de evangelização.

A sua primeira e imediata tarefa não é a instituição e o desenvolvimento da comunidade eclesial - esse é o papel específico dos pastores - mas sim, pôr em prática todas as possibilidades cristãs e evangélicas escondidas, mas já presentes e operantes, nas coisas do mundo. O campo próprio da sua atividade evangelizadora é o mesmo mundo vasto e complicado da política, da realidade social e da economia, como também o da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos meios de comunicação e, ainda, outras realidades abertas para a evangelização, como seja, o amor, a família, a educação das crianças e dos adolescentes, o trabalho profissional e o sofrimento. Quanto mais leigos houver impregnados do Evangelho, responsáveis em relação a tais realidades e comprometidos claramente nas mesmas, competentes para as promover e conscientes de que é necessário fazer desabrochar a sua capacidade cristã muitas vezes escondida e asfixiada, tanto mais essas realidades, sem nada perder ou sacrificar do próprio coeficiente humano, mas patenteando uma dimensão transcendente para o além, não raro desconhecida, se virão a encontrar a serviço da edificação do reino de Deus e, por conseguinte, da salvação em Jesus Cristo”.

Nota:232

CfL 34: “Países inteiros e nações, onde a religião e a vida cristã foram em tempos tão prósperas e capazes de dar origem a comunidades de fé viva e operosa, encontram-se hoje sujeitos a dura prova, e, por vezes, até são radicalmente transformados pela contínua difusão do indiferentismo, do secularismo e do ateísmo. É o caso, em especial, dos países e das nações do chamado Primeiro Mundo, onde o bem-estar econômico e o consumismo, embora misturados com tremendas situações de pobreza e de miséria, inspiram e permitem viver como se Deus não existisse. Ora, a indiferença religiosa e a total insignificância prática de Deus nos problemas, mesmo graves, da vida não são menos preocupantes e subversivos do que o ateísmo declarado. E também a fé cristã, mesmo sobrevivendo em algumas manifestações tradicionais e ritualistas, tende a desaparecer nos momentos mais significativos da existência, como os momentos do nascer, do sofrer e do morrer. Daí que se levantem interrogações e enigmas tremendos, que, ao ficarem sem resposta, expõem o homem contemporâneo à desilusão desconfortante e à tentação de eliminar a mesma vida humana que levanta esses problemas.

Noutras regiões ou nações, porém, conservam-se bem vivas ainda tradições de piedade e de religiosidade popular cristã; mas, esse patrimônio moral e espiritual corre hoje o risco de esbater-se sob o impacto de múltiplos processos, entre os quais sobressaem a secularização e a difusão das seitas. Só uma nova evangelização poderá garantir o crescimento de uma fé límpida e profunda, capaz de converter tais tradições numa força de liberdade autêntica.

É urgente, sem dúvida, refazer em toda parte o tecido cristão da sociedade humana. Mas, a condição é a de se refazer o tecido cristão das próprias comunidades eclesiais que vivem nesses países e nessas nações.

Ora, os fiéis leigos, por força da sua participação do múnus profético de Cristo, estão plenamente envolvidos nessa tarefa da Igreja. Pertence-lhes, em particular, dar testemunho de como a fé cristã, mais ou menos conscientemente ouvida e invocada por todos, seja a única resposta plenamente válida para os problemas e as esperanças que a vida põe a cada homem e a cada sociedade. Será isso possível se os fiéis leigos souberem ultrapassar em si mesmos a ruptura entre o Evangelho e a vida, refazendo na sua quotidiana atividade em família, no trabalho e na sociedade, a unidade de uma vida que no Evangelho encontra inspiração e força para se realizar em plenitude.

Repito mais uma vez a todos os homens contemporâneos o grito apaixonado com que iniciei o meu serviço pastoral: Não tenhais medo! Abri, ou antes, escancarai as portas a Cristo! Abri ao seu poder salvador os confins dos Estados, os sistemas econômicos assim como os políticos, os vastos campos da cultura, da civilização, do progresso. Não tenhais medo! Cristo sabe bem o que está dentro do homem. Só ele o sabe! Hoje em dia muito freqüentemente o homem não sabe o que traz no interior de si mesmo, no profundo do seu ânimo e do seu coração. Muito freqüentemente se encontra incerto acerca do sentido da sua vida sobre esta Terra. E sucede que é invadido pela dúvida que se transforma em desespero. Permitti, pois peço-vos e vo-lo imploro com humildade e confiança, deixai que Cristo fale ao homem. Só ele tem palavras de vida; sim, de vida eterna.

Escancarar a porta a Cristo, acolhê-lo no espaço da própria humanidade, não é, de modo algum, ameaça para o homem, mas antes, é a única estrada a percorrer, se quisermos reconhecer o homem na sua verdade total e exaltá-lo nos seus valores.

A síntese vital que os fiéis leigos souberem fazer entre o Evangelho e os deveres quotidianos da vida será o testemunho mais maravilhoso e convincente de que não é o medo, mas a procura e a adesão a Cristo que são o fator determinante para que o homem viva e cresça, e para que se alcancem novas formas de viver mais conformes com a dignidade humana.

O homem é amado por Deus! Este é o mais simples e o mais comovente anúncio de que a Igreja é devedora ao homem. A palavra e a vida de cada cristão podem e devem fazer ecoar este anúncio: Deus ama-te, Cristo veio por ti, para ti Cristo é Caminho, Verdade, Vida (Jo 14,6)!

Esta nova evangelização, dirigida não apenas aos indivíduos, mas a inteiras faixas de população, nas suas diversas situações, ambientes e culturas, tem por fim formar comunidades eclesiais maduras, onde a fé desabroche e realize todo o seu significado originário de adesão à pessoa de Cristo e ao seu Evangelho, de encontro e de comunhão sacramental com ele, de existência vivida na caridade e no serviço.

Os fiéis leigos têm a sua parte a desempenhar na formação de tais comunidades eclesiais, não só com uma participação ativa e responsável na vida comunitária e, portanto, com o seu insubstituível testemunho, mas também com o entusiasmo e com a ação missionária dirigida a quantos não crêem ainda ou já não vivem a fé recebida no Batismo.

Em relação às novas gerações, os fiéis leigos devem dar um precioso contributo, necessário como nunca, com uma obra sistemática de catequese: os padres sinodais acolheram com gratidão o trabalho dos catequistas, reconhecendo que eles têm uma tarefa de grande importância na animação das comunidades eclesiais. É verdade que os pais cristãos são os primeiros e insubstituíveis catequistas dos próprios filhos, habilitados que o foram para isso pelo sacramento do Matrimônio, mas, ao mesmo tempo, devemos todos ter consciência do direito que assiste a todo batizado de ser instruído, educado, acompanhado na fé e na vida cristã”.

Nota:233

CfL 28: “Os fiéis leigos, juntamente com os sacerdotes, os religiosos e as religiosas, formam o único povo de Deus e Corpo de Cristo.

Ser membros da Igreja nada tira ao fato de cada cristão ser um ser único e irrepitível; antes, garante e promove o sentido mais profundo da sua unicidade e irrepitibilidade, enquanto é fonte de verdade e de riqueza para a Igreja inteira. Nesse sentido, Deus, em Jesus Cristo, chama cada qual pelo próprio e inconfundível nome. O convite do Senhor: Ide vós também para a minha vinha dirige-se a cada um pessoalmente e soa: Vem também tu para a minha vinha!

Assim, cada um na sua unicidade e irrepitibilidade, com o seu ser e o seu agir, põe-se a serviço do crescimento da comunhão eclesial, como, por sua vez, recebe singularmente e faz sua a riqueza comum de toda a Igreja. Esta é a comunhão dos santos, que nós professamos no Credo: o bem de todos torna-se o bem de cada um e o bem de cada um torna-se o bem de todos. Na santa Igreja escreve São Gregório Magno cada um é apoio dos outros e os outros são seu apoio.

Formas pessoais de participação - É absolutamente necessário que cada fiel leigo tenha sempre viva consciência de ser um membro da Igreja, a quem se confia um encargo original insubstituível e indelegável, que deverá desempenhar para o bem de todos. Numa tal perspectiva, assume todo o seu significado a afirmação conciliar sobre a necessidade absoluta do apostolado de cada pessoa: O apostolado individual que

deriva com abundância da fonte de uma vida verdadeiramente cristã (cf. Jo 4,14), é origem e condição de todo o apostolado dos leigos, mesmo do associado, e nada o pode substituir. A este apostolado, sempre e em toda a parte proveitoso e em certas circunstâncias o único conveniente e possível, são chamados e, por isso, obrigados todos os leigos, de qualquer condição, ainda que não se lhes proporcione ocasião ou possibilidade de cooperar nas associações.

No apostolado individual existem grandes riquezas que precisam ser descobertas em ordem a uma intensificação do dinamismo missionário de cada fiel leigo. Com essa forma de apostolado, a irradiação do Evangelho pode tornar-se mais capilar, chegando a tantos lugares e ambientes quanto os que estão ligados à vida quotidiana e concreta dos leigos. Trata-se, além disso, de uma irradiação constante, estando ligada à contínua coerência da vida pessoal com a fé; e também de uma irradiação particularmente incisiva, porque, na total partilha das condições de vida, do trabalho, das dificuldades e esperanças dos irmãos, os fiéis leigos podem atingir o coração dos seus vizinhos, amigos ou colegas, abrindo-o ao horizonte total, ao sentido pleno da existência: a comunhão com Deus e entre os homens”.

Nota:234

cf. **Mt 5,13**: “Vocês são o sal da terra. Ora, se o sal perde o gosto, com que poderemos salgá-lo? Não serve para mais nada; serve só para ser jogado fora e ser pisado pelos homens”.

Mt 13,33: “Jesus contou-lhes ainda outra parábola: ‘o reino do céu é como o fermento que uma mulher pega e mistura com três porções de farinha, até que tudo fique fermentado’”.

Nota:235

2Cor 9,6-14: “Saibam de uma coisa: quem semeia com mesquinhez, com mesquinhez há de colher; quem semeia com generosidade, com generosidade há de colher. Cada um dê conforme decidir em seu coração, sem pena ou constrangimento, porque Deus ama quem dá com alegria. Deus pode enriquecer vocês com toda espécie de graças, para que tenham sempre o necessário em tudo e ainda fique sobrando alguma coisa para poderem colaborar em qualquer boa obra, conforme diz a Escritura: Ele distribuiu e deu aos pobres; e sua justiça permanece para sempre.

Deus, que dá semente ao sementeiro, também dará o pão em alimento; para vocês multiplicará a semente, e ainda fará crescer o fruto da justiça que vocês têm. E vocês ficarão enriquecidos de todos os modos para praticar toda espécie de generosidade, que provocará a ação de graças a Deus por meio de nós. De fato, o serviço desta coleta não deve apenas satisfazer às necessidades dos cristãos, mas há de ser ocasião de dar efusivas ações de graças a Deus. Tal serviço será para eles uma prova; e eles agradecerão a Deus pela obediência que vocês professam ao Evangelho de Cristo e pela generosidade com que vocês repartem os bens com eles e com todos. Eles manifestarão a sua ternura, rezando por vocês por causa da graça extraordinária que Deus concedeu a vocês?”.

Nota:236

UR 1: “Promover a reintegração de todos os cristãos na unidade é um dos principais objetivos do Concílio Ecumênico Vaticano II. Embora a Igreja tenha sido fundada por Cristo como única, diversas comunhões cristãs se propõem hoje como a verdadeira herança de Jesus Cristo. Todos se dizem discípulos do Senhor, mas têm sentimentos diversos e seguem caminhos diferentes, como se o próprio Cristo estivesse dividido. Essas divisões, evidentemente, contrariam a vontade de Cristo, são um escândalo para o mundo e prejudicam enormemente a pregação do Evangelho a toda a criatura.

Sábria e pacientemente, o Senhor dos séculos persegue os objetivos de sua graça. Ultimamente começou a provocar com maior intensidade, entre os cristãos separados, a dor espiritual pelas separações e o ardente desejo de se unirem. Um número cada vez maior de pessoas foi tocado por essa graça. Surgiu assim, entre os irmãos separados, por inspiração do Espírito Santo, um movimento em favor da restauração da unidade entre todos os cristãos. Desse movimento em prol da unidade, denominado ecumênico, participam todos os que invocam o Deus Trino, confessam que Jesus é Senhor e Salvador, não de cada um de nós em separado, mas das comunidades em que estamos reunidos, em que se ouve o Evangelho, nossa Igreja e de Deus. Embora de maneiras diversas, quase todos aspiram a uma Igreja una, visível, universal de fato, enviada a todo o mundo para que o mundo se converta ao Evangelho e assim seja salvo, para a glória de Deus.

Alegando-se com tudo isso, o concílio, depois de declarar a doutrina da Igreja, movido pelo desejo de restaurar a unidade entre todos os discípulos de Cristo, decidiu propor a todos os católicos subsídios, caminhos e maneiras de agir para que também eles, por vocação divina, possam corresponder a essa graça”.

Nota:237

Diretório para a aplicação dos princípios e normas sobre o ecumenismo, n.206: “O testemunho ecumênico pode ser dado na própria atividade missionária. Para os católicos, as bases da cooperação ecumênica com os outros cristãos em missão são: “o fundamento do batismo e o patrimônio de fé que nos é comum”. As outras Igrejas e Comunidades Eclesiais que conduzem os fiéis à fé em Cristo Salvador e no batismo em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, conduzem-nos à comunhão real, embora imperfeita, que existe entre eles e a Igreja Católica. Os católicos desejariam muito que todos aqueles que são chamados à fé cristã, se juntassem a eles nesta plenitude de comunhão que, segundo a sua fé, existe na Igreja Católica, e, no entanto, reconhecem que, na Providência de Deus, alguns passarão toda a sua vida cristã em Igrejas ou Comunidades Eclesiais que não asseguram esta plenitude de comunhão. Deverão respeitar com todo o cuidado a fé viva das outras Igrejas e Comunidades Eclesiais que pregam o Evangelho e deverão alegrar-se de que a graça de Deus frutifique entre eles”.

Nota:238

Diretório para a aplicação dos princípios e normas sobre o ecumenismo, n.207: “Os católicos podem agregar-se às outras Igrejas e Comunidades Eclesiais desde que nelas não haja nada de sectário ou de deliberadamente anti-católico no seu trabalho de evangelização em organizações e programas que dêem um apoio comum às atividades missionárias de todas as Igrejas participantes. Um dos objetivos particulares desta cooperação será conseguir que os fatores humanos, culturais e políticos que estiveram implicados nas divisões originais entre as Igrejas e marcaram a tradição histórica de separação, não sejam transplantados para os lugares onde o evangelho é pregado e onde são fundadas Igrejas. Aqueles que foram enviados por Sociedades missionárias para ajudarem a fundação e o crescimento de novas Igrejas serão particularmente sensíveis a esta necessidade. Os bispos devem consagrar uma especial atenção a este aspecto. É aos bispos que cabe

determinar se se torna necessário insistir, de maneira particular, sobre pontos de doutrina ou de moral que separam os católicos das outras Igrejas e Comunidades Eclesiais e estas últimas podem considerar necessário proceder da mesma forma em relação ao catolicismo. Tudo deve ser feito, não com espírito agressivo ou sectário, mas com amor e respeito mútuo. Os novos convertidos à fé devem ser cuidadosamente instruídos no espírito ecumênico, 'de maneira que, excluída toda espécie de indiferentismo e confusão, como de odiosa rivalidade, os católicos cooperem fraternalmente, na medida do possível, com os irmãos separados de acordo com as normas do Decreto sobre o Ecumenismo, com a comum profissão de fé em Deus e em Jesus Cristo diante dos povos e mediante a cooperação tanto de ordem social e técnica, como cultural e religiosa'".

Nota:239

RMi 37c: "Áreas culturais, ou modernos areópagos. Paulo, depois de ter pregado em numerosos lugares, chega a Atenas e vai ao areópago, onde anuncia o Evangelho, usando uma linguagem adaptada e compreensível para aquele ambiente (cf. At 17,22-31). O areópago representava, então, o centro da cultura do duto povo ateniense, e hoje pode ser tomado como símbolo dos novos ambientes onde o Evangelho deve ser proclamado.

O primeiro areópago dos tempos modernos é o mundo das comunicações, que está unificando a humanidade, transformando-a como se costuma dizer na aldeia global. Os meios de comunicação social alcançaram tamanha importância que são para muitos o principal instrumento de informação e formação, de guia e inspiração dos comportamentos individuais, familiares e sociais. Principalmente as novas gerações crescem num mundo condicionado pelos mass-média. Talvez se tenha descuidado, um pouco, este areópago: deu-se preferência a outros instrumentos para o anúncio evangélico e para a formação, enquanto os mass-média foram deixados à iniciativa de particulares ou de pequenos grupos, entrando apenas, secundariamente, na programação pastoral. O uso dos mass-média, no entanto, não tem somente a finalidade de multiplicar o anúncio do Evangelho: trata-se de um fato muito mais profundo, porque a própria evangelização da cultura moderna depende, em grande parte, da sua influência. Não é suficiente, portanto, usá-los para difundir a mensagem cristã e o Magistério da Igreja, mas é necessário integrar a mensagem nesta nova cultura, criada pelas modernas comunicações. É um problema complexo, pois esta cultura nasce, menos dos conteúdos do que do próprio fato de existirem novos modos de comunicar com novas linguagens, novas técnicas, novas atitudes psicológicas. Meu predecessor Paulo VI dizia que a ruptura entre o Evangelho e a cultura é, sem dúvida, o drama da nossa época; e o campo da comunicação moderna confirma plenamente este parecer.

Existem muitos outros areópagos do mundo moderno, para os quais se deve orientar a atividade missionária dos povos. Por exemplo, o empenho pela paz; o desenvolvimento e a libertação dos povos, sobretudo o das minorias; a promoção da mulher e da criança; a proteção da natureza, são outros tantos setores a serem iluminados pela luz do Evangelho.

É preciso lembrar, além disso, o vastíssimo areópago da cultura, da pesquisa científica, das relações internacionais que favorecem o diálogo e levam a novos projetos de vida. Convém estar atentos e empenhados nestas exigências modernas. Os homens sentem-se como que a navegar no mesmo mar tempestuoso da vida, chamados a uma unidade e solidariedade cada vez maior: as soluções para os problemas existenciais são estudadas, discutidas e experimentadas com o concurso de todos. Eis porque os organismos e as convenções internacionais se apresentam cada vez mais importantes, em muitos setores da vida humana, desde a cultura à política, da economia à pesquisa. Os cristãos, que vivem e trabalham nesta dimensão internacional, tenham sempre presente o seu dever de testemunhar o Evangelho".

EA 72: "Para a eficácia da nova evangelização, é fundamental um profundo conhecimento da cultura atual, na qual têm grande influência os meios de comunicação social. Por isso, é indispensável conhecer e servir-se desses meios, tanto nas suas formas tradicionais como nas formas introduzidas mais recentemente pelo progresso tecnológico. A realidade atual requer que se saiba dominar a linguagem, a natureza e as características da mídia. Utilizando-os de maneira correta e competente, pode-se levar a termo uma autêntica inculturação do Evangelho. Por outro lado, estes mesmos meios contribuem para modelar a cultura e a mentalidade dos homens e mulheres do nosso tempo, pelo que os agentes no campo dos instrumentos de comunicação social devem ser destinatários de uma especial ação pastoral.

A esse respeito, os Padres Sinodais apontaram numerosas iniciativas concretas para uma presença eficaz do Evangelho no mundo dos meios de comunicação social: a formação de agentes pastorais para esse âmbito; o incremento de centros de produção qualificada; o uso prudente e atento de satélites e das novas tecnologias; a formação dos fiéis para que sejam usuários "críticos"; a união de esforços para adquirir e depois gerir em conjunto novas emissoras e redes televisivas, e também para coordenar as que já existem. Quanto às publicações católicas, estas merecem ser apoiadas e têm necessidade de alcançar, como desejado, um progresso qualitativo.

É preciso animar os empresários para apoiarem economicamente os produtos de qualidade que promovem os valores humanos e cristãos. Mas, um programa tão vasto supera amplamente as possibilidades de cada uma das Igrejas particulares do Continente americano. Por isso, os Padres Sinodais propuseram a coordenação inter-americana das atividades existentes no campo dos meios de comunicação social, que ajude ao recíproco conhecimento e cooperação nas realidades já em ato no setor".

Nota:240

Jo 17,21: "para que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim e eu em ti. E para que também eles estejam em nós, a fim de que o mundo acredite que tu me enviaste".

Nota:241

LG 12: "O povo santo de Deus participa da função profética de Cristo. Dá o testemunho vivo de Cristo, especialmente pela vida de fé e de amor, e oferece a Deus a hóstia de louvor como fruto dos lábios que exaltam o seu nome (cf. Hb 13, 15). O conjunto dos fiéis unidos pelo Espírito Santo (cf. 1Jo 2, 20.27) não pode errar na fé. Esta sua propriedade peculiar se manifesta pelo senso sobrenatural da fé, comum a todo o povo, desde os bispos até o último fiel leigo, demonstrado no acolhimento universal a tudo o que diz respeito à fé e aos costumes. O senso da fé é despertado e sustentado pelo Espírito de verdade. Graças a este senso, o povo de Deus, seguindo fielmente o magistério sagrado, não obedece a uma palavra humana, mas à palavra de Deus (cf. 1Ts 2, 13) transmitida aos fiéis de uma vez por todas (Jd 3). A ela adere firmemente, entende-a em profundidade e a aplica melhor à própria vida.

Mas não é só pelos sacramentos e pelos ministérios que o Espírito Santo santifica, dirige e fortalece o povo de Deus. Distribuindo os seus dons a cada um, conforme quer (1Cor 12, 11), o Espírito Santo distribui graças especiais aos fiéis das mais variadas condições, tornando-os aptos e dispostos a assumir os trabalhos e funções úteis à renovação e ao maior desenvolvimento da Igreja, de acordo com o que está escrito: Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito, para utilidade de todos (1Cor 12, 7). Todos esses carismas, dos mais extraordinários aos mais simples e mais difundidos devem ser acolhidos com ação de graças e satisfação, pois correspondem às necessidades da Igreja e Ihes são úteis. Não se deve porém cobiçar temerariamente os dons extraordinários nem esperar deles, com presunção, frutos significativos nos trabalhos apostólicos. A apreciação sobre os dons e seu exercício ordenado no seio da Igreja pertence aos que a presidem, que têm especial mandato de não abafar o Espírito, mas tudo provar e reter o que é bom (cf. 1Ts 5, 12.19-21)".

Nota:242

cf. LG 4. Confira também as inúmeras referências ao Espírito Santo indicadas pelo índice analítico dos documentos do Concílio.:

LG 4: "Depois que o Filho terminou a obra que o Pai Ihe confiara (cf. Jo 17, 4), o Espírito Santo foi enviado, no dia de Pentecostes, como fonte perene de santificação da Igreja, dando assim, aos que crêem em Cristo, acesso ao Pai (cf. Ef 2, 18). É o Espírito da vida, fonte que jorra para a vida eterna (cf. Jo 4, 14; 7, 38-39), pois por ele o Pai dá vida aos homens mortos pelo pecado e, em Cristo, ressuscitará seus corpos mortais (cf. Rm 8, 10-11).

O Espírito habita na Igreja e no coração dos fiéis como num templo (cf. 1Cor 3, 16; 6, 19), em que ora e dá testemunho de que são filhos adotivos (cf. Gl 4, 6; Rm 8, 15-16 e 26). Leva a Igreja à verdade plena (cf. Jo 16, 13) e a unifica na comunhão e no ministério. Com os diversos dons hierárquicos e carismáticos, a instrui, dirige e enriquece com seus frutos (cf. Ef 4, 11-12; 1Cor 12, 4; Gl 5, 22). Rejuvenesce a Igreja com a força do Evangelho, renova-a continuamente e a conduz à união consumada com seu esposo. Por isso o Espírito e a esposa dizem ao Senhor Jesus: Vem (cf. Ap 22, 17).

A Igreja é pois o povo unido pela unidade mesma do Pai, do Filho e do Espírito Santo".

Nota:243

cf. LG 11. Confira também LG 33b e AA 3a. **LG 11:** "A índole sagrada e a constituição orgânica da comunidade sacerdotal se efetivam nos sacramentos e na prática cristã. Incorporados à Igreja pelo batismo, os fiéis recebem o caráter que os qualifica para o culto. Por outro lado, renascidos como filhos de Deus, devem professar a fé que receberam de Deus, por intermédio da Igreja.

O sacramento da confirmação os vincula ainda mais intimamente à Igreja e Ihes confere de modo especial a força do Espírito Santo. Daí a obrigação maior de difundir e defender a fé, pela palavra e pelas obras, como verdadeiras testemunhas de Cristo.

Participando do sacrifício eucarístico, fonte e ápice de toda a vida cristã, os fiéis oferecem a Deus a vítima divina e se oferecem com ela. Juntamente com os ministros, cada um a seu modo, têm todos um papel específico a desempenhar na ação litúrgica, tanto na oblação como na comunhão. Alimentando-se todos com o corpo de Cristo, demonstram de maneira concreta a unidade do povo de Deus, proclamada e realizada pelo sacramento da eucaristia.

Os fiéis que procuram o sacramento da penitência obtêm da misericórdia de Deus o perdão da ofensa que Ihe fizeram. Ao mesmo tempo, se reconciliam-se com a Igreja, que ofenderam ao pecar e que contribuí para sua conversão pelo amor, pelo exemplo e pelas orações.

Pela sagrada unção dos enfermos e pela oração dos sacerdotes, a Igreja inteira recomenda os doentes ao Senhor, para seu alívio e salvação (cf. Tg 5, 14). Exorta-os a se unirem livremente à paixão e à morte de Cristo (cf. Rm 8, 17; Cl 1, 24; 2Tm 2, 11-12; 1Pd 4, 13), dando assim sua contribuição para o bem do povo de Deus.

Os fiéis marcados pelo sacramento da ordem são igualmente constituídos, em nome de Cristo, para conduzir a Igreja pela palavra e pela graça de Deus. Finalmente os fiéis se dão o sacramento do matrimônio, manifestação e participação da unidade e do amor fecundo entre Cristo e sua Igreja (cf. Ef 5, 32). Ajudam-se mutuamente a se santificar na vida conjugal, no acolhimento e na educação dos filhos. Contam, por isso, com um dom específico e um lugar próprio ao seu estado de vida, no povo de Deus. A família procede dessa união. Nela nascem os novos membros da sociedade humana que, batizados, se tornarão filhos de Deus pela graça do Espírito Santo e perpetuarão o povo de Deus através dos séculos. A família é uma espécie de igreja doméstica. Os pais são os primeiros anunciadores da fé e devem cuidar da vocação própria de cada um dos filhos, especialmente da vocação sagrada.

Todos os fiéis, de qualquer estado ou condição, de acordo com o caminho que Ihes é próprio, são chamados pelo Senhor à perfeição da santidade, que é a própria perfeição de Deus e, por isso, dispõem de tais e de tantos meios".

LG 33b: "O apostolado dos leigos é participação na missão salvadora da Igreja. Todos estão qualificados pelo Senhor ao exercício desse apostolado, através do batismo e da confirmação. A alma desse apostolado é a caridade para com Deus e para com os homens, alimentada e comunicada pelos sacramentos, especialmente pela eucaristia. Os leigos são especialmente chamados a tornar a Igreja presente e ativa nos lugares e nas circunstâncias onde somente por eles pode atuar o sal da terra. Através dos dons recebidos, todo leigo é, ao mesmo tempo, testemunha e instrumento da própria missão da Igreja, segundo a medida do dom de Cristo (Ef 4, 7)".

AA 3a: "O dever e o direito dos leigos ao apostolado decorre de sua união com Cristo cabeça. Inseridos no corpo místico de Cristo pelo batismo e, pela confirmação, corroborados com a força do Espírito, foram destinados ao apostolado pelo próprio Senhor. Consagrados como participantes do sacerdócio régio e do povo santo (cf. 1Pd 2, 4-10) para oferecer, por todo seu agir, hóstias espirituais e dar testemunho de Cristo em toda parte. Pelos sacramentos, especialmente pela eucaristia, comungam e são alimentados pelo amor, que é a alma de todo o apostolados".

Nota:244

EN 2: "É é precisamente isso que nós tencionamos fazer agora, no final deste Ano Santo, no decorrer do qual a Igreja, ao "procurar infatigavelmente anunciar o Evangelho a todos os homens", outra coisa não quis senão desempenhar-se do seu ofício de mensageira da Boa Nova de Jesus Cristo, proclamada em base a dois lemas fundamentais: "Revesti-vos do homem novo", e "Reconciliai-vos com Deus".

Queremos fazer isso, também, neste décimo aniversário de encerramento do Concílio Vaticano II, cujos objetivos se resumem em última análise, num só intento: tornar a Igreja do século XX mais apta ainda para anunciar o Evangelho à humanidade do mesmo século XX.

Queremos fazer isso, também, ainda, um ano depois da III Assembléia Geral do Sínodo dos bispos, dedicado - como se sabe - à evangelização; e fazemo-lo também porque isso nos foi solicitado pelos próprios Padres sinodais. Efetivamente, ao concluir-se essa memorável Assembléia, eles decidiram confiar ao Pastor da Igreja universal, com grande confiança e simplicidade, o fruto de todo o seu labor, declarando que esperavam do Papa um impulso novo, capaz de suscitar, numa Igreja ainda mais arraigada na força e na potência imorredouras do Pentecostes, tempos novos de evangelização”.

Nota:245

CfL, 23: “A missão salvífica da Igreja no mundo realiza-se não só pelos ministros, que o são em virtude do sacramento da Ordem, mas também por todos os fiéis leigos: estes, com efeito, por força da sua condição batismal e da sua vocação específica, na medida própria de cada um, participam do *múnus* sacerdotal, profético e real de Cristo.

Por isso, os pastores devem reconhecer e promover os ofícios e as funções dos fiéis leigos, que têm o seu fundamento sacramental no Batismo e na Confirmação, bem como, para muitos deles, no Matrimônio.

E, quando a necessidade ou a utilidade da Igreja o pedir, os pastores podem, segundo as normas estabelecidas pelo direito universal, confiar aos fiéis leigos certos ofícios e certas funções que, embora ligadas ao seu próprio ministério de pastores, não exigem, contudo, o caráter da Ordem. O Código de Direito Canônico escreve: Onde as necessidades da Igreja o aconselharem, por falta de ministros, os leigos, mesmo que não sejam leitores ou acólitos, podem suprir alguns ofícios, como os de exercer o ministério da palavra, presidir às orações litúrgicas, conferir o Batismo e distribuir a Sagrada Comunhão, segundo as prescrições do direito. Todavia, o exercício de semelhante tarefa não transforma o fiel leigo em pastor: na realidade, o que constitui o ministério não é a tarefa, mas a ordenação sacramental. Só o sacramento da Ordem confere ao ministro ordenado uma peculiar participação no ofício de Cristo, Chefe e Pastor, e no seu sacerdócio eterno.

A tarefa que se exerce como suplente recebe a sua legitimidade, formal e imediatamente, da delegação oficial que lhe dão os pastores e, no seu exercício concreto, submete-se à direção da autoridade eclesial.

A recente assembléia sinodal perspectivou um vasto e significativo panorama da situação eclesial acerca dos ministérios, ofícios e funções dos batizados. Os padres manifestaram vivo apreço pelo notável contributo apostólico dos fiéis leigos, homens e mulheres, pelos seus carismas e por toda a sua ação em favor da evangelização, da santificação e da animação cristã das realidades temporais. Ao mesmo tempo, foi muito apreciado o seu serviço ordinário nas comunidades eclesiais e a sua generosa disponibilidade para a suplência em situações de emergência e de necessidades crônicas.

Na seqüência da renovação litúrgica promovida pelo Concílio, os próprios fiéis leigos, tomando mais viva consciência das tarefas que lhes pertencem na assembléia litúrgica e na sua preparação, tornaram-se largamente disponíveis no seu desempenho: a celebração litúrgica, com efeito, é uma ação sagrada, não só do clero, mas de toda a assembléia. É, portanto, natural que as tarefas que não são exclusivas dos ministros ordenados sejam desempenhadas pelos fiéis leigos. Torna-se assim espontânea a passagem de um efetivo envolvimento dos fiéis leigos na ação litúrgica para o anúncio da Palavra de Deus e para a cura pastoral.

Na mesma assembléia sinodal, porém, não faltaram, ao lado dos positivos, pareceres críticos sobre o uso indiscriminado do termo ministério, a confusão e o nivelamento entre sacerdócio comum e sacerdócio ministerial, a pouca observância de leis e normas eclesiais, a interpretação arbitrária do conceito de suplência, uma certa tolerância por parte da própria autoridade legítima, a clericalização dos fiéis leigos e o risco de se criar de fato uma estrutura eclesial de serviço, paralela à fundada no sacramento da Ordem.

Precisamente para obviar tais perigos, os padres sinodais insistiram na necessidade de serem expressas com clareza, até na própria terminologia, quer a unidade de missão da Igreja, de que participam todos os batizados, quer a diversidade substancial do ministério dos pastores, radicado no sacramento da Ordem, em relação com ou outros ofícios e as outras funções eclesiais, radicados nos sacramentos do Batismo e da Confirmação.

É, pois, necessário, em primeiro lugar, que os pastores, ao reconhecer e ao conferir aos fiéis leigos os vários ministérios, ofícios e funções, tenham o máximo cuidado em instruí-los sobre a raiz batismal destas tarefas. Igualmente, os pastores deverão zelar para que se evite um recurso fácil e abusivo a presumíveis situações de emergência ou de necessária suplência, onde objetivamente não existam ou onde é possível remediar com uma programação pastoral mais racional.

Os vários ofícios e funções que os fiéis leigos podem legitimamente desempenhar na liturgia, na transmissão da fé e nas estruturas pastorais da Igreja deverão ser exercidos em conformidade com a sua específica vocação laical, diferente da dos ministros sagrados. Nesse sentido, a Exortação *Evangelii nuntiandi*, que teve tanto e tão benéfico mérito em estimular a diversificada colaboração dos fiéis leigos na vida e na missão evangelizadora da Igreja, lembra que o campo próprio da sua atividade evangelizadora é o mesmo mundo vasto e complicado da política, da realidade social e da economia, como também o da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos mass-media e, ainda, outras realidades abertas para a evangelização, como sejam, o amor, a família, a educação das crianças e dos adolescentes, o trabalho profissional e o sofrimento. Quantos mais leigos houver impregnados do Evangelho, responsáveis em relação a tais realidades e comprometidos claramente com as mesmas, competentes para as promover e conscientes de que é necessário fazer desabrochar a sua capacidade cristã, muitas vezes escondida e asfíxiada, tanto mais essas realidades, sem nada perderem ou sacrificarem do próprio coeficiente humano, mas patenteando uma dimensão transcendente para o além, não raro desconhecida, se virão a encontrar a serviço da edificação do Reino de Deus e, por conseguinte, da salvação em Jesus Cristo.

Durante os trabalhos do Sínodo, os padres dedicaram bastante atenção ao leitorado e ao acolitado. Enquanto, no passado, eles existiam na Igreja Latina apenas como etapas espirituais do itinerário para os ministérios ordenados, com o *Motu Próprio* de Paulo VI, *Ministeria quaedam* (15 de agosto de 1972), eles adquiriram uma própria autonomia e estabilidade, bem como uma sua possível destinação aos próprios fiéis leigos, se bem que exclusivamente para os homens. No mesmo sentido se expressou o novo Código de Direito Canônico. Agora, os padres sinodais manifestaram o desejo de que o *Motu Próprio Ministeria quaedam* fosse revisto, tendo em conta

o uso das Igrejas locais e sobretudo indicando os critérios segundo os quais se devam escolher os destinatários de cada ministério.

Em tal sentido foi constituída expressamente uma comissão, não só para responder a este desejo manifestado pelos padres sinodais, mas também e ainda mais para estudar de modo aprofundado os diversos problemas teológicos, litúrgicos, jurídicos e pastorais levantados pelo atual grande florescimento de ministérios confiados aos fiéis leigos.

Esperando que a Comissão conclua o seu estudo, para que a praxe eclesial dos ministérios confiados aos fiéis leigos resulte ordenada e frutuosa, deverão ser fielmente respeitados por todas as Igrejas particulares os princípios teológicos atrás recordados, em particular a diversidade essencial entre o sacerdócio ministerial e o sacerdócio comum e, conseqüentemente, a diversidade entre os ministérios derivados do sacramento da Ordem e os ministérios derivados dos sacramentos do Batismo e da Confirmação”.

Nota:246

Rm 10,14-15: “Ora, como poderão invocar aquele no qual não acreditaram? Como poderão acreditar, se não ouvirem falar dele? E como poderão ouvir, se não houver quem o anuncie? Como poderão anunciar se ninguém for enviado? Como diz a Escritura: Como são belos os pés daqueles que anunciam boas notícias!”.

Nota:247

cf. *Diretório para as celebrações dominicais na ausência de presbítero* da Congregação para o Culto Divino, 10.6.1988; *Orientações para a celebração da Palavra de Deus*, documento da CNBB n. 52, 1994.

Nota:248

CNBB, Missão e Ministérios dos Cristãos Leigos e Leigas, Doc. 62, art. 121: “Muitas vezes, nossas comunidades mal merecem esse nome, porque são demasiadamente grandes, massificadas, impessoais. Devemos continuar o nosso esforço de **estimular a formação de comunidades menores ou de grupos**, que facilitem um relacionamento direto e pessoal. No ambiente urbano, será mais difícil estabelecer comunidades e grupos com a mesma estabilidade e de maneira homogênea como na sociedade tradicional. Porém, grupos ou comunidades ambientais (trabalhadores de uma empresa, profissionais da saúde, professores...) podem constituir válida experiência eclesial e contribuir para a transformação das estruturas sociais. Em todo caso, é importante multiplicar diversas formas de relacionamento, aproveitando as múltiplas possibilidades da comunicação de hoje. **Pessoas, grupos e comunidades podem permanecer em comunicação entre si**, como numa rede de troca de informações e experiências, que se lhes permita alimentar da riqueza da vida cristã de outros grupos ou movimentos, da paróquia, da diocese, da Igreja que atua em nível regional, nacional e mundial”.

Nota:249

Confira as disposições relativas aos ministros extraordinários do Batismo e aos Assistentes Leigos do Matrimônio na *Instrução acerca de algumas questões sobre a colaboração dos fiéis leigos no sagrado ministério dos sacerdotes* (1997), disposições práticas, art. 10 e 11.

Artigo 10: “A assistência aos Matrimônios - § 1. A possibilidade de delegar fiéis não-ordenados para assistir aos matrimônios pode revelar-se necessária, em circunstâncias muito particulares de grave falta de ministros sagrados.

Ela está, porém, condicionada à verificação de três requisitos. O Bispo diocesano, com efeito, pode conceder tal delegação unicamente nos casos em que faltem sacerdotes ou diáconos e somente após ter obtido, para a própria diocese, o voto favorável da Conferência dos bispos e a necessária licença da Santa Sé.

§ 2. Mesmo nesses casos também devem ser observadas as normas canônicas sobre a validade da delegação e sobre a idoneidade, capacidade e aptidão do fiel não-ordenado.

§ 3. Com exceção do caso extraordinário previsto no cân. 1112 do Código de Direito Canônico, por absoluta falta de sacerdotes ou de diáconos que possam assistir à celebração do matrimônio, nenhum ministro ordenado pode autorizar um fiel não-ordenado a essa assistência e a relativa petição e recepção do consentimento matrimonial, segundo a norma do cân. 1108, § 2.

Artigo 11 - O ministro do Batismo: É particularmente louvável a fé com a qual não poucos cristãos, em dolorosas situações de perseguição, mas também nos territórios de missão e em casos de especial necessidade, têm assegurado e asseguram ainda hoje o sacramento do Batismo às novas gerações, na falta dos ministros ordenados.

Além do caso de necessidade, as normas canônicas prevêm que, na falta do ministro ordinário ou estando o mesmo impedido, o fiel não-ordenado possa ser designado ministro extraordinário do Batismo. Todavia, é preciso tomar cuidado com interpretações por demais extensivas e evitar conceder essa faculdade de forma habitual.

Assim, por exemplo, a ausência ou impedimento, que tornam lícita a deputação de fiéis não-ordenados para administrarem o Batismo, não podem configurar-se com o excessivo trabalho do ministro ordinário ou com a sua não residência no território da paróquia e nem tampouco com a sua não-disponibilidade no dia previsto pela família. Tais motivações não constituem razões suficientes”.

Nota:250

Lc 24,29-33: “Eles, porém, insistiram com Jesus, dizendo: Fica conosco, pois já é tarde e a noite vem chegando. Então Jesus entrou para ficar com eles. Sentou-se à mesa com os dois, tomou o pão e abençoou, depois o partiu e deu a eles. Nisso os olhos dos discípulos se abriram, e eles reconheceram Jesus. Jesus, porém, desapareceu da frente deles.

Então um disse ao outro: Não estava o nosso coração ardendo quando ele nos falava pelo caminho, e nos explicava as Escrituras? Na mesma hora, eles se levantaram e voltaram para Jerusalém, onde encontraram os Onze, reunidos com os outros”.

Nota:251

Jo 15,1-15: “Eu sou a verdadeira videira, e meu Pai é o agricultor. Todo ramo que não dá fruto em mim, o Pai o corta. Os ramos que dão fruto, ele os poda para que dêem mais fruto ainda. Vocês já estão limpos por causa da palavra que eu lhes falei. Fiquem unidos a mim, e eu ficarei unido a vocês. O ramo que não fica unido à videira não pode dar fruto. Vocês também não poderão dar fruto, se não ficarem unidos a mim. Eu sou a videira, e vocês são os ramos. Quem fica unido a mim, e eu a ele, dará muito fruto, porque sem mim vocês não

podem fazer nada. Quem não fica unido a mim será jogado fora como um ramo, e secará. Esses ramos são ajuntados, jogados no fogo e queimados.

Se vocês ficam unidos a mim e minhas palavras permanecem em vocês, peçam o que quiserem e será concedido a vocês. A glória de meu Pai se manifesta quando vocês dão muitos frutos e se tornam meus discípulos. Assim como meu Pai me amou, eu também amei vocês: permaneçam no meu amor. Se vocês obedecem aos meus mandamentos, permanecerão no meu amor, assim como eu obedeci aos mandamentos do meu Pai e permaneci no seu amor. Eu disse isso a vocês para que minha alegria esteja em vocês, e a alegria de vocês seja completa.

O meu mandamento é este: amem-se uns aos outros, assim como eu amei vocês. Não existe amor maior do que dar a vida pelos amigos. Vocês são meus amigos, se fizerem o que eu estou mandando. Eu já não chamo vocês de empregados, pois o empregado não sabe o que seu patrão faz; eu chamo vocês de amigos, porque eu comuniquei a vocês tudo o que ouvi de meu Pai”.

Nota:252

EA 29a: “Esta proposta de um novo estilo de vida não é só para os pastores, mas para todos os cristãos que vivem na América. É pedido que aprofundem e assumam a autêntica espiritualidade cristã. “De fato, por espiritualidade entende-se um estilo e forma de vida conformes às exigências cristãs. Espiritualidade é vida em Cristo e no Espírito, que se aceita na fé, se exprime no amor e, repleta de esperança, se traduz na vida cotidiana da comunidade eclesial”. Neste sentido, por espiritualidade, que é a meta à qual conduz a conversão, entende-se, não “uma parte da vida, mas a vida inteira guiada pelo Espírito Santo”. Entre os elementos de espiritualidade que todo cristão deve fazer próprios, ressalta a oração. Esta o “levará, aos poucos, a ver a realidade com um olhar contemplativo, que lhe permitirá reconhecer a Deus em cada instante e em todas as coisas; contemplá-lo em cada pessoa; procurar cumprir sua vontade nos acontecimentos”.

Nota:253

LG 40: “O Senhor Jesus é mestre e exemplo de toda perfeição. Autor e realizador da santidade, ele mesmo manifestou suas exigências a todos e a cada um dos discípulos: Sejam perfeitos como é perfeito seu Pai, que está nos céus (Mt 5, 48). Enviou igualmente a todos o Espírito Santo, para movê-los interiormente ao amor de Deus de todo o seu coração, com toda a sua alma, com todo o seu entendimento e com toda a sua força (cf. Mc 12, 30) e para que se amem uns aos outros, como Cristo os amou (cf. Jo 13, 34; 15, 12). Os seguidores de Cristo são santificados por Deus, não por suas obras, mas de acordo com o propósito e a graça daquele que os chamou e justificou no Senhor Jesus, tornando-os, pelo batismo da fé, verdadeiros filhos de Deus e participantes da natureza divina. Devem, pois, manter e aperfeiçoar na vida a santidade que lhes é dada por Deus. O apóstolo Paulo lhes recomenda que vivam como convém aos santos (Ef 5, 3): como escolhidos de Deus, santos e amados, vistam-se de sentimentos de compaixão, bondade, humildade, mansidão e paciência (Cl 3, 12), trazendo os santos frutos do Espírito (cf. Gl 5, 22; Rm 6, 22). Como, porém, todos estamos sujeitos a muitas falhas (cf. Tg 3, 2) e precisamos a todo momento da misericórdia divina, devemos pedir diariamente que nos perdoe as nossas ofensas (Mt 6, 12).

Fique bem claro que todos os fiéis, qualquer que seja sua posição na Igreja ou na sociedade, são chamados à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade. A santidade promove uma crescente humanização. Que todos pois se esforcem, na medida do dom de Cristo, para seguir seus passos, tornando-se conformes à sua imagem, obedecendo em tudo à vontade do Pai, consagrando-se de coração à glória de Deus e ao serviço do próximo. A história da Igreja mostra como a vida dos santos foi fecunda, manifestando abundantes frutos da santidade no povo de Deus”.

Nota:254

LG 41g: “Numa palavra, todos os fiéis cristãos santificam-se cada dia em sua condição de vida, nas circunstâncias concretas em que vivem e no exercício de sua profissão, desde que tudo recebam fielmente das mãos do Pai celestial, cooperem com a vontade divina e manifestem, na prática da vida temporal o mesmo amor com que Deus amou o mundo”.

Nota:255

At 10,38: “Eu me refiro a Jesus de Nazaré: Deus o ungiu com o Espírito Santo e com poder. E Jesus andou por toda parte, fazendo o bem e curando todos os que estavam dominados pelo diabo; porque Deus estava com Jesus”.

Nota:256

EN 20: “Poder-se-ia exprimir tudo isto dizendo: importa evangelizar - não de maneira decorativa, como que aplicando um verniz superficial, mas de maneira vital, em profundidade e isto até às suas raízes - a cultura e as culturas do homem, no sentido pleno e amplo que estes termos têm na Constituição *Gaudium et Spes*, a partir sempre da pessoa e fazendo continuamente apelo para as relações das pessoas entre si e com Deus.

O Evangelho, e conseqüentemente a evangelização, não se identificam por certo com a cultura, e são independentes em relação a todas as culturas. E no entanto, o reino que o Evangelho anuncia é vivido por homens profundamente ligados a uma determinada cultura, e a edificação do reino não pode deixar de servir-se de elementos da cultura e das culturas humanas. O Evangelho e a evangelização independentes em relação às culturas, não são necessariamente incompatíveis com elas, mas suscetíveis de as impregnar a todas sem se escravizar a nenhuma delas.

A ruptura entre o Evangelho e a cultura é sem dúvida o drama da nossa época, como o foi também de outras épocas. Assim, importa envidar todos os esforços no sentido de uma generosa evangelização da cultura, ou mais exatamente das culturas. Estas devem ser regeneradas mediante o impacto da Boa Nova. Mas um tal encontro não virá a dar-se se a Boa Nova não for proclamada”.

Nota:257

CfL 59: “Ao descobrir e viver a própria vocação e missão, os fiéis leigos devem ser formados para aquela unidade, de que está assinalada a sua própria situação de membros da Igreja e de cidadãos da sociedade humana.

Não pode haver na sua existência duas vidas paralelas: por um lado, a vida chamada espiritual, com os seus valores e exigências; e, por outro, a chamada vida secular, ou seja, a vida da família, do trabalho, das relações sociais, do empenho político e da cultura. A vide, incorporada na videira que é Cristo, dá os seus frutos em todos os ramos da atividade e da existência. Pois os vários campos da vida laical entram todos no desígnio de

Deus, que os quer como o lugar histórico, em que se revela e se realiza a caridade de Jesus Cristo para glória do Pai e a serviço dos irmãos. Toda atividade, toda situação, todo empenho concreto como, por exemplo, a competência e a solidariedade no trabalho, o amor e a dedicação na família e na educação dos filhos, o serviço social e político, a proposta da verdade na esfera da cultura são ocasiões providenciais de um contínuo exercício da fé, da esperança e da caridade.

O Concílio Vaticano II convidou todos os fiéis leigos a viver essa unidade de vida, ao denunciar com energia a gravidade da ruptura entre fé e vida, entre Evangelho e cultura: O Concílio exorta os cristãos, cidadãos de ambas as cidades, a que procurem cumprir fielmente os seus deveres terrenos, guiados pelo espírito do Evangelho. Erram os que, sabendo que não temos aqui na terra uma cidade permanente, mas que vamos em demanda da futura, pensam que podem por isso descuidar os seus deveres terrenos, sem atenderem a que a própria fé ainda os obriga mais a cumpri-los, segundo a vocação própria de cada um... O divórcio que se nota em muitos entre a fé que professam e a sua vida quotidiana deve ser tido entre os mais graves erros do nosso tempo. Por isso, afirmo que uma fé que não se torne cultura é uma fé não plenamente recebida, não inteiramente pensada nem fielmente vivida”.

Nota:258

LG 55: “As Sagradas Escrituras do Antigo e do Novo Testamento, juntamente com a Tradição, de maneira cada vez mais clara, mostram e propõem à nossa consideração o papel da mãe do salvador, na economia da salvação. Os livros do Antigo Testamento contêm a história da salvação, que preparou aos poucos a vinda de Cristo ao mundo. Esses velhos documentos, da maneira como são lidos na Igreja e compreendidos à luz da revelação plena posterior, vão exprimindo aos poucos, cada vez mais claramente, a figura dessa mulher, mãe do Redentor. Profeticamente ela já é anunciada pela promessa de vitória sobre a serpente, feita aos primeiros pais, depois do pecado (cf. Gn 3, 15). Ela é igualmente a virgem que conceberá e dará à luz um filho, que se chamará Emanuel (cf. Is 7, 14; Mi 5, 2-3; Mt 1, 22-23). Ocupa um lugar de destaque entre os humildes e pobres do Senhor, que nele esperam com confiança e acolhem a salvação. Com ela, admirável filha de Sãio, depois de longa expectativa, realiza-se a promessa, completam-se os tempos e se instaura a nova economia: o Filho de Deus assume dela a natureza humana, para libertar o homem do pecado, por intermédio dos mistérios de sua vida humana”.

Nota:259

Lc 1,26-38: “No sexto mês, o anjo Gabriel foi enviado por Deus a uma cidade da Galiléia chamada Nazaré. Foi a uma virgem, prometida em casamento a um homem chamado José, que era descendente de Davi. E o nome da virgem era Maria. O anjo entrou onde ela estava, e disse: Alegre-se, cheia de graça! O Senhor está com você! Ouvindo isso, Maria ficou preocupada, e perguntava a si mesma o que a saudação queria dizer. O anjo disse: Não tenha medo, Maria, porque você encontrou graça diante de Deus. Eis que você vai ficar grávida, terá um filho, e dará a ele o nome de Jesus. Ele será grande, e será chamado Filho do Altíssimo. E o Senhor dará a ele o trono de seu pai Davi, e ele reinará para sempre sobre os descendentes de Jacó. E o seu reino não terá fim. Maria perguntou ao anjo: Como vai acontecer isso, se não vivo com nenhum homem? O anjo respondeu: O Espírito Santo virá sobre você, e o poder do Altíssimo a cobrirá com sua sombra. Por isso, o Santo que vai nascer de você será chamado Filho de Deus. Olhe a sua parenta Isabel: apesar da sua velhice, ela concebeu um filho. Aquela que era considerada estéril, já faz seis meses que está grávida. Para Deus nada é impossível. Maria disse: Eis a escrava do Senhor. Faça-se em mim segundo a tua palavra. E o anjo a deixou”.

Nota:260

Lc 1,39-45: “Naqueles dias, Maria partiu para a região montanhosa, dirigindo-se, às pressas, a uma cidade da Judéia. Entrou na casa de Zacarias, e saudou Isabel. Quando Isabel ouviu a saudação de Maria, a criança se agitou no seu ventre, e Isabel ficou cheia do Espírito Santo. Com um grande grito exclamou: Você é bendita entre as mulheres, e é bendito o fruto do seu ventre! Como posso merecer que a mãe do meu Senhor venha me visitar? Logo que a sua saudação chegou aos meus ouvidos, a criança saltou de alegria no meu ventre. Bem-aventurada aquela que acreditou, porque vai acontecer o que o Senhor lhe prometeu”.

Nota:261

Lc 1,46.55: “Então Maria disse: Minha alma proclama a grandeza do Senhor, conforme prometera aos nossos pais em favor de Abraão e de sua descendência, para sempre”.

Nota:262

Paulo VI, Marialis Cultus, 37: “Desejamos, por fim, acentuar que a nossa época, não diversamente das precedentes, é chamada a aquilatar o próprio conhecimento da realidade com a palavra de Deus e, para atermos ao assunto de que estamos a tratar, a confrontar as suas concepções antropológicas e os problemas que daí derivam com a figura da Virgem Maria, conforme ela está proposta no Evangelho. Desse modo, a leitura das divinas Escrituras, feita sob o influxo do Espírito Santo e tendo presentes as aquisições das ciências humanas e as várias situações do mundo contemporâneo, levará a descobrir que Maria pode bem ser tomada como modelo naquilo por que anelam os homens do nosso tempo.

Assim, para dar alguns exemplos: a mulher contemporânea, deseja de participar com poder de decisão nas opções da comunidade, contemplará com íntima alegria a Virgem Santíssima, que, escolhida para o diálogo com Deus, dá o seu consentimento ativo e responsável, não para a solução dum problema contingente, mas sim da obra dos séculos como foi designada com justiça a Encarnação do Verbo; dar-se-á conta de que a escolha do estado virginal por parte de Maria, que no desígnio de Deus a dispunha para o mistério da Encarnação, não foi um ato de fechar-se a qualquer valor do estado matrimonial, mas constitui uma opção corajosa, feita para se consagrar totalmente ao amor de Deus; verificará, com grata surpresa, que Maria de Nazaré, apesar de absolutamente abandonada à vontade do Senhor, longe de ser uma mulher passivamente submissa ou de uma religiosidade alienante foi sim, uma mulher que não duvidou em afirmar que Deus é defensor dos humildes e dos oprimidos e derruba dos seus tronos os poderosos do mundo (cf. Lc 1,51-53); e reconhecerá em Maria, que é a primeira entre os humildes e os pobres do Senhor, uma mulher forte, que conheceu de perto a pobreza e o sofrimento, a fuga e o exílio (cf. Mt 2,13-23) situações estas, que não podem escapar à atenção de quem quiser secundar, com espírito evangélico, as energias libertadoras do homem e da sociedade; e não lhe aparecerá Maria, ainda, como uma mãe ciosamente voltada só para o próprio Filho divino, mas sim como aquela Mulher que, com a sua ação favoreceu a fé da comunidade apostólica, em Cristo (cf. Jo 2,1-12), e cuja função materna se dilatou, vindo a assumir no Calvário dimensões universais.

São exemplos, como dizíamos. Deles transparece claramente, no entanto, que a figura da Virgem Santíssima, não desilude algumas aspirações profundas dos homens do nosso tempo, e até lhes oferece o modelo acabado do discípulo do Senhor: obreiro da cidade terrena e temporal, e, simultaneamente, peregrino também, em direção à cidade celeste e eterna; promotor da justiça que liberta o oprimido e da caridade que socorre o necessitado mas, sobretudo, testemunha operosa do amor, que edifica Cristo nos corações”.

Nota:263

“Destacamos os santos casados, na sua maioria leigos e leigas, conforme os elenca D. Estevão Bettencourt (PR, 423/1997, pp. 383-384):

Maridos Santos: Gregório de Nissa (394), Paulino de Nola (431), Estêvão, rei da Hungria (1038), Omobono de Cremona (1197), Luís IX, rei da França (1272), Nicolau de Flüe, patrono da Suíça (1487), Tomás Moro, Ministro do rei Henrique VIII da Inglaterra (1535), isso sem contar os Apóstolos, dos quais alguns devem ter sido casados, como foi São Pedro, cuja sogra é mencionada no Evangelho (cf. Mc 1,29s).

Viúvos Santos: Raimundo Zanfogni (1200), Henrique de Bolzano (1315), o Bem-aventurado Bartolo Longo (1926).

Esposas Santas: Perpétua de Cartago (202), Margarida da Escócia (1093), Gentil Giusti (1530), Anna Maria Taigi (1937).

Viúvas Santas: Mônica, mãe de Santo Agostinho (387), Isabel, rainha da Hungria (1231), Edviges da Silésia (1234), Ângela de Foligno (1309), Elisabete, rainha de Portugal (1336), Brígida da Suécia (1373), Francisca Romana (1440), Rita de Cascia (1456), Catarina Fieschi Adorno (1510), Joana Francisca Frémyot de Chantal (1641), Luísa de Marillac (1660), Elisabete Bayley Seton (1821).

Casais Santos: Henrique Imperador da Alemanha (1024) e Cunegundes; Isidoro (1130) e Maria Toribia; Lucchese (Séc. XIII) e Buonadonna”.

Nota:264

Puebla 1226: “A comunidade cristã conduzida pelo bispo estabelecerá a ponte de contato e diálogo com os construtores da sociedade temporal, a fim de iluminá-los com a visão cristã, estimulá-los com gestos significativos e acompanhá-los com atuações eficazes”.

Nota:265

Puebla 1227: “Neste contato e diálogo deve circular, numa atitude de escuta sincera e acolhedora, a problemática trazida por eles do seu próprio ambiente temporal. Assim poderemos descobrir os critérios, normas e caminhos por onde aprofundar e atualizar a doutrina social da Igreja, no sentido da elaboração duma ética capaz de formular as respostas cristãs aos grandes problemas da cultura contemporânea. Exortamos a todos a lutarem contra a corrupção econômica em seus diversos níveis, tanto na administração pública como nos negócios particulares, pois com ela causa-se grave prejuízo à grande maioria”.

Nota:266

AA 25: “Bispos, párocos e sacerdotes, tanto diocesanos como religiosos tenham bem presente que o exercício do apostolado é direito e dever de todos os fiéis, clérigos ou leigos, e que os leigos como tais dão sua contribuição específica à edificação da Igreja. Por isso, devem cooperar fraternamente com os leigos na Igreja e em benefício da Igreja, cuidando especialmente dos leigos e de seu trabalho apostólico.

Designem-se sacerdotes capazes e bem-formados para dar assistência às diversas associações de apostolado leigo.

Os que exercem esse ministério por missão da hierarquia representam-na em sua ação pastoral. Sendo fiéis ao espírito e à doutrina da Igreja, mantenham boas relações com os leigos. Empenhem-se em alimentar a vida espiritual e o senso apostólico das associações católicas que lhe foram confiadas, orientando-as com seus conselhos e prestigiando as iniciativas que tomarem. Em diálogo contínuo com os leigos, procurem a melhor forma de tornar frutuosa a ação apostólica. Esforcem-se por promover o espírito de unidade no interior de cada associação e nas relações de umas com as outras.

Os religiosos, mulheres e homens, apreciem o trabalho apostólico dos leigos. Segundo o espírito de sua congregação, empenhem-se com ardor na promoção das obras do laicato, sustentando, ajudando e completando o trabalho sacerdotal”.

Nota:267

cf. **CNBB, Missão e Ministérios dos Cristãos Leigos e Leigas, doc. 62, n.100** que cita GS 43: “Convém colher na concisão do texto conciliar a densidade de elementos aí implicados. **Em relação aos clérigos e ao religiosos, o leigo é o cristão que vive no mundo.** A descrição pode parecer equivocada, pois também o ministro ordenado e o religioso vivem no mundo. O que é, porém, diferente é o modo de o leigo estar presente no mundo: Lá são chamados por Deus para que, exercendo seu próprio ofício guiados pelo espírito evangélico, **a modo de fermento**, contribuam para a santificação do mundo. E assim manifestam Cristo aos outros, especialmente pelo testemunho de sua vida resplandecente em fé, esperança e caridade. A eles, portanto, cabe de maneira especial ordenar de tal modo as coisas temporais, às quais estão intimamente unidos, que elas continuamente se façam e cresçam segundo Cristo, para louvor do Criador e Redentor. **A condição de vida do leigo é lida teologicamente como vocação.** A sua existência pautada pelo Evangelho, na vivência da fé, da esperança e da caridade é, por si mesma, antes mesmo de qualquer ação, possuidora de valor evangélico. É vivendo a sua própria vida segundo Deus que o leigo procura o Reino. Esta é a sua vocação primeira e os compromissos que ela comporta são vontade de Deus. Nesta linha, o ensinamento da *Gaudium et spes* é enfático: O Concílio exorta os cristãos (...) a procurarem desempenhar fielmente suas tarefas terrestres, guiados pelo espírito do Evangelho. Afastam-se da verdade os que, sabendo não termos aqui cidade permanente, mas buscamos a futura, julgamos, por conseguinte, poderem negligenciar os seus deveres terrestres, sem perceberem que estão mais obrigados a cumpri-los, por causa da própria fé, de acordo com a vocação à qual cada um foi chamado. Não erram menos aqueles que, ao contrário, pensam que podem entregar-se de tal maneira às atividades terrestres, como se elas fossem absolutamente alheias à vida religiosa, julgando que esta consiste somente nos atos de culto e no cumprimento de alguns deveres morais. **Este divórcio entre a fé professada e a vida cotidiana** de muitos deve ser enumerado entre os erros mais graves do nosso tempo (...) Portanto, não se crie oposição artificial entre as atividades profissionais e sociais de uma parte e, de outra, a vida religiosa. Ao negligenciar os seus deveres temporais, o cristão negligencia os seus deveres para com o próximo e o próprio Deus e coloca em perigo a sua salvação eterna”.

Nota:268

PRNM 88: “Na Igreja particular como comunhão de vocações, carismas e ministérios, há tarefas e responsabilidades específicas. Ao presbitério, presidido pelo Bispo, cabe a fundamental tarefa de unir e motivar todos os membros da comunidade diocesana para assumirem, com generosidade e alegria, este imenso mutirão evangelizador. Entretanto, na tarefa de acolher o Evangelho como experiência de vida, de expressá-lo no cotidiano, o protagonismo é do cristão leigo. Este protagonismo requer profundas mudanças no estilo do governo e no exercício da autoridade por parte da hierarquia, para permitir e encorajar a comunhão, a participação e a co-responsabilidade dos leigos na tomada de decisões pastorais, valorizando o voto dos conselhos pastorais e a presença ativa dos fiéis em Sinodos e Concílios particulares, conforme está previsto por documentos oficiais da Igreja”.

Nota:269

CfL 25: “Os fiéis leigos participam da vida da Igreja, não só pondo em ação os seus ministérios e carismas, mas também de muitas outras formas.

Essa participação encontra a sua primeira e necessária expressão na vida e missão das Igrejas particulares, das dioceses, nas quais está verdadeiramente presente e atua a Igreja de Cristo, una, santa, católica e apostólica.

Igrejas particulares e Igreja universal

Com vista a uma adequada participação na vida da Igreja, é absolutamente urgente que os fiéis leigos tenham uma idéia clara e precisa da Igreja particular na sua originária ligação com a Igreja universal. A Igreja particular não é produto de uma espécie de fragmentação da Igreja universal, nem a Igreja universal resulta do simples somatório das Igrejas particulares; mas um laço vivo, essencial e perene as une entre si, enquanto a Igreja universal existe e se manifesta nas Igrejas particulares. Por isso, o Concílio afirma que as Igrejas particulares são formadas à imagem da Igreja universal, das quais e pelas quais existe a Igreja católica, una e única.

O mesmo Concílio incita fortemente os fiéis leigos a viver operosamente a sua pertença à Igreja particular, assumindo simultaneamente um respiro cada vez mais católico: Cultivem constantemente lemos no Decreto sobre o apostolado dos leigos o sentido da diocese, de que a paróquia é como que uma célula, e estejam sempre prontos, à voz do seu pastor, a juntar as suas forças às iniciativas diocesanas. Mas, para responder às necessidades das cidades e das regiões rurais, não confinem a sua cooperação aos limites da paróquia ou da diocese, mas esforcem-se por estendê-la ao âmbito interparoquial, interdiocesano, nacional ou internacional. Tanto mais que a crescente migração dos povos, o incremento de relações mútuas e a facilidade de comunicações já não permitem que parte alguma da sociedade permaneça fechada em si. Assim, devem interessar-se pelas necessidades do povo de Deus disperso por toda a Terra.

O recente Sínodo pediu, nesse sentido, que se favorecesse a criação dos Conselhos Pastorais diocesanos, a que se deveria recorrer conforme as oportunidades. Trata-se, na verdade, da principal forma de colaboração e de diálogo, bem como de discernimento, em nível diocesano. A participação dos fiéis leigos nesses Conselhos poderá aumentar o recurso à consulta, e o princípio da colaboração que em determinados casos também é de decisão encontrará uma aplicação mais vasta e mais incisiva.

A participação dos fiéis leigos nos Sinodos diocesanos e nos Concílios particulares, provinciais ou plenários, está prevista no Código de Direito Canônico; poderá contribuir para a comunhão e para a missão eclesial da Igreja particular, tanto no seu próprio âmbito, como em relação com as demais Igrejas particulares da província eclesiástica ou da conferência episcopal.

As conferências episcopais são chamadas a descobrir a forma mais oportuna de desenvolver, em nível nacional ou regional, a consulta e a colaboração dos fiéis leigos, homens e mulheres: assim se poderão examinar bem os problemas comuns e melhor se manifestará a comunhão eclesial de todos”.

Nota:270

Como sugere a diretriz de *Santo Domingo* (cf. DSD, 98b), assumida também nas *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora*: Promover os **conselhos de leigos**, em plena comunhão com os pastores e adequada autonomia, como lugares de encontro, diálogo e serviço, que contribuam para o fortalecimento da unidade, da espiritualidade e da organização do laicato. Estes conselhos de leigos também são espaço de formação e podem estabelecer-se em cada diocese e abarcar tanto movimentos de apostolado como os leigos que, estando comprometidos com a evangelização, não estão integrados em grupos apostólicos (DGAE, 300).

DGAE 300: “Promova-se, em particular, a formação de Conselhos Diocesanos de Leigos e sua articulação com os Conselhos regionais e nacional em plena comunhão com os pastores e adequada autonomia, como lugares de encontro, diálogo e serviço, que contribuam para o fortalecimento da unidade, da espiritualidade, da organização do laicato e as Igrejas locais cuidem para que as organizações de leigos não esgotem seus esforços apenas no cuidado de sua própria formação e espiritualidade, mas se voltem para o vasto campo do mundo dos afastados, dos católicos não-praticantes, dos excluídos da sociedade, abrindo seu coração à caridade e, mesmo, abrindo novos campos de promoção humana e de missão no mundo”.

Nota:271

1Cor 14,25: “E os segredos de seu coração serão desvendados; ele se prostrará com o rosto por terra, adorará a Deus e proclamará que Deus está realmente no meio de vocês”.